



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

***O FECHAMENTO DO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE: DAS PRIMEIRAS DISCUSSÕES
SOBRE SUA CRIAÇÃO ATÉ A IMPLOÇÃO EM 1994***

ROSILEIDE RIBEIRO DE MELO SOUZA

Niterói
2022

Rosileide Ribeiro de Melo Souza

***O FECHAMENTO DO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE: DAS PRIMEIRAS DISCUSSÕES
SOBRE SUA CRIAÇÃO ATÉ A IMPLOÇÃO EM 1994***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Denise Rollemberg Cruz

Niterói
2022

Rosileide Ribeiro de Melo Souza

***O FECHAMENTO DO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE: DAS PRIMEIRAS DISCUSSÕES
SOBRE SUA CRIAÇÃO ATÉ A IMPLOÇÃO DO PRESÍDIO EM 1994***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e à Banca Examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em História

Aprovado em: _04_/_11_/ 2022__

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Denise Rollemberg Cruz (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Gelsom Rozentino de Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professor Doutor Michel Misse
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S719f Souza, Rosileide Ribeiro de Melo
O fechamento do presídio da Ilha Grande: das primeiras
discussões sobre sua criação até a implosão em 1994 /
Rosileide Ribeiro de Melo Souza ; Denise Rollemberg Cruz,
orientadora. Niterói, 2022.
247 f. : il.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2022.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.m.10071498761>
1. Prisão. 2. Instituto Penal Cândido Mendes. 3. Grande,
Ilha (RJ). 4. História oral. 5. Produção intelectual. I. Cruz,
Denise Rollemberg, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense.Instituto de História. III. Título.

CDD -

À memória de Antônio Paschoal de Souza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao companheirismo afetuoso de meu esposo André e da tão dedicada ajuda de minha mãe Antonia. Os dois fizeram o que foi possível para me ajudar. A estas duas pessoas, minha eterna gratidão por me acompanharem em viagens à Ilha Grande e por supervisionarem minha peleja diária na execução desta pesquisa. Agradeço, especialmente, por me ouvirem incansavelmente e com respeitosa atenção.

Agradeço aos funcionários e funcionárias do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), do Arquivo Nacional e da Biblioteca da Assembleia Legislativa (ALERJ), por serem profissionais tão brilhantes na ajuda em buscas por fontes e que nos orientam cuidadosamente nas práticas das operações repetitivas de idas e vindas, de solicitações e de consultas.

Sou grata, com especial carinho, ao amigo Emanuel Germano da Cunha, quem me motivou quando ameacei a desistir, nos momentos mais graves durante estes anos. Eis o meu sincero agradecimento por suas palavras amigas.

Agradecimento especial dedico à Naiara de Melo Santos que me deu a ideia sobre o tema desta pesquisa. Após um café, me ajudou a perceber que as minhas dúvidas poderiam ser um tema rico para levantamento histórico. Sou gratíssima pela amizade e pela sugestão que virou este texto.

Igualmente, sou agradecida pela generosidade, atenção e paciência constante com que minha orientadora, Denise Rollemberg, brindou-me ao longo desta demorada pesquisa. Estou certa de que sua contribuição foi ímpar, seguramente, a paciência da mesma foi uma grande aliada para nossa boa relação.

Agradeço fortemente também à equipe do Programa de Pós-Graduação em História que foi posta à prova sobre a capacidade em gerenciar diversos pedidos como os meus sem deixar o rigor de lado. Acredito que estes últimos anos foram duros, especialmente, para quem fez pesquisa em humanidades. Anos imensamente desafiadores. Portanto, agradeço ao Programa pela paciência com seus discentes que estiveram sob enorme tensão e esgotamento mental, haja vista a sensação de ameaça à democracia constante e o desengano com perda de entes queridos durante a pandemia.

Agradeço também à banca de qualificação composta por Myriam Sepúlveda dos Santos e Michel Misse. Esta dupla de sociólogos me deram a oportunidade de conhecer e dialogar com temas inéditos para mim e que foram norteadores para o desenvolvimento desta pesquisa. As críticas pontuais na qualificação fortaleceram imensamente os rumos da minha escrita.

E por falar em escrita, não posso deixar meu imenso agradecimento à Adriana Freire, quem me auxiliou nas correções pontuais que deram forma ao texto.

Meu sincero pesar pela ausência e agradecimento eterno será ao meu querido sogro, Antônio Paschoal, com quem aprendi bastante. Homem com quem, por diversas vezes, pude dialogar sobre

temas que nos apetece em História e política. Essas conversas informais foram experiências muito valiosas. Lamentavelmente sei que não as terei novamente...

RESUMO

O trabalho trata dos motivos para a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, mais conhecido como o presídio da Ilha Grande. Aborda mais extensivamente sobre as circunstâncias histórico-políticas apuradas através de fontes de jornais, no contexto da criação da primeira prisão na Ilha Grande. Propõe uma abordagem no uso de fontes orais para a compreensão do ponto de vista de moradores, funcionários e presos que foram internos dos presídios. Introduz uma discussão sobre segurança pública no contexto do primeiro mandato de Leonel de Moura Brizola, enquanto governador do estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Cita a aplicação da política pública que tinha o propósito de democratizar a segurança pública no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Destaca nesta discussão a política de democratização dos cárceres, que tinha o intento de diminuir a truculência no tratamento dos presos, entre outras melhorias. Discorre sobre a criação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar no âmbito da Assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro com o propósito de investigar o sistema penitenciário do estado e que pelas visitas aos cárceres ficou conhecida pela expressão “Abertura do sistema carcerário”. O movimento consistiu em medidas emergenciais pela melhoria das condições de sobrevivência nas prisões e penitenciárias do estado do Rio de Janeiro. Menciona alguns episódios que foram tornados mais conhecidos do grande público pelas comunicações da imprensa como as razões que seriam as causas mais facilmente explicáveis sobre a desativação do presídio. Destaca circunstâncias que pouco apareceram na grande imprensa, assim como, os desdobramentos da construção da Estrada Rio-Santos nos interesses especulativos sobre o território da Ilha Grande. Menciona o significado simbólico do presídio como lugar de memória. Remonta desde as primeiras tentativas de desativação das prisões na Ilha Grande até a implosão do último presídio na Ilha Grande, em 1994.

Palavras-chave: Prisões - História. Instituto Penal Cândido Mendes - História. Prisões Ilha Grande, RJ - História. Prisões - História Oral.

ABSTRACT

The search deals with the reasons for the deactivation of the Instituto Penal Cândido Mendes, better known as the Ilha Grande' prison. More extensively on the political historical circumstances, ascertained through newspaper sources, in the context of the creation of the first prison on Ilha Grande. It proposes an approach based on oral sources to understand the point of view of residents, employees and prisoners who were inmates of prisons. Introduce a discussion of public security in the context of Leonel de Moura Brizola's first term, as governor of the state of Rio de Janeiro (1983-1987). Approach to the application of public policy that had the purpose of democratizing public security within the state of Rio de Janeiro. It highlights in this discussion the policy of democratization of prisons, which was intended to reduce brutality in the treatment of prisoners, among other improvements. On the creation of a Parliamentary Inquiry Commission within the scope of the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro with the purpose of investigating the state's penitentiary system and which, through visits to prisons, became known by the expression "Opening the prison system". The movement consists of improving the conditions of survival in prisons and penitentiaries in the state of Rio de Janeiro. It mentions that some episodes were better known to the general public by press communications as some substances that would be more easily explainable causes about the presidency. It highlights circumstances that rarely appeared in the mainstream press, as well as the developments of the construction of Estrada-Santos in speculative interests on the territory of Ilha Grande. It deals with the symbolic meaning of the prison as a place of memory. It dates back to the first attempts to deactivate the prisons on Ilha Grande until the implosion of the last prison on Ilha Grande, in 1994.

Keywords: Prisons - History. Instituto Penal Cândido Mendes - History. Prisons Ilha Grande, RJ - History. Prisons - Oral history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Posição da Ilha Grande em relação à Angra dos Reis	16
Figura 2 - Linha do tempo das prisões na Ilha Grande	18
Figura 3 - Posição da Ilha Grande em relação ao continente	20
Figura 4 - Lazareto, Hospital quarentenário no Abraão	23
Figura 5 - O primeiro deputado a criticar a prisão na Ilha Grande	26
Figura 6 - <i>Ruínas de parte da antiga Colônia Correcional Cândido Mendes</i>	27
Figura 7 - Denúncias de maus tratos nas prisões da Ilha Grande	30
Figura 8 - Caso do menino enviado para a Colônia Correcional de Dois Rios	34
Figura 9 - <i>Ex-combatente pobre e idoso que foi enviado para a Ilha Grande</i>	36
Figura 10 - Mendicantes enviados para a Colônia em 1916	37
Figura 11 - Internos adultos e menores após partida de futebol na Ilha Grande	41
Figura 12 - Diretor de presídio se defende com imagens de internos na prática de lazer	43
Figura 13 - Publicação organizada por Cândido Mendes	46
Figura 14 - Instalações da Colônia Penal Cândido Mendes 1943	48
Figura 15 - Série de reportagens com as misérias nas prisões da Ilha Grande	53
Figura 16 - A imprensa divulga um pouco das condições precárias das prisões no Rio	53
Figura 17 - Lacerda tranquiliza rebelados na noite de Natal	54
Figura 18 - Diretor acusado de amotinar presos	56
Figura 19 - Os conflitos entre Rio de Janeiro e Guanabara pela Ilha Grande	59
Figura 20 - Encarte com a divulgação das opções de lazeres na Ilha Grande de 1978	61
Figura 21 - Moradores reivindicando o fechamento do presídio da Ilha	67
Figura 22 - Moradora da Ilha em reconstituição do crime de assassinato de foragido	68
Figura 23 - A fuga de Escadinha foi divulgada na imprensa	70
Figura 24 - Outras manchetes sobre o episódio da fuga de Escadinha	73
Figura 25 - Visitas de autoridades na Ilha em dois tempos, 1949 e 1983	75
Figura 26 - Charge sobre a situação dos presos no IPCM	76
Figura 27 - O Instituto Penal Cândido Mendes em 1994	77
Figura 28 - Posição das praias desde Dois Rios até Provetá	83
Figura 29 - As praias da Ilha Grande	84
Figura 30 - Espancamento de presos por policiais no Livro de Ocorrências de Galerias	101
Figura 31 - Tentativa de fuga de presos no Livro de Ocorrências de Galerias	108
Figura 32 - Vila de Dois Rios e o IPCM em 1975	137
Figura 33 - Visão de cima da Vila de Dois Rios em 2019	137
Figura 34 - A Estrada de Dois Rios que separa Abraão de Dois Rios	140
Figura 35 - Visita da CPI ao IPCM em 1983	155
Figura 36 - Notícia sobre os mil presos que seriam soltos	158
Figura 37 - Crítica à política de segurança pública em charge	159
Figura 38 - Vista de cima do Instituto Penal Cândido Mendes	181
Figura 39 - O acesso à Ilha Grande facilitado pela BR-101	197
Figura 40 - Transporte de presos - evacuação do IPCM em 27 de março de 1994	205
Figura 41 - Após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes	207
Figura 42 - Leonel Brizola e equipe em Vila de Dois Rios no dia da implosão	209
Figura 43 - Secretário de justiça tenta reativar o presídio em 2000	215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
BF Esp	Batalhão de Forças Especiais
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CEADS	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRI	Comissão Recreativa de Internos
CNPP	Conselho Nacional de Política Penitenciária
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DESIPE	Departamento Sistema Penal
EMOP	Empresa de Obras Públicas
FEEMA	Fundação de Engenharia do Meio Ambiente
IML	Instituto Médico Legal
IPCM	Instituto Penal Cândido Mendes
LSN	Lei de Segurança Nacional
ONG	Organização não governamental
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido Republicano Nacionalista
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução	1
1 - A Ilha Grande que aparecia nos jornais do final do século XIX ao XX	11
1.1 Breve apresentação da Ilha Grande	15
1.2 Final do século XIX e a Ilha como local de isolamento: Lazareto e Colônia Correccional	22
1.3 Primeiras três décadas do século XX na Ilha e a criação de duas Colônias: Penal e Agrícola	28
1.4 A década de 1940 na Ilha e as mudanças de nomes: a criação de mais uma colônia	45
1.5 As visões da Ilha a partir da metade do século XX	48
1.6 Entre Belacap e o Rio de Janeiro estava Ilha Grande: um conflito sobre a posse dos presídios	51
1.7 Os escândalos acerca de denúncias sobre o presídio continuavam a ser manchetes de jornais	66
1.8 A fuga de Escadinha	69
1.9 De Caldeirão do diabo para “Instituto Penal para grupos de turistas”	74
2- Ilha Grande: ilha-prisão e a memória de funcionários, moradores e presos	79
2.2 Pesquisa com fontes orais	80
2.3 As memórias	83
2.4 O método de análise das memórias	90
2.4.1 Os presos da Ilha	91
2.4.2 Os moradores da Ilha Grande	110
2.4.3 Os funcionários do presídio da Ilha Grande	124
2.5 As múltiplas memórias da prisão na Ilha	133
2.6 Um guarda que virou amigo de interno: memória imprevista	135
3- Política pública de democratização dos presídios	142
3.1 Antecedentes à criação da CPI	143
3.2 Campanha e eleição do primeiro mandato de Leonel Brizola	146
3.3 A democratização do sistema público de segurança	147
3.4 Abertura do sistema carcerário	149
3.5 Alguns discursos sobre a CPI	150
3.5.1 Desmilitarização da segurança pública	160
3.5.2 Insatisfação nos resultados da política de segurança pública e Abertura do Sistema Carcerário	164
3.5.3 Reflexos da política de segurança pública do governo de Leonel Brizola no presídio da Ilha Grande	169
4- O fechamento do presídio e alguns temas: “invasão da Ilha”, especulação imobiliária e os “Leis de Segurança”	172

4.1 Entrevista com Liszt Vieira, um ambientalista	172
4.2 Entrevista com Vera Malaguti, uma abolicionista penal	180
4.3 Os “Leis de Segurança” na massa carcerária	190
4.3.1 Os “Leis de Segurança” na visão de Pedro Santos, ex-guarda do presídio	192
4.4 Entre fugas e a especulação imobiliária	195
4.5 Cronologia da desativação a partir dos jornais, e algumas memórias	199
4.5.1 A negociação com os presos	204
4.5.2 A transferência dos presos	205
4.5.3 A implosão	207
4.5.4 Alguns questionamentos acerca da desativação	210
4.6 Outra tentativa de reativação do cárcere	214
5 - Considerações finais	217
Fontes primárias e Bibliografia	222
Fontes primárias	222
Entrevistas:	222
Manuscritos:	224
Impressos:	224
Bibliografia (Fontes secundárias)	228
Anexos	244
1 Carta de William da Silva de Lima e Carlos Alberto Mesquita	244
2 A Resolução do relatório final da CPI de 1983-1984	245
3 Carta de Carlos Alberto Bernardo Mesquita	246

Introdução

A baía da Ilha Grande já foi uma região de grande expressão que esteve no centro das atenções de autoridades políticas em aproximadamente há cerca de cem anos. Antes da urgência sanitária de 2020,¹ seria mais difícil entender as razões da importância que outrora teve a Ilha Grande, mais precisamente o porto da Enseada de Abraão. Essa época de notoriedade se deu no auge de contaminações por doenças infectocontagiosas: os temidos surtos epidêmicos, tempos em que a circulação de pessoas acontecia exclusivamente por embarcações marítimas. A esse respeito, consta que meados do século XIX, as soluções sanitárias para evitar a propagação de doenças se davam por meio de isolamento, através da internação dos infectados, em lazaretos. Tal tendência, europeia, foi adotada na capital do Brasil, precisamente, na Ilha Grande².

Outro fator relevante em relação à Ilha: as viagens transoceânicas eram realizadas exclusivamente por embarcações marítimas. Logo, a chegada de visitantes estrangeiros poderia ser somente pelos mares, já que essa época era anterior à da aviação comercial. Ilha Grande assim, já fora considerada uma região de interesse estratégico, em relação aos interesses nacionais, visto que, a capital do país era o Rio de Janeiro. Em períodos de aumento de contágios, era imprescindível a passagem por Ilha Grande antes da chegada na capital.

Mas, apesar de tamanha importância, não foi exatamente por essa utilidade notória, em termos de saúde pública, que a Ilha se tornou famosa. E sim por conta das colunas policiais.

Por muito tempo, a Ilha foi um reduto de observação e vigilância de indivíduos suspeitos da cidade do Rio de Janeiro. Assim, a Ilha serviu como local de desinfecção e de quarentena para os potenciais portadores de doenças (passageiros de navios) e/ou para reclusão de pessoas consideradas delinquentes.

A última prisão da Ilha Grande foi o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM),³ instituição isolada do continente. Esteve afastada pela distância de uma viagem de barco de aproximadamente duas horas, acrescida de uma estrada que poderia ser atravessada em aproximadamente três horas de caminhada. A instituição ficava separada pela mata atlântica e

¹ Em março de 2020, a necessidade de um toque de recolher para evitar o contágio da Covid-19 marcou o triste retorno a períodos de surtos de doenças epidêmicas, quando o isolamento era uma precaução sanitária comum.

² Em uma das obras espanholas do século XIX, a respeito da história da epidemia de cólera: “*Asi que, durante el tiempo del cordon sanitario, de los lazaretos, y en medio de su extrema y punible benignas en la observancia de las medidas e instrucciones del gobierno, de las juntas de sanidad etc; el cólera se estacionó[...]*” (GONZALEZ DE SAMANO, 1858, p. 271, grifo nosso)

³ É importante frisar que, apesar de ao longo do texto a penitenciária ser referida no singular, não existiu uma única instituição ou um único prédio. Em alguns momentos, houve mais de um presídio em funcionamento na ilha, além de instalações carcerárias improvisadas que serviam como anexos. As prisões foram instaladas na Vila do Abraão e na Vila de Dois Rios. O(s) presídio(s) ocupava(m) apenas parte da Ilha, compondo uma espécie de complexo penitenciário. A menção ao fechamento do presídio refere-se ao último desses prédios, que permaneceu na ilha até 1994.

rodeada por águas cristalinas. O cárcere era situado em povoado para onde foram transportados presos comuns e condenados políticos: os proscritos da capital. Muitos internos desconhecidos e também tenham havido personalidades políticas que foram mantidos nessas instalações, sob condições atentatórias contra a dignidade humana. Consta que alguns detentos receberam exclusividade e regalias, mas a grande maioria fora relegada a privações e maus tratos. O tratamento cruel a internos foi uma das marcas dos estabelecimentos penais da ilha. Porém, determinados incidentes (como fugas frequentes) colocaram em dúvida o rigor da disciplina imposta e dos procedimentos de segurança adotados no presídio.

O IPCM foi extinto em 1994, no final do segundo mandato do governador Leonel Brizola, em meio ao aumento acelerado da massa carcerária e dos problemas de superlotação nos presídios do estado do Rio de Janeiro. Foi o fim da era de presídios na Ilha Grande. No entanto, em meio à escassez de vagas, por que o então governador Brizola teria desativado essa instituição? Seria uma atitude política impensada, imediatista, ou um projeto com planejamento a tempo arquitetado?

Embora haja opiniões de que o valor material, leia-se, “o patrimônio arquitetônico” do último presídio não fosse representante de uma edificação com valor artístico, destaca-se, nesta pesquisa, o seu valor simbólico como registro de uma era. Um prédio de presídio identifica um modelo institucional penitenciário que reflete o pensamento de uma época. A gestão penitenciária, nos primórdios da especialização e da sistematização no Brasil, previa e recomendava tal tipo de punição de infratores pelo confinamento em colônias.

E, o fato de a colônia ter sido instalada em uma ilha é o que faz todo o diferencial sobre esta instituição penitenciária. Este(s) estabelecimento(s) foi -ou foram- destaque entre os demais cárceres da capital, justamente por estar(em) tão distante e em ilha.⁴ As ruínas e os museus (Museu do Cárcere e Ecomuseu) são evidências de um passado inglório. No entanto, é recomendável se lembrar para não reincidir no erro, como aconteceu no passado, a primeira colônia existiu por dois anos e foi extinta como execrável, em 1896. Seis anos depois, em 1903, foi novamente admitida sua existência como prisão e permaneceu por mais 92 anos. E é fundamental a inquietação advinda deste erro que buscamos investigar como se deram os debates acerca da decadência daquela instituição, que culminaram finalmente na sua demolição.

No âmbito das discussões parlamentares, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), houve opiniões contrárias à desativação do presídio em 28 de abril de 1994.

⁴ Nos artigos 399 e 400 do Código Penal de 1890 estava previsto o envio de vadios e capoeiras para ilhas: “Si o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes”. Cf. Código Penal, aprovado pelo Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Certos posicionamentos defendiam ser prudente manter aquele estabelecimento, com a justificativa de que a prisão era muito segura e fazia falta para o sistema penitenciário. Outros, porém, exigiam um plano do governador voltado a aproveitar o grande potencial do espaço para atividades turísticas. Entre outras opiniões, surgiam até desconfianças de que, por trás dessa atitude “apressada” do governador, havia interesses escusos.

A percepção segundo a qual a Ilha era adequada para a instalação de um cárcere perdurou por um século. A Ilha era mais isolada do que é hoje, havendo praticamente apenas um caminho de chegada e, portanto, mais apropriado para distanciar os indesejáveis dos meios urbanos. Esta foi a principal justificativa abafada pelas autoridades para manter uma instituição tão execrada por uma centena de anos.

A despeito das intenções declaradas pelo Estado para as prisões na Ilha Grande, percebe-se que este cárcere tinha instalações propícias ao castigo dos internos. A instituição penal utilizada para correção de menores infratores, capoeiristas, vadios, ébrios, criminosos perigosos, presos comuns, e também, por diversas vezes, foi útil a governos autoritários, especialmente para fins de confinamento de opositores políticos. (SANTOS, 2006, p. 467)

Sobre as memórias acerca do presídio, há diversas autobiografias, e não à toa alcançaram sucesso editorial. Nomes como Graciliano Ramos e William de Souza Lima são ex-detentos deste presídio que se sobressaíram nesse rol de autores com autobiografias sobre a experiência em Ilha Grande. No entanto, sobre estas autobiografias, é preciso ter uma análise mais cautelosa, porque memórias também são ficcionais; são discursos mascarados, relatos com artifícios retóricos e cuja autenticidade pode ser questionada. (SARLO, 2007, p. 31). Conforme a crítica literária Beatriz Sarlo (2007) afirma: “Não há pureza na vítima que tem condições de dizer ‘fui vítima’. Não há plenitude nesse sujeito.” (SARLO, 2007, p. 34) Entretanto, em alguns casos, como foi o das prisões da Ilha Grande, mesmo portando um olhar questionador sobre a narrativa das vítimas, conforme Beatriz Sarlo sugere, é possível confirmar que as denúncias dos internos das prisões da Ilha Grande tinham fundamento.

Também é importante considerar as memórias de pessoas que passaram pela experiência de conviverem na proximidade do IPCM, com os riscos intrínsecos de serem vizinhos de uma prisão. Esse repertório de memórias repercutiu, inclusive, na grande imprensa, a ponto de serem criados mitos sobre os internos do presídio e sobre sua pretensa periculosidade, que supostamente

ameaçava até os moradores do continente.⁵

São memórias sobre eventos inusitados e também de violências, de episódios pouco comuns que ocorreram por causa da existência da penitenciária. O mito sobre os foragidos da Ilha cresceu a ponto de ser razão de assombro não apenas para moradores da Ilha, como também para quem lesse os jornais e vivesse pelo Rio de Janeiro.

Não obstante, não é demais ressaltar que esse presídio foi palco da criação de um dos maiores problemas dos sistemas de segurança pública do país: o Comando Vermelho. Considera-se um episódio importante da história da ditadura no Brasil. No caso brasileiro, o Comando Vermelho é descendente da solidariedade entre presos que foi engendrada no contexto da ditadura, nas instalações do sistema penitenciário. A prisão do IPCM é reconhecida como local onde surgiram as primeiras tentativas de construção de uma irmandade carcerária, entre detentos, os primeiros comandos ou facções de presos no Brasil, conforme atualmente são comumente conhecidos.

Tendo apresentado um panorama geral sobre a história do IPCM e pontos de análise relevantes, passamos agora para a descrição da pesquisa em si: em desenvolver uma abordagem sobre o fechamento do Instituto Penal Cândido Mendes, o último presídio que restou na Ilha. Para tal foram utilizados fontes orais, jornais da grande imprensa [como *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*], os pronunciamentos dos deputados registrados nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro [1983-1994]. Sobre os relatos orais, são entrevistas realizadas com moradores da Ilha Grande que vivem na ilha desde a época do presídio. Há também a entrevista com personalidades políticas da época que atuaram durante o período da gestão do governador Leonel Brizola. São estes: um dos vereadores integrantes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os presídios, Liszt Vieira, e a Coordenadora do Projeto de Desativação do Presídio, Vera Malaguti Batista.

A análise também está concentrada em notícias isoladas de jornais mais antigos, como o *Diário de Notícias*, *Diário da Noite*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *A Manhã*, *A Rua*, *Beira Mar*, com datas que variam, mas que remontam desde a década de 1890. Outras fontes que também são subsídios a essa investigação: os Livros de Ocorrência de Galerias do Instituto Penal

⁵ Durante as gravações da novela *Louco Amor* (em 1983), que estavam sendo realizadas na Ilha da Gigóia, a equipe de filmagem recebeu o comunicado da fuga de cinco presidiários da Ilha Grande. A equipe ficou bastante tensa e o destaque foi o apavoramento da atriz Glória Pires ao ver um homem de calção com um facão embanhado na cintura. Não se tratava de um foragido, mas de alguém precavido para o caso de uma investida dos foragidos. *Jornal do Brasil*, 17.06.1983, p. 4.

Cândido Mendes entre o período de 1971 até 1989. Por fim, consulto relatórios periódicos elaborados por diretores dos dois presídios que existiram na Ilha, alguns, sendo os referentes aos seguintes anos, respetivamente: Colônia Agrícola do Distrito Federal (1943, 196, 1947, 1948, 1949, 1950, 1954, 1957 e 1958) e Colônia Penal Cândido Mendes (1943, 1944, 1946, 1948, 1949, 1954 e 1949).

Importa ressaltar que não se trata de única instalação carcerária existente entre 1894 e 1994, mas sim que foram diferentes instituições. Para melhor compreensão do contexto, resumo as informações em um quadro demonstrativo com a linha do tempo da existência dos estabelecimentos penais da Ilha e demais informações.

Passamos agora para a descrição dos capítulos da dissertação. O primeiro capítulo, *A Ilha Grande que aparecia nos jornais do final do século XIX ao XX*, foi escrito com a intenção de expor uma visão geral sobre como a Ilha foi vista pela população fora da Ilha ao longo do século XX. O capítulo de abertura é um projeto ambicioso pela extensão e cronologia longas; porém, tem o propósito simples de contextualizar e/ou resumir as principais notícias veiculadas pela imprensa sobre o presídio. Também propõe reflexão sobre por qual motivo estas notícias circulavam. Tendo em vista a distância do presídio e a dificuldade de acesso de equipes jornalísticas em acompanhar os acontecimentos na Ilha, considera-se que a cobertura sobre o que acontecia no local foi, acima da expectativa, ainda a despeito dos obstáculos, percebe-se que a cobertura sobre a Ilha foi bem assídua, mostrando que existia uma demanda de interesse das redações jornalísticas e do público leitor sobre o tema⁶.

Outro ponto a ressaltar é que não se tratava apenas de notícias sobre o que ocorria na Ilha mas também, menções corriqueiras ao local e aos presídios da Ilha que eram feitas na imprensa. Assim sendo, alguns episódios tiveram significativa repercussão na imprensa, a ponto de serem até considerados divisor de paradigmas para as políticas penais e penitenciárias no estado do Rio de Janeiro. Por meio da imprensa, procuro também acompanhar a cobertura realizada pela mídia sobre os temas relacionados à situação dos presídios no estado do Rio de Janeiro e, mais especificamente, com o caso dos presídios de Ilha Grande.

Os jornais consultados foram diversos e selecionados sem um critério específico previamente estabelecido. O critério de escolha desses periódicos foi a presença em maior quantidade e frequência de matérias publicadas sobre o presídio na Ilha Grande. As referências à Ilha Grande, enquanto o presídio existiu, geralmente, estavam relacionadas ao complexo

⁶ No início do século, devido à distância e dificuldade de acesso, a Ilha Grande era identificada como região desconhecida, exótica e praticamente não habitada. A região sul fluminense era deslocada da capital. Foi a partir da construção da Estrada Rio-Santos que o acesso a esta região foi facilitado.

penitenciário e a seus presos. O fato de a imprensa incluir regularmente os conflitos locais da Ilha nas colunas policiais sinalizam que, apesar de isolada, Ilha Grande era reconhecida como parte dos problemas da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, as grandes questões do local faziam parte de algo mais amplo do que o próprio distrito de Angra dos Reis, onde a Ilha se situa. Enquanto o Estado da Guanabara existiu (1960 até 1975), a Ilha esteve no cenário de debates sobre Segurança Pública, com implicação nos dois estados: Rio de Janeiro e Guanabara.

Mesmo apresentando informações relevantes e conteúdos apropriados para dar consistência às discussões, foram consultadas algumas fontes⁷ que identificam as origens dos jornais e suas posições assumidas em relação aos contextos históricos, muito embora de forma resumida. Assim como aconselha Tania Regina de Luca (2008): é preciso observar as credenciais dos veículos de imprensa, bem como a linha editorial, “as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, entre outros aspectos. (LUCA, 2008, p. 140).

A justificativa para a delimitação dos temas integrantes do primeiro capítulo baseia-se na observação dos assuntos que cujos temas foram fartamente divulgados na grande imprensa. Eis alguns exemplos: reclamações sobre o funcionamento do Lazareto, fugas de presos, tipos de indivíduos enviados para a Ilha, entre outros.

Os jornais de grande circulação que cobriram o tema das prisões não economizavam espaço para essas manchetes policiais. O interesse pelo assunto ocasionalmente aumentava quando essas situações apresentavam um caráter de exótico, diferente das notícias costumeiras. Alguns exemplos: motins, rebeliões, fugas de presos, sequestros de moradores, castigos cruéis e o interior das prisões da Ilha, entre outros.

Eventualmente jornais disponibilizavam páginas inteiras com as coberturas dos incidentes mais marcantes; incluíam as posições e decisões governamentais sobre os incidentes nas prisões. Em algumas situações de clímax, as redações dos jornais exibiam abertamente suas posições em relação às notícias divulgadas sobre a Ilha. Por todas essas motivações, observar a Ilha pelas páginas dos periódicos, ao longo da cronologia de um século, foi uma estratégia encontrada para identificar quais foram as principais referências da população externa à Ilha sobre os presídios da Ilha ao longo de um século.

O segundo capítulo, *Ilha Grande: ilha prisão e a memória de funcionários, moradores e presos*, trata das experiências de moradores que viviam na Ilha e sobre suas perspectivas dentro da situação de terem sido vizinhos de uma penitenciária. Moradores de diferentes praias da Ilha argumentaram posições específicas sobre suas realidades locais na relação pessoal com a

⁷ Algumas fontes foram consultadas no DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Há também uma versão on-line. ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>

existência do presídio. Uns expressaram nostalgia ao recordarem os “tempos do presídio” e outros demonstraram a satisfação com o fim da instituição, já que tiveram experiências marcantes negativamente com a presença da penitenciária na Ilha. Consta, frequentemente, no levantamento dessas memórias, os registros de conflitos entre moradores da Ilha e presos foragidos que foram divulgados na grande imprensa.

As memórias de ex-funcionários também estão resgatadas neste capítulo, de modo que eles também podem ser considerados como moradores da Ilha. Na abordagem dessas memórias, vale dizer que está incluso tanto as lembranças saudosistas de uma era que já se foi quanto situações de memórias imprevistas.

As memórias de ex-presos então registradas em obras autobiográficas foram escritas em diferentes períodos e em diferentes contextos. O material foi analisado como fontes referenciais sobre a perspectiva dos presos, tendo a brutalidade do sistema penitenciário como um dos pontos marcantes.

Nesse cenário de memórias diversas, a tessitura do trabalho tornou-se mais delicada no sentido de que é preciso ter cautela ao abordar as diferentes memórias. Como sinaliza a pesquisadora Myrian Sepúlveda dos Santos (2018), ao abordar as experiências diferenciadas entre as dinâmicas dos espaços de dentro e fora do presídio, as perspectivas das memórias se cruzam, mas não revelam uma sincronia. No capítulo, há uma discussão mais acentuada sobre o campo da História Oral e aplicação desse método na investigação sobre a história do fim do presídio na Ilha Grande.

O terceiro capítulo, *Política pública de democratização dos presídios*, traz um debate acerca das visões sobre o que foi a gestão Leonel Brizola, no contexto do seu primeiro mandato como governador do estado do Rio de Janeiro (1983-1987), especialmente enriquecido pelas pesquisas realizadas por Bruno Marques da Silva, Francisca Vergínio Soares e Cristina Buarque de Hollanda. A gestão de Leonel Brizola foi marcada pelo investimento na esfera da Educação, mas também marcou história por se tratar do início da democratização do Estado após a ditadura. Esta nova condição possibilitou ao governante e sua equipe se oporem às práticas costumeiras de violações dos Direitos Humanos, especialmente no âmbito da Segurança Pública e, mais especificamente no que concerne ao tema desta pesquisa, no sistema penitenciário. A política de Segurança Pública adotada na ocasião justificou, inclusive, a mudança das regras autorizadas nas administrações de presídios e penitenciárias. Durante o mandato de Brizola foram apuradas denúncias de abusos e crimes contra os direitos civis. A proposta de seguir os preceitos de marcos legais existentes foi bastante criticada por diversos setores da sociedade e gerou desdobramentos nas ruas e nos estabelecimentos penais.

Uma comissão de inquérito parlamentar sobre o sistema carcerário foi criada no primeiro mandato de Leonel Brizola como governador do estado do Rio de Janeiro. A investigação da CPI e a movimentação de ações mais concretas ficaram conhecidas como “Abertura do sistema penitenciário”. A CPI concluiu (entre outras medidas emergenciais) que a prisão da Ilha precisava ser fechada. No entanto, por falta de recursos e situações outras que provocavam cada vez mais instabilidade no sistema penitenciário, a desativação do presídio precisou ser adiada mais uma vez. Ela só veio a cabo no segundo mandato de Leonel Brizola (1991-1994); mais especificamente, em seu último dia como governante.

O quarto capítulo, *O fechamento do presídio e alguns temas: “invasão da Ilha”, especulação imobiliária e domínio dos presos* retoma vários argumentos já iniciados em capítulos anteriores. Para tanto, lança mão de citar trechos de entrevistas orais com funcionários, deputado e a diretora do projeto de desativação do presídio que, em maior ou menor medida, foram autoridades que contribuíram para o desfecho da desativação, bem como Liszt Vieira, um dos deputados integrantes da CPI e Vera Malaguti, coordenadora do projeto de desativação do IPCM.

A partir de algumas análises baseadas em alguns estudos sobre os problemas fundiários na Região da Costa Verde, é possível perceber que nem todos os problemas reais que motivaram o fechamento do presídio foram noticiados na grande imprensa. Afinal, o capítulo também tem por premissa desfazer mitos sobre o motivo que levou ao seu fechamento, assim como os mitos mais disseminados na imprensa. Na continuidade cronológica, no segundo mandato de Leonel Brizola será contextualizado brevemente o surgimento do grupo de presos que ficaram conhecidos como “Leis de Segurança” dando ênfase à movimentação do processo de desativação do presídio. Os desdobramentos serão descritos a partir dos jornais que estamparam notícia sobre o fechamento do presídio, entre eles, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *O Fluminense*.

Durante os períodos Estados de sítio e na vigência dos sucessivos governos militares desde a Primeira República até a última ditadura civil militar,⁸ a Ilha permaneceu como uma

⁸ Na Primeira República, os governantes que instituíram o recurso do estado de sítio foram os seguintes com os respectivos números de dias: Deodoro da Fonseca (20 dias), Floriano Peixoto (295 dias), Prudente de Moraes (104 dias), Rodrigues Alves (121 dias), Hermes da Fonseca (268 dias), Venceslau Braz (71 dias), Epitácio Pessoa (132 dias), Arthur Bernardes (1287 dias) e Washington Luiz (87 dias). Na Era Vargas, o Governo Provisório de 1930 até 1934, manteve-se sem preservar as garantias constitucionais. Do final de 1935 até 1937, Vargas utilizou o instrumento do Estado de Guerra. De 1937 até 1945 Vargas desfechou um golpe de estado e suprimiu, novamente, todas as garantias constitucionais. Na deposição de Café Filho e posse de Nereu Ramos também foi instaurado o Estado de Sítio. A partir de 1964, o estado de exceção foi instaurado por 21 anos, na forma de mais uma ditadura. (GOMES; MATOS, 2017). A Ilha não foi o lugar exclusivo para onde foram enviados presos por questões políticas. Mas, em algumas destas ocasiões, os aprisionados seguiram o destino para Ilha Grande.

espécie de prisão de segurança máxima e lugar para onde eram enviados habitualmente presos para passarem por um processo de reabilitação pelo trabalho. Por outro lado, na prática, a Ilha foi também um instrumento de punição para opositores de regimes autoritários. Ainda por causa de suas instalações precárias, das dificuldades de fuga e pela farta violência física ofertada pelo corpo de funcionários para com os presos, a instituição ficou com a pecha de presídio-castigo.

Apesar de esta pesquisa não consistir em um levantamento de memórias exclusivas de presos políticos, em um formato cronológico, faz-se necessário expor sumariamente os principais momentos em que o Estado brasileiro esteve sob a égide de instrumentos repressivos na letra da lei e que o cárcere da Ilha foi oportuno para as medidas repressivas.

De modo geral, importa salientar que a violência de Estado não é uma medida fartamente documentada. Os estados de exceção ou ditaduras costumam ser acompanhados da prerrogativa da censura dos meios de comunicação e cultura. Assim sendo, jornais, periódicos ou escritores e escritoras não se valeram da denúncia, e os atos repressivos não foram divulgados na época. Como Lira Neto afirma: nenhuma denúncia foi apurada durante a violência que o período do Estado Novo (de Getúlio Vargas) representou.

Se evitou a execução sumária dos prisioneiros, Getúlio não impediu a instituição da tortura como método investigativo nos porões de seu governo. Nenhuma denúncia contra os milhares de homens e mulheres postos sob a custódia de violência contra os milhares de homens e mulheres postos sob a custódia do Estado naquela época foi devidamente apurada. (NETO, 2003, p. 259)

Voltemos para o início do Regime republicano brasileiro, em que a democracia já começou grassada por práticas autoritárias. Deodoro da Fonseca instaurou o estado de sítio em 3 de novembro de 1891, vinte dias antes de renunciar. Vale lembrar que, apenas na República Velha, o instrumento de exceção ficou vigente por 2.365 dias. (Cf. nota 8).

No princípio do século XX, na urgência de transformações e modernização dos espaços urbanos, bem como, Reformas Urbanas e Reformas na Polícia do Distrito Federal, entre outros confrontos políticos, foram circunstâncias críticas que posicionaram a Ilha como local estratégico para o envio tanto de opositores políticos quanto sujeitos considerados causadores de distúrbios da ordem.

Os governos de Getúlio Vargas, identificados como “Era Vargas” marcam também um período em que a Ciência Penal e Penitenciária desenvolviam conhecimentos teóricos para a aplicação de penas privativas de liberdade. Inspirados em modelos de outros países, em especial o modelo italiano, a Ciência Penal brasileira almejava um reconhecimento internacional de suas práticas ao participar de congressos científicos internacionais. O Conselho Penitenciário Brasileiro, sob a liderança de Cândido Mendes de Almeida, pleiteou elaborar um modelo que

servisse para a orientação dos estabelecimentos penais, posto que ainda não havia uma lei específica ou código que estabelecesse as regras para os estabelecimentos penitenciários.⁹

Durante o longo período sob o governo de Getúlio Vargas, alguns momentos pontuais foram também os de maior superpopulação nas instalações dos presídios da Ilha: Revolução Constitucionalista (1932), a implantação da Lei de Segurança Nacional¹⁰ e depois com a implementação do Estado Novo (1937)¹¹.

No contexto da Ditadura instaurada em 1964, que se autodeclarava como revolução, o aparelho repressivo alcançou maior desenvoltura com a promulgação de atos institucionais. Segundo o historiador Carlos Fico (2012), a operação de “limpeza” tinha como preceito a luta contra o inimigo interno que ameaçava a democracia. Essa luta não foi em absoluto centralizada, pois contava com a adesão geral ao projeto repressivo de expurgar opositores:

Não se pode falar de um projeto ideológico autoritário levado a cabo por um Estado integrado e centralizado. Mas, se havia grande diversidade entre as instâncias repressivas (polícia política, espionagem, censura etc.), isso não implica inexistência de um ‘projeto repressivo, centralizado, coerente’[...]. Coerência e centralização provinham da adesão geral mencionada ‘utopia’ autoritária’. (FICO, 2012, p. 76)

A Lei de Segurança Nacional aprovada em 1967¹² provocou mais uma vez o aumento da demanda naquele estabelecimento. Dessa vez apenas uma única instalação, em Dois Rios, será o espaço para o acolhimento de diferentes tipos de presos políticos e presos comuns.

Em sucessivas aplicações de meios repressivos, esses governos deixaram um lastro de memórias de truculências, perseguições e interrupções de liberdades e de vidas. As memórias são o que nos resta. E as paredes de prisões podem significar muito mais que simples alvenarias e vergalhões.

⁹ Cf. Relatório do professor Candido Mendes de Almeida dos Congressos internacional e nacional sobre os temas Penal e Penitenciário. Cf. (ALMEIDA, 1933).

¹⁰ Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social.

¹¹ Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos.

¹² Cf. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

1 - A Ilha Grande que aparecia nos jornais do final do século XIX ao XX

O que é crime em um determinado lugar, pode não ser em outro; o que hoje é crime, amanhã poderá não ser. (KARAM, 2004, p. 73)

A proposta de apresentar a Ilha Grande como divulgada pelos jornais pretende destacar como estes veículos de comunicação em massa, de uma maneira geral, tratavam os temas relacionados à Ilha Grande. De certo modo, também é o objetivo deste trabalho mostrar como a Ilha foi vista pela população de fora, ao longo do século XX. Outro propósito é reunir um repertório de textos jornalísticos que consideramos ser mais relevante¹³ a fim de dar sentido aos desdobramentos que levaram ao ápice da derrocada das funções a que a Ilha foi relegada. Consta que por bastante tempo o local foi visto como um recurso para afastar indivíduos indesejáveis.

As denúncias sobre os presídios de Ilha Grande foram inúmeras nas páginas de jornais. Mesmo assim, a partir do modelo de política de controle social adotada pelo Estado, a prisão foi mantida por quase um século. Até certo estágio da política de controle social e da política penal em vigor, existia uma crença no ideal de reabilitação. No bojo do discernimento do que seria um projeto para tal fim, havia recomendações teóricas que deveriam ter sido aplicadas nos presídios do local, mas que, na prática, não aconteceram.

David Garland (2008) contribui para a compreensão das políticas penais que sofrem transformações com o tempo. Neste estudo, observamos os desdobramentos destas políticas que refletem nas políticas penitenciárias. Segundo a tese do autor, o pensamento penal moderno pode ser separado em fases, basicamente denominadas de “Previdenciário penal”, entre as décadas de 1890 até 1970, e o modelo de política penal após este período que ele considerou como a fase “Pós modernidade”.

O autor denomina como Previdenciário Penal a época em que vigorava o ideal de chance de reabilitação dos delinquentes. De acordo com esse pensamento, os que fossem presos, ao ocuparem vagas nas instalações carcerárias, passariam pelo processo de regeneração. A experiência do cárcere propicia ao interno a reabilitação. “A reabilitação foi o suporte estrutural central do sistema, a mola-mestra de um grupo de **práticas e ideologias** que se alimentavam mutuamente.” (GARLAND, 2008, p. 51, grifo nosso) Nesse sentido, podemos considerar que a prisão em ilhas fazia parte destas práticas e ideologias pensadas pelos tomadores de decisão e executores de leis, os quais apontavam as colônias como a solução dos problemas penitenciários, durante a maior parte do século XX.

¹³ O critério para a escolha destes trechos de jornais é baseado no princípio de que as notícias sobre as prisões que existiram na Ilha são relevantes para a elaboração desta pesquisa. Portanto, foram selecionadas notícias que de algum modo estivessem alinhadas com o tema das instalações de acatamento na Ilha Grande.

Após a década de 1970, esse pressuposto da reabilitação de indivíduos internados em presídios perdeu credibilidade e, assim, segundo Garland, em decorrência de mudanças histórico-sociais prevaleceu um modelo “quente” de desenvolver políticas penais. “A temperatura emocional da elaboração das políticas mudou de fria para quente.” (GARLAND, 2008, p. 54) Isso equivale a dizer que as autoridades passaram de acreditar no viés reabilitador das prisões para adotar uma lógica de política punitivista e de “tolerância zero” para com os delinquentes. A prisão não seria mais um lugar para se reabilitar, como outrora era vista. Passou a ser vista como instituição exclusivamente para cumprir penas. O campo do controle do crime passará a estar submetido a novas estruturas sociais; dentre elas, o surgimento de novos atores e agências privadas. (GARLAND, 2008, p. 48)

O aumento de encarceramento é reflexo das mudanças que se seguiram a partir deste novo modelo. São uma resposta objetiva deste novo padrão de política penal. Em que pese a questão da segurança pública, torna-se uma plataforma de discursos eleitoreiros. Tanto os erros dos sistemas judiciário, quanto do penitenciário passam a ser apontados como algo a ser resolvido e, portanto, tornam-se promessas de campanha política. (GARLAND, 2008, p. 57).

Pela análise das notícias de jornais, de modo a considerar as reflexões garlandianas, vamos enquadrar o período de existência dos presídios na Ilha com a fase do previdenciarismo penal durante os anos que seguem desde 1894 até precisamente 31 de dezembro de 1985, data de uma das fugas do interno José Carlos dos Reis Encina, o “Escadinha”¹⁴. Desta data em diante, consideramos que a imagem do presídio na Ilha foi ridicularizada, e a reação à falha do sistema penitenciário foi escrachada pela imprensa. A partir deste episódio, causador de reações de revolta na opinião pública, dentro de todo um contexto, consideramos a fuga de “Escadinha” como um divisor de águas em relação à visão da sociedade sobre as prisões da Ilha. Entram na arena das discussões sobre políticas penitenciárias vários temas, bem como do aumento do índice de criminalidade e das evidências do surgimento do Comando Vermelho, e a ineficiência da prisão da Ilha Grande. Garland (2008) observa que a contenção dos crimes passam a fazer parte dos discursos políticos: “Agora, um discurso político fortemente carregado permeia todos os temas relacionados ao controle do crime, de modo que toda decisão é tomada sob a luz dos holofotes e da disputa política e todo erro se transforma em escândalo.” (GARLAND, 2008, p. 57).

¹⁴ O episódio se refere à segunda fuga do detento do presídio da Ilha, posto que o mesmo já havia fugido do IPCM em ocasião anterior.

O interno Escadinha conseguiu fugir de maneira ousada e criativa.¹⁵ Esse episódio de falha da administração do presídio foi capitalizado como trunfo de uma plataforma política que fazia franca oposição ao modelo político da situação, este que vinha, a duras penas, tentando democratizar a Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, após 19 anos dominada e sob os parâmetros de um regime autoritário.

Sobre a arquitetura dos presídios da Ilha, esta em nada se assemelhava ao formato da proposta do Panóptico.¹⁶ O cumprimento de penas privativas de liberdade em colônias previa a regeneração do preso pelo trabalho, mais especificamente, do trabalho em atividades agrícolas.¹⁷ Portanto, pelo regime de semiliberdade. As prisões colônias têm o pressuposto do regime de trabalho externo em plantações e outras atividades eventuais durante o dia. Nem todos os internos da Ilha eram vigiados em celas o tempo todo. A maioria era acautelada sob o regime de semiliberdade. Mas, de certa forma, quando tentavam fugir, os olhos de todos da Ilha passavam a vigiá-los. E quando a fuga tornava-se de conhecimento da polícia, virava notícia de jornal que, por sua vez, despertava a curiosidade no imaginário popular de leitores. A fuga do Escadinha, por exemplo, sobrepujou opiniões. Outras vezes, eram os rumores sobre os motins e rebeliões na Ilha: murmúrios na imprensa cujas notas, em geral, na sequência, eram divulgadas pelos diretores dos presídios negando as tais suspeitas.

A escolha de analisar como a Ilha era descrita pela ótica da imprensa busca fortalecer alguns eixos importantes de reflexão desta pesquisa, visto que podem auxiliar na compreensão de como a opinião popular pensava a Ilha-prisão, ou seja, qual informação chegava à população que nem conhecia a Ilha. Logo, podemos considerar que os artigos da coluna policial constituem mais elementos para compreender os motivos que geraram apoiadores ou críticos da decisão de fechar o presídio. As histórias narradas neste capítulo foram baseadas nas reportagens de jornais. Sobre isso, não há comprovação quanto da existência de quaisquer processos judiciais por parte das autoridades, há apenas a versão do que foi publicado pela imprensa da época.

¹⁵ Um helicóptero que sobrevoou a Ilha retirou Escadinha das instalações do Instituto Penal Cândido Mendes. Observe que esta versão ficou conhecida como a versão oficial sobre esta fuga, porém há indícios de maior complexidade sobre como ela realmente aconteceu. Mais a frente, ainda neste capítulo, haverá uma abordagem mais detalhada sobre este episódio de fuga.

¹⁶ O modelo panóptico pensado por Jeremy Bentham, postulava uma proposta de vigilância criteriosa dos presos, a partir de uma arquitetura bem projetada para isso. O interno seria supervisionado por várias perspectivas, enquanto o recluso não podia perceber nada sobre de onde vinha a observação de si. Cf. BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹⁷ Conforme a proposição do Conselho Penitenciário em ocasião da Conferência Penal e Penitenciária Brasileira de 1930, quando se refere a preferência por atividades reformatórias para internos de países com a predominância de atividade rural, bem como América em geral, Austrália, África: "[...] de tipo agrícola, em que se faz sentir a falta de trabalhadores rurais, os trabalhos de campo devem ser preferidos a quaisquer outros, porque juntam à vantagem do trabalho ao ar livre, a facilidade do emprego futuro." (ALMEIDA, 1933, p. 173)

Identificar a Ilha pelos jornais propõe uma dimensão sobre a opinião pública e como foi sendo forjado o imaginário popular ao longo dos anos de existência dos presídios de segurança máxima do local. O qualificativo “segurança máxima” foi questionado por diversas vezes pela imprensa, ao mesmo tempo em que as prisões eram identificadas como os cárceres mais abjetos do Rio de Janeiro.

Outro ponto a ressaltar é que, por bastante tempo, as prisões da Ilha existiam empregando métodos abomináveis no tratamento de internos. E sem o devido controle do Estado. Os relatórios¹⁸ periódicos escritos pelos diretores, ao contrário disso, expunham uma ilibada instituição. As denúncias de jornais mostravam o contrário e, mesmo assim, as prisões continuavam em funcionamento a serviço do estado.

A primeira instituição de segregação a ser instalada na Ilha não foi exatamente uma prisão, mas sim um hospital quarentenário: em 1884 foi inaugurado o Lazareto da Ilha Grande, também foi instalado nas proximidades do Abraão. Além da instalação do hospital ainda no século XIX, em 1894, foi criada a primeira prisão com o propósito de internar os contraventores que seriam condenados ao trabalho para se reabilitarem. Essa prisão, a Colônia Correcional de Dois Rios (1894-1896) localizada na Vila de Dois Rios, durou apenas dois anos. Em 1903, inaugurou-se outra prisão no mesmo lugar, com o mesmo nome e que permaneceu em funcionamento por 35 anos. O Lazareto, por sua vez, tornou-se prisão política provisoriamente. Na sequência, o que antes fora hospital quarentenário, depois prisão política, passou a sediar a colônia penal. E mais tarde, esses cárceres teriam seus nomes alterados algumas vezes mais.

A breve introdução que seguiu pretende dar indícios sobre a fugacidade que teriam as instalações carcerárias na Ilha. A mudança constante de nomes das instituições antes existentes na Ilha dificultou, até certo ponto, a elaboração ideal desta pesquisa; mas, por outro lado, percebe-se que as mudanças de nomenclaturas dos estabelecimentos seguiram também uma mudança de princípios teóricos para cada instituição, nos respectivos contextos. De modo geral, pode-se dizer, sem faltar com a verdade, que existiram várias prisões na Ilha. Entretanto, não foram tantas ao ponto de ocupar todo o território e mais vale afirmar que as prisões praticamente apenas mudaram de nome e administração, da federal para a estadual. Mesmo assim, todos esses espaços foram identificados pela memória coletiva como sendo uma única: o presídio da Ilha Grande. Mas, que opiniões criaram essa memória? Como foram forjadas? Em grande parte, presumimos

¹⁸ Os Relatórios sobre os estabelecimentos penais passaram a ser de obrigatoria apresentação a partir do ano de 1940. Cf. Decreto 5808, de 13 de junho de 1940.

inicialmente que foram inspiradas pelas opiniões que a imprensa transmitia a respeito dos acontecimentos na Ilha.

Este capítulo pretende assim sumarizar as opiniões populares predominantes que circulavam a respeito da Ilha Grande, tendo como origem de tais impressões os noticiários de jornais. Inspirada na proposta de Jorge Ferreira em juntar pesquisas que usaram os jornais como fonte sobre o Rio de Janeiro (FERREIRA, 2011; FERREIRA, 2017)¹⁹, conduzimos esta parte da dissertação. Este capítulo propõe um apanhado de notícias sobre a Ilha Grande publicadas por jornais de grande e pequena circulação. Os temas são dos mais diversos. Entretanto, a coerência da aleatoriedade de assuntos dar-se-á pela via cronológica somada a um esboço de delimitação por períodos demarcados; dentre eles, temos: consolidação da República e ordenamento da Capital na era das reformas urbanas; a Era Belacap (após a guerra); mudança da capital para Brasília e divisão entre RJ e Guanabara; Processo de redemocratização do estado e novos marcos legais em termos de direitos e propostas de aprovação de um código penitenciário.

A respeito da identificação dos periódicos consultados para estes argumentos, haverá descrições sucintas com propósito de apresentar cada jornal ou revista, de modo que o destaque pretendido não seja para os periódicos em si. Por este motivo, estes serão devidamente identificados à margem do texto, pelo recurso da nota de rodapé.

1.1 Breve apresentação da Ilha Grande

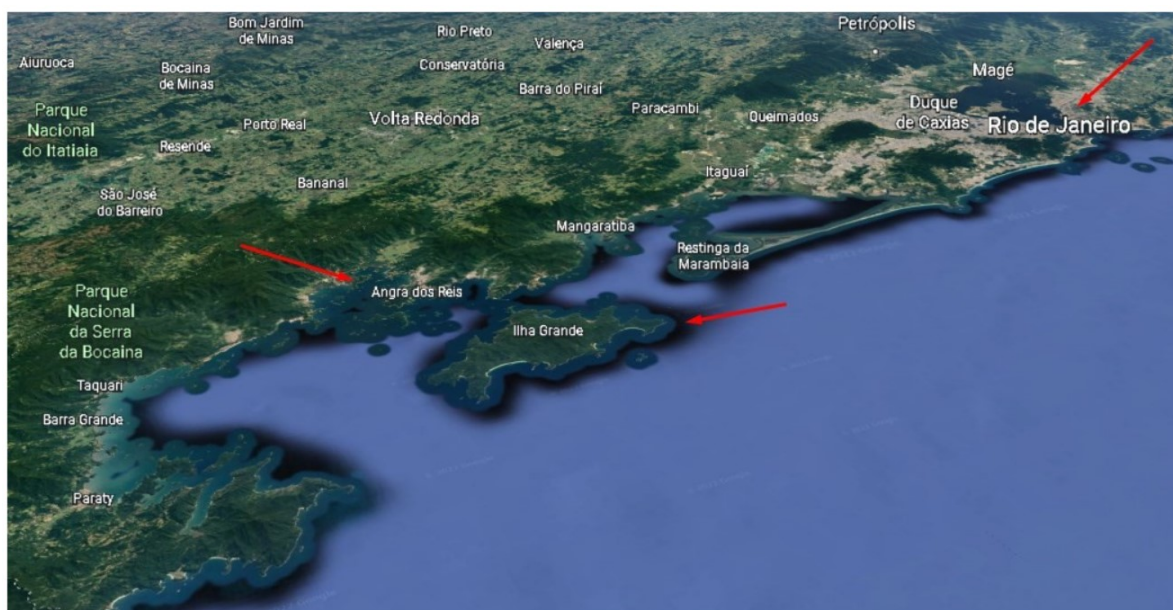
A Ilha Grande, localizada no Rio de Janeiro, é a terceira maior ilha brasileira, com 193 quilômetros quadrados de montanhas, cachoeiras, vegetação exuberante e 113 praias. Esse espaço de terra insular foi, por muitos anos, um local de instituições de confinamento. Outrora foi usada no tráfico de africanos escravizados, para isolar viajantes em quarentena, confinar presos comuns, e ficou mais popularmente conhecida como o local de reclusão de personalidades públicas aprisionadas por motivos políticos. (INEA, 2013, p. 40, 126)

As instituições carcerárias na ilha tiveram diferentes nomenclaturas: “Colônia Correccional”, “Colônia Penal”, “Colônia Agrícola”, “Penitenciária Agrícola” e, mais recentemente, “Instituto Penal”. Essas instituições sempre foram identificadas indiscriminadamente como um “Presídio”²⁰ ou, pelos moradores, como “Colônia”.

¹⁹ “O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, cultura s e políticas e conflitos sociais: 1889-1930” e “O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais: 1946-1964”, ambas obras organizadas por Jorge Ferreira. (FERREIRA, 2011); (FERREIRA, 2017)

²⁰ A instituição foi sempre identificada como “presídio” e, por isso, neste texto, será mantida esta nomenclatura mais usual, intercalando com outras designações generalistas, como: cárcere, instituição penal ou cadeia. No entanto, é

Figura 1 - Posição da Ilha Grande em relação à Angra dos Reis



Localização da Ilha Grande em relação à Angra dos Reis

Fonte: (ILHA GRANDE, Angra dos Reis, 2022)

A pergunta que norteia essa pesquisa, “Por que o presídio de Ilha Grande fechou?”, é uma indagação recorrente na imaginação de quem percorre as instalações da última penitenciária da ilha. Ver o prédio das celas em ruínas com restos da implosão talvez gere a sensação nostálgica de apagamento da história do presídio. Foi preservado apenas o prédio de entrada, antiga sede da administração do cárcere. Brizola, após o evento de implosão das instalações do presídio, manifestou a intenção de tornar o que restou do local um arquivo histórico para visitação turística²¹. Talvez, com a palavra “Arquivo”, ele quisesse se referir a um “Museu” no local. Hoje, há o Museu do Cárcere²². Buscar as explicações sobre o fechamento dessa prisão não é um exercício apenas de encontrar respostas lógicas, assim como respostas esquematizadas nos padrões de uma equação. Esta pesquisa também é um exercício de reflexão sobre o que fez deste evento um ato simbólico. Afinal, vários presídios são fechados, substituídos ou implodidos sem explicação. Outros institutos penais não geram lembranças como o presídio da Ilha Grande, que não foi o primeiro a ser derrubado, e tampouco será o último. Dentre tantas outras instituições penais extintas, por que esta tornou-se, de certa forma, especial? Por que o presídio da Ilha Grande

preciso esclarecer que para os leigos, “Presídio” e “Penitenciária” significam a mesma coisa. No entanto, há diferença nos conceitos. “Presídio” é o local onde os presos aguardam pela sentença, enquanto não são julgados. “Penitenciária” é onde os condenados cumprem suas penas, após o julgamento.

²¹ JB, 31.03.1994, p. 16. Matéria: “Sede de presídio terá arquivo histórico”.

²² Em 2001, antes de o Museu do Cárcere existir, André Cypriano publicou seu livro com fotos do presídio antes de ser demolido e no posfácio ele relata como existia o desejo de memória, de explicações historiográficas sobre o presídio. (CYPRIANO, 2001, p. 79) As peças do Museu incluem fotos de presos, alguns “estoques” (armas feitas por presos) e exemplos de uniformes de presos, dentre outras peças.

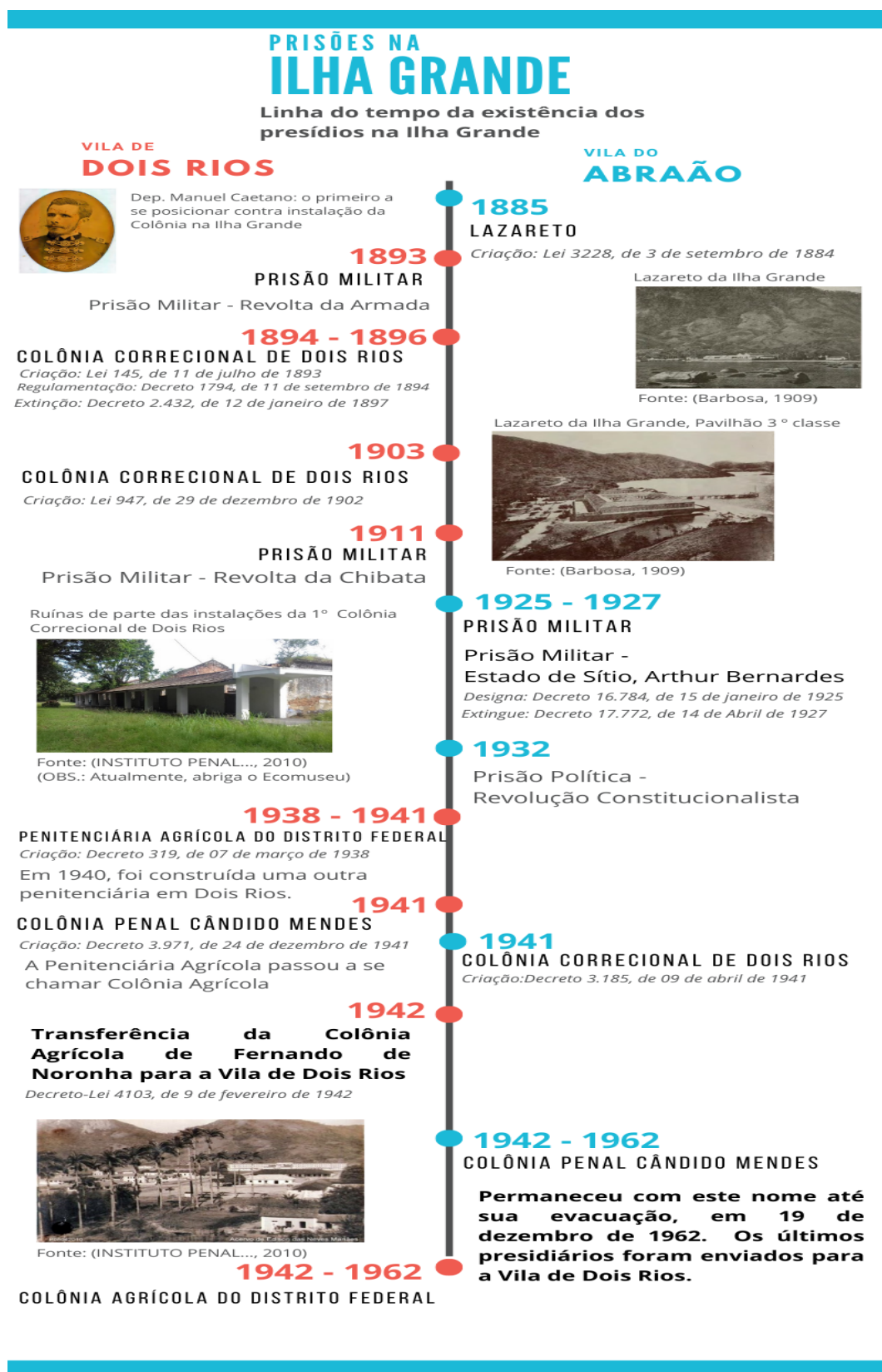
gera tantas recordações? Qual foi o argumento para fechá-lo? Por que há uma melancolia por esta prisão ter sido extinta, mesmo tendo um histórico de barbaridades? Impressões como essas serão identificadas mais a seguir, em depoimentos de moradores da Ilha, de ex-funcionários, de personalidades que por algum motivo conheceram as instalações carcerárias, de pessoas que tiveram alguma experiência com o referido presídio, ou até mesmo de pessoas comuns que conheceram histórias peculiares sobre o presídio da Ilha Grande:

As ruínas do presídio são visitadas diariamente por turistas. Curiosa, a maioria se revolta com o abandono e a falta de informação. Vários projetos para a criação de um museu já foram elaborados, mas, por desconsideração dos órgãos competentes, até hoje nenhum se concretizou. (CYPRIANO, 2001, p. 79)

Assim, mitos são criados em torno desse evento ainda mal explicado. As dúvidas quanto a este episódio podem vir em partes, provindas tanto de indivíduos favoráveis aos procedimentos de instituições mais severas na aplicação de castigos quanto por parte dos que primam pelos valores democráticos na aplicação de penas privativas de liberdade.

O temido presídio de Ilha Grande não era composto por um único espaço de reclusão. A ilha, ao longo de sua história, contabilizou o mínimo de três espaços para a reclusão de presos. Isso sem mencionar os anexos criados. Essas instituições mudaram de lugar em meio às praias da ilha por motivos de reformas de prédios ou devido à necessidade de albergar um contingente maior de presos. Essas demandas poderiam ser provenientes de deslocamentos repentinos da massa carcerária devido a situações urgentes. Um exemplo foi a necessidade de evacuação da Ilha de Fernando de Noronha por causa da 2ª Guerra Mundial e a cessão da ilha para a implantação de bases norte-americanas. A instituição do presídio e os presos de Fernando de Noronha foram transferidos para a Ilha Grande. Myriam Sepúlveda dos Santos foi quem melhor representou os eventos que propiciaram essas demandas de acomodação na Ilha. Com o intuito de auxiliar na compreensão sobre as diferentes instituições carcerárias da Ilha, segue a linha do tempo abaixo, inspirada na primeira linha do tempo elaborada pela autora (SANTOS, 2018, p. 40):

Figura 2 - Linha do tempo das prisões na Ilha Grande



VILA DE DOIS RIOS

O ÚLTIMO PRESÍDIO DA ILHA GRANDE

1962 - 1966

COLÔNIA AGRÍCOLA DO ESTADO DA GUANABARA

1966 - 1970

PENITENCIÁRIA CORRECCIONAL CÂNDIDO MENDES

1970 - 1994

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES

1960

- 1960 : Transferência da Capital para Brasília
- 1960 : Separação em dois estados: Guanabara e Rio de Janeiro
- 1962-63: Conflitos entre Guanabara e Rio de Janeiro
- 1964 : Golpe Militar
- 1967 : Instauração da Lei de Segurança Militar

1970

- 1971: Criação do Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual 15.273, de 26 de junho de 1971
- 1972 : Projeto Turis - Início da construção da Estrada Rio-Santos
- 1975 : Fusão entre Guanabara e Rio de Janeiro

Governo Faria Lima (1975-1979)

- 1978 : Tentativa de Desativação do presídio da Ilha Grande no governo Faria Lima

Governo Chagas Freitas (1979-1983)

- 1979/06 : Tentativa de fuga em massa
- 1979/06 : Desistência do plano de Desativação no governo Chagas Freitas

1980

- 1981: Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande.
Decreto Est. 4.972 de 02 de dezembro de 1981
- 1982: Criação da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APATAMOIOS)
Decreto Est. 9.452 de 05 de dezembro de 1982

Governo Leonel Brizola (1983-1987)

- 1983 : CPI dos Presídios, Abertura do Sistema Carcerário
- 1985-86 : Fuga do Escadinha
- 1986 : 1ª tentativa de Desativação do presídio da Ilha no governo Leonel Brizola
- 1987: Aprova o Tombamento provisório da Ilha Grande
Número do processo: E-05/000.170/87 em 11 de março de 1987

Governo Moreira Franco (1987-1991)

- 1987: Aprova o Tombamento definitivo da Ilha Grande
Resolução Secretaria de Estado de Cultura 29, de 14 de outubro de 1987

1990

- 1990: Criação do Parque Estadual Marinho do Aventureiro
Decreto Est. 15.983 de 27 de novembro de 1990

Governo Leonel Brizola (1991-1994)

- 1994: Desativação do último presídio da Ilha

Demais governos:

- 1998: Instalação do CEADS
- 2010: Inauguração do Museu do Cárcere
- 2011: Inauguração do Ecomuseu



CALDERÃO DO DIABO - DESATIVADO EM 1994
SEAP / RJ - RESGANTANDO A HISTÓRIA

Pôster comemorativo do IPCM
Fonte: (fotografia de acervo pessoal)



Imagem de cima da Vila de Dois Rios, 2020.
Fonte: (fotografia de acervo pessoal)



CEADS UERJ.
Fonte: (ROCHA, 2019)

A partir desta linha do tempo, onde estão sinalizados os principais fluxos de envios de presos para a ilha, é possível também remontar episódios de experiências autoritárias que marcaram a História Brasileira. Em especial, momentos em que a cadeia teve um papel importante na República: “Foi preciso ultimar a criação de cinco novas colônias penais agrícolas para dar conta do grande número de prisioneiros considerados 'perigosos socialmente'" (NETO, 2003, p. 254). A tabela traz consigo uma representação de como a Ilha foi utilizada para isolar opositores políticos em diversas conjunturas políticas. A Ilha serviu, portanto, aos interesses de sucessivos governos.

Figura 3 - Posição da Ilha Grande em relação ao continente



Posição da Ilha Grande em relação ao continente e ao oceano

Fonte: (ILHA GRANDE, Angra dos Reis, 2022b)

As ilhas, enquanto território distante das regiões urbanizadas, dispõem de outras dinâmicas de organização do espaço. Por muito tempo, o acesso ao local se dava exclusivamente por Mangaratiba, para onde o trem da Central do Brasil conduzia os viajantes e de lá, partia uma embarcação para Ilha Grande, com percurso de duas horas. No entanto, com a construção da estrada Rio-Santos (BR 101), o acesso por Conceição Jacaré foi viabilizado ao final do ano de 1973²³. A partir deste momento, o tempo de percurso até Ilha Grande diminuiu. Porém, mesmo após esta facilitação no acesso à Ilha, ao chegar ao porto de Abraão, o interessado a chegar ao

²³ Antes mesmo de as obras da Estrada Rio Santos serem inauguradas oficialmente, já havia uma tensão percebida pelas autoridades decorrente da especulação imobiliária que tomava conta da região. Em matéria do jornal *O Fluminense*, a tensão foi apelidada de “Eldorado da Rio-Santos”. (*O Fluminense*, 01.10.1973, p. 15)

presídio ainda precisava fazer o trajeto demorado até a Vila de Dois Rios. O trajeto de carro durava aproximadamente 30 minutos e cujo trecho apresenta-se bem acidentado à época²⁴.

As logísticas de chegada e de saída da Ilha dependem de enfrentar o mar. Do mar chegam seus sustentos, seja com a pesca, com a importação de produtos, ou através do turismo. Na Ilha Grande, cada vila tem uma praia (uma saída para o mar), e cada praia tem diferenças de acesso. A partir de estudo realizado em 1984 sobre a Praia do Aventureiro, algumas considerações são interessantes para a compreensão do todo da Ilha, especialmente quando tocam no elemento de natureza mais presente na vida de um morador de ilha: o mar: “[...] **mar** atua também como elemento dinâmico [...] Ele **isola** e ao mesmo tempo **liga, conecta**. Para além de ser um acidente natural, é algo que tem profundo significado na **definição do social**” (VILAÇA et al., 2006 [1984], p. 70, grifo nosso).

As principais praias que abrigaram presídios na Ilha foram: a Enseada de Abraão, e a Praia/Vila de Dos Rios. Os ilhéus (nativos de Ilha Grande) nomeiam a Vila de Dois Rios, desde tempos remotos, como a “Colônia”, uma referência às extintas Colônias anteriores²⁵. O último presídio localizava-se na Vila de Dois Rios, um lugar de difícil acesso até os dias de hoje.²⁶ Em decorrência dessa dificuldade, para trabalhar no presídio era preciso residir na Ilha Grande e, necessariamente, em Dois Rios. Os funcionários geralmente eram selecionados para esse trabalho por serem pessoas nascidas na Ilha ou que tivessem alguma relação de parentesco com algum dos moradores. A existência de presídios no local protegeu não apenas a natureza de Mata Atlântica, mas também manteve por bastante tempo uma comunidade fechada e os moradores puderam preservar suas dinâmicas de hábitos peculiares e tradições. Enquanto os ilhéus chamavam o presídio de “Colônia”, os apelidos escolhidos por detentos, ex-presos e especialmente atribuídos pela imprensa eram mais sombrios; dentre eles, “Caldeirão do Diabo”, “Ilha do Inferno”, “Sucursal do inferno”, “Inferno Verde”.

²⁴ Ver: Imagens em movimento das opções de travessia e chegada na Ilha Grande criadas por meio da ferramenta Google Earth (SOUZA, 2022)

²⁵ Entrevista com Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) concedida à autora em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019.

²⁶ Além da violência tolerada pelos funcionários do presídio, existia ainda a tensão constante entre moradores que tinham anuência da direção do presídio para se protegerem dos foragidos: “As autoridades locais incentivavam os moradores da ilha a participarem indiretamente do sistema de vigilância, sendo que muitos deles andavam armados regularmente e contavam com a recompensa oferecida pelas instituições carcerárias para completarem seu orçamento.” (SANTOS, 2006, p. 450)

1.2 Final do século XIX e a Ilha como local de isolamento: Lazareto e Colônia Correccional

A instituição em funcionamento na Ilha que, desde o século XIX, obteve bastante destaque nos jornais, foi o Lazareto. O hospital quarentenário frequentemente constava nas páginas dos jornais, conhecido pela designação de Lazareto. Desde cartas com críticas de usuários que estiveram em quarentena e sentiram-se indignados pela obrigatoriedade da estadia -por motivos sanitários-, até observações sobre como existia indícios de desvios de recursos públicos.

Em fins do século XIX e início do XX, havia anúncios sistemáticos nas colunas dos jornais que tratavam da saúde pública, em especial como medidas de prevenção contra doenças infecto-contagiosas, assim como os surtos de cólera e febre amarela. O jornal *Diário de Notícias*²⁷ publicou a regulamentação técnica n. 2745, do Ministério dos Negócios do Interior, no Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1892: “[...] embarcações procedentes de qualquer dos mencionados portos, directamente ou por escala, **só sejam recebidas nos portos da República depois que tiverem sido submetidas ao devido tratamento sanitario no lazareto da Ilha Grande**, ao qual deverão primeiramente dirigir-se.”²⁸(grifo nosso)

Ao sair e também ao chegar na capital, o Lazareto era o porto para onde as embarcações deveriam buscar a desinfecção. Eram protocolos sobre os quais muitos sentiam-se no direito de discordar e portanto proferiram críticas. A crítica redigida por um usuário do serviço de desinfecção foi publicada sob demanda. Assim o fez o médico Francisco de Paula e Silva que, em 09 de janeiro de 1901, escreveu uma carta ao *Correio da Manhã*²⁹ destinada a criticar a conduta sanitária de obrigar os navios a passarem pela Ilha Grande antes de aportar no Rio. Sua objeção se devia ao fato de que segundo ele, na embarcação italiana “*Cittá de Milano*” não havia qualquer passageiro contaminado que oferecesse risco e, mesmo assim, autoridades exigiram que a embarcação seguisse o protocolo à risca. Por isso, o médico sentiu-se “envergonhado como brasileiro”, pois, na sua avaliação, foi um grave prejuízo para os passageiros estrangeiros e

²⁷ *Diário de Notícias*, jornal que inicialmente era de propriedade de Carneiro, Senna & comp. e depois passou a ser propriedade de A. Azeredo & Cia. O escritório e a redação funcionavam nas Ruas do Ouvidor, 118 e Rua do Rosário, 121. Com início de publicação em 7 de junho de 1885 e término em 30 de setembro de 1895. O jornal dispunha de bastante publicidade e informações de interesse público da época da Corte. Não confundir com o jornal *Diário de Notícias* que foi fundado por Orlando Ribeiro Dantas em 1930. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro), 2009)

²⁸ *Diário de Notícias*, 28. 08. 1892, p. 1. Matéria: “O Cholera”.

²⁹ O *Correio da Manhã* foi fundado por Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de 1901 e manteve-se em funcionamento até 8 de julho de 1974. O jornal manteve-se em grande parte de sua trajetória como um dos principais órgãos de imprensa. Defendeu a linha de ser um jornal que se posicionava, um jornal de opinião. Suas bandeiras eram a causa do povo, de modo a privilegiar temas que levassem em conta a justiça dos cidadãos. (CORREIO DA MANHÃ, 2009)

nacionais que foram obrigados a passar pela formalidade de estadia no Lazareto, na Ilha Grande. Segundo a notícia, Francisco soube, inclusive, que os médicos do Lazareto pediram ajuda ao serviço policial para protegê-los de uma revolta a mão armada por parte dos passageiros imigrantes, que protestaram pela obrigatoriedade. Sobre a revolta a mão armada, o médico Francisco disse ter se tratado de uma enorme calúnia.³⁰

Não apenas o brasileiro se incomodou com as regras sanitárias estabelecidas, mas o comandante do vapor inglês insistiu até as últimas consequências desembarcar sem autorização no porto do Rio antes de passar pelo Lazareto, ao que foi prontamente impedido. Em setembro de 1892, o mesmo jornal, expôs o caso: “Ou por teimosia, ou talvez pensando iludir as vigilância das sentinellas das nossas fortalezas, situadas á barra, o commandant do vapor inglez Chaucer, que vinha da Europa, tentou ontem, á 1 hora da madrugada, entrar em a nossa bahia.”³¹ A tentativa de ignorar as regras recebeu severa resposta. Após o porto ter negado o desembarque do vapor com os devidos sinais e mediante a insistência da marcha do navio em direção a tentativa de desembarque, foram desferidos 4 tiros de pólvora seca. Apenas o último projétil alcançou o casco do navio. Tomaram-se as devidas medidas a fim de evitar maiores danos³².

Figura 4 - Lazareto, Hospital quarentenário no Abraão



Lazareto da Ilha Grande

Fonte: (BARBOSA; REZENDE, 1909)

³⁰ Correio da Manhã, 13.10.1901, p.4. Matéria: “Declaração necessária”.

³¹ Diário de Notícias, 3.09.1892, p. 2. Matéria: “O Chaucer”.

³² Idem.

Muitas foram as reclamações publicadas no jornal *O Paiz*³³; dentre elas a do tédio por ter que aguardar o tempo da quarentena na Ilha, a irritação com os mosquitos e a ausência de recursos da Ilha, isto é, ausência de comércio local.³⁴ Outras reclamações de ordem mais pragmáticas também incomodavam os usuários do serviço sanitário, como os danos aos pertences durante o processo de desinfecção: “Pedimos a atenção da autoridade competente para o pouco cuidado com que é feito o serviço de desinfecção na Ilha Grande. Vários passageiros, embarcados nesta capital, com destino ao sul, tiveram as suas roupas danificadas pela ação do formol [...]”³⁵

Para além da sessão de saúde pública, a Ilha também passou a ocupar as colunas policiais. No final do século XIX, o crescimento do número de menores abandonados era considerado como um grande problema, especialmente, no caso dos filhos de mulheres recém libertas. Em 1879, um artigo escrito por Bandeira Filho abordou sobre o assunto na *Revista Brasileira*³⁶. Bandeira considerava que a questão penitenciária precisava ser urgentemente resolvida. Entre suas teses, estão os cuidados necessários a serem tomados com os homens escravizados, considerados perigosos. Sugeriu no artigo que os escravizados deveriam ser enviados para as galés, conforme o maior castigo da época. Ainda em seus escritos está o fato de que a legislação da época existia com recomendações que, na prática, não deveriam ser aplicadas, assim como, a pena de morte. Bandeira sugeria que fossem aprovadas normas/leis que adotassem os padrões já em uso em outras nações mais adiantadas no pensamento penitenciário, os quais, investiam na correção dos criminosos presos por meio das casas de correções e colônias agrícolas. Todavia, lamentava por ainda não haver reformatórios como esses na capital.³⁷

Feitas tais considerações, percebe-se que a legislação determinava que fossem criadas as colônias. E são por sugestões como estas, vigentes na opinião da intelectualidade jurídica da época que, em 1894, foi instalada a primeira colônia correcional primitiva no Rio de Janeiro,

³³ *O Paiz*, tem por fundador, João José dos Reis Júnior. Jornal fundado em 1º de outubro de 1884 e extinto em 18 de novembro de 1934. Defensor dos militares na Questão Militar iniciada em 1884. A partir de 1888, o jornal passou a publicar artigos veementes contra a Monarquia, escritos por Silva Jardim com o apoio de Quintino Bocaiuva. Com a proclamação da República, *O País* atingiu sua fase de maior influência na vida política brasileira, tornando-se um dos periódicos mais vendidos na capital federal. Nomes importantes da equipe de jornalistas: Rui Barbosa, logo substituído por Quintino Bocaiuva. (PAIS, O, 2009)

³⁴ *O Paiz*, 27.09.1894, p. 2. Matéria: “Serviço quarentenário”.

³⁵ *Correio da Manhã*, 7.11.1901, p. 1. Matéria: “A Peste”.

³⁶ *Revista Brasileira*, Ano 1, Tomo 2, 1879.

³⁷ A proposição de prisões em ilhas foi imposta pelo Código Penal que foi publicado no ano seguinte. Cf. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Art. 400: “[...] o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.”

mais ao Sul da Ilha Grande. A Fazenda de Dois Rios foi adaptada para tornar-se um cárcere: a Colônia Correccional de Dois Rios.³⁸

Embora a ideia de criar uma colônia, uma instalação para a correção de vadios, vagabundos e menores que praticavam delitos fosse bem aceita pela mentalidade da época, a criação da primeira colônia na capital também recebeu críticas de deputados, e houve quem fosse taxativo na crítica a esse projeto. É possível dizer que o deputado Manoel Caetano³⁹ fora o único capaz de acertar o que significaria, mais tarde, aquele cárcere em uma ilha. Eis o que a voz isolada de Manoel Caetano disse no parlamento:

Manoel Caetano - Vota contra o projecto, por consideral-o um odioso atentado contra a liberdade. [...] Entretanto, nos tempos luminosos da República, o Congresso Nacional trata de estabelecer um meio compressor contra o cidadão; trata de reviver leis revogadas por assembleias patrióticas. [...] Essas colonias correccionais não teem outro fim sinão estabelecer uma pressão odiosa contra o cidadão. [...] Não se pode armar a República nascente destes meios que a antipathisam deante do coração brasileiro. Por isso, o orador manifesta o seu voto contra o projecto e fal-o convencido de que esses delictos são todos previstos no código penal e punidos pelo tribunal correccional. [...] Na colonia correccional, porém, os **cidadãos vão sofrer arbitrarías, vão ser reclusos, vão ahi ficar o tempo que approuver a policia, que approuver aos individuos que puderem governar** [...] (CAETANO, 1892, p. 669-670, grifo nosso)

³⁸ Sobre as designações “Boa Vista” e “Dois Rios”: Nos documentos que mencionam a a respeito da aquisição de terreno, pelo governo, para a criação da primeira Colônia Correccional da capital, há a menção à Fazenda de Boa Vista e também à Fazenda de Dois Rios. Porém, em documentos oficiais desta compra de terreno aparece a identificação de Fazenda de Dois Rios e por isso o nome da primeira Colônia era de Dois Rios. No decreto de 1893 a designação da fazenda chama-se “Boa Vista”. Cf. DECRETO Nº 145, DE 11 DE JULHO DE 1893. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html#:~:text=Autorisa%20o%20Governo%20a%20fundar,parecer%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias>.

Já no Decreto de 1894, o nome da Fazenda aparece com “Dous Rios”. Cf. DECRETO Nº 1.794, DE 11 DE SETEMBRO DE 1894. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1794-11-setembro-1894-501408-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁹ O deputado Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque nasceu em Cuiabá (MT), em 11-1-1857, faleceu em: 10-2-1925. Manoel Caetano foi jornalista, engenheiro e militar.

Figura 5 - O primeiro deputado a criticar a prisão na Ilha Grande



Caetano Manoel de Faria e Albuquerque,
primeiro deputado a ser contra a colônia na
Ilha Grande

Fonte: (FOTOGRAFIA..., 1890)

A Colônia Correccional que tinha partes de suas dependências, assim como a Enfermaria e Farmácia, instaladas na antiga senzala da Fazenda de Dois Rios⁴⁰ não funcionou por muito tempo. A partir de campanha forte de jornais como *A Notícia*⁴¹ e *Gazeta da Tarde*⁴² contra o diretor da colônia foram persuasivas em conseguir iniciar uma investigação sobre problemas naquele cárcere isolado. O primeiro diretor da Colônia Correccional de Dois Rios, Antonio Gonçalves Barreiros, chegou a ser preso por sua administração fraudulenta⁴³.

A primeira experiência de Colônia Correccional na Ilha durou pouco mais de dois anos (de 1984 a 1986). Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (SANTOS, 2009, p. 114) a inspeção realizada para averiguar as condições de funcionamento evidenciaram péssimas impressões.

⁴⁰ Cf. (SANTOS, 2009, p. 126)

⁴¹ *A Notícia* foi um jornal fundado por um descendente de português, Manuel de Oliveira Rocha. A data de fundação é 17 de setembro de 1894. A data final de circulação é de 4 de julho de 1979, relançado em 1991. O interesse do jornal era mais informativo, apresentava um estilo arrojado, em papel cor de rosa, mas com argumentos moderados. Ficou conhecido por ser governista e publicar notícias de interesses dos governos federais e estaduais. Por ser favorável ao governo, teve pouca circulação. (NOTICIA, A, 2009)

⁴² O periódico *Gazeta da Tarde* foi fundado em 10 de julho de 1880 e extinto em 23 de novembro de 1901. Entre os nomes de redatores estavam José Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. A linha editorial do jornal baseava-se na defesa dos recém-libertos, espaço de defesa da cidadania aos segmentos mais pobres e luta pelos escravizados em busca de alforria e/ou tratamento digno. (PINTO, 2015)

⁴³ Segundo *A Notícia*, o diretor major Antonio Gonçalves Barreiros, foi preso pela acusação de várias faltas graves, inclusive peculato. Cf. *A Notícia*, 13.08. 1897, p. 1. Matéria: "Processo notável"

Dois Rios, como ficou conhecida a colônia, foi criada para corrigir alcoólatras, desempregados, biscateiros, indivíduos doentes, trabalhadores pobres, mendigos, vagabundos, capoeiras, ladrões, cáftens e prostitutas. No início do período republicano, esses eram os indivíduos que ameaçavam as autoridades por se colocarem como peças fora da engrenagem. (SANTOS, 2009. p. 178)

Figura 6 - Ruínas de parte da antiga Colônia Correccional Cândido Mendes



Ruínas das instalações da antiga Fazenda Dois Rios, onde funcionou parte da antiga Colônia Correccional de Dois Rios
Fonte: (COLÔNIA CORRECCIONAL....., [2010?])

Todavia, em 1903, com a urgência da Reforma Policial, novamente uma prisão foi instalada na Ilha, no mesmo local e com as mesmas finalidades penais. Tanto que o regulamento foi mantido praticamente igual, e até mesmo o nome idêntico, com propósitos de controle social: A Colônia Correccional de Dois Rios⁴⁴.

Sendo assim, dentre os propósitos da Colônia Correccional, estava o encarceramento dos proscritos da cidade. Os periódicos dão mostra de uma síntese sobre como era a mentalidade nas diferentes épocas em que os presídios da Ilha Grande funcionavam. O curioso é observar a alternância em que os papéis se confundem entre quem eram as ameaças à paz da sociedade. Homens, menores e mulheres⁴⁵ foram recolhidos nestes presídios sem condenação formal e sem data para sair.

⁴⁴ A Imprensa, 08.07.1808, p. 4. Matéria: “A Colonia de Dois Rios: o novo regulamento”. Importante destacar que a Figura 6 não corresponde a uma imagem atualizada. A figura 6 é uma fotografia antiga. Esta construção já serviu como senzala da antiga Fazenda de Dois Rios. Nos tempos da primeira Colônia Correccional de Dois Rios o espaço foi reutilizado para acomodar enfermaria e farmácia do cárcere e tempos depois também serviu como presídio feminino. (SANTOS, 2018, p. 54) Atualmente está reformado e abriga as instalações do Museu do Meio Ambiente, uma das unidades do Ecomuseu Ilha Grande.

⁴⁵ Mulheres e crianças eram internadas no presídio. Até então, tanto o presídio de Água Santa quanto as prisões da Ilha eram para onde as mulheres infratoras eram encaminhadas. O confinamento de mulheres em estabelecimentos exclusivamente femininos passou a ser em Bangu a partir da inauguração do Instituto Penal Talavera Bruce em 1942. Cf. LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. p. 27.

1.3 Primeiras três décadas do século XX na Ilha e a criação de duas Colônias: Penal e Agrícola⁴⁶

Folhear jornais de época que fazem referência aos institutos penais da Ilha é, de certa forma, acompanhar as diferentes posições políticas assumidas pelas redações jornalísticas, e seus interesses muitas vezes eram expressos de forma indireta; outras vezes com posição abertamente assumida.

A exemplo disto, o jornal *Correio da Manhã* aparentemente discordava da reinstalação de uma colônia penal em Dois Rios. Este jornal publicou notícias que davam a noção de como as opiniões a respeito da instalação do cárcere desde o início do século, não eram homogêneas. Edmundo Bitencourt, redator do *Correio da Manhã*, acompanhou o processo divulgando as visitas da comitiva responsável por avaliar se Dois Rios estaria ou não adequada para ter novamente uma prisão.⁴⁷ Na sequência, o jornal informa que o novo chefe de polícia da capital, Cardoso de Castro, identificou Dois Rios como a região mais adequada. O jornal ainda destaca que a escolha por Dois Rios foi opinião contrária ao que o diretor do Lazareto, Alvaro Lopes da Cruz teria emitido. Segundo este mesmo jornal, o chefe de polícia⁴⁸ afirmou serem erradas as informações dadas pelo Sr. Alvaro Lopes, que era a autoridade que dirigia o Lazareto. O chefe de polícia afirmou ser mentira que os navios não podiam aportar na Vila de Dois Rios. Também, acrescentou não saber com que intuito andavam a citar a Ilha de Marambaia como uma boa localidade a ser instalada a colônia correcional, em lugar de reaproveitar as instalações remanescentes de Dois Rios.⁴⁹ Mesmo com a opinião contrária do diretor do Lazareto, a decisão foi tomada pelo chefe de polícia Cardoso de Castro e em caráter de urgência:

O chefe de polícia se dirige ao ministro dos interiores assegurando que suas impressões sobre as instalações na ilha grande são as mais adequadas. Sinto satisfação em afirmar que essas terras, na sua extensão de quatro léguas quadradas aproximadamente, se prestam perfeitamente para o estabelecimento da primeira seção do systema de colônias que o governo destinará a reabilitação dos condenados maiores e menores, de que trata a lei n. 917, de 1902. E ainda que sugere que seja enviado ao menos 50 presos já no início de fevereiro para ajudar na iniciativa das obras de reforma da prisão.⁵⁰

⁴⁶ Criação da Colônia Correcional de Dois Rios, pela Lei 947, de 29 de dezembro de 1902.

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 07.01.1903, p. 1. Matéria: “Colonias Correccionaes”.

⁴⁸ “O chefe de polícia era a mais alta autoridade, sob a 'suprema inspeção do presidente da república e a superintendência do Ministro da Justiça'. Era nomeado pelo presidente, escolhido entre os advogados com mais de dez anos de prática ou com notório saber no campo da polícia.” (BRETAS, 1997, p. 50)

⁴⁹ *Correio da Manhã*, 10.01.1903, p. 2. Matéria: “Colonia Correccional: visita do dr. chefe de policia: A Colonia de Dois Rios notas e impressões”.

⁵⁰ *Correio da Manhã*, 11.01.1903, p. 1. Matéria: “Colonia Correccional”.

Nas páginas do *Correio da Manhã*, as notícias sobre a Ilha, em geral, seguiram desde o final do ano de 1902, quando cogitaram a possibilidade de a colônia ser instalada na Ilha, até os desdobramentos (com críticas) sobre a decisão, denotando assim, o grande interesse pela questão.

Não havia apenas as críticas que vinham da parte do diretor do Lazareto, mas o *Correio da Manhã* também apurou os problemas denunciados por internos da recém-instalada colônia. No mesmo ano que foi inaugurada, em 1903, a prisão já causava estarrecimento.

[...] deve fazer uma viagem até a colonia de Dois Rio, onde ouvirá das **cento e tantas boccas dos desgraçados que ahi passam os dias ao sol, cavando e plantando terra**, tudo quanto é preciso para ficar sciente de que aquella instituição, da forma por que vae administrada, não preenche os fins que determinam a sua criação. De passagem para o Lazareto, de que vamos occupar-nos debaixo, um dos nossos companheiros teve ocasião de verificar que os correcionaes nao sao levados a prática do trabalho e da regeneração, pelos meios suassorios e caritativos em uso nos estabelecimentos similares de todo o mundo civilizado, mas **pela ameaça, pelo castigo, pela privação de alimentos, pelo terror finalmente**.⁵¹(grifo nosso)

Ao longo do século XX, o presídio continuou sendo tema que despertou fantasias sobre sua fama de temerário e, ocasionalmente, havia notícias sobre denúncias, sobre casos de pessoas que foram alvo de perseguição política e que foram enviadas para lá, e também de notícias sobre foragidos da Ilha. A prisão continuava a ocupar espaço no imaginário coletivo da nação como lugar de maldição e castigo⁵². Aqueles que iam para a Ilha Grande desapareciam da visão dos habitantes da metrópole; muitos lá ficavam esquecidos ou morriam. (SANTOS, 2009, p. 167) As penas poderiam durar de três meses a vários anos. Porém, a experiência de conhecer aquelas instalações penais não era comparável a qualquer xadrez no continente. A aparência de quem retornava da Ilha era a de maltrapilho, com histórias de sevícias, exploração, humilhação e as experiências eram sempre muito fortes. Ainda no ano de 1911 a Colônia Correccional apareceu nas páginas do jornal *A Imprensa*⁵³ como alvo de acusações e, por isso, neste ano, teria sido aberto um inquérito para apurar irregularidades no funcionamento da colônia.

⁵¹ Correio da Manhã, 20.09.1903, p. 2. Matéria: “Ilha Grande: Barbaridades e escandalos. Um rei pequeno. A Colonia Correccional. O diretor do Lazareto. Necessidade de um inquérito”.

⁵² A expressão “Ilha da maldição” foi usada para dar título a uma matéria com muitas imagens e um relatório rico em impressões feitas pelo jornalista Walter Prestes, redator de *O Globo*, onde traçou o modo macabro com que os presos eram tratados por funcionários na Ilha. Tudo, ao que indicava, tinha a complacência tanto de familiares dos funcionários quanto do próprio diretor do presídio. (*O Globo*, 04.04.1934, p. 1-2)

⁵³ O jornal *A Imprensa* foi fundado por Alcindo Guanabara em 5 de outubro de 1898. Na direção da redação do jornal contava com Ruy Barbosa. Nesta folha de opinião, defendiam a liberdade de imprensa e o direito de fazer a franca oposição ao governo de Hermes da Fonseca. O jornal manteve-se em circulação até 30 de junho de 1914. *A Imprensa*, 05.10.1898, p. 1.

Figura 7 - Denúncias de maus tratos nas prisões da Ilha Grande



Matéria sobre maus tratos de presos na Colonia Correccional de Dois Rios
Fonte: (O Globo, 06.04.1934, edição vespertina)

Acusações, apuração de denúncias, inquéritos seriam uma constante durante o período de funcionamento dos presídios na Ilha. As causas foram diversas, desde o desvio de dinheiro⁵⁴ destacado pelo jornal *O Imparcial*⁵⁵, como a falta de controle de prazos das penas, (ou seja, presos que eram enviados sem processo e que podiam vir a ser mantidos por muito tempo no presídio sem condenação formal e sem perspectiva de verem-se livres da pena)⁵⁶, o uso das mulheres pelos funcionários com “jogos libidinosos”⁵⁷ e a exoneração de diretores⁵⁸. Em geral, eram notícias sobre as visitas de autoridades que se surpreendiam com as péssimas condições no funcionamento do estabelecimento carcerário. As fugas dos presos, em determinado momento, também passaram a merecer o registro da imprensa. Em alguns casos trágicos, as fugas que resultaram na morte de

⁵⁴ O Imparcial, 16.02.1914, p. 7. Matéria: “Uma reclamação justa ao sr. Ministro da Justiça”.

⁵⁵ O jornal *O Imparcial* foi lançado em 28 de maio de 1935, seu fundador foi José Soares Maciel Filho. O Imparcial veio substituir o periódico *A Nação*. A direção esteve a cargo de José Eduardo de Macedo Soares. O periódico deixou de publicar em 14 de fevereiro de 1942. A linha editorial seguia uma discreta oposição a Getúlio Vargas. (IMPARCIAL, O, 2009)

⁵⁶ A Rua, 07.12.1914, p. 1. Matéria: “A Rua ouve o capitão Carlos Reis. S. S. esteve na Colonia Correccional e a sua impressão foi pessima”.

⁵⁷ A Razão, 30.07.1918, p. 1. Matéria: “Na Colonia Correccional: o Apollinario e outros detentos reclamam indignados”.

⁵⁸ JB, 14.06.1934, p. 12. Matéria: “Em consequencia de um inquerito administrativo: foi exonerado do cargo o diretor da Colonia Correccional”.

presos⁵⁹; outras vezes, as que davam muito trabalho na caçada dos foragidos, tal como um roteiro cinematográfico. Mas a denúncia da prática de torturas por parte de funcionários e a anuência de diretores eram as notícias mais frequentes.

Além disso, espancamento de presos era a interpretação deliberada a que funcionários de presídios na Ilha faziam a respeito do regime disciplinar penitenciário. E, por várias vezes, histórias repetidas como essas foram publicadas na imprensa, a exemplo disso as notícias expostas no *Diário Carioca*⁶⁰ e *Jornal do Brasil*.⁶¹

A exposição nos jornais de casos de tipos humanos indefesos que foram enviados para a Ilha até a década de 1920, mesmo ainda sem imagens, devido a escassez de recursos fotográficos na diagramação dos jornais, mostrava que a colônia havia se tornado um aglomerado de desvalidos e proscritos, desde crianças e adolescentes a mulheres e velhos.⁶²

Em 1918, outro jornal, *A Razão*⁶³ o expôs apenas com palavras a dramaticidade com que se revelava o desembarque de ex-internos que regressaram dos presídios da Ilha.

Sempre que chega ao Rio um vapor do Lloyd, conduzindo uma leva de presos da Colonia, é certo que ha reclamações mais ou menos justificadas, contra o director e guarda do referido presídio. Se na maioria dos casos, não faz fê a denúncia de irregularidades e até de crimes trazidos a público pela voz suspeita de creaturas desclassificadas, a verdade é que a condição miserável desses pobres entes colloca-os em posição de inferioridade e quasi (sic) de escravidão, na qual, creaturas de pouco escrupulo podem seriamente abusar.⁶⁴

Os indivíduos preferiam não arriscar repetir uma estadia por lá. Mas, a considerar pela legislação que adotava uma tendência criminalizadora dos segmentos mais pobres, não retornar poderia não ser uma escolha deles. “A campanha contra mendigos e vagabundos fazia parte de uma tentativa mais abrangente de impor a ordem na cidade.” (BRETAS, 1997, p. 71). Ainda segundo o historiador Marcos Luiz Bretas(1997), a polícia tinha uma permanente preocupação

⁵⁹ A Razão, 08.04.1921, p. 4. Matéria: “Num regimen de barbaridades: o caso da fuga de presos da Colonia Correccional”.

⁶⁰ O *Diário Carioca* foi fundado em 17 de julho de 1928, fundado por José Eduardo de Macedo Soares. A data de sua extinção é 31 de dezembro de 1965. Durante o Governo Provisório, o *Diário Carioca* foi uma constante oposição ao governo. E foi durante o governo de João Goulart, como folha de opinião apoiadora do governo, que o jornal começou a perder sua influência e leitores. (DIÁRIO CARIOCA, 2009).

⁶¹ Diário Carioca, 05.12.1930, p. 1. Matéria: "As graves irregularidades apuradas na Colonia de Dois Rios." Diário Carioca, 20.01.1934, p. 1. Matéria: "Espancamento de sentenciados na Colonia Correccional?" JB, 04.11.1933, p. 12. Matéria: "Espancamentos em presos sentenciados"

⁶² Cf. A Rua, 22.07.1916, p. 2.

⁶³ A Razão foi um jornal de publicação irregular, geralmente as edições saíam semestralmente. Sua fundação data de 16 de dezembro de 1916 e o jornal foi extinto em dezembro de 1974. O fundador foi Luís José de Matos, indivíduo que antes fora comerciante mas que depois de experiência transcendental passou a adotar uma doutrina criada por ele mesmo em que dispunha de pensamentos que o levavam a combater ideias atrasadas. (RAZÃO, A, 2009)

⁶⁴ A Razão, 30.07.1918, p. 1. Matéria: “Na Colonia Correccional. Apollinario e outros detentos reclamam indignados”.

com os crimes sem vítimas, conhecidos como contravenções penais, e isso está bastante representado desde os primeiros relatórios (com dados estatísticos) dos chefes de polícia. (BRETAS, 1997, p. 73)

A preocupação com a manutenção da ordem e dos bons costumes era a tônica perseguida pelas autoridades policiais. A década de 1920 foi ainda marcada por movimentos artísticos e de entretenimento inspirados na cultura norte-americana. O ritmo de passos de dança frenéticos conhecidos como "Charleston" estabeleceu-se como moda no comportamento juvenil em geral. Em 1926, o jornal *A Rua: semanário ilustrado*⁶⁵ publicou o episódio protagonizado por Elvira Paiva, jovem de vinte e poucos anos que ousava exhibir-se na rua com os passos da dança considerada ousada pelos padrões morais estipulados pelas autoridades policiais da época. Por mais de uma vez, a jovem teria sido ameaçada de ser enviada à Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, caso praticasse a dança novamente. A autoridade policial flagrou a moça repetindo a “infração” e, por isso ela seria conduzida à delegacia. Elvira pediu autorização ao policial para completar suas vestimentas antes de acompanhá-lo. Segundo a matéria do jornal, o medo de ir para a Colônia Correcional era tanto que a jovem preferiu envenenar-se a seguir para a delegacia.

Dahi, acontece que Elvira foi presa por diversas vezes: - a pequena era mesmo alegre... Por fim, cansada de prende-la e tornar a solta-la, o referido delegado disse-lhe ha dias:-A primeira vez que você vier parar aqui, processo-a por vadiagem e mando-a para a Colonia. [...]Assim é que Elvira, em camisa, no meio da rua, defronte a residencia, apesar da chuvinha que cahia esta madrugada, poz-se a cantar e a dansar o "charleston". Um soldado de ronda, que passava, deu-lhe voz de prisão. Elvira, então, lembrou-se das palavras do delegado; teve nesse momento a visão do que seria a sua existencia na Colonia Correcional, onde não poderia cantar nem dansar... Como estivesse só em camisa, Elvira pediu para ir completar a toilette a que o militar aquiesceu. Chegando em seu quarto, porém, a pequena em vez de se vestir, foi a um canto, retirou uma garrafa e despejou o conteudo em um copo: era permanganato de potasso. Levou o copo à bocca e tragou o liquido.⁶⁶

Existia, portanto, um firme controle da ordem pública não apenas nas datas festivas, como Carnaval e outros feriados. A busca da polícia por manter a ordem era documentada pela imprensa com destaque para o comportamento feminino. “Durante o resto do ano [não exclusivo aos festejos do carnaval] a imprensa comentava outras medidas, como o toque de recolher para

⁶⁵ *A Rua: Semanário Ilustrado* dirigido por Jorge Santos. A data de início das atividades é 21 de abril de 1910. A sua extinção foi em 31 de dezembro de 1927. O jornal é repleto de fotos, caricaturas e charges. Na sua primeira edição estampa na capa sua explicação sobre a linha editorial: “É livre e de todos. Não tem preferencias, sem predilecções, como não tem programma nem politica... É independente, sincera e alegre, desta alegria irreverente e inoffensiva das expansões populares. Teria a vida elegante de uma Rua moderna, bem... Calçada, bem... Construída. A sua preocupação única, será registrar a vida semanal da Cidade nas suas exhibições exteriores da Rua.” (*A Rua*, 21.04.1910, p. 1)

⁶⁶ *A Rua*, 25.11.1927, p. 2. Matéria: “Perseguido pela policia tenta suicidar-se”.

mulheres depois das 10:00h da noite. [...] A preocupação com o comportamento público atingiu o auge na gestão Alfredo Pinto.” (BRETAS, 1997, p. 72)

Em *O Paiz*, foi com ar de satisfação que a nota informava a prisão de mulheres, detidas em flagrante na vadiagem e que seriam enviadas para à Ilha. As instalações mistas em que estas mulheres seriam alocadas não era uma preocupação na época. Importante mesmo era que seriam capturadas pela patrulha e que seriam enviadas ao destino distante.

O commissario Solon Ribeiro, na ronda que fez, pela madrugada de hontem, em D. Clara e Madureira, prendeu varias mulheres que se entregavam à vadiagem e a noite faziam dessas duas localidades logar de suas libertinagens. Presas, foram remettidas ao corpo de segurança, de onde seguirão, a "povoar" a Colonia Correccional.⁶⁷

Também meninos nas ruas eram um problema para as diligências policiais. Os menores que fossem encontrados desacompanhados de responsáveis pela rua também não estavam livres de serem levados para à Ilha. O caso do menino João de Barros, preso sem o conhecimento de seus pais e enviado para a Ilha, é um exemplo. O jornal *A Rua* fez matéria ampla sobre o episódio de covardia com que as autoridades policiais agiram com o indefeso menino. Segundo o jornal, o menino de dez anos foi mantido sob maus tratos na Ilha e conseguiu voltar para casa após muita insistência de seu pai.

Foi nos primeiros dias de junho. De um carro da Central do Brasil, em Bangú, desapareceu uma pequena lata de manteiga e alguém apontou como autor desse furto o menor de 10 anos, João de Barros. O pobre garoto, que todos os moradores daquelle suburbio estimavam a viam com bons olhos, por ser bastante comportado, foi preso. Nada disseram a seus pobres pais, que se desesperavam-se em procura-lo por toda à parte, recorrendo mesmo ao auxilio das autoridades. [...] durante um mez inteiro João esteve nos xadrezes da Central e, um dia -quatro longos mezes lá passaram -entre mulheres prostitutas e viciadas o pobre menino seguiu, na leva, para a Colonia Correccional.⁶⁸

⁶⁷ O Paiz, 06.10.1918, p. 6. Matéria: “Repressão á vadiagem”.

⁶⁸ A Rua, 23.11.1920, p. 2. Matéria: “Polícia inquisitorial: A chibata, o sabre, o casse-tête e outros argumentos substituem a intelligencia e a argucia nos interrogatorios. Os casos João de Barros e Julio Moura”.

Figura 8 - Caso do menino enviado para a Colônia Correccional de Dois Rios



O caso do menino preso na Colônia
Fonte: (A Rua, 23.11.1920, p. 2)

Na redação do jornal *Beira-Mar*⁶⁹ -Publicação destinada a uma parcela autoproclamada como culta pelo redator do jornal e dedicada à zona mais abastada da cidade- a polícia era questionada sobre a ineficiência em enviar os jovens delinquentes para as colônias. Por meio de uma cadência de opiniões, a proposta do jornal estava posta objetivamente: as famílias nobres não poderiam viver cercadas por delinquentes. A estes seria desejável que fossem enviados para a colônia, ou seja, neste caso, o destino mais distante possível.

A população de Ipanema está alarmada com um bando de moleques de doze e quinze anos que infesta as ruas daquele bairro elegante, batendo portas e portões, desde 6 horas da manhã, a pedir café e dinheiro, a perseguir os transeuntes coestos e palavriados. [...] O procedimento desse bando de patifes está enchendo de indignação as famílias de Ipanema. São constantes as queixas pelos jornaes, pelo telephone, até pelo radio, à Policia do Distrito de Copacabana. **Que faz porem essa Policia?** Porque não lhes dá um coercitivo? São perguntas que a todos deixam duvidas. Quererá por acaso a proliferação de taes **indesejáveis**? **Para uma colonia correccional é que devem elles ir**, se de uma dellas não são por acaso egressos. O que não resta duvida é que se torna urgente uma medida severa no sentido de cohibir a acção nefasta desses elementos errantes.⁷⁰ (grifo nosso)

Os jornais passaram a divulgar frequentemente informações sobre os estabelecimentos penais da Ilha a partir do início do século XX, como local de isolamento não apenas para fins quarentenários por razões sanitárias, mas também para a reclusão dos indesejáveis considerados desordeiros.

⁶⁹ *Beira-Mar: Copacabana, Ipanema, Leme (CIL)*, periódico fundado em 28 de outubro de 1922, por M. N. de Sá. O redator chefe foi F. Guimarães e no seu primeiro exemplar informa que terá especial atenção aos interesses dos bairros Copacabana, Ipanema e Leme e por isso o CIL que são as iniciais dos três bairros. Por final, o periódico converte-se para o formato de revista mensal, tendo seu último número em abril de 1955. (Beira-Mar, 28.10.1922)

⁷⁰ Beira Mar, 01.02.1936, p. 3. Matéria: "Bandos errantes de vagabundos infestam Ipanema".

Entre as cooperações que os estabelecimentos carcerários representaram para o controle da segurança da cidade, estava o recebimento dos menores abandonados, responsáveis por diversos problemas na capital. Até então, os menores que fossem encontrados em estado de abandono ou na prática de delitos podiam ser encaminhados para a Colônia Orphanologica da Estrella e também para a Escola Quinze de Novembro. As instituições tinham capacidade para receber pouco número de menores. Havia outros estabelecimentos de internação dos menores.⁷¹

Outro jornal *A Imprensa* publicou em 1908 o regulamento da Colônia Correccional. Ali sintetizados quais os principais perfis a serem recebidos na colônia.

O novo regulamento da Colonia Correccional de Dois Rios, aprovado pelo decreto n. 6994 de 19 de junho do anno vigente [1908] , conservou as ideias fundamentais do regulamento anterior, mas para as desenvolver sob melhor criterio e mais fecundos principios, trazendo vantagens reaes a situação da colonia, que se destina a rehabilitação, pelo trabalho, dos **vadios, desordeiros e falsos mendigos**, sujeitos a processo na forma da lei 628, de 28 de outubro de 1899.⁷²

A aplicação das penas aos presos naquele início de século buscava a reforma moral, mesmo que para isso precisasse recorrer a repressão de hábitos, costumes e que, a custo disso, o indivíduo fosse confinado em instalações muito distantes de familiares. Para o caso de menores órfãos ou abandonados, a distância não fazia diferença, já que não havia quem esperasse ou reclamasse pelo retorno deles.

Assim, a colônia longe do continente, distante de familiares, de influências negativas que tivessem levado o indivíduo à delinquência, era a instituição mais propícia na época. De certa forma, para a ciência penológica da época, a distância atendia plenamente aos interesses da autoridade policial responsável por manter a ordem no contexto daquele sistema penitenciário em vigor, o Código Penal Brasileiro de 1890⁷³.

Em 1918, o jornal *A Razão* expõe o caso do ex-soldado da campanha pela República que na ocasião contava com seus oitenta anos. Segundo o jornal, Simão Faria, o ex-soldado a quem se refere, não recebia pensão, ele esmolava e também não tinha para onde ir. O morador de rua foi enviado para a Colônia Correccional terminar seus últimos dias em uma prisão.

⁷¹ Os estabelecimentos de assistência com o objetivo corretivo para os menores eram a Colônia Correccional de Dois Rios, a Escola Quinze de Novembro, Escola de Menores Abandonados, Hospital Nacional de Alienados, o Asilo de Mendicidade. E competia à polícia decidir para onde destinar os menores. Cf. (VIANNA, 1999, p. 54). Apenas após os congressos penitenciaristas da década de 1930, as autoridades passaram a ter um compromisso maior com a separação dos grupos, bem como, as mulheres em prisões para mulheres e as instituições específicas para a abrigar menores. Cf. (ALMEIDA, 1933)

⁷² *A Imprensa*, 03.07.1908, p. 4. Matéria: “A Colonia de Dois Rios: o novo regulamento”;

⁷³ Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.

Os jornaes falaram no caso e o dr. Geminiano da Franca, condoendo-se da sorte do velhinho, que ainda ostenta a honrosa cicatriz de uma bala no lado esquerdo do pescoço, offereceu-lhe um lugar na Colonia Correccional de Dous Rios. [...] Mas em vez de atirar com esse heroico velho para um presidio -que outra coisa não é a Colonia de Dous Rios- não era mais correcto dar-lhe uma pensão com a qual o valente soldado da campanha do Paraguay, pudesse viver e morrer onde melhor lhe aprouvesse? ⁷⁴

Figura 9 - Ex-combatente pobre e idoso que foi enviado para a Ilha Grande



O fim do ex-soldado da Guerra do Paraguay
Fonte: (A Razão, 13.11.1919, p. 7)

Por mais de uma vez o periódico *A Rua* desfere uma crítica à falta de interpretação cuidadosa da lei de vadiagem. Observa o envio de indivíduos para a colônia sem processo formal, e como tais indivíduos ficavam à própria sorte depois de serem levados a colônia. Fala também sobre a forma com que as pessoas eram enviadas para a Ilha: sem formalização de processo, e que por lá permaneciam até que uma situação do acaso retirasse os infelizes de lá.

Daquella promiscuidade de andrajos e miseria, empestavam-se o ar de fedentina horrível. A serrapilheira tresandava. Para mais de 100 indivíduos alli se aglomeravam. Da pressão da vadiagem e da mendicância. A chamada lei Alfredo Pinto não é entendida. Vários delegados não na interpretam convenientemente. Cumprem-na poucos juizes. O problema da vadiagem "condicional" ou "viciosa", como já psychologicamente a dividiu certo magistrado, está ainda de pé. **Dahi avocar a policia a missão de prender vadios e mendigos, detel-os por horas e soltal-os após, sem mais formalidades. Afora isto, uma viagem forçada de uns e outros à Colonia Correccional, sem outra forma de processo, que a vontade unica do Dr. Chefe de Policia.** Numa leva de presos, madrugada alta, é atirada ao porão do "Republica", que segue caminho da Ilha Grande. Lá ficam até que um "habeas-corpus" surja ou delles se recordem nos corredores da policia...⁷⁵

⁷⁴ A Razão, 13.11.1919, p. 7. Matéria: “A triste historia de um bravo do Paraguay: o pobre octogenario Simão Faria vae acabar seus dias na Colonia Correccional.”

⁷⁵ A Rua, 22.07.1916, p. 1. Matéria: “Os males sem expurgos. O delegado do 3º districto prendeu hoje 100 mendicantes, entre os quaes dois ricosos”.

A Rua, por ter a prerrogativa de expor material ilustrado, divulgava notícias sobre a Ilha com algumas imagens. Mas, no caso deste periódico, em lugar de exibir paisagens da Ilha, eram os tipos humanos maltratados que eram enviados nos porões do cruzador República para a Ilha e que iam parar nas ilustrações dos jornais.

Figura 10 - Mendicantes enviados para a Colônia em 1916

A leva de mendicantes enviados para a Colônia
Fonte: (A Rua, 22.07.1916, p. 2)

Efetuar prisão por mendicância⁷⁶ era uma atribuição policial muito aprovada por boa parte da população de maior poder aquisitivo e, esta mesma parcela da população era a principal leitora dos jornais, durante a maior parte do século XX. Em alguns episódios, inclusive, os jornais expuseram notícias com fotos de acusados pela então contravenção de mendicância. As matérias dos jornais sugeriam que o local mais adequado para os acusados deste delito seria mesmo a prisão na colônia. Ao mesmo tempo, o local era identificado por magistrados e população como oportunidade para homens e mulheres se regenerarem da ociosidade.

A Colônia Correccional recebia não apenas menores, mas também adultos - homens e mulheres - condenados por crimes de menor periculosidade, as chamadas contravenções penais. Segundo o relatório policial do chefe de polícia Alfredo Pinto⁷⁷, remetido ao Ministro da Justiça

⁷⁶ A mendicância era criminalizada segundo a lei do Código Criminal de 1830 e foi mantida como delito até a vigência do código Penal de 1890. Ainda mantida esta disposição no Código Penal de 1940, era vedado esmolar a quem apresentasse condições aptas ao trabalho. Ao indivíduo que praticasse a mendicância, poderia ser condenado a cumprir sentença em Colônia Correccional. O Código Penal de 1940 foi mantido em vigor, porém, sofreu atualizações mais pontuais em 1984.

⁷⁷ Alfredo Pinto Vieira de Melo (1863-1923) foi chefe de polícia do Distrito Federal durante a presidência de Afonso Pena (1906-1909), dentre outros cargos públicos de relevo. Entre as novidades de sua gestão destacam-se a criação do Serviço de Identificação da Capital Federal e a reativação da Colônia Correccional de Dois Rios.

Augusto Tavares de Lyra, em 1908, as contravenções seriam o instrumento legal que previa a manutenção da segurança e prevenção contra os maus costumes. Isso porque permitia uma atuação emergencial a partir do flagrante realizado pelas autoridades policiais. Segundo o chefe de polícia Alfredo Pinto Vieira de Melo (1908):

O processo das contravenções deve ser simples e rápido. A demora do julgamento, além de constituir uma ilegalidade, prejudica na generalidade os afeitos da pena; avulta as despesas do Estado, obrigando a conservar na Detenção por tres, quatro e cinco mezes, indivíduos presos em flagrante por vadiagem e que, condenados, iriam imediatamente para a Colônia Correccional de Dois Rios, onde a pena se transforma no trabalho regenerador e na aprendizagem de officios compensadores. (MELLO, 1908, f. XI)

Os presídios da Ilha seriam uma das principais instalações carcerárias do Rio de Janeiro para onde eram enviados presos por posições políticas de oposição e a exemplo desta conduta, nas páginas do jornal *O Século*⁷⁸, no ano de 1911, a colônia aparece como o destino para onde foram levados os grevistas da mobilização organizada por empregados da Light.

A Colonia Correccional não é casa de detenção, nem xadrez policial. Um cidadão não pode, pela nossa constituição, ficar preso mais de 24 horas, sem nota de culpa, si temos em nosso direito o prazo para o processo, como chefe de policia manda para um estabelecimento correccional homens que foram presos quando estavam exercendo um direito seu, o de não trabalhar?[...] Segundo corre, esse attentado, essa lembrança **de desterrar grevistas para a Colonia Correccional, foi planejado pelo famigerado delegado Cunha e Vasconcellos, que foi ao Cattete convencer o presidente da Republica da necessidade...**⁷⁹

Algumas autoridades reconheceram que era imprudência manter o ambiente carcerário na Ilha. O novo chefe de polícia, em entrevista ao jornal *A Manhã*⁸⁰, dr. Coriolano Araújo Góes, em 1929, confirmava como mais uma voz que a colônia de Dois Rios não deveria ter sido instalada na Ilha.

[...] a instalação da Colonia em sitio de difficil acesso, contraindicado para fins de fiscalização. Sob o ponto de vista agronomico, fundamental para os estabelecimentos deste genero, as terras da Colonia deixam muito a desejar [...] a Colonia Correccional de Dous Rios refoge aos fins da emenda de rehabilitação

⁷⁸ *O Século* foi fundado em 20 de agosto de 1906, por Jaime Pombo Brício Filho. Foi extinto em 20 de março de 1916. Brício Filho defendia a causa republicana. Foi um jornal de volume curto, com 4 páginas. Contava com a colaboração de intelectuais como Lauro Sodré, Estevam Lobo, Osório de Brito, Silva Marques e Germano de Oliveira. O proprietário havia sido deputado federal pelo estado do Pará e depois pelo estado de Pernambuco. Entre as mensagens de apresentação, consta: "O Seculo vem combater resolutamente, a começar dos governos que amarraram os compromissos solenemente assumidos deante da Nação". (GÓMEZ, 2008; BRÍCIO FILHO, 2009)

⁷⁹ *O Século*, 04.07.1911, p. 5. Matéria: "O Attentado".

⁸⁰ *A Manhã* teve duração de apenas quatro anos. Foi fundado em 29 de dezembro de 1925, pelo pai de Nelson Rodrigues: o jornalista Mário Rodrigues. Entre a equipe de redatores estiveram: Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Medeiros e Albuquerque, Agrippino Grieco, Maurício de Lacerda, Antônio de Alcântara Machado, Henrique Pongetti, Orestes Barbosa, entre outros. A linha editorial era de rompimento com o tradicionalismo. Possuía um tom de sensacionalismo, fazia uso de charges e tinha como alvo atacar o presidente Epitácio Pessoa. (MOLINA, 2011)

integral ou relativa dos pacientes, além de ser ainda um presídio à antiga, rudimentar, estéril e mal visto pela opinião pública.⁸¹

Nesta feita, a redação do jornal também exprimia a sua opinião sobre o tema: “Um dos grandes aleijões apontados pelo chefe de polícia é a Colônia Correccional de Dous Rios. A velha colonia é uma torpeza. Permanece, contudo, tal como está... Centenas e centenas de indivíduos ali apodrecem miseravelmente. Aquilo nada tem de correccional. Muito ao contrário...” O jornal ainda acrescenta:

Há dias este jornal recebeu a visita de pobre homem esfarrapado, enfermo, faminto. Ele gemia, dolorosamente, mostrando-nos o corpo aberto em chagas. Ao entrar em nossa redação, o farrapo de homem balbuciou: -Venho daquelle monstro infernal, que é a Colonia de Dous Rios.... E após breve repouso, contou-nos interminável série de factos escandalosos, cada qual mais demonstrativo do desmantelo em que se encontra o famoso "deposito de presos", consoante a phrase do sr. Coriolano Góes. Reina ali a fome, a violência. O regimen é o da chibata. -Aquilo é um inferno perigoso! dizia o pobre enfermo. [...] -E como conseguiu chegar até aqui? -Fugindo... E ao fugir preferia ser morto a voltar para aquele antro...⁸²

No início da década de 1930, a associação beneficente “Liga Brasileira contra a Tuberculose” buscou apoio do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, para criação de instituto de proteção e internação de menores nas instalações do hospital quarentenário Lazareto⁸³, local já no início da década de 1930 sem a mesma importância como instalação sanitária de desinfecção portuária. Na ocasião, havia a expectativa de instituições beneméritas criar um sanatório infantil para as crianças debilitadas⁸⁴ nas instalações do antigo hospital. Entretanto, seriam reservadas para o envio de opositores partícipes de movimentos políticos em ação. E, cerca de 2 anos após, a reação do governo transformaria mais uma vez o prédio do Lazareto em prisão política, por força do forte movimento de opositores políticos. Centenas de paulistas da Revolução Constitucionalista ocupariam aquelas celas. Orígenes Lessa e outros internos ocupariam aquele estabelecimento, provisoriamente transformado em prisão, para receber os revoltosos da Revolução Constitucionalista de São Paulo. (LESSA, 1933, p. 9)

⁸¹ A Manhã, 12.03.1929, p. 1. Matéria: “Quando o Chefe de Policia quer falar...faz declarações sensacionaes ao Ministro da Justiça!”

⁸² Idem.

⁸³ Em anos anteriores havia sido requisitada para sediar uma prisão militar na urgência do estado de sítio durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926).

⁸⁴ Em maio de 1930, 300 crianças estiveram em visita ao Proventório da Ilha Grande. A excursão marítima infantil buscava ser uma atividade de descanso e tratamento aos menores. Eram chamadas crianças débeis os menores órfãos internados em instituições para receber acolhimento e tratamento, de modo a prevenir a delinquência praticada por menores abandonados. Cf. JB, 30.05.1930, p. 8. Matéria: “As iniciativas benemeritas. Uma visita as crianças debeis do preventorio da Ilha Grande”.

Getúlio Vargas teria ido visitar a região entre Ilha Grande e Angra dos Reis em agosto de 1931. *Jornal do Brasil* publicou o passeio do líder do governo exprimindo opinião elogiosa à prisão da Ilha, como se fosse uma verdadeira obra prima do sistema:

O chefe do Governo Provisório passou o domingo em excursão pelo mar. Foi à enseada do Abrahão, visitou o Lazareto, percorreu a Escola de Grumetes, ancorou em Angra dos Reis e viu a Ilha Grande, onde há uma Colonia Correccional. **Tudo ali agora é moderno:** construções, edificios, melhoramentos. A ilha, majestosa da altitude dos seus montes, abriga uma população numerosa de...constrangidos os que a polícia e a justiça processam por vadiagem e vão lá fazer um estágio de trabalho...⁸⁵

Caso intrigante é a condenação, pelas rondas de polícia, da prática do *football*, (conforme a grafia utilizada na época). Em 1931, a polícia teria sido acionada para resolver o problema identificado como recorrente de praticantes do *football* em plena via pública. Segundo os denunciadores, a prática do esporte estaria atrapalhando os moradores e resultando em prejuízos, assim como a perturbação da tranquilidade e a destruição de janelas. O resultado da denúncia, publicado no *Jornal do Brasil*⁸⁶, seria a de que os acusados de praticar o *football* seriam recolhidos e conduzidos à Colônia Correccional por prática de vadiagem.

Atendendo às muitas reclamações que tem recebido de moradores de diversos bairros contra a malandragem que se entrega ao jogo de "football" nas vias publicas, com grave incommodo para os transeuntes e perigo para as vidraças das casas de suas residencias, destacou uma turma de investigadores para o serviço de repressão de tal abuso e que já efectuaram varias prisões nas esplanadas do Castello e do Senado. Os jogadores das ruas, de maioridades, serão processados como vadios e mandados para a Colonia Correccional e os menores, sofrerão castigos correccionaes.⁸⁷

Embora o divertimento com o referido desporto pudesse levar indivíduos para a internação nas instalações do cárcere, por ironia, o mesmo jogo também era prática esportiva aceita como parte das atividades de recreação dos internos, conforme divulgado em relatórios escritos por diretores de presídios da Ilha, os quais remetiam ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores da situação

Entretanto, a aparente contradição explica-se pelo fato de que a política autoritária de Getúlio Vargas buscava a aprovação popular e para isso, entre as tantas estratégias, o futebol também foi

⁸⁵ JB, 25.08.1931, p. 6. Matéria: "A Ilha Grande".

⁸⁶ O *Jornal do Brasil* foi fundado em 9 de abril de 1891 e fundado por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. A última edição impressa foi em 31 de agosto de 2010. A partir de então segue na versão digital. A posição da linha editorial durante toda a existência seguiu por opiniões moderadas sem entrar em conflito com os governos republicanos e nem militares. Tendo posição abertamente favorável aos governos com tendências privatistas e neoliberais. Em algumas campanhas eleitorais apoiou candidatos como Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso. (JORNAL DO BRASIL, 2009)

⁸⁷ JB, 12.06.1931, p. 13. Matéria: "O 'football' da malandragem".

usado como identificação com o patriotismo. Agnaldo Kupper (2022) trata em artigo sobre o como o sentimento sobre o esporte futebol foi utilizado como projeção para o regime político autoritário de Vargas. Segundo Kupper, as competições internacionais acionaram um sentimento de nacionalismo e patriotismo que o Brasileiro ainda não conhecia. Diversas partes do Brasil com a mesma expectativa em torno de uma causa comum, assim como, vencer o campeonato internacional e classificar-se como vencedor de um título mundial, receber, além disso, o reconhecimento internacional de um país com talento extraordinário na prática do esporte futebol.

Em outros termos, o governo Vargas assumiria um reconhecimento e identificação com o esporte como o esporte nacional. E isso refletia na dinâmica da vida de brasileiros, no sentido de que lei de obrigatoriedade da educação física foi aprovada e que o futebol passou a ser reconhecido como atividade importante para o desempenho da disciplina, entre os jovens. Sendo assim, não foi diferente na dinâmica interna das prisões. Passou a ser identificado como atividade apreciada para o lazer dos internos não apenas para a fruição, mas também para despertar o senso de patriotismo. "Até mesmo as prisões foram afetadas durante os jogos do Brasil na Copa francesa, uma vez que em dias de jogo os detidos disputavam proximidade junto aos aparelhos de rádio disponibilizado pelos agentes" (KUPPER, 2022, p. 175)

Figura 11 - Internos adultos e menores após partida de futebol na Ilha Grande



Time de futebol de internos adultos
Fonte: (SARDINHA, 1944, f. 58)



Time de futebol de internos menores
Fonte: (SARDINHA, 1944, f. 59)

Em exposição sobre sua gestão como diretor do presídio, o ex-diretor Hermínio Ouropretano Sardinha teve o cuidado de destacar umas fotografias em que estão enquadrados um grande número de internos, os quais posam como time de presos comuns e outro de presos menores, após uma partida de *football*.⁸⁸

⁸⁸ O *Jornal do Brasil* publicou em 16 de maio de 1934 a peça de defesa do ex-diretor Marcílio Sotto Maior quem, foi demitido em decorrência de graves acusações, entre elas maus tratos. Segundo o jornal, a foto integrava a peça de defesa do acusado, cujo material pretendia mostrar que a gestão de Sotto Maior não era tão violenta quanto

Como já dissemos antes, os **presidiários comuns e os menores** aqui recolhidos, aos domingos e feriados **praticam o esporte**, tomam banhos de mar, ouvem música, jogam a dama, o xadrez, o vispora, em local apropriado, procurando-se assim, facultar-lhes o elemento recreação, também necessário a vida. [...] As fotografias que ilustram este relatório, mostram duas vistas tiradas por ocasião de uma partida de futebol, vendo-se duas equipes de **presos comuns e menores** aqui recolhidos.⁸⁹ (grifo nosso)

Embora a descrição acima sobre o presídio da Ilha feita pelo diretor Sardinha fosse de uma instalação carcerária afeita a dotar de lazer aos internados, o ano de 1934 foi de bastante destaque nas páginas de jornais com notícias sobre a Ilha. Denúncias de espancamentos de presos exibem a face tenebrosa do funcionamento daquele cárcere em Dois Rios. O mesmo JB que anos antes publicou a visita de Vargas e chamava a colônia de “obra moderna”, em 1934 expôs as graves irregularidades constatadas pela inspeção do chefe de polícia Baptista Luzardo.⁹⁰

Ainda assim, o diretor do presídio, Dr. Marcílio Sotto Maior, buscou na imprensa a chance de provar que as acusações eram infundadas e, em maio de 1934 o *Jornal do Brasil* exibiu reportagem com fotos e informações que contradiziam as acusações sobre o presídio.⁹¹ A estratégia não resolveu o problema e, em junho de 1934, o diretor Marcílio Sotto Maior foi exonerado.⁹²

Durante o tempo que o prédio do Lazareto esteve sem finalidade oficial, uma matéria do *Jornal do Brasil* informou que outros grupos se interessaram pela Ilha, como a Caravana do Centro Excursionista Brasileiro que começou a pernoitar por lá e conhecer o potencial da Ilha para o deleite. Esta por sua vez, começou a ser vista não somente como o espaço de castigo, mas também como o recanto de contemplação da natureza exuberante.⁹³

acusavam.. (JB, 16.05.1934, p. 13. Matéria: “Ainda em foco o presidio da Ilha Grande. Como o diretor da Colonia Correccional de Dois Rios expõe os serviços ali executados”).

⁸⁹ SARDINHA, 28.02.1944, f. 58-59, Material disponível no Arquivo Nacional. Notação IJ2-1279. Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2). Título: IJ2 1285

⁹⁰ JB, 18.01.1934, p. 13. Matéria: “Graves acusações á administração da Colonia Correccional de Dois Rios. O 3º delegado auxiliar fez uma demorada inspeção”; JB, 02.05.1934, p. 11. Matéria: “Graves irregularidades na Colonia Correccional de Dois Rios. O que foi apurado no inquérito instaurado por ordem do chefe de polícia”; Diário Carioca, 20.01.1934, p. 1. Matéria: “Espancamento de sentenciados na Colonia Correccional?”

⁹¹ JB, 16.05.1934, p.13. Matéria: “Ainda em foco o Presídio da Ilha Grande. Como o diretor da Colonia Correccional de Dois Rios expõe os serviços ali executados”.

⁹² JB, 14.06.1934, p. 12. Matéria: “Em consecuencia de um inquerito administrativo foi exonerado do cargo o diretor da Colonia Correccional”.

⁹³ JB, 15.09.1937, p. 18. Matéria: “Excursionismo: a Ilha Grande será visitada pela caravana do Centro Excursionista Brasileiro”.

Figura 12 - Diretor de presídio se defende com imagens de internos na prática de lazer



Diretor se defende de acusações expondo fotos de presos que jogam futebol

Fonte: (Jornal do Brasil, 16.05.1934, p. 13)

Apesar desta (inédita/inusitada) visão otimista sobre o local, a lenda sobre a Ilha cresceu como local indesejável para o cumprimento de penas. Por trás dos preceitos virtuosos defendidos pelo governo estadonovista, mais diretamente deliberado pelos membros do Conselho Penitenciário, estava a exploração da mão-de-obra dos presidiários. Artimanhas com pretexto da manutenção da disciplina poderiam exigir do condenado a obediência, mesmo que no limite de suas forças. O trabalho forçado era realizado sob os regimes disciplinares conhecidos como “camarão, cipós, humilhações públicas, lei do silêncio, curras”⁹⁴, entre outras práticas naturalizadas na ilha, conforme o jornal *O Globo*⁹⁵ noticiou.

Em 1937, o *Jornal do Brasil* publicou a nota da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) quem enviou um pedido de ajuda à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que se posicionasse frente aos atos questionáveis do governo em relação aos envios de intelectuais então detidos na prisão da Colônia Correcional de Dois Rios por mais de um ano. Em defesa da causa dos presos políticos, a OAB foi solicitada a manifestar-se no propósito de interceder.

Os presos políticos detidos na Casa de Detenção e Colônia Correcional de Dois Rios vêm consultar a essa egregia Corporação Jurídica de quais os meios legais poderão dispôr para resolver a situação *sui geneis* em que se encontram, como

⁹⁴ O Globo, 04.04.1934, p. 1. Matéria: “A ilha da maldição. Ao som de uma marcha, cinco presidiários, os troncos despidos, são vergastados, em presença dos administradores da prisão!”

⁹⁵ O jornal *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. O objetivo inicial era renovar os padrões da imprensa carioca. O jornal declarava-se independente, demonstrou nos primeiros anos interesse pelas causas populares, fazia críticas à carestia, ao abandono das ruas. Após a morte do fundador, vinte dias depois, foi substituído por Roberto Marinho, o filho. A linha do jornal preferia não se incompatibilizar com o governo, dando maior ênfase ao noticiário internacional e sobre esportes. (GLOBO, O, 2009)

presos políticos, uns já absolvidos, outros não processados, apesar de já se acharem detidos há um ano. Outrossim, aproveitamos a oportunidade de solicitar que essa egrégia Ordem se manifeste.⁹⁶

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, mesmo que ainda à frente do governo provisório⁹⁷, as prisões de opositores começaram a ser noticiadas nos jornais. Conforme Graciliano Ramos, ex-presos político, apontou na ocasião: “a linguagem violenta da imprensa reacionária, a credicidade e a indiferença do público. Éramos uns monstros e o governo, isolando-nos, salvava o país.” (RAMOS, 1996b, [1954], p. 244)

O *Jornal do Brasil* publicou a matéria sobre a prisão de deputados e senadores em 1936, identificando-os como conspiradores contra a ordem pública.

Foram efetuadas, por motivos de segurança pública, 48 prisões de indivíduos com pessos antecedentes na polícia, estando recolhidos à Colonia Correccional de Dous Rios. Todos os presos foram ouvidos pelo Dr. juiz comissionado, nos termos do artigo 175, parágrafo 3º da Constituição Federal. Baseados em documentos apreendido, nos arquivos de Harry Berger, Luiz Carlos Prestes e no Secretariado Nacional do Partido Comunista, a policia efetuou, ontem, às 20 horas, a prisão do Senador Abel Chermont, dos deputados Otavio da Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e advogado João Mangabeira, por haverem, nos aludidos documentos, indícios veementes de estarem os mesmos em ligação com elementos responsáveis pelo movimentos subversivo, tramando nova perturbação da ordem.⁹⁸

A prisão dos integralistas também completa um dos capítulos da história das prisões na Ilha. Assim que foi inaugurada, a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal recebeu a quantidade de 599 envolvidos no ataque ao palácio do governo em 11 de maio de 1938⁹⁹.

1.4 A década de 1940 na Ilha e as mudanças de nomes: a criação de mais uma colônia

O Estado Novo pressupunha a modernização cultural e repressão ao que era considerado nocivo aos hábitos culturais, e isso atingia também no âmbito das práticas religiosas. Os cultos religiosos de religiões afro-brasileiras também foram alvo de perseguições policiais.¹⁰⁰ O novo

⁹⁶ JB, 01.04.1937, p. 14. Matéria: “Instituto dos Advogados. A Associação Brasileira de Imprensa pede a atenção do Instituto sobre a situação dos presos políticos. Os officios trocados entre os presidentes das duas associações”.

⁹⁷ Os crimes contra a ordem pública tinham precisão de prisão pela Lei de Segurança Nacional decretada em abril de 1935. Lei nº 38 de 4 de abril de 1935.

⁹⁸ JB, 25.03.1936, p. 7. Matéria: “A situação. Acusados de conspirar contra a ordem pública. Presos senadores Abel Chermont e os deputados João Mangabeira, Otávio da Silveira, Domingos Velasco e Abguar Bastos - um comunicado do Chefe de Polícia”

⁹⁹ JB, 13.05.1938, p. 9. Matéria: “Embarcaram para a Penitenciaria Agricola 599 integralistas envolvidos no "putsch" de 11 do corrente”.

¹⁰⁰ Cf. OLIVEIRA, 2015

Código Penal de 1940¹⁰¹, elaborado por Alcantara Machado previa a prisão por práticas de feitiçaria. As religiões de matriz africana eram enquadradas neste perfil. O Jornal *A Noite*¹⁰² aborda sobre o envio de praticantes da religião para a Colônia em abril de 1941.

O chefe da Polícia do Distrito Federal, atendendo as cifras reveladas pelas estatísticas do Hospital de Assistência aos Psicopatas e dos sanatórios de doenças mentais desta capital, as quais provam que grande maioria dos enfermos são influenciados pela prática da macumba ou do baixo espiritismo, resolveu iniciar severa repressão a essas grosseiras explorações da credence popular. [...] Para esses 'ases' da malandragem, travestidos em 'sacerdotes', só mesmo a Colônia Correcional, como está fazendo, muito acertadamente, o Sr. Filito Muller[...]¹⁰³

Um dos penitenciariastas que se destacou como precursor nas definições acerca das colônias penitenciárias foi o professor Cândido Mendes de Almeida. Ele foi relator de importantes Congressos internacionais e nacionais.¹⁰⁴ Em sua homenagem, o nome dado à Colônia penal localizada na Enseada do Abraão foi “Cândido Mendes” e depois mais uma vez o nome “Cândido Mendes” aparece na década de 1960 para designar o instituto penal localizado em Dois Rios. As mudanças na identificação das instituições existentes na Ilha ocorriam em consequência dos propósitos debatidos por autoridades penalistas, e eram reforçadas pela aprovação de leis que expunham as designações das instituições mais aptas à aplicação do regime. Mesmo assim, com este rigor de organização na teoria, continuava a falta de separação entre os tipos de presos, o alojamento conjunto, a precariedade das instalações, os descuidos com a higiene no estabelecimento e o regime de disciplina aplicado pelo método da brutalidade. As denúncias dos presos permaneciam sem atenção pelas autoridades competentes que viessem a rever, efetivamente, a questão da miséria dessas prisões.

Para a Ilha, os penalistas propunham a criação de uma penitenciária onde fosse possível o cumprimento de penas de condenados que já tivessem completado mais de 1/3 da pena e que, portanto, poderiam usufruir do benefício progressivo, no semiaberto. Ao mesmo tempo, estes penalistas eram os funcionários que atuavam na égide do regime ditatorial varguista e a Ilha servia aos interesses de manutenção da ordem política e social na medida em que mantinha afastados

¹⁰¹ Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

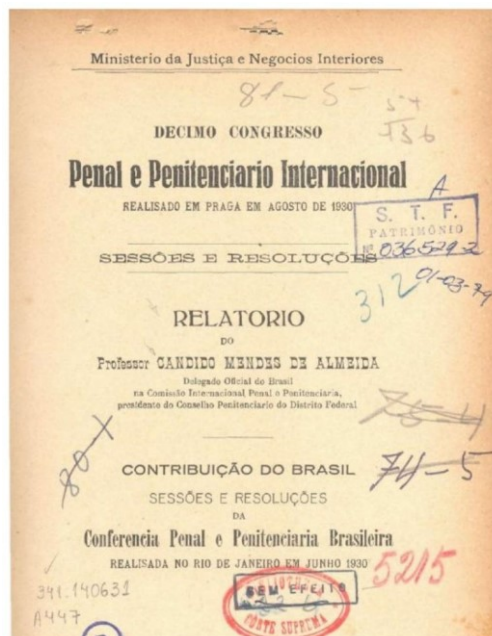
¹⁰² O jornal *A Noite* foi fundado por Irineu Marinho em 18 de junho de 1911 e a data de extinção é de 27 de dezembro de 1957. O jornal teve o caráter de versar sobre conteúdos políticos, e seguiu pelo caminho da oposição desde o início. Mas, a independência do jornal incomodava ao governo que na década de 1940 foi encampado pelo governo passando a ser parte da administração do Patrimônio Nacional, passou, então, a ser um órgão elogioso do governo. (NOITE, A, 2009)

¹⁰³ *A Noite*, 01.01.1941, p. 2. Matéria: “Ecos e novidades. Macumbas e “tendas””.

¹⁰⁴ Cf. (ALMEIDA, 1933)

da capital os opositores políticos, entre eles intelectuais, políticos, além de funcionários públicos e militares.

Figura 13 - Publicação organizada por Cândido Mendes



Relatoria das exposições feitas nos Congressos Penitenciários internacional e nacional, pelo delegado Cândido Mendes de Almeida
Fonte: (ALMEIDA, 1933)

Ao longo da década de 1930 algumas reuniões científicas em congressos internacionais e nacionais irão ser a base para projetos que foram executados na década seguinte. Exemplo disso, é a própria penitenciária exclusiva para mulheres inaugurada em 1942¹⁰⁵ e a penitenciária construída em Dois Rios. Consta de 1938 a lei que deliberou pela construção da Colônia Agrícola do Distrito Federal, edifício esperado como um grande feito da administração varguista. O jornal *Gazeta de Notícias*¹⁰⁶ relatou a grandiosidade das obras do regime estadonovista. Inauguração da reforma da Colônia Penal, antigo Lazareto, inauguração de instalações médicas no complexo

¹⁰⁵ *Gazeta de Notícias*, 11.03.1942, p. 13. Matéria: "Serão concluídas as obras da Penitenciária de mulheres".

¹⁰⁶ O periódico *Gazeta de Notícias* foi fundado em 2 de agosto de 1875, tendo por fundador José Ferreira de Sousa Araújo. Durante a República Velha foi um dos principais jornais da capital. A folha se notabilizou por adotar inovações para a época, assim como, uso de clichês, caricaturas e técnicas de entrevistas. Outros dois nomes estiveram na chefia do jornal: Henrique Chaves e Emanuel Carneiro. Por objetivo inicial, o jornal acampava a causa abolicionista e republicana. Apesar de ser governista, o jornal fez oposição a obrigatoriedade da vacina. O jornal manteve-se governista durante o Estado Novo e favorável às medidas implementadas durante todo o mandato de Getúlio Vargas. Depois do movimento golpista de 1964 a censura gerou desgastes que enfraqueceram o jornal. A *Gazeta de Notícias* ainda circula mais não com a mesma potência. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 2009)

penitenciário no continente e a expectativa de ter a Colônia Agrícola do Distrito Federal¹⁰⁷ em funcionamento em pouco tempo, perto do fim das obras.¹⁰⁸

A segunda metade do século XX foi marcada por modificações no entendimento da função e eficácia dos cárceres, sobre como deveria ser um novo modelo na aplicação da pena privativa de liberdade. Segundo Irene Batista Mauakad (1996), depois da Segunda Guerra, a pena de prisão privativa de liberdade foi objeto de novos ataques fundamentados na função reeducadora da pena e na sua falha com relação à individualização. Questiona-se também o valor de um único sistema, embora flexível, que impunha a todos os condenados o mesmo tratamento, dando preferência que a progressividade apresentasse uma evolução peculiar a cada indivíduo em função de suas características pessoais. (MUAHAD, 1996, p. 60)

No novo entendimento sobre as penas, o interno passou a ser visto não mais como um indivíduo a ser regenerado pela experiência do cárcere, mas simplesmente como um ser que não deveria ser massacrado psicologicamente depois de ter passado pela experiência de uma prisão. Com este argumento, as propostas de ressocialização dos presos passaram a ser vistas como irrealizáveis caso não fosse possível proporcionar ao preso experiências de maior convívio social com indivíduos não presos. Sendo assim, uma boa alternativa seria integrá-lo mais ao contato familiar, dando ao preso a chance de assumir mais responsabilidade em termos de bom comportamento na presença familiar e também para merecer o recebimento de visitas.

A afirmação de que a prisão pode, ao mesmo tempo, castigar e ressocializar, não mais se sustenta. Partiu-se, então, para novas formas de execução das penas privativas de liberdade, através da valorização simultânea de ressocialização e progressividade, que estabelece disciplina diferenciadora entre as penas e entre os condenados. (MUAHAD, 1996, p. 61)

Neste contexto, as visitas dos presos passaram a fazer parte do processo de reajuste social dos internos. As visitas passaram a ser entendidas não mais como privilégios, mas sim como direitos dos presos. Entretanto, outros acontecimentos tornaram-se mais emergentes na reconfiguração das instituições penais existentes na Ilha. A Segunda Grande Guerra, em que o Brasil tomou parte, também significou implicações na ilha-prisão. O desdobramento foi a

¹⁰⁷ Cf. Gazeta de Notícias, 05.11.1943, p. 4. Matéria: "Grandes obras penais em execução no Distrito Federal" Ver também: Decreto-Lei nº 319, de 7 de Março de 1938. Cria uma penitenciária agrícola no Distrito Federal, e dá outras providências.

¹⁰⁸ Uma boa observação destacada pela banca na defesa desta dissertação (pelo professor Gelsom Rozentino) foram os apontamentos a respeito da contradição da Era Vargas e mais precisamente, no Estado Novo. Pois consta que, ao mesmo tempo que o regime encarcerava muitos intelectuais e lotava as prisões, também foi o período com o maior investimento em construções e reformas em estruturas carcerárias. Por falta de tempo não foi possível desenvolver melhor este tema pertinente para discussão. (Sugestão de leitura: SOBRINHO, Patricia Cerqueira. A Penitenciária Central do Distrito Federal através da revista A Estrela, 1945-1955. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social)

transferência da Penitenciária de Fernando de Noronha para a região de Ilha Grande, em Dois Rios, em 1942.

Figura 14 - Instalações da Colônia Penal Cândido Mendes 1943



Colônia Penal Cândido Mendes em 1943 - internos no refeitório, na plantação e no trabalho no setor de alfaiataria
Fonte: (SARDINHA, 1944, f.45, 58, 67)

1.5 As visões da Ilha a partir da metade do século XX

A década de 1950 comporta uma série de aparições de notícias em jornais sobre as fugas de presos. Esses eventos constantemente divulgados também passam a fazer parte dos mitos associados à Ilha: a fuga de foragidos considerados perigosos.

Em 1956 o *Jornal do Brasil* publicou um editorial onde expôs comparações entre o presídio da Ilha Anchieta em São Paulo e os presídios da Ilha Grande. Nesta ocasião, os presídios já apresentavam aspectos de superlotação e a redação do periódico tencionava despertar a atenção para que a vigilância fosse mais cautelosa no presídio da Ilha Grande, de modo a se evitar a repetição da rebelião na Ilha Anchieta¹⁰⁹.

¹⁰⁹ JB, 26.02.1956, p.6. Matéria: “Presídio da Ilha Grande”. A rebelião da Ilha Anchieta (em São Paulo) foi um incidente que resultou na fuga de 129 detentos, em 20 de junho de 1952. Assim como a Revolução Haitiana se tornou o pesadelo dos senhores de escravos, a rebelião da Ilha Anchieta significou o constante temor dos carcereiros em ilhas. No relatório do diretor Joaquim Murillo Maldonado, em 1958, o mesmo expôs: “A revolta dos presidiários da

A despeito da comparação, houve, na Ilha Grande, um acontecimento até então inédito em seus presídios, desde a obrigatoriedade da elaboração de relatórios, iniciada na década de 1940. No relatório de 1958, o então diretor Joaquim Murillo Maldonado cita então o ineditismo inusitado: o assassinato de um dos guardas do presídio, José Honório, por um preso.

Ao assumirmos a direção desta Colônia, vinha de verificar -se a morte de um servidor, assassinado por um interno. O assassinato do guarda José Honório e as ameaças a outros servidores são fatos amplamente noticiados pela imprensa, já apurados em inquéritos administrativos e policiais, que corrobora o que procuramos demonstrar, isto é, o risco de vida permanente a que é submetido o pessoal que serve nesta Colônia, intrínseco a própria vida funcional, determinado pela periculosidade do órgão. (MALDONADO, 16.03.1958, f. 25)

Era sem dúvida, um relatório atípico. Os anteriores apenas repetiam que a colônia estava melhor do que antes do respectivo mandato. Demonstravam também a preocupação em expor resultados de expressivo progresso. Maldonado, por sua vez, redigiu o documento em tom de sobreaviso às autoridades. Solicitou reforços: mais funcionários e melhoria de salário para os seus funcionários, mais médicos e mais professores, além de fazer questão de mencionar que ali, na Colônia de Dois Rios, ocorreu o assassinato.

No caso do relatório escrito pelo capitão Joaquim Murillo Maldonado, há, além da notícia sobre o assassinato, um tom de alerta em sua escrita: solicita concessão de gratificação especial pelo risco das atividades desempenhadas na repartição, identifica a insuficiência de médicos e de professores para aos internos, aponta como mais grave a falta de pessoal qualificado para o desempenho das funções, o então diretor Joaquim Murillo cita então o ineditismo tétrico: o assassinato de um dos guardas do presídio por um preso.

Os jornais tratam do homicídio do guarda José Honório como um duplo homicídio. Segundo *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*¹¹⁰ e *O Jornal*¹¹¹, em 21 de julho de 1958, o detento Delson Ferreira Barroso teria assassinado José Honório porque os dois teriam entrado em discussão, chegando ao ponto de luta corporal. Na sequência, o detento teria conseguido tomar a

Ilha Anchieta é sempre viva, não só aos internos que em qualquer oportunidade podem repeti-la nesta ilha, mas, também, é uma constante ameaça aos que aqui trabalham e um desassossego permanente às suas famílias.” Ver: (MALDONADO, 16.03.1958, f. 26)

¹¹⁰ O jornal *Tribuna da Imprensa* foi fundado por Carlos Lacerda, em dezembro de 1949. Em 1951, o mesmo jornal inicia campanha contra o jornal *Última Hora*, acusando-o de seu caráter governista. O jornal manteve-se sob a propriedade Carlos Lacerda até 1962, quando passou a pertencer a Hélio Fernandes. A partir de dezembro de 2008, passa para a versão on-line. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 2009)

¹¹¹ *O Jornal* foi fundado em 17 de julho de 1919 por Renato de Toledo Lopes. Foi extinto em abril de 1974. Depois de cinco anos de fundação foi comprado por Francisco de Assis Chateaubriand e Bandeira de Melo. Este jornal tornou-se o primeiro na cadeia dos Diários Associados. Após conflitos com Getúlio Vargas que lhe rendeu prejuízos, a posição com relação ao governo tornou-se mais moderada. O jornal defendeu a posse de João Goulart, porém, o jornal opôs-se às reformas de base propostas pelo governo, a partir de então passou a oposição. Desse modo, apoiou o movimento de 1964 que tirou João Goulart da presidência. O jornal apoiou os demais governos militares. (JORNAL, O, 2009)

arma de José Honório e o assassinado com tiros à queima roupa. Ao ver a cena, um guarda -que não teria sua identidade revelada nessas reportagens de 1958- na defesa de José Honório, teria atirado em Gilberto Manoel de Souza, outro detento, acertando-o por descuido, visto que nada tinha a ver com o conflito. Gilberto teria morrido imediatamente.

Em notícia do *Diário Carioca*, em 1955, 3 anos antes, encontramos o relato do guarda José Honório, qualificado na notícia como “protetor das crianças” sobre as circunstâncias de ter assassinado um suposto criminoso chamado “Veludo”. Segundo José Honório, “Veludo” teria roubado umas crianças durante o feriado de Carnaval, pela região de Lins de Vasconcelos. Por este motivo, José Honório teria atirado contra o suspeito em outra ocasião, quando teria ido tirar satisfações sobre o incidente. No jornal *Diário Carioca*, em entrevista para esclarecer o homicídio relatou: “Falando de sua vida profissional e de sua situação, José Honório disse: 'Há três anos sou guarda da Colônia Agrícola da Ilha Grande e sempre fui cumpridor dos meus deveres e amigo dos meus colegas, por isso desfruto de bom conceito lá na ilha.’”¹¹²

O caso do duplo homicídio gerou um inquérito. O resultado chegou à conclusão de que o guarda José Dourado Wanderley, que reagiu em defesa de José Honório, desferindo os tiros contra Gilberto, era um guarda com práticas cruéis. Matou Gilberto por motivo torpe. José Dourado foi então exonerado e consta na matéria do jornal *Diário da Noite*¹¹³:

Manifestando-se no mandado de segurança interposto ao Supremo Tribunal Federal pelo ex-guarda José Dourado Wanderley, demitido do serviço público por ter assassinado com dois tiros, na Ilha Grande, o detento Gilberto Manoel de Souza, o Procurador Geral da República, sr. Carlos Medeiros Silva, em parecer ontem dado a conhecer pronunciou-se pela confirmação do ato demissório, de vez que o mesmo se baseou nas conclusões do inquérito administrativo e nos depoimentos das testemunhas, ambos apontando o ex-servidor como carcereiro cruel e homicida bárbaro e frio. Revela o processo submetido ao exame do Procurador Geral o crime cometido pelo ex-guarda "Zezinho" (vulgo de José Dourado Wanderley) que culminou suas brutalidades contra os sentenciados da Ilha Grande matando friamente e sem motivos aparentes o presidiário Gilberto Manoel de Souza.¹¹⁴

Esses dois casos têm algo de extraordinário na história das prisões da Ilha. O relatório do diretor que assumiu funções após os incidentes já traz indícios de que algo estava errado. A queixa de que os funcionários da Colônia eram desqualificados era recorrente. E o resultado do inquérito evidenciaria essa percepção.

¹¹² *Diário Carioca*, 07.03.1955, p. 2. Matéria: “Ontem, contou ao D.C. o crime que cometeu; hoje, se entregará”.

¹¹³ *Diário da Noite* foi fundado em 1929 e fazia parte do conglomerado de órgãos de imprensa idealizado por Assis Chateaubriand. Os recursos para a fundação vieram da Aliança Liberal e de João Neves da Fontoura. *Diário da Noite*, assim como os demais “Diários” participantes do conglomerado apoiavam o governo de Getúlio Vargas. A tiragem de exemplares alcançou grande potencial. Em outro momento passou a ser antigetulista devido a conflitos com outros órgãos de imprensa que eram apoiadores de Getúlio. A doença de seu fundador Assis Chateaubriand e dívidas levou ao fim do jornal em fevereiro de 1961. (DIÁRIO DA NOITE, 2009)

¹¹⁴ *Diário da Noite*, 1.12.1959, p. 8. Matéria: “O comerciante reagiu a bala, ferindo um dos agressores. Um “jeep” providencial: presos “Carrapeta” e “Carretel””.

Sobre as circunstâncias da morte de José Honório, apenas notícias de jornais são as fontes de que dispomos até o momento. Mas, a julgar pela notícia do ano de 1955 em que José Honório assassinou um indivíduo no continente, é bastante revelador sobre como o uso da arma de José Honório era frequente na resolução dos conflitos.

1.6 Entre Belacap e o Rio de Janeiro estava Ilha Grande: um conflito sobre a posse dos presídios

Os presídios na Ilha também fazem parte do repertório de histórias de conflitos da época da extinta Guanabara. Após a transferência da capital para Brasília, em 1960, nasceu o estado da Guanabara. Rio de Janeiro e Guanabara manteriam relações nem sempre amistosas. E, na questão relacionada à Ilha Grande, o governo federal deixou um imbróglia difícil de resolver para os dois estados vizinhos. Afinal, embora os presídios da Ilha estivessem localizados em território fluminense, a lei Santiago Dantas estabelecia que a posse dos estabelecimentos penais, outrora do Governo Federal, passariam a ser propriedades do novo estado da Guanabara.¹¹⁵

Por conta desta mudança, a insatisfação dos deputados fluminenses foi crescente durante anos, com motivos para picos de contendas. A Ilha já oferecia tímida estrutura de acomodação para visitação. A Flumitur, criada em 1960¹¹⁶, pretendia desenvolver projetos na região devido a demandas crescentes na região da Costa Verde para o turismo. Ilha Grande era uma das possibilidades de turismo privilegiado. Mas os presídios ainda representavam uma realidade que contrastava com a aparência de calma e tranquilidade, nome também usado para nomear o primeiro hotel da Ilha: Mar da Tranquilidade.

Carlos Lacerda, governador da Guanabara, iniciou seu governo com metas estabelecidas no propósito de reestruturar as instâncias político-administrativas, em outras palavras, tratava-se de criar ritmo próprio ao novo estado que deixava de ser a capital e passaria a ser a cidade-estado sem municípios.¹¹⁷

As proezas da administração Lacerda e o investimento grande em obras no novo estado coincidiram com a efervescência cultural que despontou a Guanabara como estado privilegiado no país. “Contra a **Novacap**, curinga do ex-presidente [Juscelino Kubitschek], Lacerda pretendia

¹¹⁵ “Lei Santiago Dantas”, ficou assim conhecida a Lei no 3.752, de 14 de abril de 1960 que estipulou as mudanças relacionadas aos próprios do governo federal em virtude da transferência do Distrito Federal para Brasília. (MOTTA; MAUAD, 2015, p. 24)

¹¹⁶ No ano de 1960, com a separação dos estados, enquanto o estado da Guanabara criava a RIOTUR, o estado do Rio de Janeiro, por sua vez, criava a FLUMITUR, esta que atualmente é a TURISRIO. Cf. (GOMES; SILVA, 2017, p. 253)

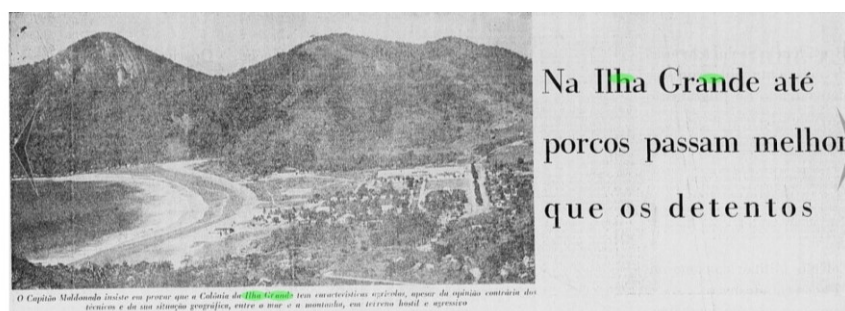
¹¹⁷ Conforme Mauricio Dominguez Perez (2007) afirma, a administração de Carlos Lacerda executou uma série de realizações /reformas que permanecem na memória do carioca.

jogar o ás da **Belacap**. Nessa condição, a **Guanabara** deveria ser como o Rio de Janeiro fora no passado, a ‘**vitrine da nação**’[...]” (MOTTA; MAUAD, 2015, p. 36, grifo nosso)

O estado da Guanabara vendia a imagem de lugar atraente para visitar, com várias atrações culturais a serem conhecidas. Na região que constituía o estado da Guanabara apresentava regiões de praias como cartões postais. E o Rio de Janeiro também precisava ter seus atrativos para divulgar, assim como as suas belezas naturais na Costa Verde. Nesse momento, Ilha Grande entra para o rol de opções turísticas do Rio de Janeiro.

A série de reportagens realizada por Silvia Donato e pelos cinegrafistas Alberto Ferreira e Odir Amorim, jornalistas do *Jornal do Brasil*, expuseram imagens dos horrores das prisões nos exemplares de domingo do *Jornal do Brasil*, entre abril e maio de 1961. Nomes como “surdas”, “pecúlio” e “fronteiriços”, explicados na longa reportagem de 5 semanas, foram ilustrados com fotografias que demonstravam fazer parte do universo e do interior das prisões. A miséria das prisões foi exposta sobre as óticas das tomadas de fotos de jornalistas em busca do furo, do “não dito”, do pitoresco. Fotos de flagrantes de um preso na surda, as imundícies da cozinha, camas com lençóis amarrados, convivência desordenada entre presos etc.¹¹⁸

Figura 15 - Série de reportagens com as misérias nas prisões da Ilha Grande



Fonte: (Jornal do Brasil, 07.05.1961, p.12)



Fonte: (Jornal do Brasil, 21.05.1961, p.12)

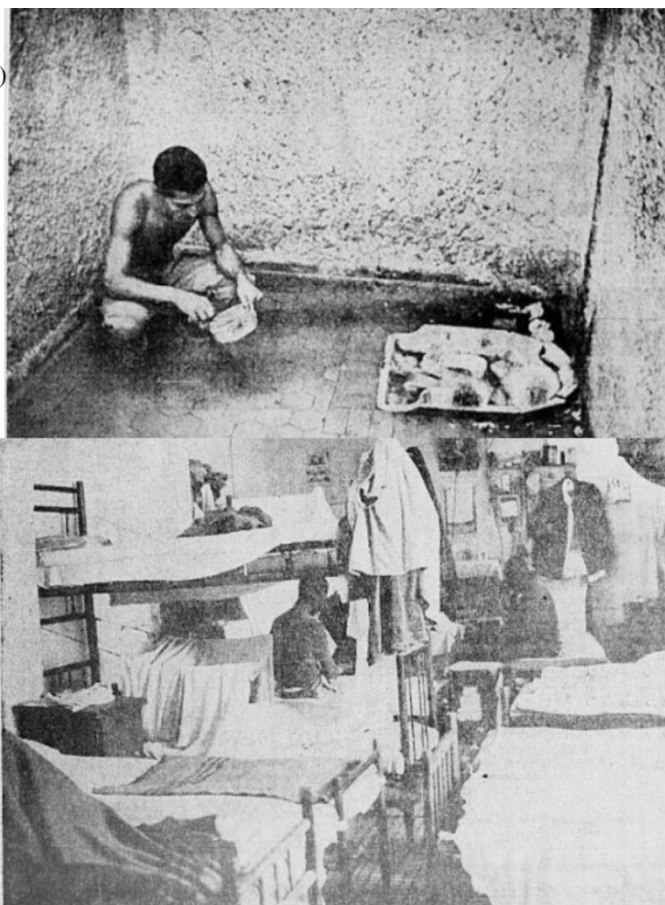
¹¹⁸ (JB, 2.04.1961, p. 8. Matéria: “Sistema penitenciário, curso superior dos criminosos”), (JB, 16.04.1961, p. 12. Matéria: “Funcionários do presídio denunciam seu Diretor”), (JB, 30.04.1961, p. 12. Matéria: “80 % dos presos indultados ano passado voltaram ao xadrez”), (JB, 07.05.1961, p. 12. Matéria: “Na Ilha Grande até porcos passam melhor que os detentos”), (JB, 21.05.1961, p. 12. Matéria: “Masmorras da Ilha Grande lembram a sua triste história”)

Figura 16 – A imprensa divulga um pouco das condições precárias das prisões no Rio

Fonte: (JB, 02.04.1961, p. 8)



Fonte: (21-22.05.1961, p. 12)



Fonte: (JB, 07.05.1962, p. 13)

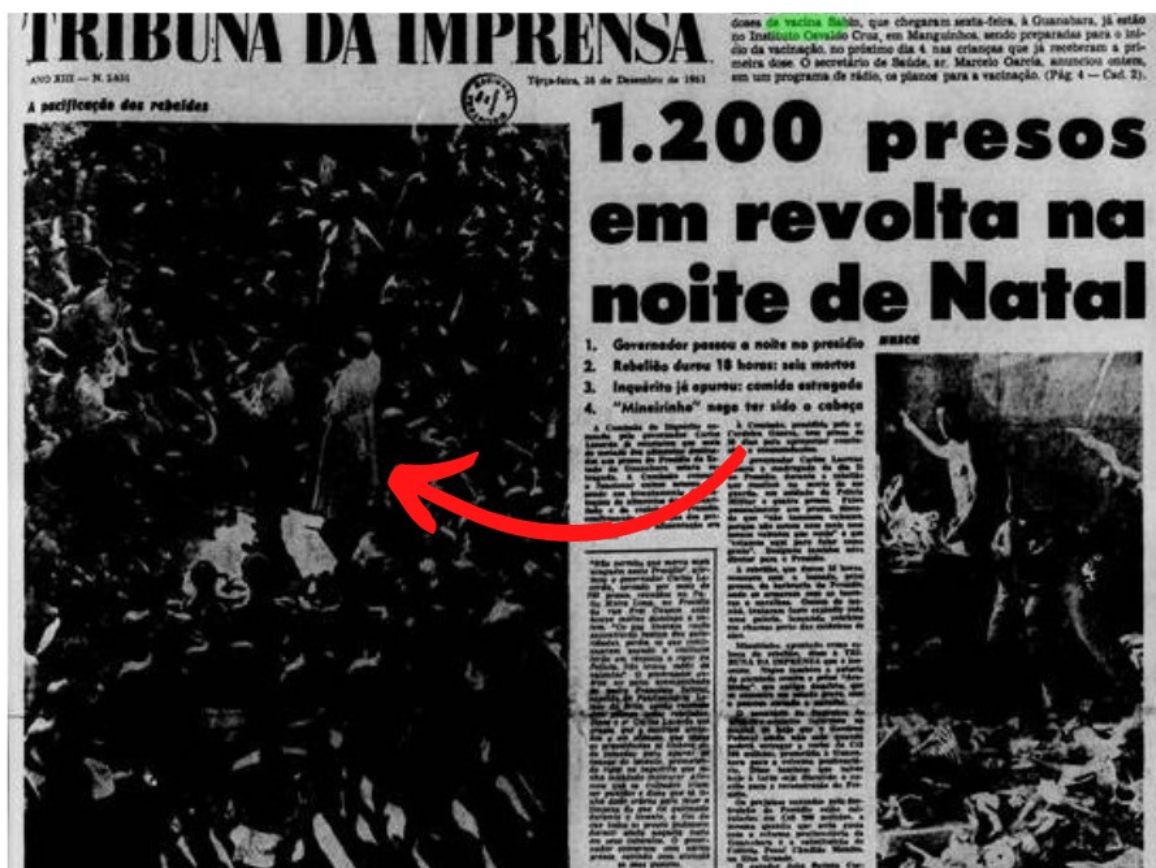
O ano de 1961 começou com notícias no jornal *Tribuna da Imprensa* onde presos denunciaram passarem fome na prisão da Ilha¹¹⁹ e uma comissão sendo enviada para constatar as denúncias¹²⁰. O encerramento deste ano terminaria com motim de presos no continente. A exclusividade do registro foi do jornal *Tribuna da Imprensa*. O jornal mostrou na capa a cena do governador pacificando os detentos, em meio à rebelião em presídio no Complexo da Frei Caneca: "1.200 presos em revolta na noite de Natal"¹²¹ A rebelião teria sido motivada por uma refeição estragada servida para os detentos. Os detentos protestaram contra a comida azeda, ao que seriam castigados pelo diretor com a ameaça de que não haveria mais a festa de natal e nem o direito a visitas. A rebelião que teria durado 18 horas resultou na morte de 1 guarda, 1 policial militar e 4 presos e prejuízo avaliado em mais de Cr\$ 200 milhões. Após esta tragédia um novo ano começaria e Lacerda poderia tentar evitar outra.

¹¹⁹ Tribuna da Imprensa, 03.01.1961, p. 7. Matéria: "Presos da Ilha Grande acusam: passam fome".

¹²⁰ Tribuna da Imprensa, 06.01.1961, p. 7. Matéria: "Comissão vai à Ilha Grande ver os presos".

¹²¹ Tribuna da Imprensa, 26.12.1961, p. 1. Matéria: "1.200 presos em revolta na noite de Natal".

Figura 17 - Lacerda tranquiliza rebelados na noite de Natal



Governador Carlos Lacerda no meio dos presos amotinados
Fonte: (Tribuna da Imprensa, 26.12.1961, p.1)

O ano de 1962 começou com o jornal *Tribuna da Imprensa* demonstrando maior interesse nas notícias relacionadas aos conflitos nos presídios, especialmente em relação ao da Ilha. A retórica jornalística adotou uma opinião crítica sobre as instalações do presídio Colônia Penal Cândido Mendes¹²². O fruto destas reportagens seria a decretação de falência da instituição e a decisão pela desativação em breve, contando com a possibilidade de transferência dos presos para as dependências recém-inauguradas na localidade de Bangu. As notícias evidenciaram um processo de descrédito sobre o sentido de manter a CPCM.

¹²² Uma série de reportagens intitulada "Quarenta e oito horas na Ilha Grande" publicadas entre os dias 22 e 26 de março de 1962, menciona a existência de vários problemas que dificultam a moralização da instituição, desde a corrupção de guardas, policiais e até diretores de gestões anteriores. Naquela ocasião, o diretor da colônia agrícola estava afastado por estar sendo investigado por denúncias de corrupção. (Tribuna da Imprensa, 22.03.1962, p. 3. Matéria: "Quarenta e oito horas na Ilha Grande(I). Do exílio de escravos a Ilha do Diabo"), (Tribuna da Imprensa, 23.03.1962, p. 3. Matéria: "Quarenta e oito horas na Ilha Grande(II). Quem é quem na prisão da Ilha do Diabo"), (Tribuna da Imprensa, 26.03.1962, p. 7. Matéria: "Quarenta e oito horas na Ilha Grande(III). Tudo errado na prisão da Ilha Grande"), (Tribuna da Imprensa, 30.03.1962, p. 5. Matéria: "Quarenta e oito horas na Ilha Grande (final)").

Enquanto o governador Carlos Lacerda assumia posições e destacava-se no cenário político, o governo do estado do Rio de Janeiro tentava reaver-se da tragédia com o governador Roberto Silveira¹²³, que morreu dias depois de um acidente ocorrido em Petrópolis após uma queda de helicóptero, em 28 de fevereiro de 1961. No jornal *Última Hora*¹²⁴, o posicionamento da redação era o de divulgar a insatisfação que a situação na Ilha Grande causava à parte fluminense envolvida. Segundo o ex-secretário do interior, Sr. Mário Guimarães, quem participou da gestão de Roberto Silveira, o governador falecido apontava algumas soluções para o problema: ou os presídios eram devolvidos para a esfera federal ou ele poderia ser entregue ao estado do Rio de Janeiro. A pretensão de Roberto Silveira era a de criar outra colônia agrícola que poderia até ser dividida pelos dois estados. Mas, com a morte do governador, Celso Peçanha¹²⁵ preferiu não se envolver na questão. Restava então aos deputados a reivindicação do território da Ilha,¹²⁶ situação esta explorada pelos jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil*.

O *Última Hora*, posicionava-se abertamente pelo fechamento do presídio. Justificava a posição lembrando que, por diversas reportagens, jornalistas flagraram os horrores daquela instituição e passaram a fazer referência a Colônia Penal Cândido Mendes usando da expressão Ilha do Diabo. Sobre a outra prisão em Dois Rios, timidamente mencionavam alguma impressão.¹²⁷

As intrigas insufladas pelos jornais para aumentar a tensão do conflito poderiam ser um capítulo à parte dessa história. A título de exemplo, *Última Hora* trouxe na capa a versão de que o diretor da Colônia Agrícola, Antiocho Melchior de Mendonça queria insuflar os presos em uma rebelião¹²⁸.

¹²³ Roberto Teixeira da Silveira (11.06.1923 - 28.02.1961) Tinha formação em Direito, foi secretário do Interior e Justiça do governo de Ernâni Amaral Peixoto, também foi vice-governador. Foi eleito com grande popularidade a governador do Rio de Janeiro, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tomou posse como governador em 31 de janeiro de 1959 e no dia 20 de fevereiro de 1961 morreu devido a um acidente pela queda do helicóptero que sobrevoava Petrópolis. Faleceu oito dias depois. (SILVEIRA, 2009)

¹²⁴ O Jornal *Última Hora* foi fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer. A data de extinção é 26 de julho de 1991. Sua inauguração entre os órgãos de imprensa foi revolucionária por introduzir um estilo de comunicação original. A Folha foi fundada como base de apoio ao getulismo e para romper com a formação oligárquica da imprensa nacional. Última Hora se destacou entre os demais jornais pela técnica no design gráfico. O jornal teve grande circulação. (ÚLTIMA HORA, 2009)

¹²⁵ Celso Peçanha (2.08.1916 - 13.07.2016) Cursou Direito, foi prefeito de Bom Jardim(RJ) e Rio Bonito(RJ), foi deputado federal pelo Rio de Janeiro. Pela legenda do PSD foi eleito vice-governador em 3 de outubro de 1958. Porém, assumiu o cargo de governador após a morte de Roberto da Silveira. Governou de março de 1961 até 7 de julho de 1962, quando se afastou do governo para se candidatar ao Senado federal. (PEÇANHA, 2009)

¹²⁶ Última Hora, 06.10.1961, p. 3. Matéria: “Ex-secretário de RS é pela posse da Ilha Grande ou sua extinção”.

¹²⁷ Última Hora, 02.10.1961, p. 5. Matéria: “Ilha Grande: intervenção da GB no estado do Rio”.

¹²⁸ (Última Hora, 11.01.1962, p. 1. Matéria: “Diretor da Ilha Grande (ex-sentenciado) trama a rebelião dos presos”), (Última Hora, 11.01.1962, p. 7. Matéria: “Barril de pólvora na Colônia Penal “Cândido Mendes”: Ex-sentenciado é o diretor da Ilha do Diabo!”)

Figura 18 - Diretor acusado de amotinar presos



Fonte: (Ultima Hora, 11.01.1962, p.7)

Fonte: (Ultima Hora, 11.01.1962, p.1)

A outra versão do periódico alimentava a teoria de que Lacerda estaria esvaziando a Colônia Penal com o objetivo de dar espaço para instalação de uma prisão política, onde fosse possível aprisionar os insurgentes contra o golpe que anunciara na ocasião do fim do mandato parlamentarista de João Goulart.¹²⁹

O jornal *Tribuna da Imprensa* se restringia em registrar que a estrutura do presídio estava inservível. Comissões técnica e política visitaram as instalações e até mesmo o próprio governador, deram o mesmo parecer: as instalações estariam precárias e não seria a Guanabara a investir na reforma daquela colônia penal.

Outra situação de alarme que *Última Hora* expôs sobre o governante da Guanabara foi a de que o mesmo planejava transformar a Colônia Penal Cândido Mendes mais uma vez em prisão política.

Conforme se recorda da crise política resultante da renúncia do Sr. Jânio Quadros, o Governador da Guanabara determinou que fossem reservados 60 cubículos da Colônia Penal para presos políticos. Felizmente, ante o desmantelamento sofrido pelas forças reacionárias, a Ilha Grande foi esquecida como campo de concentração. Volta agora a cena ante à disposição do Governante carioca de prender oficiais do Exército e trabalhadores "a pretexto

¹²⁹ Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, João Goulart assumiu o mandato após conturbada movimentação política. João Goulart assumiu o cargo de presidente em um sistema parlamentarista que durou de 8 de setembro de 1961 até 24 de janeiro de 1963. Cf. (MORAES, 2001, p. 111)

de um pseudo movimento revolucionário. Apuramos mais que os planos do Lacerda de transformar a Ilha Grande em campo de prisioneiros políticos de vez que a "Invernada" de Olaria¹³⁰ e a masmorra do Alto da Boa Vista são de fácil acesso a imprensa e à Justiça...¹³¹

Segundo o jornal, um emissário da Cruzada Brasileira Anticomunistas estivera com Cecil Borer¹³² (diretor do DOPS/Guanabara) denunciando nomes de possíveis lideranças estudantis, oficiais do exército e demais trabalhadores que estariam envolvidos em um plano secreto de ataque. O jornal concluiu que se tratava de mais uma farsa do governador Lacerda para justificar preparo para enfrentar uma possível revolução comunista.

Nesta mesma reportagem Hermes Lima, então chefe de gabinete do Governo de João Goulart, assegurou não ter cabimento as notícias alarmantes sobre uma possível conspiração de uma revolução por parte de comunistas¹³³. Curioso observar que Hermes Lima é citado em “Memórias de um Cárcere” por Graciliano Ramos como uma das figuras intelectuais identificadas pelo autor. Hermes Lima também foi prisioneiro político interno da Casa de Correção (RJ) nos tempos em que Graciliano Ramos foi enviado para aquela prisão. (RAMOS, 1996b, [1954], p. 193)

Carlos Lacerda, por sua vez, em sua declarada opinião de oposição ao governo de João Goulart e partidário da Cruzada Brasileira Anticomunista, foi acusado pelo jornal, por conta do esvaziamento às pressas, para a retirada dos presos comuns. À época, se supunha que este esvaziamento tenha se dado com a finalidade de encarceramento de outros presos, posto que a Guanabara estava com o problema de falta de espaço em suas prisões.

Conforme informou o *Jornal do Brasil*, o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Cordolino Ambrósio, juntamente com outros deputados, enviaram uma declaração oficial sobre o desagrado com os acontecimentos nas instalações da Ilha Grande. A declaração teria sido feita a pedido de Dail de Almeida¹³⁴, deputado que segundo divulgado pelos jornais da

¹³⁰ A “Invernada de Olaria” seria mais uma das instalações usadas pelo chefe de polícia da Guanabara para a prática de tortura e extermínios, no Batalhão de Atividades Especiais da Polícia Militar em Olaria. Não menos importante que as “Invernadas” seria a “Operação Mata-Mendigos” que também foi denunciada pelo jornal Última Hora. O caso foi um dos maiores escândalos durante o mandato de Carlos Lacerda. Cf. (ANTONIO, 2020)

¹³¹ Última Hora, 21.12.1962, p. 14. Matéria: “Premier” Hermes lima rechaça o nôvo “Plano Cohen” de Lacerda: - Foco de agitação é aqui mesmo na Guanabara. Ilha Grande evacuada para receber presos políticos.

¹³² Cecil de Macedo Borer (1913-2003) participou da polícia especial de Vargas e tornou-se agente secreto do Distrito Federal. Trabalhou no serviço de inteligência (espionagem) do governo. Atuou no interrogatório de integralistas e na caçada de militantes de esquerda e partidários do governo de João Goulart. Em 1964, era diretor do Departamento de Ordem Política e Social do então estado da Guanabara (DOPS/GB). Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/cecil-de-macedo-borer/>>. Acesso em: 23 jul 2022.

¹³³ Última Hora, 21.12.1962, p. 14. Matéria: “Premier” Hermes lima rechaça o nôvo “Plano Cohen” de Lacerda: - Foco de agitação é aqui mesmo na Guanabara. Ilha Grande evacuada para receber presos políticos”.

¹³⁴ Dail do Carmo Guimarães de Almeida, nascido em 16 de julho de 1918. Em 1943 formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói. Foi professor no Colégio Salesiano de Santa Rosa e lecionou também na Escola de Serviço Social da Faculdade de Ciências Econômicas de Niterói. Como deputado, teve destaque enquanto liderança

época, iria estar mais à frente destas manifestações. Para os deputados fluminenses, o governo carioca estaria dilapidando o patrimônio que, em breve, seria parte das propriedades do governo do Rio de Janeiro¹³⁵. E, além de oficiais as reivindicações passariam a ser mais frequentes nos jornais, o que não seria de muito agrado dos governantes da época.

Em outro momento, segundo o *Jornal do Brasil*, o queixoso seria o deputado federal Daso Coimbra¹³⁶, que mostrara provas por meio de fotografias exibidas na Câmara Federal com o intuito de atestar que materiais da construção do presídio estariam sendo trazidos da Ilha Grande e desembarcados na Praça XV de Novembro. O mesmo reclamava estar aguardando por três anos pela devolução da Ilha ao estado do Rio de Janeiro. Coimbra queixava-se de que o governo carioca estaria levando não apenas os presos e os móveis, mas também os patrimônios imóveis para fora do território que pertencia ao Rio de Janeiro.¹³⁷

No mês de maio, o jornal *Ultima Hora* divulgou notícia sobre uma incursão de deputados fluminenses na Ilha. A matéria daria destaque ao que o Secretário de Justiça do Rio de Janeiro teria protestado na Assembleia. Informou haver restrição para entrada na Colônia Penal. Segundo o jornal, o secretário Hamilton Xavier havia sido impedido de entrar com um fotógrafo para registrar as instalações. O texto explicava ainda que o diretor da Colônia, Ênio Jorge, teria ordens expressas de seus superiores de não permitir a entrada de fotógrafos. O título da notícia exposto na terceira página do jornal fora: “Ilha Grande: Secretário de Justiça foi ‘barrado’ pela polícia de Lacerda”.¹³⁸

do PDC entre 1955 e 1964. Foi um dos fundadores do Partido Democrata Cristão (PDC). Morreu em 29 de janeiro de 1990. (ALMEIDA, Dail, de, 2009)

¹³⁵ JB, 13.03.1963, p. 5. Matéria: “Protesto de fluminenses à Guanabara”.

¹³⁶ Daso de Oliveira Coimbra nasceu em 16 de junho de 1926 e faleceu em 11 de dezembro de 2007. Sua formação passou pelas licenciaturas de História e Geografia e acrescentou a formação em medicina. Atuou como jornalista, diretor de escola e extensa carreira política. Esteve afiliado em vários partidos: PTB, PSD, Arena, PP, PDS, PMDB, PRN e, na ocasião do mandato iniciado em 1962, fazia parte da legenda do Partido Social Democrático (PSD) era também representante do Rio de Janeiro.

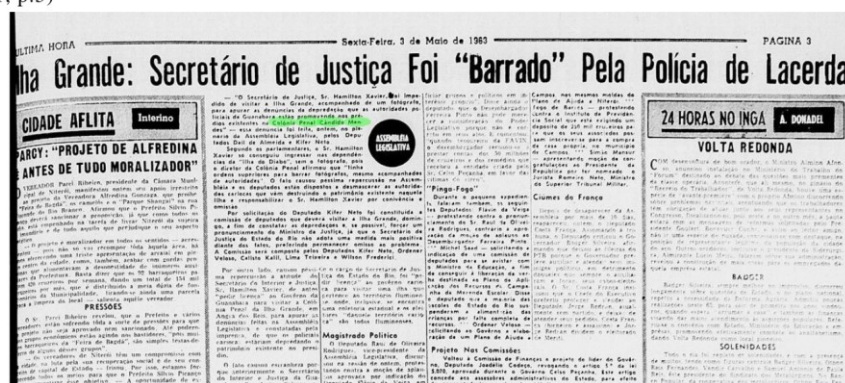
¹³⁷ JB, 25.04.1963, p. 12. Matéria: “Govêrno do Estado do Rio vê se o da Guanabara destruiu a Ilha Grande”.

¹³⁸ UH, 03.05.1963, p. 3. Matéria: “Ilha Grande: Secretário de justiça foi "barrado" pela polícia de Lacerda”.

Figura 19 - Os conflitos entre Rio de Janeiro e Guanabara pela Ilha Grande



Fonte: (Ultima Hora, 02.10.1961, p.5)



Fonte: (Ultima Hora, 03.05.1963, p.3)

Alguns dias depois, o *Jornal do Brasil* informou que havia acompanhado a averiguação na própria Ilha, feita pelos parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Como resultado da investigação, os deputados constatarem o avançado grau de demolição que a Colônia Penal já tinha sofrido. Não satisfeitos com o que viram, os deputados recorreram à elaboração de um relatório com sete proposições para resolver a situação de dissabores entre os estados. Dentre as proposições estavam as propostas relacionadas à melhoria do acesso à Ilha. Planejavam solicitar ao Governo Federal auxílio na construção de rodovias para facilitar o turismo na região. Também propuseram a criação de um grupo de estudo para manter entendimentos com o governador da Guanabara de modo a evitar futuras demolições de edifícios em território fluminense. Na verdade, referiam-se à Colônia Agrícola¹³⁹.

O fim da Colônia Penal era anseio da opinião pública e da classe política dos dois estados. Porém, o que não era aceito pelos deputados era a autonomia com que o Estado da Guanabara tratava as questões de prédios no território do Rio de Janeiro. Os conflitos entre estados foram expostos nos jornais e tomaram maior fôlego após a depredação da Colônia Penal.

¹³⁹ JB, 07.05.1963, p. 11. Matéria: "Presídio da Ilha Grande vem sendo depredado mesmo, diz seu Diretor".

E, quando finalmente foi confirmado que não havia mais a Colônia Penal, a discussão direcionou-se à posse da Colônia Agrícola do Distrito Federal, o cárcere localizado na Vila de Dois Rios. Por parte do governo fluminense¹⁴⁰, não havia um plano sobre as instalações da Colônia Agrícola. Mas percebe-se, pela leitura das discussões publicadas nos jornais, que a insatisfação maior não era com a existência do presídio, mas sim com a interferência do governo da Guanabara em território alheio.

Eventualmente, esta contenda em torno do direito à Ilha e a tudo que implicava a existência da Colônia Agrícola eram expostas nos jornais. A conturbada questão sobre os presídios do local cessou quando os dois estados foram unificados, em 1975.¹⁴¹

O ano de 1979 também anuncia outra notícia que criaria bastante expectativa a respeito da Ilha: a sua desativação. O plano começou a se tornar realidade pela primeira vez em 1978. Durante os anos finais de existência da Guanabara, já havia um entendimento de ambos os governos, ao que a imprensa começou a divulgar, que a região da Costa Verde começaria a ser projetada para o turismo,¹⁴² já que os trabalhos na construção da Estrada Rio-Santos (BR 101) ainda estavam em andamento. E o trecho da BR 101 que viabilizava o acesso a Ilha Grande por Conceição Jacareí¹⁴³ já estava em uso desde 1974.

A construção da Estrada Rio-Santos possibilitou o aumento vertiginoso de interesse em empreendimentos na região. O surto da especulação imobiliária descontrolada foi chamado pelo jornal *O Fluminense*¹⁴⁴ de “Eldorado da Rio-Santos”. Na matéria "Economias em choque no Eldorado da Rio-Santos" o jornal introduz o problema do prejuízo a que moradores da região

¹⁴⁰ Neste contexto, importa destacar que em 28 de fevereiro de 1961 um acidente levaria a óbito o governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, quando em voo de helicóptero sobre Petrópolis, acompanhando os desastres causados pela chuva na região. Segundo o jornal *Última Hora*, se o governador falecido Roberto Silveira estivesse vivo, a questão na Ilha Grande já estaria resolvida, pois, Roberto Silveira já havia encomendado um estudo sobre as condições dos presídios com o Secretário do Interior e Justiça, Mário Guimarães, e iria, posteriormente, levar a proposta ao Governo Federal para decidir se os presídios seriam devolvidos ao poder federal ou se deveriam ser passados para a administração do estado do Rio de Janeiro. Acrescenta que o falecido aceitaria até uma administração do presídio de forma compartilhada entre Rio de Janeiro e Guanabara. Porém, o governador atual, Celso Peçanha, preferiu não se envolver para resolver esta situação. (*Última Hora*, 06.10.1961, p. 3)

¹⁴¹ Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.

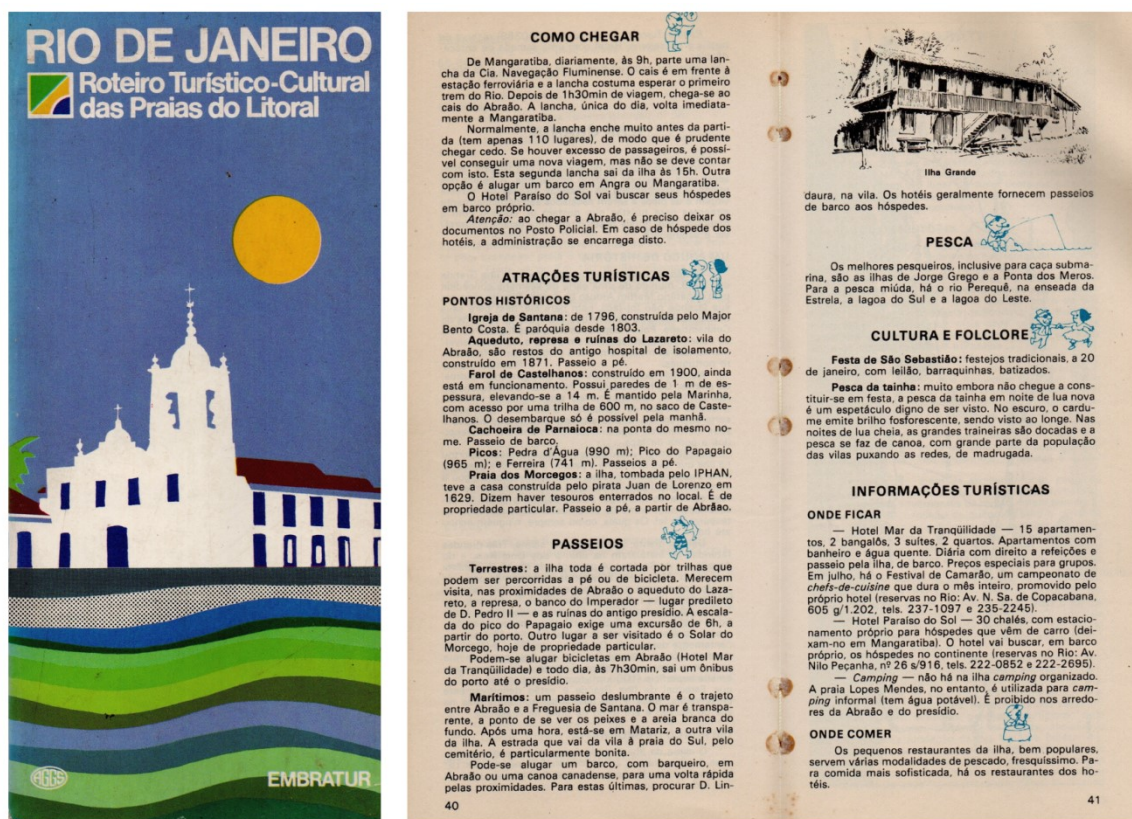
¹⁴² O encarte com a divulgação de atrações turísticas na região da Costa Verde expõe as opções de acesso e acomodações, dentre outras informações acerca da Ilha Grande. Cf. (ROTEIRO..., 1978)

¹⁴³ O Cais de Conceição Jacareí é distante 12 km do cais de Abraão (principal entrada da Ilha), sendo este o caminho mais rápido. Segue o Cais de Angra dos Reis que é distante 22 km do Abraão. O Cais que foi a rota de travessia utilizada inicialmente era do porto de Mangaratiba cuja distância era de 23 km. (GOMES, 2021, p. 35)

¹⁴⁴ O jornal *O Fluminense* foi fundado em Niterói no dia 8 de maio de 1878. Os maiores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos foram os fundadores do jornal diário. O jornal foi opositor de governos como o de Juscelino Kubitschek e ao governo de João Goulart. Durante os governos militares manteve-se favorável às posições dos governos. Em 1994 o jornal apoiou o plano de governo de Itamar Franco e impulsionou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Em 2005 o jornal passou a ser disponibilizado na versão online. (FLUMINENSE, O, 2009)

estariam tendo decorrente de brigas por terras¹⁴⁵. O jornal cita inclusive assassinatos de lavradores¹⁴⁶. E, segundo o jornal, para facilitar a transformação da Ilha em ponto turístico, o presídio deveria ser removido da região, já que afugentava a presença de visitantes.

Figura 20 - Encarte com a divulgação das opções de lazeres na Ilha Grande de 1978



Roteiro turístico da Costa Verde, Embratur, 1978

Fonte: (ROTEIRO..., 1978, p.39)

É no governo de Faria Lima que a projeção começou a entrar em prática. Aparentemente, a desativação representava o anseio de todos. Enquanto os presos reclamavam das condições da prisão da Ilha, os jornais refletiam essas críticas constantemente, destacando a violência que significava manter uma prisão na Ilha e o propósito de reabilitação de detentos, o que não era seguido pelas sucessivas autoridades que ocupavam a direção do IPCM. Os familiares de presos, por sua vez, reivindicavam pela transferência de seus parentes da Ilha para mais perto no continente. Na mesma via, moradores reivindicavam mais segurança na Ilha, prejudicada até então pela constante fuga de presos. Afinal, tudo indicava que seria bom para todos o fim do IPCM.

¹⁴⁵ Investigação aprofundada foi realizada no relatório final de estudos sobre as violações de direitos humanos. Entre as tantas consequências adversas do autoritarismo, os anos de obras de construção da Estrada Rio-Santos seriam mais um dos episódios em que o estado foi omissivo em relação à morte de lavradores e pescadores com terras na região. Áreas extensas foram sendo ocupadas com opções de entretenimentos e condomínios de luxo ao custo de crimes não investigados. Cf. (FEITOSA, 2015)

¹⁴⁶ O Fluminense, 23,24.09.1973, p. 10. Matéria: "Obras da Rio Santos já modificam o Litoral Sul"

Em meio à matéria sobre denúncias de torturas em outros presídios, o *Jornal do Brasil* cita que as transferências de presos da Ilha para outras penitenciárias no continente estavam em andamento e seriam retomadas no próximo ano, em janeiro de 1979. Em maio de 1978, os primeiros transferidos foram os presos colonos. De bom comportamento, viviam extra muros do IPCM, em casas improvisadas nas proximidades do presídio. Muitos deles tinham família que moravam com eles, assim como esposas e filhos¹⁴⁷.

Em matéria do *Jornal do Brasil*, foi apresentada a avaliação do promotor Henrique Nogueira da Costa, que alertou sobre haver grande tensão entre os presos após o começo do processo de transferência de presos da Ilha Grande para outros presídios. Ressaltou que os detentos estavam se preparando com estoques para protegerem-se dos presos da falange provenientes da Ilha Grande¹⁴⁸. As considerações do promotor seriam um alerta premonitório.

Ao final do ano de 1978, o planejamento do esvaziamento do presídio foi explicado pelo diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE) Francisco Massá Filho¹⁴⁹, publicado pelo *Jornal do Brasil*: “Cerca de 400 internos já foram transferidos da Ilha Grande para os presídios da Rua Frei Caneca e estão em fase de adaptação. [...] Ainda falta transferir cerca de 500 presos.”¹⁵⁰

Havia informações de que a transferência dos presos da Ilha Grande provocou o reencontro entre presos que eram desafetos em presídios superlotados. E, nessa oportunidade, estariam reavivando conflitos do passado. O próprio ex-diretor do DESIPE, Augusto Gaffré Thompson, desaconselhou que se procedesse com o fechamento do presídio como vinha sendo feito. No dia 14 de dezembro, o *Jornal do Brasil* divulgou um pedido do ex-diretor: “Peço ao Governador para **desativar** a ideia de **desativar** a Ilha Grande, pois isso pode causar males irreversíveis ao sistema penal.” e sua avaliação de crítica ao processo de desativação é divulgada em outra matéria no dia 24 de dezembro.¹⁵¹

Na mesma ocasião de efervescência nos ânimos alterados nas prisões, o diretor Capitão Alípio Antônio Cascão Gomes foi acusado de torturar detentos da Ilha Grande, e por isso foi afastado da direção. Segundo laudos do Instituto Médico Legal (IML), três detentos teriam sido

¹⁴⁷ Nessa ocasião, as esposas dos presos transferidos apelaram ao cardeal Eugênio Sales pelo retorno de seus maridos à ilha pois, segundo as mesmas, alegavam não ter lugar onde viver. Estavam vivendo com seus maridos nas casas de presos colonos na Ilha Grande. (JB, 02.06.1978, p. 14. Matéria: “Mulheres de presos vão ao Cardeal”), (JB, 27.05.1978, p. 17. Matéria: “Mulheres no Desipe pedem que presos removidos voltem para a Ilha Grande”).

¹⁴⁸ JB, 15.12.1978, p. 14. Matéria: “Promotor que apura os maus-tratos acha os presos tensos”.

¹⁴⁹ Francisco Massá Filho foi diretor do DESIPE durante o governo de Faria Lima por pouco tempo, de dezembro de 1978 até março de 1979.

¹⁵⁰ JB, 27.12.1978, p. 19. Matéria: Ilha Grande.

¹⁵¹ (JB, 14.12.1978, p. 25. Matéria: “Governo garante presos que denunciaram torturas. Trato diário”); (JB, 24.12.1978, p. 8. Matéria: “Jurista afirma que sistema penitenciário está falido. Ex-diretor do desipe culpa a desativação”)

vítimas de sevícias e torturas. Após terem tentado fugir, Ademir Calvo Albuquerque, Aloisio Paes de Carvalho e Sebastião Rodrigues da Silva teriam sido espancados. Devido à constatação das acusações, o diretor Alipio Antônio, um policial e mais outros três funcionários teriam sido presos por partilharem das atitudes de maus-tratos de presos na Ilha. Em 20 de julho de 1978, os presos teriam permanecido amarrados em árvores sofrendo torturas por dois dias.¹⁵²

No retorno ao cargo de governador, Chagas Freitas¹⁵³ se deparou mais uma vez com a questão espinhosa do sistema penitenciário do estado. Em 13 de junho de 1979, uma tentativa de fuga de presos na Penitenciária Lemos de Brito, na Rua Frei Caneca, levou à morte de dois guardas, sete detentos e mais de trinta feridos. Essa tragédia na Penitenciária Lemos Brito viria a se tornar o motivo ou justificativa do Governo para a desistência do fechamento do presídio da Ilha.

O que os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* informavam é que a tentativa de fuga em massa que resultou na morte de 9 pessoas e 31 feridos teria sido orquestrada por presidiários transferidos da Ilha Grande. O jornal *O Globo* fez a cobertura com riqueza de detalhes ocupando três páginas do periódico no dia seguinte ao ocorrido¹⁵⁴.

O Secretário de Justiça Erasmo Martins Pedro foi a autoridade de maior destaque nos holofotes da imprensa durante este incidente, e foi o mesmo a expor a decisão por retroceder na decisão de fechamento do IPCM. Erasmo justificaria a tal decisão em entrevista, afirmando que o motim na Penitenciária Lemos Brito teria sido em decorrência da decisão de desativação iniciada em governo anterior, na gestão de Faria Lima¹⁵⁵.

Os presidiários considerados mais perigosos seriam enviados à Ilha, e um projeto de reforma nas instalações do IPCM foi aprovado substituindo o projeto de desativação.¹⁵⁶ Desta rebelião, algumas lições teriam ficado para a história das administrações penitenciárias: a primeira era de que não era recomendável divulgar muita informação sobre o processo de desativação na mídia, já que tanta informação ajudou na articulação entre os presos que não queriam mais sair da Ilha. A segunda era a de prever um presídio exclusivo para os presos

¹⁵² (JB, 04.01.1979, p. 28. Matéria: “Laudo constata sevícias em presos da ilha Grande como tinha denunciado D Carlo”); (JB, 9.01.1979, p. 21. Matéria: “Presidiários da Ilha Grande fazem greve de fome contra disciplina do novo diretor”)

¹⁵³ Antônio de Pádua Chagas Freitas (nasceu em 4 de março de 1914 e faleceu em 30 de setembro de 1990.) Havia sido governador da Guanabara durante os anos de 1971 a 1975 pelo partido do MDB. Em 1979 retornaria ao cargo de governador do Rio de Janeiro também pelo MDB.

¹⁵⁴ (O Globo, 14.06.1979, p. 12. Matéria: “Matéria: Tentativa de fuga no presídio: Dois guardas e sete detentos mortos, 30 feridos”); (JB, 14.06.1979, p. 18. Matéria: “Motim em presídio mata nove pessoas e fere 31”.)

¹⁵⁵ JB, 15.06.1979, p. 20. Matéria: Matéria: Secretário culpa desativação da Ilha Grande pela rebelião.

¹⁵⁶ JB, 21.06.1979, p. 26. Matéria: “Governador libera verba de Cr\$ 35 milhões para iniciar reativação da ilha Grande”.

recolhidos da Ilha. Os internos transferidos não deveriam ser distribuídos em presídios que já estivessem ocupados por outros grupos de presos.

Segundo os jornais, os esquemas de fugas se tornaram cada vez mais organizados e ousados. Pelo que divulgava a mídia, os presos da Falange não precisavam mais sair correndo pelas matas para conseguir atravessar a esmo o mar, a depender da sorte de roubar uma embarcação. As novas técnicas de fuga dos integrantes da Falange consistiam em combinar uma logística com ajuda externa, com um fundo de fuga¹⁵⁷ para bancar uma carona bem paga e agendada com antecedência. Eram os bondes de fugas.

Entretanto, ao analisar os livros de galerias, no ano de 1987 é possível perceber que as tentativas de fuga continuavam sendo das mais diversas, como as tradicionais escavações de túneis, corte de grades, corte de cerca, e as fugas enquanto os presos estavam em rotinas de trabalho extra-muros, ou na liberação na casa de visitas. E, na mesma proporção que as tentativas de fugas ocorriam, as recapturas de foragidos também eram bem sucedidas¹⁵⁸.

Os internos do IPCM assimilados ao grupo da Falange Vermelha eram presos que não queriam que a prisão da Ilha fechasse¹⁵⁹, posto que fora da Ilha não haveria mais chance de fugas bem sucedidas. Havia também o grupo dos internos colonos livre que conquistaram algum benefício em morar perto do presídio. Naquele momento, as regras na prisão da Ilha estavam em processo de maior flexibilização,¹⁶⁰ considerando que aquele presídio era uma instituição que previa o regime do semiaberto. O funcionamento da prisão incluía uma lógica de trabalho extramuros. A adoção de uma nova mentalidade por presos mais unidos (os ex-Leis de Segurança), que fossem integrantes de um grupo, passou a reivindicar seus direitos e seguirem uma dinâmica em que presos decidiam outras regras internas de convivência. Os presos que não aceitassem a nova dinâmica interna eram considerados inimigos. Uma nova era de organização de presos nascia dentro das paredes do presídio da Ilha.¹⁶¹

¹⁵⁷ JB, 21.10.1980, p. 21. Matéria: “Assaltante explica o fundo de fuga”.

¹⁵⁸ A análise dos livros de galerias, onde eram registrados, pelos inspetores, os acontecimentos dentro do presídio, mostra que havia muitas tentativas de fuga. Muitas eram descobertas. Cf. Descoberto um túnel sendo escavado na Padaria, em 03.11.1987 (INSTITUTO..., out 1987/fev 1988, tópico 1892); Descoberta de grades cerradas em cubículo, em 23.11.1987 (INSTITUTO..., out 1987/fev 1988, tópico 2033); Descoberta de início de túnel em cubículo, em 03.12.1987.(INSTITUTO..., out 1987/fev 1988, tópico 2131)

¹⁵⁹ Cf. Tribuna da Imprensa, 29. 01. 1986, p. 2. Matéria: “Preso da Ilha Grande defende seus direitos”

¹⁶⁰ Os familiares passaram a ter direito de ficarem por 3 dias na Ilha, diferentemente de outros tempos, em que tinham direito a apenas 2 horas de visita de 15 em 15 dias. Presos de bom comportamento poderiam solicitar o benefício de residir fora do presídio, com familiares, com grades abertas. Imprensa e advogados estavam mais atentos ao que ocorria na Ilha. Começou a haver atividades culturais e religiosas com a Comissão Recreativa de Internos (CRI), a presença da Pastoral Penal com a permanência de freiras morando na Ilha. As vitórias de melhorias na prisão que representavam certas vantagens em relação a outras penitenciárias, resultado de denúncias sucessivas, lutas de presos políticos e de presos comuns.

¹⁶¹ Haverá maior discussão no quarto capítulo sobre os presos “Leis de Segurança”.

Segundo Garland (2008), o período de fins do século XX foi marcado por mudanças na legislação, e foi quando os funcionários que trabalhavam em atividades no âmbito da justiça penal ficaram um tanto perdidos sobre as diretrizes a tomar.

A rápida emergência de novas formas de pensar e agir com relação ao crime e o concomitante descrédito de vetustas crenças e orientações profissionais asseguraram que muitos operadores do sistema penal e acadêmicos vivessem nos anos 1980 e 1990 em permanente estado de crise e de anomia profissional. (GARLAND, 2008, p. 45)

Regras rígidas na disciplina interna do universo prisional (entre presos) resultou não apenas em união, mas também em muita violência e mortes entre presos. Os acertos de contas entre grupos rivais passaram a ser mais frequente naquele período de tomada de liderança do espaço da cadeia. O número de pedidos de seguros aumentava vultuosamente¹⁶².

O ano de 1983 foi marcado pelo início de um processo de abertura política. No Rio de Janeiro, após pleito eleitoral de eleições diretas, o candidato do PDT venceu, depois de vários anos em que políticos do MDB e Arena eram escolhidos para os cargos sem eleições diretas. Leonel Brizola e parlamentares da ala progressista assumiram posições com propósito de mudanças na máquina pública, de rompimento com os ranços ditatoriais. E da redemocratização do estado.

Muitas aparições do nome do traficante José Carlos dos Reis Encina (o Escadinha) povoaram a imprensa, especialmente após sua fuga da Ilha Grande por helicóptero¹⁶³. Fugas de prisões e de cercos armados pela polícia já eram ações arriscadas e bem sucedidas, cometidas anteriormente por Escadinha. Mas a fuga mais criativa seria a realizada no último dia de 1985, na Ilha Grande. Essa improvável segunda fuga de Escadinha da Ilha Grande¹⁶⁴ chamou a atenção da sociedade carioca para o nome “Escadinha”, quando estampado nos jornais. Mas a decretação de Escadinha como lenda, o preso das grandes fugas originais, seriam as reportagens que repetiram o adjetivo para sua fuga: espetacular.

Mais de um ano depois, a fuga de helicóptero, somada ao aumento do número de foragidos foram destacados pelo jornalista Geraldo Lopes, do jornal *Tribuna da Imprensa*:

Durante o ano passado, 80 presos fugiram do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. Os primeiros cinco meses deste ano, o número de internos que conseguiram escapar subiu para 83, com a última fuga registrada no fim de semana passada, quando Rogério Lembruger (sic), o Bagulhão, deixou Ilha

¹⁶² Nos livros de galerias do IPCM fica evidente o aumento de pedidos de seguros a partir do final da década de 1970.

¹⁶³ Abordaremos sobre o ocorrido mais à frente neste capítulo.

¹⁶⁴ Cf. Última Hora, 2.08.1983, p. 8. Matéria: “Escadinha foge da Ilha Grande.” Ver também: O Globo, 02.01.1986, p. 13. Matéria: “Escadinha usa helicóptero para fugir da Ilha Grande.”

Grande com mais 12 companheiros de prisão para ganhar o continente e desaparecer. O ano de 1986 continua com a fama da **fuga mais espetacular em toda a história**, já que, no último dia do ano, o traficante José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, saiu da Ilha Grande de helicóptero, num lance impressionante, que antes só se conhecia através das aventuras de filmes americanos.¹⁶⁵(grifo nosso)

Essa falha na segurança do IPCM não seria perdoadada na opinião popular. A imprensa explorou esse acontecimento com violência “da caneta” para atacar as diretrizes que haviam sido implantadas na política de segurança pública do governador, Leonel Brizola.

O governador fez declaração ao jornal *O Fluminense* mostrando-se disposto a desativar a prisão da Ilha Grande. Segundo ele a decisão não teria relação com a Fuga do Escadinha, e que aguardava colaboração do governo federal para conseguir fechar o presídio¹⁶⁶. No entanto, mesmo com a declaração de Brizola em 1983, o IPCM ainda continuaria em funcionamento.

1.7 Os escândalos acerca de denúncias sobre o presídio continuavam a ser manchetes de jornais

Um episódio que ilustra como as fugas de presos eram representadas nos jornais foi o caso da família Hansen Vieira de Mello. O *Jornal do Brasil* registrou os eventos. Carl Hansen Vieira de Mello foi um engenheiro e pesquisador muito interessado em História, tendo escrito dois livros sobre a região de Angra dos Reis. Um deles é relacionado a eventos da sua vida pessoal envolvendo sua esposa, na época em que vivenciou um drama com a fuga de presos, fato este bem explorado pelo jornalista J. Paulo Silva, do *Jornal do Brasil*. Não fosse o problema crônico das fugas de presos, a escrita do livro¹⁶⁷ transcorreria com imensa tranquilidade, em sua casa isolada na Ilha Grande, na Praia da Feiticeira. No entanto, a casa de veraneio de Carl foi invadida em 2 de junho de 1983 por fugitivos do presídio. Um deles fez de refém um dos funcionários da casa e ameaçou feri-lo para conseguir roubar uma lancha e fugir para o continente. A esposa de Carl, Romilda Hansen Vieira de Melo, conseguiu livrar o caseiro das mãos do foragido e executou o foragido com um tiro¹⁶⁸. Os outros três fugiram pela mata e foram capturados por policiais. Nas declarações aos jornalistas, os capturados admitiram que era “moleza” fugir do presídio. Desde então, já havia uma situação de ameaça à Romilda, por causa de seu ato de assassinar um foragido do presídio. Romilda, estudante de Direito na época, sabia que seria absolvida pela lei por este

¹⁶⁵ Tribuna da Imprensa, 09-10.05.1987, p. 2. Matéria: “Número de fugas na Ilha Grande aumenta”.

¹⁶⁶ O Fluminense, 23.01.1986, p. 3. Matéria: “Ilha Grande: acertada extinção do presídio”.

¹⁶⁷ O livro em questão foi: MELLO, Carl Egbert Hansen Vieira de. Apontamentos para servir à história fluminense: (Ilha Grande) Angra dos Reis. Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura, 1987.

¹⁶⁸ JB, 03.06.1983, p. 12. Matéria: “Fugitivos invadem casa na Ilha Grande e um morre”.

homicídio. No entanto, pela lei de dentro do cárcere ela já estava em dívida. O caso era um dos episódios trágicos que aumentavam a insatisfação de alguns moradores, cada vez mais insatisfeitos com a presença do presídio na Ilha, bem como transparece em um trecho da reportagem:

Revoltados com a atual situação da Ilha Grande e cansados de realizar passeatas em busca de uma solução, os moradores fizeram um mural com várias faixas e cartazes de protesto. Uma delas tem os seguintes dizeres: 'SOS para a Ilha Grande. Morador não pode trabalhar, estudar devido às fugas de presos'.¹⁶⁹

Figura 21 - Moradores reivindicando o fechamento do presídio da Ilha



Notícia de protestos por parte de moradores da Ilha
Fonte: (Jornal do Brasil, 24.05.1983, p. 1)

Três anos depois, em 1986, Romilda deteve um foragido que havia sequestrado seu filho de três anos de idade e ameaçava a criança com uma arma no pescoço. Munida de seu revólver, Romilda reagiu e capturou mais uma vez um preso. Decidida a dar uma lição no foragido, foi infeliz na coerção do fugitivo: exigiu que o foragido tirasse as roupas. Dessa forma, desnudo, ela conduziu o fugitivo até o destacamento policial mais próximo, na Vila do Abraão. A humilhação que ela fez sentir o preso lhe rendeu uma ameaça de morte pelas lideranças dos presos da Colônia. Romilda expôs seu drama nas manchetes de jornais e admitiu que, depois disso, não poderia mais resistir ao poder dos presos.

Entregou pessoalmente um relatório ao Secretário de Justiça sobre o estado das coisas e deu um ultimato ao governo: caso as autoridades não tomassem uma providência urgente, ela forneceria colaboração para todos os presos que quisessem fugir da Ilha, ou seja, disponibilizaria

¹⁶⁹ JB, 04.06.1983, p. 12. Matéria: “Mulher atira com medo e mata preso foragido na Ilha”.

sua lancha para a finalidade de fuga de presos¹⁷⁰. Entretanto, quando Romilda esperava receber amparo do Estado, recebeu em troca uma advertência do Secretário de Justiça, Vivaldo Barbosa: o morador que estivesse facilitando a fuga de presos da Ilha Grande estaria cometendo um crime e poderia ser responsabilizado por isso¹⁷¹. Foi a partir dessas situações que Romilda percebeu que suas reivindicações não seriam atendidas e que tampouco receberia respaldo do governo por suas atitudes. O governo, com as novas diretrizes filosóficas de democratização das instalações carcerárias, não apoiaria as truculências que usualmente eram praticadas com presos no interior e ao redor da Ilha Grande. Ao menos não com a anuência da equipe de governo da gestão Leonel Brizola.

A exposição de Romilda na imprensa apenas contribuiu para aumentar o risco de perder a vida caso permanecesse na Ilha. Depois dessa resposta da autoridade, não se ouviu falar mais sobre a “corajosa Dona Romi”, como os moradores a chamavam. Foi orientada a se ausentar da Ilha Grande e retornou para sua casa no Rio de Janeiro.

Figura 22 - Moradora da Ilha em reconstituição do crime de assassinato de foragido



Dona Romilda na reconstituição da cena do crime
Fonte: (Jornal do Brasil, 13.01.1986, p.4)

Sobre a situação das fugas frequentes, uma matéria publicada pelo jornal *O Globo* em pleno domingo foi um chamariz para o problema existente na Ilha Grande. Entre as entrevistas realizadas na Ilha Grande foram narradas diversas experiências de sequestro de moradores por

¹⁷⁰ JB, 13.01.1986, p. 4. Matéria: “Romilda matou presidiário e está condenada na ilha”.

¹⁷¹ JB, 14.01.1986, p. 24. Matéria: “Vivaldo adverte com ameaça”.

foragidos. A reportagem ressaltou a impressionante quantidade de fugas naqueles últimos dois anos:

Embora todos concordem em que o número de fugas e sequestros de pessoas - estas para servir como reféns na travessia da Ilha para o continente- tenha aumentado muito, nos últimos dois anos, ninguém dispõe de uma estatística segura a respeito. Isto porque nem todas as fugas são registradas e as que chegam ao conhecimento das delegacias policiais são só aquelas em que o preso consegue escapar da ilha ou quando morre alguém. Num documento que encaminhou recentemente ao ministro da justiça, Ibraim Abi-Ackel, a Sociedade dos Amigos da Ilha Grande afirma que ocorreram cerca de 180 fugas de presos do Instituto Penal Cândido Mendes por ano, nos últimos dois anos "Uma fuga a cada dois dias na média".¹⁷²

A julgar pelas notícias veiculadas pela imprensa, a tranquilidade da Ilha não poderia ser conquistada enquanto o presídio estivesse em funcionamento. As notícias divulgadas na imprensa pareciam reportar-se em tons cada vez mais alarmantes sobre como a população era afetada com o aumento do número de fugas de presos.

Segundo os jornais, as fugas de presos foram se tornando um grande inconveniente para os moradores. Esse argumento foi fortalecido pelas matérias com entrevistas com residentes que tivessem vivido uma experiência de conflito com preso foragido, como foi o caso da história de Dona Romilda. Esta versão dos acontecimentos agradava especialmente, para entusiastas com as chances de lucros com o aumento de interesse de turistas pela Ilha. Logo, a máxima: Presos perigosos eram incompatíveis com as atividades turísticas, ou mesmo com a tranquilidade esperada pelos visitantes que buscavam encontrar na Ilha uma estadia de lazer seguro.

1.8 A fuga de Escadinha

Para completar o repertório das grandes notícias sobre o lendário presídio da Ilha Grande, uma fuga ficou marcada como a mais espetacular do país. José Carlos dos Reis Encina, conhecido como “Escadinha”, protagonizou uma escapada por meio de helicóptero. Nenhum jornal deixou de publicar esta notícia incrível. E para a infelicidade de Leonel Brizola, este episódio ocorreu ainda durante o seu primeiro mandato como governador.

¹⁷² O Globo, 04.01.1981, p. 21. Matéria: “Fugas na Ilha Grande apavoram moradores”.

Escadinha foi bastante retratado nas páginas de jornais justamente por causa de suas fugas impressionantes, também em 1983, Escadinha conseguiu sair da Penitenciária Milton Dias Moreira (no Complexo Frei Caneca) pela porta da frente, disfarçado de policial militar. A proeza seria pelo fato de ter subornado guardas que lhe deram retaguarda e lhe forneceram um uniforme por Cr\$ 2 milhões.¹⁷⁷ Essa fuga também foi bastante comentada pela imprensa.

O refúgio do traficante era sempre sua favela de origem. Pois, com o reconhecimento de que gozava da comunidade e da massa, recebia também proteção da população ao seu entorno. Era o típico bandido da antiga, procurado pela polícia e querido pelo povo.

Dentre as idas e vindas para e da prisão, Escadinha já era pai de dois filhos, e o terceiro estava a caminho. Sua esposa estava grávida de oito meses quando seu marido ficaria imortalizado na memória coletiva por conta da sua audácia na escolha da estratégia de fuga da Ilha.

Mas, antes de entrarmos propriamente na narração de seu escape mais espetacular, é fundamental narrar um acontecimento aparentemente isolado, mas que foi, na verdade acionador e facilitador e poderíamos dizer, até possibilitador, da fuga cinematográfica de José Carlos dos Reis Encina. Em fevereiro de 1983, uma lancha dirigida pelo empresário e bioquímico Frank Eugênio Moeck Júnior (27 anos), acompanhado de seu amigo Gido Michael Geifery, foi abatida nas proximidades da Praia de Dois Rios. Frank saiu de Santa Catarina até Recife, e no retorno, resolveu dar uma passada pela Bahia de Ilha Grande. Frank desconhecia ser ali uma área de segurança nacional. Os guardas do presídio, ao avistarem um barco não identificado se aproximando da Praia de Dois Rios, atiraram,¹⁷⁸ pensando se tratar de algum tipo de tentativa de resgate de presos que estivessem internados naquele estabelecimento. Como diria Seu Pedro dos Santos (2019) sobre este episódio: “Aí o cara entrou aí e morreu. Coitado.[...] Aquilo deu um trabalho danado. Os policiais foram até isentados, mas por causa dessas, dessas coisas que andou existindo antes, fugas e tudo, não é.”¹⁷⁹

Escadinha não era apenas “boa praça” na sua comunidade. Era também um interno de bom comportamento, respeitado pela massa carcerária e pela direção. Conseguiu alguns benefícios, e

¹⁷⁷ Na capa do jornal: Escadinha foge pela porta principal do presídio Última Hora, 20.10.1983, p. 8. Matéria: “2 milhões pela fuga da cadeia.” Em valores atuais, essa quantia seria o equivalente a R\$ 727.27.

¹⁷⁸ JB, 20.03.1983, p. 22. Matéria: “PM apura a morte de empresário baleado na lancha.”

¹⁷⁹ Sobre a entrevista concedida por Seu Pedro Santos está tratada mais à frente: “Porque aqui andou existindo umas fugas da praia mesmo. Lanchas que chegavam aí, pegavam um preso e iam embora. Outras, o preso andava um pouquinho ali no Saco da Sardinha pegava a lancha e ia embora, entendeu. E aí ficou sendo uma área de segurança.” [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande-Vila Dois Rios, agosto de 2019, grifo nosso].

consta em jornais que custeara até mesmo um farto churrasco nas dependências da prisão por ocasião de seu casamento com Rosimar Afonso Mateus, finalmente oficializado. Nas regras do IPCM, o preso que se casava tinha direito a ficar três dias na casa de visitas gozando uma lua de mel com sua respectiva cônjuge.

A *Revista Manchete*¹⁸⁰ desvenda mais detalhes da circunstância da fuga. Escadinha teria se casado com sua então namorada Rosimar, gestante de 8 meses. Solicitaria 4 dias de lua de mel em casa de visitas. Nos 3 primeiros dias tudo ocorrera na normalidade, conforme o combinado, respondendo às chamadas de presença, que era comum os presidiários responderem a cada 4 horas. Em 31 de dezembro de 1985, a última presença a que Escadinha responderia seria a das 15h. Em seguida, seu irmão o buscaria de helicóptero há uns 300 metros de distância do presídio, na casa de visitas.

O agrupamento policial responsável pela guarnição de fora do presídio, e as equipes de vigilância do presídio não podiam imaginar que, no último dia do ano de 1985, Escadinha arriscaria sua esposa grávida de oito meses a uma fuga por helicóptero do presídio. A guarnição sabia o que acontecera há dois anos, ao abaterem uma embarcação que se aproximou da praia; para que o erro não se repetisse, era crucial agir com cautela, primeiramente identificando a aeronave. Fora de qualquer suspeita, os guardas acharam se tratar de visita oficial e nada estranharam sobre a presença da aeronave.

Às 16 horas, então, o helicóptero parou alguns minutos e prontamente saiu. Não desconfiaram que fosse mais uma artimanha do mestre das fugas. Supunham ser alguma autoridade sobrevoando as dependências da prisão. A fuga foi percebida apenas algumas horas depois, na hora da conferência dos presos das 17h. Escadinha não deu sinal. As patrulhas, então, foram acionadas quando Escadinha já estava bem longe. No entanto, nem tão longe assim: ainda passou em casa para deixar sua esposa, pedir a benção dos pais e desejar Feliz Ano Novo. E assim, no último dia de 1985, dá-se a fuga mais sensacional e menos provável de que se tem notícia neste país, Escadinha, agora mesmo que ilegalmente, era um homem livre.¹⁸¹

¹⁸⁰ Revista Manchete, 18.01.1986, p. 15-17. Matéria: “O desafio de Escadinha”. Sobre a fuga do Escadinha é relevante ressaltar que a versão oficial deixou implícita a ideia de que o preso foi retirado de dentro do pátio do presídio e desta forma a história torna-se mais sensacionalista. Porém, há versões de pessoas que estiveram na Vila de Dois Rios e que asseguram que não foi desta maneira, pois há indícios de que a direção teve suas responsabilidades por permitir ao preso algumas regalias, entre elas a de estar em regime de extra-muros naquele dia. A versão publicada pela Revista Manchete também não contempla a versão mais exata. Entretanto, a versão documentada na matéria da revista se aproxima um pouco mais dos fatos. Certamente, mais relatos orais poderiam auxiliar melhor na explicação sobre o que realmente aconteceu naquele dia.

¹⁸¹ O Fluminense, 02.01.1986, p. 1. Matéria: “Escadinha usa helicóptero para fugir do presídio e deixa guardas atônitos.” Cf.: O Globo, 02.01.1986, p. 1. Matéria: “Escadinha foge de helicóptero da Ilha Grande.” Ver também: Tribuna da Imprensa, 02.01.1986, p. 1. Matéria: “Escadinha foge de helicóptero do presídio.” Ver: (JB, 02.01.1986,

É claro que o ano de 1986 não começou bem para a imagem do presídio: virou piada pronta para a imprensa, na conversa de bar, nos noticiários internacionais e claro, vexame para a reputação da segurança pública do estado.

Figura 24 – Outras manchetes sobre o episódio da fuga de Escadinha



Fonte: (O Fluminense, 02.01.1986, p. 1)

Fonte: (O Pasquim, 9-15.01.1986, p. 24)

Algumas representações da fuga deram o que falar, bem como reproduções que apresentam uma versão mais aventureira, em que o helicóptero teria parado por cima do pátio do presídio e que Escadinha teria subido ali mesmo, na frente da segurança sem ninguém esboçar reações. Como era de se esperar, a imaginação da população correu solta.¹⁸²

Se, ainda havia algum sentimento de simpatia pelos traficantes ou de consideração pelos delinquentes das instalações do IPCM, a partir da fuga de Escadinha, essa visão desaparece completamente, dando lugar a uma perspectiva bem diversa: deixa de ser visto como um cárcere onde se praticam torturas atrozes, para onde um presídio onde era de pura desordem, corrupção por parte dos guardas e domínio por parte dos presos, especialmente os ligados ao Comando Vermelho. Após este episódio histórico, o IPCM, de odioso, virou piada. A prisão, desta vez,

p. 8. Matéria: “Plano espetacular tira “Escadinha” da Ilha Grande”, (Tribuna da Imprensa, 04.01.1986, p. 8. Matéria: “A fuga de Escadinha: cumplicidade do governo Leonel”)

¹⁸² Naquele período, o *Jornal do Brasil* comparou a fuga de Escadinha com o filme “Fuga audaciosa”, lançado em 1975, cujo protagonista era Charles Bronson, um filme de aventura que tivera uma cena parecida com essa. Cf. JB, 05.01.1986, p. 1. Matéria: “Polícia insinua que “Escadinha” é missão para 400.”

passou a ser considerada perigosa não pela truculência dos guardas, mas pelo perigo que representava, dada a liberalidade concedida aos internos.¹⁸³ Vez ou outra, a façanha da fuga espetacular era lembrada, a respeito disso, Garland (2008), destaca o aumento do sentimento de impunidade, resultando, por sua vez, no aumento do desejo de vingança contra os crimes cometidos por delinquentes.

Particularmente nos anos 1980 e início do 1990, havia uma clara noção do fracasso das agências da justiça criminal uma nova ênfase em suas limitações e um senso muito mais restrito do poder estatal de regular e de prevenir crimes. Esta visão oficial, comumente expressada em voz baixa, ecoa mais intensamente na opinião pública, que se tornou altamente crítica do sistema (particularmente dos tribunais e magistrados), considerando muito lenientes as punições aplicadas e o sistema penal pouco comprometido com a segurança pública. (GARLAND, 2008, p. 246-247)

Desse modo, mesmo com toda a simpatia que Escadinha colecionava pelo público que já acompanhava sua trajetória no crime pelos jornais, ao identificarem na imagem do presídio do IPCM um exemplo de instituição incapaz de dominar os internos, a opinião pública passou a esperar que o poder público tomasse providências no sentido de desmontar aquele estabelecimento inoperante.

1.9 De Caldeirão do diabo para “Instituto Penal para grupos de turistas”¹⁸⁴

No final do mandato de Brizola, início de 1987, uma matéria do *Jornal do Brasil* é ilustrativa sobre os parâmetros argumentativos que a linguagem jornalística estava usando para defender a campanha pelo fim do presídio.

¹⁸³ Em carta, um leitor identificado como policial major Paulo Ramos tece diversas críticas ao governo de Leonel Brizola a pretexto do incidente da fuga do Escadinha. Cf. Tribuna da Imprensa, 27.02.1986, p. 4. Coluna cartas. Ver também: Tribuna da Imprensa, 04.01.1986, p. 8. Matéria: “A fuga de Escadinha: cumplicidade do governo Leonel.”

¹⁸⁴ A expressão “Instituto Penal para grupos de turistas” foi empregada pelo comentarista Zózimo Barroso do Amaral, em 1987, quando ironizava a vestimenta de um interno do presídio da Ilha. Mais adiante, veremos mais abordagem sobre esta matéria. “Depois de ver a sua foto [refere-se ao interno Rogério Lemgruber “Bagulhão”], no próximo verão vai ter muita agência querendo fazer reserva no Instituto Penal para grupos de turistas estrangeiros.” (Jornal do Brasil, 29.01.1987, p. 2)

Figura 25 - Visitas de autoridades na Ilha em dois tempos, 1949 e 1983



Fonte: (SARDINHA, [1949], f. 58)



Fonte: (Jornal do Brasil, 28.01.1987, p. 8)

As duas imagens anteriores retratam a visita de uma autoridade aos presídios da Ilha. A figura 1 é um registro feito de uma visita de inspeção realizada pelo Ministro da Justiça e do Interior, José Gabriel de Lemos Brito, em 1948 à Colônia Penal Cândido Mendes, em Vila do Abraão. Lemos Brito, na imagem, trajava terno e sobrecasaca; atrás dele, uma comitiva de estudantes do curso de colonização e emigração acompanhavam o ministro em uma visita de averiguação sobre as instalações e funcionamento do presídio. À frente da autoridade, um grupo de internos uniformizados e aparentemente se dirigindo ao ministro em atitude de conversa ou solicitação. Esta fotografia tem autoria desconhecida, mas deve ter sido por funcionário do presídio e foi feita com propósito de registrar a visita oficial. A imagem foi afixada no relatório periódico da Colônia, referente às atividades do ano de 1948, assinado por Hermínio Ouropretano Sardinha, que era o diretor da Colônia Penal Cândido Mendes na ocasião.

Na sequência, na figura 2, em primeiro plano, está o Secretário de Justiça Seara Fagundes. Aparecem também o interno Paulo César Chaves e o segundo interno é Rogério Lemgruber, conhecido pelo vulgo “Bagulhão”. Ao fundo, em cima de uma guarita está posicionado em sentinela um guarda e ao que parece, duas mulheres atravessam caminhando por detrás de “Bagulhão”.

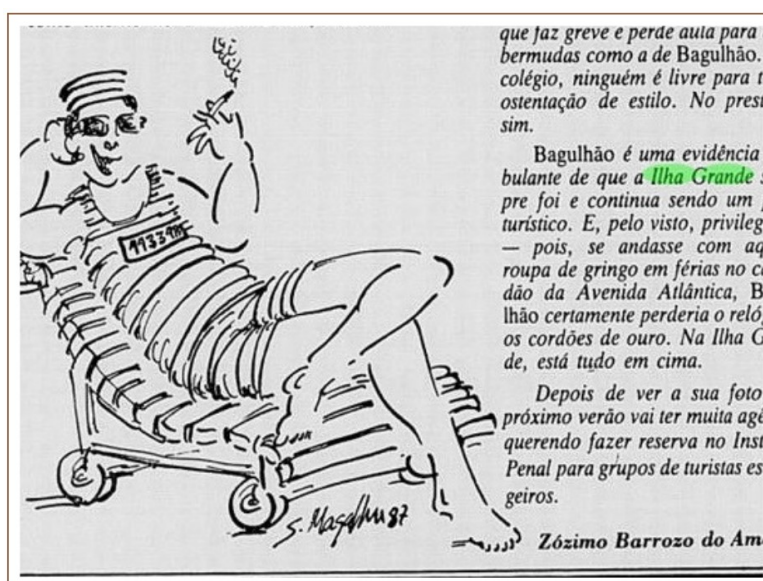
Esta fotografia foi estampada na oitava página do *Jornal do Brasil*, em uma quarta-feira.¹⁸⁵ No comentário da matéria, escrita por Mônica Freitas, que exibiu esta imagem há um tom de ironia sobre a caracterização do interno Rogério Lemgruber, que é quem aparece mais perceptivelmente apontando para algo. A fotografia é de janeiro de 1987. O destaque que o jornalista faz para a cena é para a camiseta estampada e a bermuda florida, vestida pelo interno. Decepcionou-se, pois esperava avistar presos uniformizados, assim como os da foto que vemos

¹⁸⁵JB, 28.01.1987, p. 8. Matéria: “‘Bagulhão’ comanda os detentos”

no registro de 1948. Também causa estranheza, o fato de o interno estar portando cordões de ouro, relógio no braço e óculos escuros. Segundo a matéria, o preso ciceroneou o secretário de justiça.

Em outro dia, um editorial da coluna de Zózimo, com charge embutida, identifica “Bagulhão” com uma “roupagem de gringo de férias no calçadão da Avenida Atlântica”. Na comparação, Zózimo ironiza o fato de o preso estar vestido com tênis Adidas, camisa estampada e exuberante bermuda florida. Na sequência, afirma que a imagem do preso é uma evidência de que a Ilha sempre foi um pólo turístico. A charge, afixada abaixo do editorial de Zózimo, mostra um preso com uniforme listrado, fumando, de óculos escuros e tomando sol em cadeira de praia. A foto, a charge e os comentários induzem qualquer leitor a questionar se aquele paraíso tropical deveria mesmo estar ocupado por internos do Comando Vermelho. Na charge e nas comparações, a impressão era a de que as acomodações usadas pelos internos e que condições materiais de existência na fortificação da Ilha fossem as melhores, como se a prisão da Ilha mais fosse uma colônia de férias para presos¹⁸⁶.

Figura 26 - Charge sobre a situação dos presos no IPCM



O presídio da Ilha Grande criticado em charge
Fonte: (Jornal do Brasil, 29.01.1987, p.2)

O nome de "Colônia" da penitenciária já tinha se perdido em 1962. Na ocasião, chamava-se “instituto”, mas, "de férias", ela nunca havia sido para os internos, haja visto os anos de trabalho onde presos de diferentes gerações empregaram suas energias e sem notícias sobre o pecúlio que lhes competiam.

¹⁸⁶ JB, 29.01.1987, p. 2. Coluna Zózimo. Matéria: “Bagulhão sur mer”.

Depois que os internos se organizaram na exigência por direitos, descobriram, inclusive, que existia o pecúlio.¹⁸⁷ No entanto, este dinheiro não era registrado. Os internos da Ilha Grande não tinham acesso a setores burocráticos. Desse modo, os internos da Ilha nunca receberam e nem receberiam seus pecúlios.

O que o jornalista ignorou sobre as informações daquela imagem?

Até o secretário Seabra Fagundes despojou-se de seu paletó. A temperatura devia estar bem alta, pois em janeiro é comumente época de altas temperaturas. No detalhe, uma das moças atrás de Rogério também portava óculos e boné. Um relógio era importante para viver bem sob as circunstâncias de uma prisão em regime semiaberto.¹⁸⁸

O Estado estava decidido a fechar o presídio, já que não queria mais investir em reformas naquele local. Os problemas com infiltrações, rachaduras e debilidades apresentadas pela arquitetura daquela instalação penal¹⁸⁹, eram resolvidas pela autogestão dos próprios presos.

Figura 27 - O Instituto Penal Cândido Mendes em 1994



A fachada do presídio IPCM em 1994

Fonte: (CYPRIANO, 2001, p. 36-37)

¹⁸⁷ Pecúlio - é a remuneração pelo trabalho realizado durante o tempo de prisão que, em tese, o presidiário receberia ao término de sua pena. O estabelecimento penal da Ilha não tinha Serviço Social e outros setores necessários para a orientação ou ajuda dos internos para as necessidades burocráticas.

¹⁸⁸ Na Ilha Grande, os internos passaram a ter o benefício de receberem suas famílias na casa de visitas em 1954.. Cf. (MELO, 1954, f.9) Estas visitas poderiam durar até três dias. Desse modo, a pessoa que estivesse em visita com os presos poderia pernoitar e receber refeições durante estes três dias. A condição para que os presos pudessem permanecer com sua visita era que a de que ele comparecesse nos confes nos horários pré-estabelecidos. Caso o preso não aparecesse no horário para o confere poderia ser dado como foragido. Caso, se tratasse apenas de um problema de descuido com o horário, o interno poderia ser penalizado e perder o direito à visita.

¹⁸⁹ No trabalho de André Cypriano, a descrição de prédio em decadência, prestes a ser fechado dão a dimensão de que a realidade daquele estabelecimento dava a pior impressão possível. Cf. (CYPRIANO, 2001).

A mão-de-obra de trabalhos mais pesados, desde a sua fundação, era trabalho realizado por internos. A novidade daquele período era a de que o Estado não investia mais recursos no local, pois o objetivo era o de convencer os internos de que era mais vantajoso aceitar a transferência para um novo presídio no continente. Sobre a foto, tanto Rogério, quanto Paulo César, os internos que aparecem na fotografia, eram integrantes da confraria Comando Vermelho. Isso explicava a aparência ostentatória, a de que eles não eram presos quaisquer.

A diferença da foto de 1948 para a de 1987 é a de que a Ilha de 1940 era povoada por internos sem recursos para fugir e nem esperança de dias melhores. Já os presos de 1987 sabiam como usar o infortúnio da prisão-castigo a seu favor. A revolta dos presos que os tornaram mais unidos e a Estrada Rio-Santos mudaram a sorte dos presos da Ilha Grande. Ser preso e fazer parte do Comando Vermelho tinha suas vantagens. Quatro meses após esta matéria, Rogério Lemgruber fugiu da Ilha com mais dez presos.¹⁹⁰

A Ilha ficaria no alvo de especulação imobiliária. O novo governo de Moreira Franco aprovou a continuidade do presídio na Ilha. Inclusive, promoveu o discurso de aumentar as instalações no presídio da Ilha Grande. O aumento nos índices dos crimes e a violência fizeram com que a demanda por vagas aumentasse. Nas eleições seguintes, Leonel Brizola, como candidato a governador do Rio de Janeiro para um segundo mandato, avisaria que, caso vencesse as eleições, e no então governo, erguessem obras de reformas no presídio da Ilha ele as derrubaria durante seu mandato.¹⁹¹ Estava obstinado pela desativação do presídio da Ilha.

Este capítulo se encerra com as temáticas que eram publicadas nos jornais sobre a Ilha Grande até a década de 1980. O próximo capítulo dispõe-se a tratar da visão dos indivíduos do lado de dentro da ilha, da visão, a memória sobre a Ilha de quem viveu na Ilha e presenciou a Era dos Presídios.

¹⁹⁰JB, 05.05.1987, p. 4. Matéria: “‘Bagulhão’ e mais 10 fogem de barco da Ilha Grande.”

¹⁹¹ JB, 09.09.1990, p. 4. Matéria: “Brizola: a promessa de um governo irrepreensível”.

2- Ilha Grande: ilha-prisão e a memória de funcionários, moradores e presos

A pesquisa acerca das memórias sobre Ilha Grande e a época em que existiam penitenciárias no local não se resume a um único ponto de vista. Até mesmo a maneira como as notícias sobre o presídio era veiculada na grande imprensa sugere que não havia uma única imagem sobre o presídio, conforme foi possível observar no capítulo anterior. Ilha Grande foi vista por diferentes ângulos; portanto, as memórias sobre este lugar são contadas de formas diversas.

A título de exemplo, podemos citar o clímax que uma situação de fuga não tinha o mesmo sentido para um preso, para quem lá morava ou para os funcionários. Havendo uma fuga, o guarda que deixava o presídio e seguia à captura dos foragidos tornava-se conhecido por várias praias da Ilha. Para os guardas, a fuga poderia ser um momento de extravasar frustrações caso encontrassem um foragido, já que lhes era autorizado (de acordo com as leis interditas locais)¹⁹² surrar o foragido. Na ótica do morador, entretanto, uma fuga representava uma situação de ameaça. O que esperar de uma pessoa que foi condenada? Que tipo de indivíduo (ou indivíduos) eram aqueles em tentativa de fuga¹⁹³? O que a fuga significava para o preso? O preso da Ilha poderia desejar fugir dali em busca da liberdade simplesmente. Outro motivo poderia ser a fuga de um local que representava uma sobrevivência amarga, com castigos severos, estupros ou mesmo pouca chance de sobreviver, por conta da exposição ao martírio a que eram submetidos os prisioneiros. E o que dizer sobre humilhações cotidianas, alimentação escassa, de preparo duvidoso, e exploração excessiva nas rotinas de trabalho? Além disso, resta lembrar as violências de várias naturezas sofridas pelos presos, físicas, psicológicas e/ou sexuais, além do abandono por redes de familiares e amigos. Não era fácil visitar um preso na Ilha.

Não é suficiente considerar aqueles eventos por um único olhar. Portanto, a metodologia adotada neste capítulo é a de mostrar como era a perspectiva pelos diferentes grupos de pessoas que lá conviviam na Ilha. Na Ilha havia além de grupos distintos, de indivíduos, modos diferentes de existir; papéis sociais que os separavam e, portanto, com posicionamentos distintos. Os diferentes ângulos são as perspectivas de cada olhar sobre o que ocorria na Ilha nos tempos do presídio. O que resulta em facetas sobre como esse presídio pode ser lembrado.

¹⁹² [...] Prendemos eles, mas só apresentamos dois ao diretor. O Paulistão até hoje não. **Levaram uma surra** na praia de Conceição Jacareí, **todo mundo assistindo e o pau comendo**: jogava eles dentro do mar, tirava do mar o diretor na canoa mandando continuar. (ALBUQUERQUE citado por SANTOS, 2018, grifo nosso)

¹⁹³ Geralmente o aspecto peculiar de um foragido era facilmente reconhecido. Por motivos previsíveis, o preso em fuga possuía aparência de maltrapilho, sujo, faminto e comportamento alterado pela desconfiança. Era indivíduo que estava escondido pelas matas há horas, quiçá semanas.

2.2 Pesquisa com fontes orais

O uso de memória na pesquisa em História consiste em registrar o que os testemunhos de contemporâneos aos eventos têm a dizer sobre o tema. O suporte intelectual que essas memórias oferecem aos estudos em História pode ser um rico contraponto à História oficial e também à própria memória sacralizada. Esses relatos ajudam a dar sentido a um contexto. Registros de testemunhos são textos que frequentemente despertam reflexões, identificação e empatia.

A História Oral é uma metodologia que produz novos olhares sobre o exposto. Muitas vezes, os relatos de experiências do cotidiano são elementos que atraem mais a atenção da audiência que as argumentações mais elaboradas do ponto de vista acadêmico. Assim confirma Verena Alberti quando, usa a expressão “fascínio do vivido”. A autora considera que o depoimento é uma boa divulgação do conhecimento: “[...] a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro” (ALBERTI, 2004, p. 22).

Uma das características que não deve ser ignorada no uso das fontes orais é que não se trata de elementos do passado. Alessandro Portelli ressalta que memórias são registros do presente, apesar de apresentarem-se como sendo sobre o passado: “Dessa maneira, podemos pensar nas fontes orais como algo que acontece no presente em vez de apenas como um testemunho do passado.” (PORTELLI, 2016, p. 149). Enzo Traverso acrescenta:

*“No sólo el tempo erosiona y debilita el recuerdo. La memoria es una construcción, siempre filtrada por conocimientos **adquiridos con posterioridade**, por la reflexión que sigue al suceso, por otras experiencias que se superponen a la originaria y **modifican el recuerdo**.”*(TRAVERSO, 2007, p.22, grifo nosso).

No caso da população de Ilha Grande, a oportunidade de coletar memórias traz outra contribuição para a pesquisa: a potencialidade de diferenciar as visões das identidades grupais. Se, por um lado, esta investigação concentra-se no tema relacionado ao presídio, por outro, as circunstâncias e consequências dessa extinção refletiram na dinâmica da vida dos habitantes locais. Assim sendo, a oportunidade de considerar as memórias da população de habitantes locais contribui na identificação dos interesses envolvidos na desativação. A chance de diferenciar os relatos entre os tipos de grupos existentes foi como “descobrir camadas” de opiniões e sentimentos naquela comunidade isolada. Para Alberti (2004), essa também é uma das vantagens na história oral: considerar e preservar a diversidade de narrativas e de experiências de vida. A possibilidade de pluralismo de narrativas é considerada pela autora como uma prática democrática sobre a elaboração do passado, ao passo que designa a História Oral como história

democrática. (ALBERTI, 2004, p. 46). Alberti (2005) também acrescenta que, se historiadores trabalham com esta metodologia, é por que, de alguma maneira, acreditam que a história é até certo ponto um registro de “histórias vividas e concebidas, diferentes ou parecidas...” (ALBERTI, 2005, p. 24). Outro olhar sobre as fontes orais é o de que expressões como “Era feliz e não sabia...”, “Entendeu?”, “Não é”, “Caramba!”, “Rabo de foguete”, “negócio horroroso”, palavras, adjetivos, ironias são lugares comuns nas comunicações humanas cotidianas; ou seja, são palavras que, somadas a um olhar específico, a um jeito ou gesticulação, desmistificam o que a leitura densa de várias fontes de pesquisa não é capaz de informar. Diálogos curtos podem favorecer uma compreensão mais exata do contexto, inclusive as nuances dos sentimentos envolvidos.

Voltando ao caso da desativação do presídio, essa decisão não esteve ligada a uma iniciativa por parte dos habitantes da Ilha. Eles nem mesmo conseguem identificar as causas para a mudança. Com exceção dos habitantes da Vila de Dois Rios, o restante da Ilha (muito afetado com as fugas de presos) não recebeu comunicação oficial sobre o fim do presídio. No entanto, foram sujeitos que estiveram diretamente ligados à instituição. O governante responsável pela decisão política de desativação do cárcere não tinha relações com a região. Também muito por conta deste afastamento concordamos com Alessandro Portelli (2016), quando afirma ser importante contemplar a versão dos nativos:

O outro ponto, claro, é que nossa cultura tende a privilegiar o geral e o abstrato, e não considera que o concreto e o tangível constituam um nível de consciência que tem valor. Nenhum dos dois, no entanto, é mais autêntico e verdadeiro que o outro; nenhum dos dois funciona sem o outro. **A história global vista de cima ignora a história local e o ponto de vista nativo por sua conta e risco.** (PORTELLI, 2016, p. 149, grifo nosso)

Considerar o tangível e o particular, neste caso, foi descobrir como se deu a vivência dos habitantes da Ilha enquanto o cárcere funcionava, e também como sua extinção teve reflexo de modo geral em todos os moradores da Ilha:

O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças. (ALBERTI, 2005, p. 24)

O presídio na Ilha representa um tipo de solução arquitetada, um projeto e um modo de pensar de uma época. No século XIX, por exemplo, era comum instalar estruturas de isolamento e cárceres em ilhas. Assim, o presídio de Ilha Grande é uma representação do pensamento

característico do Estado sobre a contenção de indivíduos indesejáveis. Para François Hartog (2014), uma instituição representa uma época e “[...] ressalta as **diferenças das épocas** e busca dar-lhes sentido, mostrando as coerências gerais de que **as instituições são a resultante e a expressão**” (HARTOG, 2014, p. 175, grifo nosso). O presídio, somado às memórias evocadas sobre aquele local, é um exemplo de como os lugares de memória (lugares de encontros de memórias, experiências, opiniões, tristezas e saudades) são resistentes a uma história oficial e como esses lugares são significativos para a vida de pessoas comuns.¹⁹⁴ François Hartog tem uma afirmação oportuna sobre o que são lugares de memória:

O que faz o lugar de memória é, enfim, que ele seja um entroncamento onde se cruzaram diferentes caminhos de memória. De modo que somente ainda estão vivos (agentes) dos lugares retomados, revisitados, remodelados, rearranjados. Desativado, um lugar de memória não é mais, na melhor das hipóteses, do que a lembrança de um lugar [...] (HARTOG, 2014, p. 165)

As mudanças políticas também impactam essas memórias particulares. A maneira como as autoridades equacionaram o fim de governos autoritários no Brasil representou uma posição de silenciamento frente a essas múltiplas memórias. Conforme Ellen Natucha Pedroza Bezerra (2016) comenta, isso “arregimentou um processo de esquecimento”. Assim, a transição democrática brasileira é analisada a partir do “esquecimento comandado” pela Lei de Anistia, que perdoou os militares e deixou esquecida boa parte das memórias dos torturados, exilados e desaparecidos (BEZERRA, 2016, p. 163). A escolha por essa posição de esquecimento está evidente nas escolhas oficiais preservacionistas e na decisão sobre o que é importante tornar conhecimento público. Na ocasião da desativação do IPCM, ecoava nos meios políticos a opinião sobre a necessidade de rejeitar aquela filosofia penitenciária e por um fim na trajetória daquele estabelecimento penitenciário que, por anos, foi local de brutalidades com presos. Fica evidenciado nos discursos de autoridades entrevistadas que havia um desejo resumido na expressão: “Não queremos mais isso” e, na extensão deste eco, o desejo de que aquele presídio fosse coisa de um passado.

2.3 As memórias

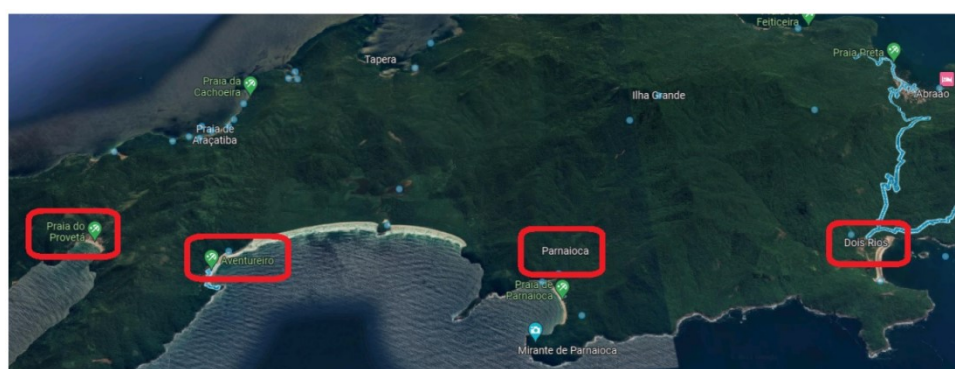
¹⁹⁴ Em uma entrevista agendada em Dois Rios, tive a oportunidade de presenciar um idoso caminhando com o auxílio de um cajado e ajudado por uma jovem que aparentava ser uma parente próxima. Eles também seguiam pelo trajeto para a Vila de Dois Rios. Não perguntei o motivo do interesse daquele homem por chegar a Dois Rios, mas provavelmente o objetivo dele seria visitar as ruínas do presídio e conhecer o Museu do Cárcere. O trajeto, de 2 horas e meia ou mais (aprox. 12 km), é realizado a pé por quem visita a Ilha. Em grande parte do circuito, a travessia é íngreme. O transporte é autorizado exclusivamente aos moradores da ilha ou aos funcionários das instituições que ali atuam.

O presídio da Ilha Grande é um caso específico por ter funcionado no espaço físico de uma ilha. No dia a dia de uma prisão qualquer, os presos sempre tentam fugir, e as fugas podem acontecer. No entanto, a peculiaridade específica do presídio da Ilha Grande é que essa fuga na prática passava por três etapas principais: fugir do presídio, passar pelas matas e atravessar o mar.¹⁹⁵ Para o fugitivo conseguir atravessar o mar e chegar ao continente, ele precisava de ajuda. Essa ajuda podia ser espontânea ou forçada por coerção violenta, o que implicava na ameaça da segurança dos moradores, pescadores e donos de barcos, em sua maioria. Esses moradores caíças podiam aceitar e facilitar a fuga ou resistir e impedir que os presos saíssem da ilha. Alguns moradores enfrentavam os presos para defender suas famílias e seu território, como era o caso dos habitantes da Praia do Aventureiro:

De qualquer jeito, a comunidade do Aventureiro estava sempre pronta para resistir e reagir. Eram vinte, trinta homens que se juntavam preparados para defender suas casas, suas famílias e sua comunidade. Não era só o Benedito que não sairia dali... (RESISTÊNCIA..., 2016, p. 43)

Dentre tantas explicações para esta atitude de resistência, é possível apontar: uma das rotas de fuga mais conhecidas dos presos seguia o seguinte trajeto geográfico, partindo do presídio: 1º Vila Dois Rios (onde ficava o cárcere); 2º Praia Parnaíoca; 3º Praia do Sul (praia deserta que virou uma reserva biológica em 1981, portanto, sem ocupação humana); 4º Praia do Aventureiro; 5º Praia de Provetá (que conta com um cais de embarque e desembarque de onde as embarcações levavam passageiros para o continente).

Figura 28 - Posição das praias desde Dois Rios até Provetá



Posição das praias desde Dois Rios na rota de fuga por Provetá

Fonte: (DOIS RIOS, 2022)

¹⁹⁵ Havia apenas um ponto da Ilha em que o preso poderia fugir sozinho, desde que nadasse muito bem. Era a Ponta dos Macacos, separada 6 km do continente. Uma reprodução mais nítida com imagens em movimento das rotas de fugas da Ilha Grande foi criada por meio da ferramenta Google Earth Ver: (SOUZA, 2022)

Embora a postura dos moradores de diversas praias da ilha Grande fosse bastante diversa no que dizia respeito à relação com a Colônia, pois algumas praias ficavam na rota de fuga e sua segurança era mais instável, na Vila do Abraão encontramos entre moradores mais antigos um sentimento nostálgico em relação ao passado, pois se sentiam mais seguros na "época do presídio", quando os detentos estavam atrás das grades, do que após sua desativação, quando ladrões de todo tipo foram atraídos pela nova economia do turismo. (SANTOS, 2018, p. 66)

Entretanto, a situação da captura de presos por moradores tinha duas faces de uma mesma moeda. Capturar ou não capturar?

Não capturar e agir com complacência ou fazer vista grossa ao identificar um foragido era uma opção: mas, neste caso, um pescador/morador poderia perder sua embarcação para o beneficiamento do preso em fuga.

Capturar, por sua vez, era uma opção muitas das vezes escolhida pelos moradores por dois motivos: o primeiro, já exposto, era o de que os moradores alegavam intenção de proteger seus familiares. O segundo motivo era devido a um estímulo por parte da administração do presídio. Myrian Sepúlveda cita um artigo de jornal local *Gazeta de Angra*, em que era garantido um valor de recompensa ao morador que conseguisse recapturar um fugitivo. Logo, a prática de capturar presidiário em fuga poderia representar um ganho ao morador. "Aviso aos senhores moradores de Caixa d'Água, Palmas, Abraão, Parnaioca, Sítio Forte e outras praias da Ilha Grande. Darei uma gratificação de 25\$000 a quem prender e trazer a esta Colônia qualquer correccional que tiver fugido." (*Gazeta de Angra*, 06.06.1920, citado por SANTOS, 2009, p. 165-166).

Ainda segundo a pesquisadora, esses presos que se lançavam ao risco da fuga, em geral, quando chegavam a estas outras praias, já apresentavam um perfil de debilidade, resultado da ultrapassagem de vegetações densas, edemas por picadas de insetos, fome, cansaço, vestimentas desgastadas e sujas. Muitos foragidos apresentavam evidente desvantagem em termos de força física e capacidade de ataque. Os pés, em geral, estavam descalços, para evitar fazer barulho na caminhada pela mata, mas que resultava em mutilação física.

Sendo assim, os presos em fuga tornavam-se vulneráveis e em evidente desvantagem em uma situação de confronto. André Torres (1979) menciona o incidente durante sua fuga em que perdeu as botas: "Caminhando na floresta onde os espinhos arrancavam pedaço por pedaço nossa pele, como as piranhas no rio, andando sem bota, eu não conseguiria ir muito longe. [...] É tão dilacerador andar descalço no mato, que meu companheiro me olhou espantado, interrogativo." (TORRES, 1979, p. 38)

No caso da região em que se localizava o presídio, os moradores da Vila de Dois Rios garantiam que viviam em segurança e não tinham problemas porque não era comum passarem por situações de enfrentamento com presos. Ainda que ocorressem fugas, eles não eram

prejudicados. Por outro lado, essa não era a versão de moradores de praias mais distantes, porque era para onde os foragidos se direcionavam quando disparavam em retirada. Logicamente, quando fugiam, os detentos queriam ir o mais longe possível de Dois Rios. Sendo assim, esses moradores vizinhos do presídio não sentiram como era o comportamento de um presidiário em fuga. Moradores da Vila de Dois Rios não presenciaram as condições física e mental de um foragido, em desespero pela liberdade, perto da chance de escapar da Ilha.

No entanto, no relato de ex-diretores ou ex-funcionários do presídio, bem como guardas e policiais militares, existe o desabafo sobre o medo crônico de rebeliões, motins ou de uma vingança dos presos após uma punição. As pessoas relatam que era uma situação de tensão constante. A justificativa do temor permanente está relacionada com o fato de que os funcionários, em sua maioria, moravam com seus familiares nos arredores de um presídio, por vezes, superlotado e com presos perigosos. Os funcionários conheciam o exemplo do que aconteceu na Ilha Anchieta¹⁹⁷ (em São Paulo). Esse medo era habitual entre funcionários que sabiam o que ocorria no lado de dentro dos muros da penitenciária, uma vez que lidavam com a realidade cruel de dentro de seus muros. Os presos podiam ser desde pessoas pacatas que só queriam cumprir suas penas sem maiores problemas ou até internos de alta periculosidade, com permanente tendência à transgressão e de muito risco à sociedade. Alguns funcionários tinham muito mais medo de rebeliões e motins justamente porque sabiam que a comunidade mais imediata ao presídio eram seus próprios familiares. Essas circunstâncias somadas geravam uma contínua tensão disfarçada de tranquilidade e aparente ordem disciplinar. Moradores de perto ou de longe do cárcere viviam seus temores, assim como funcionários, guardas e policiais militares. No âmbito da proximidade física e distâncias por subjetividades, a violência permeava o modo de operação usual das relações.

Algumas perguntas se seguem a este contexto: Quando o presídio adotou a disciplina menos truculenta, no intuito de tornar a cadeia com práticas e condutas de maior coerência com a lei em vigor, ou seja, mais civilizada? Quando o regulamento penitenciário oficial passou a ter que ser seguido pelos guardas e policiais militares? O que isso significou para os guardas? Essas situações tornaram esse presídio um exemplo de instituição penal um tanto diferente dos outros cárceres. Logo, este caso de estudo está repleto de memórias conflitantes.

Os moradores também passaram por outra natureza de pressão psicológica em face da insegurança sobre o futuro da Ilha, em meio a tantas especulações sobre o que aconteceria após a extinção do presídio. Não sabiam se a presença do presídio seria melhor ou pior para os moradores da ilha. Nesse contexto, existia a pressão por parte de organizações ecológicas e

¹⁹⁷ Caso de ilha-prisão onde rompeu uma rebelião em 20 de junho de 1952. Cf. (FERREIRA, 2018)

ambientais para o fechamento do presídio. A pressão também ocorreu por parte das empresas com projetos que visavam estabelecer empreendimentos turísticos, ou até mesmo o “turismo predatório”, bem como desencadear a especulação imobiliária. Nesse imbróglio, o sentimento de insegurança dos moradores canalizou preocupações de outra ordem. O desassossego passou a estar mais associado à indecisão sobre uma próxima administração daquela vila. A administração oficial com que os habitantes estavam acostumados era, até então, apenas relacionada à supervisão da diretoria do presídio. Moradores conviviam com a dúvida sobre qual empreendimento ou finalidade teria aquele espaço, e permaneceram por longo período¹⁹⁸ na incerteza após o encerramento das atividades da instituição carcerária. Permaneciam também com a suspeita de que poderiam vir a ser desalojados de suas casas, onde moravam havia tantos anos. Viveram por toda a vida em casas que receberam do Estado exclusivamente por serem funcionários do presídio. Preocupavam-se com a ameaça de despejo e desassistência pelo poder público, em caso de a ilha deixar de abrigar um presídio.

A economia de Dois Rios era exclusivamente sustentada pela existência daquele cárcere e movimentada por funcionários do presídio. O abastecimento alimentar da vila vinha de longe, e existiam em função das instalações do instituto penal. O mesmo acontecia em relação aos serviços prestados mais especializados, enquanto que o trabalho braçal era executado pelos presidiários. A Vila de Dois Rios não tinha um cais ou porto, e o mais próximo era distante (cerca de 12 km) da Vila de Abraão, núcleo mais urbanizado da Ilha. A preocupação foi tamanha que moradores de Dois Rios se manifestaram e fizeram um ato político “desesperado” no dia da implosão, protestando contra o fechamento do presídio, mesmo sabendo que a decisão já estava praticamente consumada. O IPCM já estava vazio e com bananas de dinamites afixadas. Foi ao chão em segundos.

O presídio gera memórias até mesmo em quem nunca o conheceu pessoalmente, demonstrando assim algum tipo de referências mnemônicas, seja uma identificação sobre práticas brutalizadas no castigo de presos, com histórias de sofrimentos alheios, seja uma memória boa de saudosismo da Ilha¹⁹⁹.

No ideário geral popular, as memórias associadas ao presídio são pitorescas: “punições e castigos severos”, “prisão de presos políticos”, “fuga do Escadinha”, “surgimento da Falange Vermelha”. Nesse repertório anedótico, também há outras memórias, outros eventos que

¹⁹⁸ No ano da desativação, em 1994, já foi assinado o Termo de Cessão de Uso do complexo penitenciário que era do estado passando a ser responsabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A inauguração em Dois Rios, do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) só foi realizada em 18 de setembro de 1998. (ROCHA, 2019, p. 42)

¹⁹⁹ Isso se aplica às pessoas que conviveram nas adjacências da instituição, como familiares de funcionários que lá moravam ou ainda moram. Esta pesquisa não engloba a memória dos familiares. Não foi possível localizar um familiar de preso, nem registro escrito de quem foram esses familiares de prisioneiros.

marcaram esse presídio, como o caso das regalias dos integrantes da Falange Vermelha. Em geral, há uma memória que prevalece: foi um cárcere onde era comum a prática de crueldades com presos. Apesar da existência de várias camadas de memória, esta última predomina. Não por acaso, também foi nesta instituição em que foram aplicadas medidas paliativas para tentar amenizar ou reverter esse estigma de cárcere-castigo. Foi um presídio de várias memórias de experiências limite vivenciadas por quem foi interno e que suscita, ainda hoje, incômodos e imaginações. Por exemplo, as imaginações sobre as aventuras de fugas e os relatos por parte de moradores do temor das fugas frequentes de presos, que viveram com o medo constante com a possibilidade de haver “preso no mato”, ou seja, presidiários foragidos. Os presos fugidos poderiam estar rondando suas casas em trama para um ataque surpresa e captura de pescadores e/ou barcos para fugir. Na melhor das hipóteses, esses foragidos poderiam estar apenas se escondendo para evitar serem capturados ou denunciados para as patrulhas policiais. Outros moradores passaram pela experiência da violência destes presos em fuga, que tentavam sua liberdade a qualquer custo. Alguns foragidos apelavam para o ataque surpresa, para roubos, para furtos ou até mesmo sequestros.

As diferentes instalações carcerárias na Ilha Grande possuem registros documentais que contradizem as memórias escritas e orais. Por exemplo, enquanto relatórios oficiais atestam uma prisão de segurança máxima com ótima qualidade no funcionamento e ressocialização de internos, cartas de presos relatam arbitrariedades e escassez de suprimentos. Existem autobiografias de ex-presos²⁰⁰ que denunciam abusos de autoridade e impunidades. Relatos orais, por sua vez, evidenciam a indiferença sobre a truculência exacerbada no tratamento de presos. Alguns preferem não comentar sobre o tema. Em entrevista concedida em 2019, um ex-guarda do IPCM, que também havia sido policial militar, comenta nas entrelinhas (com gestos e expressões faciais típicas) sobre o seu desconforto ao tratar sobre a prática e o serviço no presídio, ou seja, a temática das violências praticadas nas rotinas profissionais na época do presídio: “[...] é que a tua entrevista, ela em parte [foi] mais assim [...] administrativa, não é[...] Não foi **sobre trabalho**, não foi **sobre o que fazia**, não foi **sobre espancamento**, não foi sobre, entendeu[...]

”²⁰¹.

Outros funcionários, no entanto, demonstram orgulho do passado do presídio, quando a truculência no tratamento de presos era naturalizada.²⁰² A condição geográfica do território

²⁰⁰ O caso de Ilha Grande pode ser considerado como uma exceção pela quantidade significativa de registros de ex-presos sobre o “Caldeirão”. Entre os autores, estão Orígenes Lessa (1933), Graciliano Ramos (1946), Antonio Torres (1979), William da Silva Lima (2016) e Ottoni Fernandes Júnior (2004). Ex-funcionários também escreveram sobre o presídio: Inair de Souza Pereira (1994), Hermínio Oupretano Sardinha (1969).

²⁰¹ Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande -Vila Dois Rios em agosto de 2019.

²⁰² “Naquela época o pau comia, professora. Eles não vão errar pra entrar na surra. É uma beleza. Era uma beleza.”

isolado imprimia outras condutas profissionais. Ao que se percebe, a violência praticada por funcionários era tolerada por todos como uma medida de controle necessária, e adotada para manter a harmonia na divisão do espaço de convivência entre moradores, funcionários e internos na ilha. A atenção sobre esse ponto devia ser redobrada, já que os familiares dos guardas ou policiais residiam próximos da prisão. A violência era um elemento de “contenção” para manter em equilíbrio a sensação de separação do “outro”.

A violência de guardas contra internos na ilha Grande nos traz questões bem específicas do sistema de segurança lá existente. O regime semiaberto permitia que 30 internos ficassem de fora das celas em turmas de trabalho sob o comando de apenas um guarda. Os guardas, por sua vez, moravam na Vila de Dois Rios, onde se localizava a prisão, com suas famílias. Eles precisavam ser respeitados e obedecidos até mesmo para a proteção de suas famílias, e a forma encontrada foi a implantação do terror através dos maus tratos. A **proximidade física** entre sujeitos exigia uma **distância construída entre subjetividades**. (SANTOS, 2018, p. 82, grifo nosso)

Ter vivido na Ilha na condição de presidiário não era a mesma experiência que ser caíçara ou, muito menos, representava a mesma expectativa como funcionário ou familiar de funcionário dos presídios, das quais trataremos neste estudo. Jan Assmann (2016) especifica a memória como um mecanismo de lembrança que está condicionada à sociedade de que se faz parte. O autor identifica a memória como Memória Cultural vinculada a processos de comunicação entre grupos vinculados. (ASMANN, 2016, p. 106).

Em ilhas, espaço pequeno onde todos se conhecem, existe uma permanente condição de proximidade entre os indivíduos que compõem a comunidade e, a despeito de dividirem o mesmo espaço, ocupam posições diferentes na sociedade. Nesse contexto, a violência (sinônimo aqui de disciplina severa) podia ser encarada como um método mais efetivo de separação dos diferentes. Em teoria, apenas guardas e policiais poderiam fazer uso dessa violência. Na prática, alguns moradores podiam ser convidados a participar do guarnecimento de praias (SANTOS, 2006b, p. 450). Em caso de fuga (isto é, situação de excepcionalidade), os foragidos também podiam cometer violências ao preço de conseguirem seu objetivo: a liberdade. Aos moradores restava a eterna vigilância e a preocupação em proteger suas famílias e seus bens, como embarcações para a pesca e transporte. No entanto, há outras explicações. E não podemos resumir a estas razões os motivos para existência de conflitos em situações-limite como uma fuga de um presídio.

Trecho de entrevista realizada com ex-guardas, moradores da Ilha, realizada em 2010. Cf. (ALBUQUERQUE, Lupércio, 2010)

2.4 O método de análise das memórias

À vista das memórias existentes, há diferentes representações sobre a Ilha Grande. As memórias construídas sobre esse território coletivo e peculiar podem ser vistas a partir de uma separação entre os principais grupos da Ilha: (a) guardas ou policiais e funcionários do presídio; (b) moradores da ilha; e (c) presos (posição mais rejeitada dessa pirâmide social). Desse modo, a pesquisa entrelaça as memórias dessas três classes de protagonistas do espaço da Ilha Grande. Para compreender essa dinâmica, foi fundamental consultar as notícias de jornais e demais documentos oficiais. Em entrevistas, foram ouvidos ex-guardas (da Vila de Dois Rios e da Enseada do Abraão). Moradores das Praias de Provetá e Praia do Aventureiro também foram entrevistados. A condição de morador da Ilha era uma condição mais confortável. Todavia, no topo, estavam os funcionários públicos do presídio. Na pirâmide social dos habitantes da ilha, os presos ocupavam, como já mencionado, a base, a posição mais precária. Mesmo assim, nessa condição de preso, havia um sistema hierárquico, que será explorado mais adiante. Vale ressaltar que a pesquisa não tem objetivo de destacar a figura do preso político e tanto menos se apoia exclusivamente no preso comum.

Não ignoramos, no entanto, que dentro de cada segmento dos três grupos identificados há diferenças de tipos humanos específicos. Para uma pesquisa antropológica ou sociológica, esta especificação poderia ser mais apurada. No entanto, por não ser o propósito desta pesquisa um estudo aprofundado sobre este aspecto, manteremos a segmentação dos grupos com este olhar mais simplificado, na abordagem sobre os tipos humanos existentes na Ilha naquele dado momento.

Sobre o material coletado para tratar das memórias dos internos, a pesquisa baseou-se em obras autobiográficas. Livros que, de tão pitorescos parecem ficcionais e nos quais, infelizmente, não há muitos relatos. A consulta, por exemplo, de alguns dos *Livros de Ocorrências de Galerias*²⁰³ do presídio, desde o ano 1971 até o ano 1991 - com várias lacunas nesse período - corrobora de muitos dos relatos. A citação ou menção às fontes de livros de ocorrências serão expostas no detalhe da página, pelo recurso da nota de rodapé. Os livros eram o mecanismo diário de comunicação entre os inspetores sobre os acontecimentos nas galerias da penitenciária. Possuíam 200 folhas; entretanto, nem todos dispunham do recurso de serem paginados. No entanto, a identificação dos acontecimentos se seguia por meio de tópicos e estes, por sua vez, seguiam a cronologia dos fatos descritos. Portanto, ao invés de se dar por conta do número

²⁰³ Os livros são brochuras que consistem em anotações manuscritas de ocorrências diárias com o objetivo de registrar os acontecimentos durante o plantão.

específico de uma página, os fatos eram identificados pelos tópicos. Além desse tipo de registro, havia também, os *Relatórios de Atividades* escritos por diretores e ou substitutos da direção. Em geral, eram relatórios anuais, mas também havia, Relatórios quadrienais. Relatórios esses das duas penitenciárias: Colônia Agrícola do Distrito Federal (em Dois Rios) e Colônia Penal Cândido Mendes (no Abraão).

Sobre os moradores e funcionários do presídio, a pesquisa concentrou a análise em entrevistas realizadas pela autora em agosto e em dezembro do ano de 2019, com o foco no tema do fechamento do presídio. Foram entrevistados moradores das praças de Provetá e Aventureiro. Os funcionários entrevistados eram residentes na Vila do Abraão e na Vila de Dois Rios. Nestas análises também foram realizadas consultas a jornais da época. Sobre a ordem de análise, começaremos primeiramente pela base da pirâmide social identificada na Ilha Grande, através da memória dos presos.

2.4.1 Os presos da Ilha

Os presos enviados à Ilha Grande não seguiam um padrão permanente de nível de periculosidade.²⁰⁴ Em algumas épocas, eram enviados presos com penas mais curtas. Em outras temporadas, com mudanças na legislação, autoridades policiais passaram a enviar apenas os condenados mais perigosos, com longas penas a cumprir²⁰⁵. Também parecia não haver um critério sobre a quantidade máxima de presos nas instalações dos presídios²⁰⁶; por vezes, tornaram-se superlotados e, em outros momentos, o fluxo era diminuído. (SANTOS, 2006).

Dentre os que foram aprisionados em Ilha Grande, podemos destacar dois, essencialmente por serem ícones da literatura brasileira e, conseqüentemente, terem podido relatar, cada um a seu modo, os horrores vividos por cada um deles e, por vezes, por outros encarcerados nos presídios.

²⁰⁴ As reorganizações administrativas que decidiram alterar o perfil do presídio, mudou algumas vezes, o perfil dos presidiários enviados para a Ilha. Nos últimos tempos, com a construção do presídio de Vicente Piragibe, em Bangu, isso mudou. A cúpula da Falange foi para o Complexo Penitenciário de Bangu, em junho de 1983. Cf. JB, 11.6.1983, p. 16. Matéria: "Desipe isola 'Falange Vermelha' num só local".

²⁰⁵ Na maior parte dos períodos, as Colônias foram instalações carcerárias para o cumprimento de estágios das penas como, por exemplo, depois do detento já ter cumprido $\frac{1}{3}$ da pena.

²⁰⁶ A exemplo disso, ao observar dentro da amostragem dos livros de ocorrência que foram consultados para esta pesquisa, a quantidade total de internos no presídio oscilou bastante. Por exemplo, houve períodos em que o efetivo geral contabilizou um total de 390 em 13.11.1987. E no máximo, esse número chegou até 1003, em 4.3.1973. Foram consultados livros desde o ano 1971 até o ano de 1992.

Graciliano Ramos²⁰⁷, por exemplo, observou em seu primeiro encontro visual com a ilha: “Havia em torno de um milheiro de homens, com certeza, mas a horrível sensação de isolamento empolgava-me.” (RAMOS, 1996b, [1954], p. 64) Na ocasião da prisão de Graciliano Ramos, durante a perseguição aos então intitulados comunistas, a impressão do escritor era que somavam cerca de mil homens dividindo as instalações do presídio no Abraão.

Orígenes Lessa²⁰⁸, por sua vez, acreditava estar em torno de 2.000 prisioneiros nas instalações do Lazareto. A prisão deste outro escritor na ocasião da Revolução Paulista de 1932, da qual fazia parte junto a outros insurgentes. (LESSA, 1933, p. 135). A impressão de Orígenes Lessa foi com as instalações do antigo hospital quarentenário Lazareto, local que foi transformado em prisão pela circunstância de abrigar grande volume de presos. No segmento de internos de presídios, especialistas como Augusto Thompson, explicam sobre a existência dos tipos de presos em um presídio. Há os xerifes²⁰⁹, presos faxina, presos caídos²¹⁰ etc. No caso dos presidiários da Ilha Grande, a dinâmica daquela vivência originou outros perfis, além destes tipos de presos. Essencialmente, havia o preso comum, o preso colono e o preso político (ou subversivo, conforme os chamavam os guardas). Dentro dessas três categorias principais, percebe-se que outros perfis mais específicos foram sendo criados, dentro dos contextos de mudanças por necessidades locais, de leis e rumos na história política do país. Também, com o tempo, os funcionários conseguiam observar o comportamento dos internos e identificar outros perfis. Quando um preso conseguia conquistar a confiança da administração, sua vivência no cárcere poderia mudar. Sua posição social na cadeia poderia melhorar ou piorar, a depender do comportamento que apresentasse às autoridades locais. Mas, dentro ou fora desse grupo poderia haver outro perfil de presos.

André Torres (1979)²¹¹ identifica a existência de presos que eram da confiança da direção. Em geral, adotavam esta posição de delatores com o propósito de alcançar privilégios, de modo a ganhar a confiança da direção. “A ilha era cercada sob severa vigilância. Os presos delatores circulavam a fim de conseguirem alguma pista.” (TORRES, 1979, p. 35)

²⁰⁷ Graciliano Ramos de Oliveira (1892 - 1953) foi um romancista, cronista, contista e jornalista. Publicou um livro sobre a experiência na Ilha Grande 10 anos após ter estado como preso político, durante a ditadura varguista: “Memórias do cárcere” (1954).

²⁰⁸ Orígenes Temudo Lessa (1903-1986) foi um jornalista, contista, novelista, romancista e ensaísta, encarcerado em ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. A obra que descreve sua experiência com a prisão da Ilha Grande foi publicada em 1932: “Ilha Grande: do jornal de um prisioneiro de guerra”.

²⁰⁹ “Xerife: Preso líder (Cela, pavilhão, galeria ou cadeia)”.(XERIFE, 2016, p. 51)

²¹⁰ “Caído: Sem dinheiro, o mesmo que leso.” (CAÍDO, 2016, p. 11)

²¹¹ André Torres (1950-) é o pseudônimo utilizado pelo ex-presos Antonio Carlos Rosa Quinta, preso comum que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Autor de dois livros sobre a experiência com crime e nas prisões: “Exílio na Ilha Grande”(1979) e “Esmaguem Meu Coração”(1983). O primeiro livro será citado nesta pesquisa por tratar da experiência do cárcere na Ilha Grande. O segundo livro, no entanto, narra os episódios de sobrevivência na instalação carcerária após se tornar paraplégico.

Informar sobre os outros presos poderia garantir um status com melhores garantias de sobrevivência na prisão. "[...] presos de confiança que faziam parte da escolta da segurança pessoal. Eram frouxos, mas úteis aos carcereiros, pois denunciavam quem eram os presos tidos como maus elementos, indisciplinados, fujões, etc." (TORRES, 1979, p. 157)

Até estes tipos de presos, Graciliano não ignorou em seus relatos sobre as circunstâncias na prisão da Ilha. "Vivíamos entre delatores, um vagabundo estava ali de orelha à escuta e levaria a imprudência ao tenente Bradeta." (RAMOS, 1996b, [1954], p. 94) Outro relato, como o de Orígenes Lessa, permite a compreensão sobre os artifícios de que a administração se valia para conseguir garantir seu domínio; não era apenas pela violência, mas através de agrados a alguns presos apadrinhados. Também, como consequência, havia as rixas entre presos. Segundo Lessa: "E que é triste, prisioneiros autênticos, para ganhar as boas graças da casa, para defender xepa melhor, garantindo-se perante a possibilidade de uma derrota, prestavam-se à delação." (LESSA, 1933, p. 48)

Era bastante comum que um preso desenvolvesse atividades profissionais técnicas ou mesmo atuasse como auxiliar nas funções domésticas em uma residência de funcionários do presídio. Sendo assim, o preso poderia ser um preso comum que fosse “faxina”²¹² e, nessa qualidade, poderia trabalhar como cuidador de crianças, cozinheiro ou até mesmo atuar na varredura de casas e calçadas. A gíria utilizada para identificar esse grupo de presos foi “turma da tindá” (SANTOS, 2018, p. 143-144).

Os presos pertencentes a essa categoria poderiam ser um detento comum e atuar em trabalhos mais pesados e braçais. E, em virtude das demandas de trabalho na Vila Dois Rios e a disponibilidade dos presos, era comum que os internos com bom comportamento fossem autorizados a trabalhar e até pernoitar na casa de funcionários do presídio ou nas dependências externas do prédio da penitenciária. As ocupações poderiam ser das mais diversas. O funcionamento da prisão na ilha se mantinha pela mão de obra prisional.

William da Silva Lima²¹³ cita alguns setores que compunham os tipos de trabalho:

Dentro dos muros, havia serraria, sapataria, lavanderia, ferraria e colchoaria; fora, nas cercanias, horta, olaria, lenha, viga, estábulo, oficina de pesca e britador. Alguns presos ainda faziam trabalhos domésticos nas casas dos guardas, que estavam sempre prontos a exhibir revólveres e porretes, cheios de ironia. (LIMA, 2016, p. 55)

²¹² “Faxina: Preso encarregado da limpeza ou outros serviços.” (FAXINA, 2016, p. 22)

²¹³ William da Silva Lima (1943 - 2019) foi preso comum, entrosado com a massa carcerária, recebeu apelido de “Professor”, passou por quase todos estabelecimentos penais do Rio de Janeiro e na prisão aprendeu o ofício de alfaiate. Tomou notoriedade por ser identificado como um dos fundadores do Comando Vermelho e depois conhecido por seu livro: “Quatrocentos contra um” (1991).

Outro tipo de preso que também poderia estar vinculado a algum grupo de trabalho mais pesado ou à Turma da Tindá era o preso colono, aquele que poderia desfrutar de maior liberdade no trânsito pela Ilha Grande. Era permitido a este detento, se casado, viver com sua esposa e filhos em casa construída nas proximidades do presídio²¹⁴. No contexto da Ilha, a experiência dos presos-colonos era o que nos dias de hoje conhecemos como a pena de regime semi-aberto. A condição de preso colono rendia uma posição mais confortável na escala de posições hierárquicas entre os presos, porque tinha maior proximidade com a administração. A administração concedia-lhes um voto de confiança e maior liberdade de circulação dentro da Ilha. Tal benefício era justificado pela administração pelo bom comportamento. No entanto, dentro desta garantia de concessão de liberdade ao interno, a rede de vigilância da administração tornava-se mais incisiva. Não apenas guardas, policiais militares e funcionários administrativos controlavam a segurança da prisão, mas, outros presos-colonos também podiam ajudar neste controle contra fugas²¹⁵.

Por outro lado, dentro da convivência mais habitual da rotina do presídio, é recorrente nos relatos dos presos sobre os tipos de ofícios que poderiam exercer. Podiam ser das mais diversas, a depender do porte físico e/ou conhecimento específico de cada detento, desde motorista de caminhão até escriturário dos registros do cemitério.

A rotina mais comum que marcou a lembrança de presos eram as reuniões, já na madrugada para serem alocados para as turmas de trabalho. André Torres (1979) recorda: "As seis horas os presos eram reunidos no pátio do presídio. Na parede da serraria estava escrito o nome de cada setor de trabalho. Em frente, os prisioneiros faziam filas antes de saírem para trabalhar fora do presídio." (TORRES, 1979, p. 10)

Para o caso dos presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, a pena inicialmente seria cumprida na cela fechada. Recebiam apenas direito de banho de sol diário por uma hora ou uma hora e meia. Até conseguirem, por reivindicações, o direito de sair da cela, faziam seus trabalhos manuais entre as quatro paredes.

²¹⁴ O diretor Waldemar Raymondi (CADF), em 1948 menciona a solicitação pela casa para os presos coloniais: "Com a proximidade da capital da república e portanto da maioria das famílias de presidiário, a Colônia, em memorial dirigido ao presidente da república, solicitou permissão para que pudessem as famílias dos sentenciados residirem com os mesmos, dentro do perímetro da Colônia, desde que houvesse, por parte dos mesmos, bom comportamento e espírito de colaboração com a Administração e, dentro das possibilidades de acomodação, e a critério da Diretoria.[...] iniciando-se sem demora, as construções das primeiras casas destinadas a residência de sentenciados com famílias." (RAYMONDI, 1948). Material disponível no Arquivo Nacional. Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2). Título: IJ2 1287.

²¹⁵ Como no caso da tentativa de fuga do interno Djalma Passos (matrícula 11448) relatada pelo inspetor Evanir de Carvalho Vargas, em 9 de outubro de 1972, o preso-colono Hélio Rodrigues (matrícula 11990) revelou que o interno Djalma roubou de sua casa (extramuros) algumas latas de conserva e uma japona. Ainda contava com o testemunho de outros internos que confirmaram a acusação. Elementos como latas em conserva e casacos eram itens comumente requeridos para quem se aventurava em fugas pelas matas. Cf. (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 950). Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Otoni Fernandes Júnior²¹⁶, por sua vez, menciona que faziam artesanatos para passar o tempo²¹⁷: "[...] começamos a produzir bijuterias e artigos em couro, como protetores de livros, caixas para joias feitas com palitos de fósforos. As famílias vendiam o artesanato no circuito de resistência à ditadura... (FERNANDES JÚNIOR, 2004, p. 197)

Graciliano Ramos, entretanto, penalizou-se pela triste sina, à época, dos presos escolhidos para trabalharem na turma da viga. A seu ver, era um serviço de muita exploração.

Víamos criaturas em fila, conduzindo troncos pesados. Vagarosos, passavam a pequena distância a vacilar trôpegos, vergando ao peso da carga. As pontas das madeiras apoiavam-se nas cabeças, nos ombros e os infelizes arrastavam-se, dois a dois, fugidos pela horrível canga²¹⁸. (RAMOS, 1996b [1954], p. 142-143)

Ao conquistarem um pouco mais de liberdade nas instalações da prisão, os presos políticos da LSN de 1967 puderam trabalhar em outros ofícios além de artesanatos. Na categoria de presos políticos, as atividades poderiam estar mais associadas ao ramo de ensino, na ajuda da alfabetização de outros presos. Presos políticos eram considerados especiais na cadeia e o tratamento a eles concedido era, em geral, distinto. Este tipo de interno era identificado nos livros de ocorrência de galerias pelos guardas como “subversivos”. Otoni Fernandes Júnior (2004) considera que os guardas tinham um conceito sobre eles: “Para os guardas do Desipe, os presos políticos eram gente fina” (FERNANDES JÚNIOR, 2004, p. 196).

Esse tipo de preso, em geral, apresentava baixo risco de fuga, e consequentemente menos trabalho de supervisão pelos funcionários. No entanto, eram muito questionadores sobre as regras de disciplina e eram internos mais exigentes e atentos, sobre seus direitos. Em diversos momentos da história brasileira, os presos políticos fizeram parte da história desse cárcere da Ilha. Em algumas ocasiões foram internados na prisão do Abraão. Em outras, ficaram alojados nos estabelecimentos que existiram na Vila de Dois Rios, seja na instalação da antiga CCDD ou na construção mais recente, a partir de 1940. Ao serem enviados em grandes quantidades, por causa

²¹⁶ Otoni Fernandes Júnior (1945-2013) era estudante de física e foi preso na Lei de Segurança Nacional em 1970. O livro que escreveu sobre as experiências da clandestinidade e a vivência na Ilha Grande foi: *O Baú do Guerrilheiro* (2004)

²¹⁷ Os presos políticos vendiam os produtos por meio de seus familiares, mas, pelo que consta nos registros de galerias, também conseguiam uma clientela dentro do presídio. No plantão de serviço do inspetor João Alves Ribeiro, no dia 27 de outubro de 1972, ele registra: “O PM Jorge Henrique Marques subiu para a 1ª galeria e foi conversar nas grades com o interno subversivo, disse o PM que tinha pedido ao guarda Alberto de Andrade de serviço na 2ª galeria, para apanhar umas canetas encapadas que os internos vendem.” (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 353)

²¹⁸ Sobre o trabalho na viga, afirmou em relatório o diretor Joaquim Carlos de Melo: “Serviço de mato (turma de machado e viga) O número de vigas derrubadas e transportadas foi de 953 e que serviram totalmente para obras nesta colônia. **As turmas de corte e tombo de lenha vêm sendo grandemente sacrificadas.** O consumo de lenha é enorme. A mata vem sendo devastada e **cada vez mais longe e difícil se torna o corte e transporte**, visto que, em terreno montanhoso e de difícil acesso, somente em épocas pouco chuvosas pode a produção e tornar eficiente, dado que, nos locais onde os trabalhos se verificam, **é humanamente impossível** qualquer atividade com terreno húmido, **pelos perigos que oferece.**” (MELO, 1954, f. 11-12, grifo nosso). Material disponível no Arquivo Nacional. Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2). Título: IJ2 1287.

da superlotação no continente e por causa da perseguição política de suspeitos de ameaça ao regime, as condições de acomodação tornavam-se mais agravadas. Foi nessas circunstâncias que Graciliano Ramos chegou à Ilha Grande e foi submetido a condições de acomodação e tratamentos degradantes. Consta que Graciliano, em segundo momento, foi alojado nas instalações da antiga CCDR, na Vila de Dois Rios.

Os presos políticos, passaram por alguns apuros que podem ser confirmados também nos livros de ocorrência. Exemplos de tais apuros podem ser evidenciados através das solicitações ou das reivindicações dos encarcerados. Solicitaram atendimento por estarem passando fome por causa da pouca quantidade de alimentos²¹⁹, ou no caso em que reivindicaram mais colchonetes para companheiros de cela que estavam precisando, ou então, como no caso de terem seus cubículos alagados por entupimentos²²⁰. Situações abjetas no cubículo em tempo em que permaneciam isolados em cela o dia inteiro. Tempo em que recebiam suas visitas de quinze em quinze dias por apenas três horas.

Mas, e o que dizer sobre um ambiente que deixava o interno obcecado com o medo de toda natureza de infortúnio que era presente naquela prisão? Vejamos: Segundo Lima (2016): “O ambiente era paranoico, dominado por desconfiança e medo, não apenas da violência dos guardas, mas também da ação das quadrilhas formadas por presos para roubar, **estuprar** e matar seus companheiros.” (LIMA, 2016, p. 54-55, grifo nosso)

O interno que cumprisse pena na Ilha precisava ter preocupações diversas: não apenas com sua integridade física em se precaver de doenças e traumas causados por espancamentos, mas também de traumas na alma, resultado de uma rotina de violência sexual. O recurso mais garantido para defender-se era também reagir com muita ferocidade. William Lima menciona os infortúnios dos presos jovens recém-chegados na Ilha: “Todos procuravam no olhar alheio, na postura dos guardas, na movimentação geral -um sinal do que estaria por vir. Logo percebi que o rapaz ao meu lado iria sofrer: **garoto novo** - dizia-se - **já chegava na ilha casado.**” (LIMA, 2016, p. 51, grifo nosso)²²¹

²¹⁹ O inspetor Evanir de Carvalho Vargas registrou a reclamação dos internos subversivos em 23 de outubro de 1972 quando os internos exigiam providências do diretor diante da quantidade insuficiente de comida que estava sendo servida. Cf. (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 557)

²²⁰ Em 1 de outubro de 1972, o inspetor Prudencio Xavier de Oliveira registra: 17 internos incursos na Lei de Segurança Nacional receberam visita dos seus familiares das 13 horas até 16 horas, outrossim o cubículo nº 3 da galeria dos referidos internos alagou toda Haall e também diversos cubículos por motivo de 1 lavatório não estar em seu lugar porque o mesmo desprende e também do mesmo lado estar diversos cubículos entupidos. Ver: (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 380) Disponível no APERJ.

²²¹ Em 15 de outubro de 1971, o inspetor Hildebrando Benedito Correa descreve com bastante formalidade o flagra de uma situação corriqueira de estupro entre internos: "Recolhi a cela o interno Paulo de Vasconcelos mat 11874 a continuar tratando de pederastia com ele, visto o mesmo nada mais querer com o interno referido." (INSTITUTO..., ago 1971/jan 1972, tópico 334)

Em matéria sobre os presídios na Ilha Grande, na revista *O Cruzeiro*²²², o relator trata do tema dos abusos sexuais a que os presos eram submetidos e explica o que é a prática das “curras”²²³, dá título ao artigo apelidando a Ilha de “Morada do Diabo”.

A partir da entrada dos presos com bom nível intelectual no Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), tal como os presos políticos, na leva de presos de 1969, as condições de irregularidades internas passaram a ser denunciadas para entidades. Os presos identificaram um potencial de comunicabilidade com a sociedade e, por isso, puseram-se a reclamar das condições desumanas nas instalações do presídio.²²⁴

Se os presos políticos denunciaram durante as décadas de 1960 e 1970, após a saída deles das cadeias, os presos comuns mantiveram a luta contra a opressão nos cárceres. Os presos desta ocasião vinham de uma leva de condenados de forma um pouco diferente. Após mudança na legislação, foram enviados para a Ilha os presos “Leis de Segurança Nacional”. Essa foi uma categoria de internos que passou a existir originalmente a partir da promulgação da Lei de Segurança Nacional de 1967. Esta lei controversa, utilizada pela ditadura, enquadrava no mesmo artigo penal os diferentes tipos de assaltantes de banco. Acontece que naquele período foram presos tanto os assaltantes comuns (motivados, em sua maioria, por interesse econômico), quanto os assaltantes que se identificavam como integrantes de movimentos guerrilheiros, por motivações político-ideológicas. Estes indivíduos - presos comuns e presos políticos - quando aprisionados, foram encaminhados para a Ilha Grande. E foi lá que devido a adversidades, tanto presos políticos, quanto comuns articularam-se como puderam para sobreviver à violência dos espancamentos e tantos outros problemas presentes na lida em uma cadeia precária e muito isolada da civilização, como se deu com a Ilha Grande.

Este tipo de detento comum que foi condenado pela LSN - mas que não foi enquadrado na Anistia, - driblou as adversidades, manejou alguns trunfos que a redemocratização lhe concedeu. Ganhou também status e autonomia até então inéditos nas prisões brasileiras. Em dado

²²² A revista *O Cruzeiro* foi criada por Assis Chateaubriand em 10 de novembro de 1928. Criada por ideias do jornalista Carlos Malheiro Dias, e como diretor presidente, José Mariano Filho. Era publicada semanalmente e tinha por propósito a circulação nacional. Apresentava diversas fotografias e em cores. Na linha política deu apoio a Getúlio Vargas. Na década de 1960 a revista já estava em franca decadência perdendo dos seus melhores jornalistas para as revistas concorrentes, o *Cruzeiro*, fazendo parte da rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand adotou a posição de oposição ao governo de João Goulart. A última circulação foi no ano de 1981. (CRUZEIRO, O, 2009)

²²³ Revista *O Cruzeiro*, 10.06.1961, p. 88-90. Matéria: “Ilha Grande, morada do diabo”.

²²⁴ A prisão da Ilha recebeu presos políticos com alto nível intelectual desde o início do século, conforme o exemplo da prisão de políticos, inscritos na época do governo de Getúlio Vargas. Porém, as denúncias formalizadas por presos começaram a partir de uma mudança de consciência referente ao tratamento de presos. Os instrumentos de Direitos Humanos, criados no contexto após a segunda Guerra Mundial, ajudaram nesta mudança: a Declaração Universal dos Direitos Humanos [1948] e Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas em 1955, foram instrumentos legais essenciais para dar sustentação a estas lutas por direitos dos presos.

momento, passaram a ser identificados como os presos da falange, na esteira da “ascensão do poder paralelo”, passaram a ser identificados pela imprensa como Comando, o Comando Vermelho. Com o passar do tempo, eles se tornaram emissários de ordens e decisões sobre comportamentos tolerados na prisão da Ilha e nas demais cadeias do continente. Além das cartas de denúncias, um dos maiores trunfos nos protestos foram as escritas autobiográficas de presos. Esses escritos estimulam pesquisas, despertam curiosidades e, o mais importante, chocam os leitores até os dias de hoje. Uma carta de denúncia de William da Silva Lima e Carlos Alberto Mesquita foi publicada pela revista *O Pasquim*.²²⁵ A carta tenta explicar a situação em que os presos “Leis de Segurança” estavam confinados no presídio da Ilha Grande e pede ajuda, pois na missiva os presos sentem-se perseguidos pelo sistema penitenciário. Na imprensa, as notícias detalham o aumento do número de fugas dos internos do IPCM, porém, com a carta os presos tentam explicar os motivos das insatisfações dos presos.²²⁶ Nesse sentido, incomodam e geram uma reflexão sobre o tema das prisões. Diálogo comovente e ironicamente perspicaz foi entre Graciliano Ramos e o diretor do presídio,²²⁷ reproduzido pelo próprio romancista na ocasião em que o escritor esteve na “Colônia”:

-Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
 -Pagar como? exclamou a personagem.
-Contando lá fora o que existe na Ilha Grande.
 -Contando?
 -Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel. (RAMOS, 1996b [1954], p. 158, grifo nosso)

Assim, a dura realidade dos presos, no entanto, começa a mudar para melhor a partir das organizações da sociedade civil e de iniciativas governamentais, com a implantação de organismos de defesa da pessoa humana no país, diferentes entidades se mobilizaram pela vigilância de atos de arbítrios em instituições do Estado, considerando a permanência do regime autoritário implantado em 1964. Entre estes organismos, foi estimulada uma interlocução entre os presos e os meios de comunicação da época. Dentre eles, estiveram a ação religiosa da Pastoral Penal, os institutos de pesquisa acadêmica e as entidades jurídicas com o foco na defesa de indivíduos em situação de vulnerabilidade, como a “Comissão de Defesa dos Direitos do Preso”.

²²⁵ Jornal semanal que inaugurou em 26 de junho de 1969. Adotava uma linguagem que o enquadrava na imprensa alternativa. Buscava fazer oposição ao governo militar pela linguagem humorística e combatia ao moralismo, fazendo frente aos posicionamentos da grande imprensa. Entre os nomes dos colaboradores: Millôr Fernandes, Ziraldo, Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa, Luís Carlos Maciel, Henfil e Miguel Paiva entre outros. A última tiragem foi em janeiro de 1991. (PASQUIM, O, 2009)

²²⁶ O Pasquim, 19-25.03.1981, p. 14. Matéria: "O que as autoridades não querem saber e a grande imprensa não quer publicar: LSN cria o Comando Vermelho". Ver a carta na íntegra no Anexo 1.

²²⁷ Na ocasião, Graciliano conversou com o substituto do diretor, o médico Hermínio Ouropretano Sardinha.

Uma das entidades mais próximas no caso do presídio de Ilha Grande foi a Pastoral Penal, intermediando as denúncias de presos políticos sobre as condições de falta de higiene e escassez de estrutura mínima de sobrevivência no presídio. A entidade também fez o elo entre às denúncias de presos comuns, em virtude das práticas de violência e tortura no interior do IPCM e os órgãos de defesa de direitos humanos.²²⁸ Além da intervenção destes órgãos, podemos citar iniciativas de ordem particular como as cartas²²⁹ que passaram a ser um método de denúncia muito utilizado pelos presos. Talvez um dos aprendizados mais transgressores que os presos comuns obtiveram no contato com os presos políticos foi descobrir o poder das cartas de denúncias.

A exemplo disso, temos William da Silva Lima um dos presos espancados e também um dos autores da carta de denúncia que mobilizou o então Cardeal Dom Eugenio Sales. O mesmo Dom Eugênio que, em dado momento, cobrara uma atitude do governador Chagas Freitas (MDB)²³⁰ contra as arbitrariedades existentes no presídio da Ilha Grande. Nessa ocasião, em protesto, o Cardeal se posicionou firmemente contrário aos abusos naturalizados naquele presídio. Em protesto, chegou a se recusar a fazer o cerimonial da Missa Natalina do ano de 1981 no presídio, que realizava anualmente. Na pregação para os fiéis, em missa no continente, proferiu discurso contundente de crítica aos abusos de autoridades no presídio da Ilha. Por causa da repercussão na mídia do tom de crítica da autoridade religiosa em reação às denúncias feitas pelos presos, foi instaurada uma sindicância que acabou por demover médicos até o presídio para investigar as acusações dos presos. Estes então, passaram por minuciosos exames em que ficaram comprovados os espancamentos. Como resultado dessa polêmica, o diretor e outros dois guardas foram condenados à prisão.²³¹

Um caso como esse foi exemplar para a corporação de agentes penitenciários, policiais militares que atuavam na Ilha e também para os sucessivos diretores do IPCM. Depois disso, o “Caldeirão” nunca mais foi o mesmo, embora outros casos similares já tivessem ocorrido antes. A título de ilustração, podemos citar o ano de 1934 quando o diretor do presídio foi demitido acusado de ser responsável por espancamentos e desfalque nas verbas de manutenção da Colônia Correccional de Dois Rios²³².

²²⁸ JB, 24.03.1977, p. 6. Matéria: "Três freiras vivem agora na Ilha Grande para dar assistência aos detentos".

²²⁹ Cartas foram escritas por detentos divulgando os arbítrios cometidos no interior dos presídios por funcionários com aval dos diretores. Na ocasião, Dom Eugênio afirmou: “Criminoso não guarda criminoso” Cf. Revista Veja: (O DURO..., 1981, p. 20). Nesta afirmação o líder religioso fazia referência imediata ao fato dos guardas comportarem-se como criminosos ao cometerem violência contra os internos.

²³⁰ Antônio de Pádua Chagas Freitas foi governador da Guanabara durante os anos de 1971 e 1975; e mais tarde foi governador do Rio de Janeiro entre março de 1979 e março de 1983.

²³¹ William da Silva Lima cita que a Anistia Internacional registrou no Relatório de 1982, pois tomou conhecimento das brutalidades vivenciadas pelos presos e que tiveram conhecimento por causa das denúncias que os presos da LSN faziam. (LIMA, 2016, p. 149). Ver também: JB, 04.08.1982, p. 8.

²³² JB, 16.05.1934, p. 13. Matéria: "Em consequência de um inquérito administrativo foi exonerado do cargo o diretor da Colônia Correccional".

Como veremos adiante, o diferencial da vitória dos presos em 1980 é o de que, desde 1979, a Falange já havia iniciado um processo de consolidação na cadeia da Ilha Grande. A exoneração e a prisão de um diretor da penitenciária foi mais um trunfo para os presos que fortaleceram seu projeto de poder na prisão da Ilha. Myrian S. Santos (2003) cita um relatório onde está previsto que os guardas começaram a fazer um estudo sobre a repercussão de notícias sobre a Ilha nos jornais distribuídos no continente. Naquela ocasião, os guardas sentiam que estavam sob maior supervisão de jornalistas. (SANTOS, 2003, p. 288)

Os presos comuns, ao observarem o comportamento de solidariedade mútua dos presos políticos, perceberam o valor de uma convivência de união. Entendiam que, fortalecidos no coletivo de presos, seria mais fácil se amotinar contra a administração do presídio e exigir melhorias. Como consequência de uma cadeia com regras menos endurecidas, poderiam conseguir regalias e também atingir mais facilmente o maior objetivo: suas aspirações de fugas. Esse processo de desenvolvimento de consciência merece destaque: trata-se de um processo de criação de uma confraria dos presos comuns. Segundo Lima (2016): "Não se pode falar em tomada geral de consciência política, mas houve organização, ajuda mútua, respeito pelos direitos humanos. Pudemos então permanecer em nosso ideal: ir embora." (LIMA, 2016, 128) Essa "confraria" descobriu a vulnerabilidade da direção do presídio frente a presos mais unidos. Fugas, motins e muita violência entre presos (facções contra facções) passaram a acontecer com maior frequência. A confraria chamava-se Falange ou Comando Vermelho. Outrora, comportamentos como esses seriam impossíveis na Ilha Grande, considerando a crueldade dos castigos corporais aplicados aos presos e a permanente impunidade dos executores. Em passado mais remoto, a disciplina no Presídio de Segurança Máxima era mantida com muita severidade, mudando consideravelmente nos últimos anos de existência do presídio.

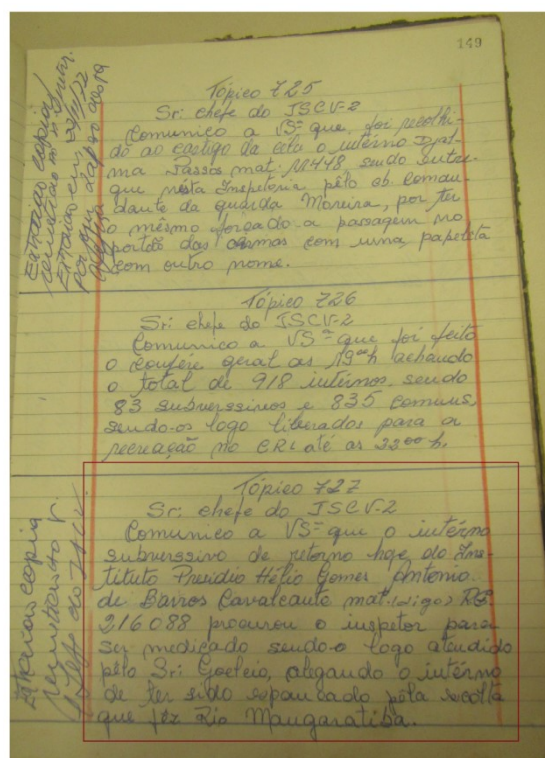
Havia vários "rituais"... Um deles, segundo Lima (2016), era o corredor polonês por onde os presos passavam antes e depois de embarcar no caminhão para a Vila do Abraão. Eram recepcionados na Ilha com espancamentos e também levados para o continente com o mesmo tipo de tratamento.

Leve de bagagem, pude apressar o passo no transbordo, de modo a ultrapassar sem maiores problemas o corredor polonês que, no porto de Itacuruçá, precedia ao embarque no porão fedorento de um barco. Era praxe! [...] O desembarque na vila do Abraão era acompanhado pelo segundo corredor polonês: ninguém escapava da pancadaria antes de subir na carroceria do caminhão que, em duas horas de viagem por estradas de barro, cruzaria toda a ilha e nos despejaria no presídio, ainda algemados. (LIMA, 2016, p. 52-53)²³³

²³³ Segue um exemplo do registro feito pelo inspetor Evanir de Carvalho Vargas, no dia 31 de outubro de 1972: "Sr. chefe do JSCV2, comunico a vs. que as 18:30 foi solicitada a presença do sr. Joelcio para atender o interno procedente do Instituto Presidio Helio Gomes José dos Santos mat.6387 que alegando ter sido espancado pela Polícia Militar no

Na consulta de um único livro de ocorrência durante o ano de 1972, que concentrou as anotações de inspetores durante os meses de agosto a dezembro, foi possível identificar vários registros sobre estas ocorrências de violência gratuita. No tipo de anotação que demandava maior atenção, o chefe de segurança fazia um comentário no detalhe da página²³⁴ para dar a impressão de que foi conferido, juntamente com uma rubrica. Ao que se percebe, na constância das anotações durante a década de 1970, do chefe da segurança se resumia em informar o seguinte comentário: "Extraído cópia remetido ao sr. diretor."

Figura 30 - Espancamento de presos por policiais no Livro de Ocorrências de Galerias



Registro de espancamento de internos no livro de ocorrência de galerias

Fonte: (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 727)

Assim, podemos presumir desta anotação que os diretores do IPCM tomavam conhecimento dos arbítrios praticados por policiais e funcionários e não buscavam medidas para conter tais atitudes. Em outras palavras, nenhuma providência era tomada e este tipo de reclamação era naturalizada no presídio.

No entanto, após as denúncias e maior supervisão pelo Estado e pela imprensa naquele cárcere, as atitudes dos funcionários passaram a ser mais cuidadosas. Por exemplo, nos casos de indisciplinas de detentos, o tipo de providência funcional a ser empregada passou de ser pela

trajeto de Mangaratiba para este instituto Penal, sendo ele mesmo atendido." (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 633).

²³⁴ No canto da página da brochura, ou seja, na borda da página que poderia ser do lado direito ou esquerdo.

simples violência. Segue uma anotação do inspetor Walmir Prado ocorrida em 2 de dezembro de 1987, onde narra uma indisposição de um funcionário com dois internos e explica o motivo de sua solicitação para o envio dos internos ao castigo:

Solicitação preso para castigo. Participo que por determinação do sr. ch de vigilância CLAUDIO MARIANO determinou que os internos WAGNER ALMEIDA SANTOS MAT 14404 e SERGIO ROBERTO GOULART MAT 14360 fossem encaminhado para o castigo do anexo. Outrossim informo que os mesmos **depois de muito diálogo** negaram-se a cumprir o determinado devido tal fato, o prédio foi totalmente trancado e após o confere ficando os mesmos sem assistir a programação habitual no CCRT.(INSTITUTO..., out. 1987/fev. 1988, tópico 2121, grifo nosso)

Mais sóbrio é o comentário escrito pela chefia do mesmo, registrado no canto da página:

A indisciplina da massa carcerária é para forçar o possível uso de força, para prevalecer as normas penitenciária, podendo resultar ferimentos em alguém, principalmente entre interno, passando ser 'bandeira' a ser usada contra a Administração. **O corpo funcional deve sempre manter-se em calma, agindo dentro das normas previstas no RSPERJ²³⁵**. Convém extrair cópia "a CCT, CMSS-1 e CMCT/4. a ouvir os disciplinados que tentam levar a massa carcerária contra atos administrativos. (Idem, grifo nosso)

A mudança no comportamento dos funcionários está refletida nesta troca de comunicação entre eles. Antes, porém, os comentários dos chefes de segurança resumiam-se em solicitar que fosse remetida cópia da informação ao diretor. Os comentários nos livros de ocorrência mais recentes, no entanto, demonstram preocupação maior pelo zelo em seguir as normas penitenciárias. A citação anterior fornece aconselhamento explícito aos funcionários sobre como devem proceder: “manter-se em calma”.

Nos tempos mais áridos do presídio, como o clima de opressão era uma constante na vida dos presos, alguns momentos para amenizar essa tensão eram o dia das visitas e os dias de festividades. As visitas eram a única maneira de acessar o mundo fora da prisão. Nesse contexto, o direito de receber visitas significava muito para os presos. De maneira geral, no contexto de prisões, quanto mais for prejudicado o elo entre o detento e seus familiares ou amigos, mais difícil pode vir a ser a vida do preso no cárcere. O Estado não garante os itens básicos para a sobrevivência dos detentos, como sabonetes, pasta de dente, roupas de cama etc²³⁶. A proibição

²³⁵ Regulamento do Serviço Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

²³⁶ “Em vários estabelecimentos, na falta absoluta da família, o preso passa por sérios problemas para se manter. [...] alguns estabelecimentos em que presos montaram cooperativas para dividir o que as famílias levavam. Era chamado de cooperativa e o sistema consistia em juntar gêneros e material de limpeza e de higiene, de forma a que os presos que não recebiam visita e não tinham como se manter, chamados de “caídos”, pudessem receber algum alimento complementar, um pedaço de sabão, um pouco de pasta de dentes, como exemplos.” (SÜSSEKIND, 2014, p. 80)

das visitas pode equivaler a não ter acesso a esses bens básicos. Sendo assim, uma das maiores esperanças e pesadelos dos presos na Ilha eram as visitas. Esperança porque a visita pode oferecer suporte material e conforto espiritual ao preso, que por questões geográficas, permanece mais isolado do que detentos do continente. Elas também poderiam ser um pesadelo devido às chances de serem inviabilizadas em decorrência de alguma burocracia qualquer ou por causa da dificuldade de acesso ao presídio.²³⁷ A distância era muito maior e agravada pelos múltiplos tipos de transporte necessários para chegar à Ilha Grande e à Vila de Dois Rios.

Não obstante, as visitas eram sempre um evento provocador de bastante expectativa nos presidiários: Era a oportunidade de receber produtos de higiene básica, receber alimentos, de reencontro com parentes, entes queridos, e também uma oportunidade de mostrarem que eram capazes de se comportar como indivíduos ressocializados, colaborar para a paz coletiva, podendo assim, desfrutar de colaboração por parte dos guardas e mostrar que resistiam à permanente tentativa de infantilização, característica do sistema.²³⁸

Recebemos muita gente no Natal de 1979. Estávamos com a bola cheia. Veio o inesperado: diante de uma forte tempestade, tivemos que alojar os visitantes - familiares, crianças, moças, conhecidos - nas nossas próprias celas e na sede da cooperativa onde dormiram com tranquilidade, sem maiores preocupações [...]. **Caiu a lenda de que ali viviam bichos ferozes.** (LIMA, 2016, p. 133)

William Lima (2016) também acrescenta que uma das principais reivindicações dos presidiários era o respeito aos visitantes "Estes eram submetidos a um verdadeiro massacre: sem permissão para pernoite..." (LIMA, 2016, p. 76)²³⁹

Aos visitantes eram dedicados tratamentos quase idênticos ao que era dado aos presos. Em geral, as visitas eram mães, esposas, filhos, ou seja, justamente as pessoas com maior vulnerabilidade física. Quem visitava precisavam enfrentar uma jornada exaustiva para verem

²³⁷ Até mesmo qualquer impedimento de receber a visita poderia causar grande irritabilidade no interno. O incidente relatado pelo guarda Pedro Garcia no dia 24 de janeiro de 1972 exemplifica essa situação. Neste dia, o guarda recebeu a ordem de que nenhum interno poderia sair para a visita sem escolta. No momento da visita o guarda pede que o interno Carlos Alberto da Silva (matrícula 11734) aguarde. Carlos Alberto, não atendendo ao guarda, reclama. A atitude do funcionário foi a de empurrar o interno para seu cubículo. Na sequência, o interno deu um pontapé no guarda. Logo após, Pedro levou ao conhecimento do subdiretor e que, mais tarde, encaminhou o interno para a visita. (INSTITUTO..., jan 1972/abr. 1972, tópico 206) Nem todos os internos podiam desfrutar do recurso de receber visitantes na casa de visitas; além de terem tempo contado, também havia horário certo para o desembarque na Vila do Abraão e não era autorizado o pernoite de familiar na Vila de Dois Rios. Ou seja, qualquer atraso poderia dar cabo da oportunidade de visita.

²³⁸ O Padre Bruno Trombeta (1989) menciona a atitude naturalizada pelos funcionários do sistema carcerário em reiteradamente tratar o preso de modo a infantilizá-lo: "A inteligência é submetida a um processo de parálise, criando dentro o homem-presos uma dinâmica regressiva de infantilismo, eliminando a sua responsabilidade e coisificando a sua pessoa, tornando-o objeto." (TROMBETA, 1989, p. 68)

²³⁹ A experiência de massacre a que William se refere se concentra em vários fatores, desde a distância e o desgaste com várias horas de viagem para chegar ao presídio, até as situações de constrangimentos na revista. Sobre o trajeto de viagem, ainda havia a estrada de barro muito acidentada que leva Abraão até Dois Rios. Com frequência, o veículo de transporte de visitas precisava de reparos e, nestas circunstâncias, as visitas precisavam improvisar, indo a pé até o presídio.

seus presidiários. "Os visitantes também sofriam para chegar até a Ilha Grande, enfrentando um percurso de 16 horas." (FERNANDES JÚNIOR, 2004, p. 195)

A dificuldade de acesso ao presídio foi motivo para outra exclusividade do local: a casa de visitas²⁴⁰. Ilha Grande tinha uma casa oficial de visitas com dez quartos, onde alguns presos poderiam ficar com seus parentes mais à vontade por três dias no mês.

Voltando às características desfavoráveis de ser interno na Ilha, os abusos nos castigos aplicados aos presos são matéria bastante mencionada nas memórias e ao que parece era até mesmo, situação bastante naturalizada no cotidiano das prisões de Ilha Grande. Data de 20 de setembro de 1903,²⁴¹ uma das primeiras acusações publicadas em jornais, direcionada às instalações da Colônia Correccional de Ilha Grande. A exemplo disso, publicados no jornal *A Batalha*²⁴², alguns relatos de ex-presos a respeito das condições degradantes e perseguições que sofriam na Ilha *A Batalha* acrescenta que já era de longa data que ex-internos da Colônia se queixam dos maus tratos.²⁴³

Os castigos aplicados nos prisioneiros na Ilha poderiam ser acima dos limites aceitáveis, desde o que implicasse na exploração física do condenado até mesmo fora dos padrões aceitáveis no que diz respeito à subjetividade da dignidade humana. Graciliano Ramos lembra de presenciar

²⁴⁰ A primeira menção nos registros das ocorrências de galerias sobre a casa de visitas oficiais aparece no dia 22 de novembro de 1972. A informação foi registrada pelo inspetor Prudencio Xavier de Oliveira. (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 810). Porém, no Relatório de atividades elaborado pelo diretor Joaquim Carlos de Melo, segue a data de inauguração: "Para satisfação nossa, tivemos oportunidade de **inaugurar no dia 2-8-54 a Casa de Visitas dos presos, com 10 quartos**, devidamente mobiliados (fabricação das nossas oficinas) e demais dependências indispensáveis a uma boa hospedagem. O valor deste empreendimento, só pode ser devidamente aquilatado, tomando-se por base que, desde a sua fundação, este Presídio não contava com acomodações para as famílias dos presos quando em visita, dado que, pelas condições de condução, a permanência aqui deve ser de pelo menos 4 dias. O funcionamento e as acomodações são orientados por regulamento interno baixado exclusivamente destinado a este fim." (MELO, 1954, f.9, grifo nosso). A Casa de visitas foi inaugurada na década de 1950. Porém, pelo que se depreende das memórias dos presos, ter acesso a receber visitas na Casa de Visitas não era um benefício estendido a todos os internos. Os detentos que cumprissem a pena em regime fechado estariam impedidos de desfrutar da companhia das visitas na Casa de Visitas.

²⁴¹ Cf. Correio da Manhã, 20.09.1903. p. 2. Matéria: "Na Ilha Grande barbaridades e escandalos: um rei pequeno: A Colonia Correccional: O diretor do Lazareto: necessidades de um inquérito"

²⁴² A Batalha foi criada em 20 de dezembro de 1929 e parou a circulação em 1940. Pedro Mota Lima foi o fundador do jornal. A fundação do jornal tinha por objetivo inicial dar apoio a Aliança Liberal. A origem dos recursos para a fundação do jornal foi do banqueiro João Pallut, um dos grandes banqueiros do jogo do bicho. Interessava aos banqueiros ter apoio para suas atividades ilegais de contravenção. Ao mesmo tempo, Pallut tinha ligações com políticos que apoiavam Arthur Bernardes. As influências eram diversas e por isso a linha do jornal manifestava posições contraditórias. Mas, quando o jornal passou para João Pallut deixou de ter a linha política radical e passou a defender as camadas mais populares da sociedade. Entre os redatores: dirigido por Mozart Lago e tendo como redatores Carlos Sussekind de Mendonça, Raimundo Magalhães Júnior, Eduardo Chermont de Brito e Henrique Pongetti. Muitos de seus jornalistas foram presos. As revoluções da década de 1930 levaram a prisão vários de seus jornalistas. (BATALHA, A, 2009)

²⁴³ "[...] Relatou graves factos ocorridos na Colonia Correccional de Dois Rios, responsabilizando o director daquelle estabelecimento [...] Foram tantas as informações colhidas pela chefatura de policia que esta se viu obrigada a mandar proceder a rigoroso inquérito." Cf. A Batalha, 3. 12. 1930, p. 5. Matéria: "Na Colonia Correccional de Dois Rios. A ida do 4º delegado auxiliar áquelle presidio". Ver também: Diário Carioca, 05.12.1930, p. 1. Matéria: "As graves irregularidades apuradas na Colonia de Dois Rios: o relatório apresentado pelo 4º delegado auxiliar, ao chefe de policia".

o castigo dado a um preso e considerou humilhante. “Um dia o obrigaram a ficar muitas horas de pé num canto, os braços cruzados, o rosto junto ao muro. Na sujeição ridícula, a natureza do homem se revelava em patadas leves, o protesto de menino teimoso.” (RAMOS, 1996b, [1954], p. 134-135)

André Torres (1979) também passou pelos horrores do castigo na cela surda: permaneceu por cinco meses na cela de isolamento. O castigo para os presos “fujões” poderia ser a aplicação de apenas uma surra brutal, e também poderia ser completada pela estadia na cela surda.²⁴⁴ “Nos fundos da galeria, separados por uma porta de ferro, ficava o isolamento, celas sem camas, onde permaneciam de castigo, isolados, os presos tidos como indisciplinados, do ponto de vista dos carcereiros. (TORRES, 1979, p. 150)

Os castigos, em teoria, são instrumentos previstos no regulamento penitenciário. Na Ilha, no entanto, as aplicações de castigos eram à revelia das determinações legais. A rigor, um castigo deveria ser aplicado quando o preso cometesse uma infração. Entretanto, em Ilha Grande, a violência era de praxe; a imposição de um castigo não necessitava de justificativa; apenas a vontade do diretor poderia ser suficiente.²⁴⁵

O autor neste trecho expõe mais uma vez muito claramente mais um episódio de horror vivido pelos presos naquele lugar.

Desperte, vi a dois passos um soldado cafuzo a sacudir violentamente o primeiro sujeito da fila vizinha. Muxicões terríveis. A mão esquerda, segura a roupa de zebra, arrastou o paciente desconchavado, o punho direito malhou-o com fúria na cara e no peito. A fisionomia do agressor estampava cólera bestial. (RAMOS, 1996b, [1954], p. 67)

André Torres (1979), em avaliação mais sintética, afirma o seguinte: “Assim são os carcereiros covardes, quando em grupos, frouxos quando sozinhos.” (TORRES, 1979, p. 146) A constatação de André Torres vem por conta da ocasião em que presos eram solicitados a responder processo, ou outras necessidades que demandavam o envio do detento em viagem sob escolta ao continente. Na avaliação dos PMs, era vergonhoso para eles terem que escoltar, com

²⁴⁴ No caso do André (na verdade, Antonio Carlos Quinta Rosa) a fuga deu-se no dia 29 de abril de 1972. (INSTITUTO..., jan 1972/abr. 1972, tópico 1008). Antonio Carlos foi recapturado no outro dia, em 30 de abril de 1972, conforme o registro feito pelo inspetor Suamir Gonçalves dos Santos Portugal, que segue: “[...] Escortado pelo sr. sargento Leocadio deu entrada neste Instituto o interno Antonio Carlos Quinta mat. 11484. (Foragido) Foi recolhido à sua cela e está à disposição desta chefia.” (Idem, tópico 1011)”. E aproximadamente 5 meses depois ele saiu da cela castigo. Conforme o registro do inspetor Evanir de Carvalho Vargas: “Comunico a vs que por ordem do sr chefe de segurança foi retirado do castigo do isolamento às 16h o interno Antonio Carlos Quinta para o cubículo 52 da 1º galeria.” (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 418)

²⁴⁵ Em 7 de setembro de 1972, o então inspetor João Alves Ribeiro registrou no livro de ocorrências que, por ordem do Diretor, 29 internos que teriam chegado do embarque no último dia 4 seriam recolhidos ao isolamento. Não estão descritos os nomes dos internos, apenas a identificação pelos números de matrículas. Não há explicação sobre o contexto da decisão. (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 175)

um grande número de guardas, um único preso de moral de periculosidade ou de altura física pequena. Demonstrando raiva das circunstâncias em que o ofício os obrigava a isso, os guardas surravam o preso repetidas vezes até chegar a seu destino. Perpetuando a covardia quando da chegada à Ilha, os novos presos eram recebidos com agressões físicas. Segundo os registros de ocorrências, é comum haver internos recém chegados que ingressam na enfermaria devido à recepção abusiva praticada pelos policiais militares, com anuência da direção. A respeito de tais eventos, William (2016) afirma:

Era patético o contraste entre o nervosismo dos recém-chegados e as atitudes perfeitamente rotineiras dos funcionários administrativos. Passada a porrada, tratam os presos de forma completamente opaca, como se por trás de cada rosto existisse apenas um número de matrícula e um prontuário, e não uma história de vida. (LIMA, 2016, p. 54)

Por motivo dos maus tratos ou qualquer outro, o fato é que, as fugas de presos haviam se tornado comum no cotidiano da Ilha. Nos registros dos livros de ocorrência, por exemplo, fica implícito que, ao chegarem recapturados, os presos eram enviados à cela de isolamento. Porém, há casos de internos que neste retorno eram conduzidos diretamente para a enfermaria,²⁴⁶ indicando assim não somente a confirmação, mas também a naturalização da violência gratuita²⁴⁷. E, embora uma fuga bem sucedida pudesse significar uma esperança de liberdade, frequentemente transformava-se na expectativa de um espancamento violento, em caso de recaptura²⁴⁸.

Outra situação comum no contexto de presos foragidos era quando os fugitivos se escondiam e espiavam os habitantes da Ilha. André Torres, ex-presos que também conseguiu fugir da Ilha, menciona: “Vi alguns caipiras em suas casas. Uma mocinha de quinze anos de idade, vestido claro de chita” (TORRES, 1979, p. 19). Durante o trajeto da fuga, espiavam na surdina e evitavam ao máximo serem vistos pelos moradores, já que poderiam atrapalhar os planos de evasão. Lima (2016) descreve resumidamente como uma operação planejada e vivida com bastante intensidade por vários dias poderia transcorrer:

²⁴⁶ O caso do interno Cely Deziderio Freitas MAT 11179 é um exemplo disso. Sua fuga foi percebida no dia 09 de outubro de 1972. Pode ter se mantido na mata por algum tempo, mas no dia 24 de outubro foi recapturado e entregue no IPCM, onde ficou à disposição da Direção. Não sabemos em que estado o interno Cely retornou ao presídio, e tanto menos, como foi essa recepção. Mas, o fato é que dois dias depois, o interno precisou ser encaminhado a enfermaria e depois disso não há mais registro sobre este detento.” Cf. (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 572). No dia 26 de outubro, o inspetor João Alves Ribeiro informa no livro: “Comunico a v. sr. que por solicitação do servidor Joelton encarregado do serviço de saúde, baixou a enfermaria em observação o interno Cely Deziderio Freitas MAT 11179.” Cf. (INSTITUTO..., ago 1972/dez 1972, tópico 588).

²⁴⁷ Importa salientar que o encaminhamento para a enfermaria poderia ser inclusive necessidade decorrente do estado debilitado a que o preso foragido apresentasse por causa da exposição a condições adversas na experiência de fuga.

²⁴⁸ Myriam Sepúlveda dos Santos (2018) explica como essa fuga costumava acontecer: “o preso passava um ou dois dias escondido procurando alcançar a praia, até que invadia uma propriedade privada ou vila de pescadores para roubar comida e um barco e fazia reféns para que fosse levado ao continente. No entanto, quase sempre eram pegos.” (SANTOS, 2018, p. 189)

[...] saíram da galeria, alcançaram o pátio e, utilizando uma cama como escada, pularam o muro, sob fogo da guarda. A duras penas conseguiram penetrar na mata. Começou o jogo de esconde-esconde. Apagando rastros, racionando o parco alimento disponível, os quatro ficaram uma semana na ilha, sempre se deslocando. Evitaram cuidadosamente os locais onde se encontra coco ou banana, pois sabiam que ali se concentrariam os mateiros da polícia. Finalmente furtaram uma canoa pequena e se lançaram de novo ao mar, sem escolher hora e local. As ondas estavam altas, a maré puxava para dentro. No meio do temporal os remadores perderam o rumo, até reconhecerem que se aproximava da Vila do Abraão, um dos locais mais controlados de toda a ilha. Foi enorme, mas bem-sucedido, o esforço para se afastarem dali. Mais um dia no mar, sem rumo certo. Avistaram, enfim, um iate ancorado. Transformados em piratas, fizeram a abordagem e atravessaram para o continente. (LIMA, 2016, p. 126)

Esta cena, guardando as devidas peculiaridades, repetia-se quase todos os dias, posto que presos tentavam fugir e, quase que na mesma frequência, eram recapturados. A ameaça de violência não coibia internos da sede por liberdade. Apesar de toda a tensão e medo que rodeavam essas ações, havia também um sentimento potencializador de esperança de fugir e consequentemente, de audácia que parecia correr no sangue dos presos quando em elaboração do plano de fuga. E todo esse sentimento parecia estimular e ser estimulado pela criatividade dos detentos. Foram diversas as maneiras de arriscar a fuga da Ilha, desde tentar ludibriar o corpo de guarda com papéis forjados²⁴⁹ ou documentos de identificação de outrem, até as modalidades mais óbvias como serrar grades de celas, pular muros²⁵⁰ ou escavar túneis.

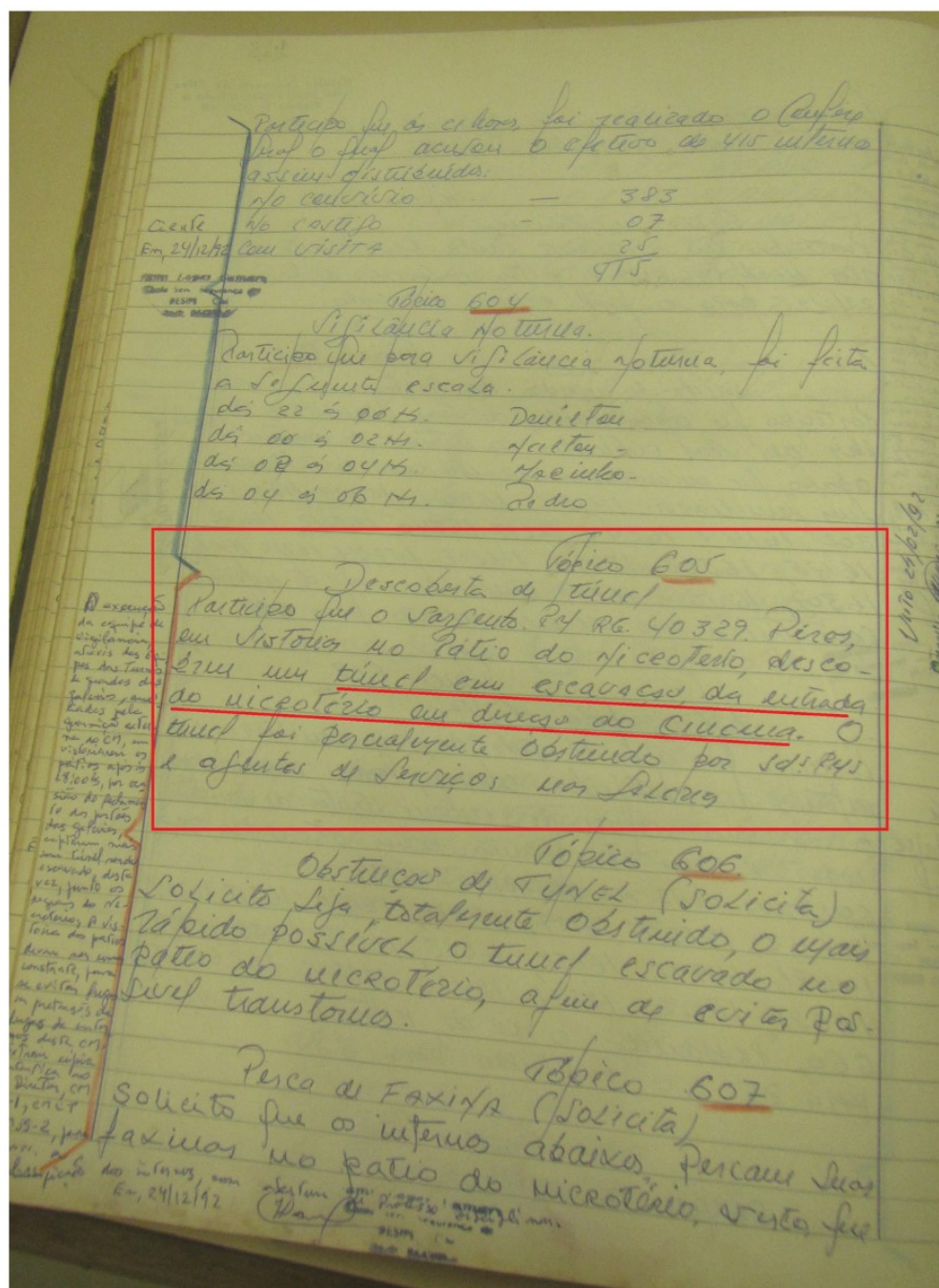
Um exemplo destes tipos de feito foi um túnel, descoberto (tempos depois) ainda em escavação e que era da entrada do necrotério até o cinema. A estratégia parecia inteligente: quando fosse terminado o túnel, enquanto os guardas acreditando que os internos estavam assistindo a um filme, na verdade estariam em fuga através do caminho construído para o necrotério.²⁵¹

²⁴⁹ No dia 20 de agosto de 1972, o interno Fernando Dantas Sales (mat. 10655) tentou sair com a permissão de saída assinada pelo diretor, embora a permissão fosse uma autorização direcionada a outro interno. Observação registrada no livro pelo inspetor Suami Gonçalves dos Santos. (INSTITUTO..., ago 1972/jan 1973, tópico 43)

²⁵⁰ Às 05h do dia 27 de fevereiro de 1990, um determinado inspetor (assinatura ilegível) dirigiu-se ao local onde, segundo ele, havia ouvido tiros. Foram disparados pela guarda para conter a fuga de dois internos que haviam pulado o muro: Hugo Leonardo dos Reis (15716) e Dario Nascimento de Freitas (15400). Os internos foram recapturados pelo Sr. Cantuária. (INSTITUTO..., dez 1989/maio 1990, tópico 508)

²⁵¹ INSTITUTO..., out 1991/abr 1992, tópico 605.

Figura 31 - Tentativa de fuga de presos no Livro de Ocorrências de Galerias



Escavação de túnel para fuga no livro de ocorrência de galerias (do necrotério em direção ao cinema)

Fonte: (INSTITUTO..., out 1991/abr 1992, tópico 605)

Entretanto, houve uma fuga que foi bem sucedida quando os internos conseguiram fugir da cela de castigo e deixaram os rastros de sua engenhosidade. No livro de ocorrência há uma descrição com mais detalhes sobre como os guardas flagraram a cena de fuga e que também descreve a ação dos agentes penitenciários naquela situação:

Participo que, hoje dia 21/11/87 às 03hs, o guarda Marciano, o SDPM Salacide e o signatário, ao fazermos uma revista no prédio anexo, encontramos as grades do cubículo nº240 da 2º gal. serradas, a parede que separa o cubículo nº 242 do cubículo nº 238 com um buraco, onde pode passar uma pessoa e uma corda

improvisada (Tereza) pendurada do cubículo nº 240 até o pátio. Ao fazermos o confere dos internos, que lá se encontravam cumprindo castigo foi dada as faltas e consequentemente as evasões dos internos: Walter Batista Galvão mat 14628, Celso Cunha Maia - 154487, José Marcelino de Paula - 15720 e Valdeir Gomes Albino 15724. Informo ainda que, imediatamente comuniquei o fato ao cnt da guarda e posteriormente ao sr. chefe de segurança para as devidas providências. (INSTITUTO..., out 1987/fev 1988, tópico 2033)

No comentário que Jami Lopes Camara chefe responsável redige no detalhe, na mesma página, seguem algumas informações adicionais sobre o que foi feito, logo após o flagra, para conseguir recapturar os foragidos. Nesta comunicação é possível perceber o quão difícil era para um interno não ser encontrado, tendo em vista a existência de uma rede de comunicações entre as praias que acionava o alarme de preso foragido:

Foi acionado as turmas de volantes para rastrearem os foragidos. Feita a comunicação do DPO - Abraão e solicitado à 4º CIPM para cobrir diversos flancos, a fim de obstar a fugas (sic) dos infratores. Convém extrair copia à CCT, CMSS-1, CMCT-4 4º CIPM. Convém expedir radiograma à direção geral comunicando o evento. Em, 23/11/87.²⁵²

Sobre as turmas de volantes, um personagem se destaca nessas memórias como se fosse um único homem específico com altas habilidade de caça e recaptura de foragidos. Mas, pelo que alguns registros sugerem, a alcunha de ser “cachorrinho do mato”²⁵³ ou “cão do mato”²⁵⁴ não deveria ser atribuída apenas a uma pessoa específica. Poderia ser tanto um morador quanto um guarda do presídio. André Torres (1979) menciona sobre a figura misteriosa:

Os carcereiros tinham cachorros e contavam com um caipira rastejador habilidoso chamado 'Cachorro do mato'. Esse homem nasceu na ilha Grande. Acho que era guarda, mas recebia apenas para rastejar os fujões. Acredito que tinha trinta e dois anos, usava um revólver, faca, facão, uma mochila de campanha, coturnos, roupa de instrução da PM. Eu o vi duas vezes. Na primeira, quando estive no presídio para pegar mantimentos e acompanhar alguns PMs na caça ao Barbosão e seu grupo. Na segunda vez ele passou no presídio com o mesmo traje, sendo que ia caçar com alguns carcereiros. Quando ele não caçava gente, caçava bichos. (TORRES, 1979, p. 35-36)

Ainda sobre as fugas, um último exemplo de como eram variadas as estratégias de evasão, consta uma tentativa que merece destaque por ter sido a menos arriscada e também mais

²⁵² loc. cit.

²⁵³ Portadores de um “faro” aguçado, percebiam à distância os esconderijos dos fugitivos; destacavam-se os seguintes servidores: Zaqueu Pereira, Didi, Cantuária e Cabo Nicácio, conhecido também como Cachorro-do-mato. (PEREIRA, 1994, p. 28)

²⁵⁴ Os PMs torturaram, no dia 20 de outubro, quatro presos, por terem tentado fugir da Ilha Grande. Eles ficaram dois dias amarrados a árvores, sofrendo toda sorte de maus-tratos. De acordo com informações de outros encarcerados, o cabo Antônio José Raimundo, um dos funcionários que recapturavam foragidos, era conhecido pelo apelido de “Cão do Mato”. JB, 9.1.1979, p. 21. Matéria: "Presidiários da Ilha Grande fazem greve de fome contra disciplina do novo diretor".

improvável: Um interno tentou convencer um menino desconhecido de fingir ser seu parente. Desse modo, poderia passar despercebido como um visitante da Ilha que estivesse a passeio, desviando assim a sua identidade de detento do IPCM. Em 5 de dezembro o inspetor João Alves Ribeiro registrou:

Levo ao vosso conhecimento que recolhi a cela o interno Adilson Francisco do Nascimento mat 11915, por motivo do mesmo ter burlado a vigilância dos guardas, fugindo do campo de futebol, sendo apanhado lá perto do cemitério pedindo a um menino que vinha descendo, para por a roupa em sua bolsa e lhe levar para o Abraão dizer que era seu parente lhe embarcar na lancha da carreira que queria ir embora. (INSTITUTO..., ago 1971/jan 1972, tópico 760)

Não esgotam aqui as memórias incríveis dos internos das cadeias da Ilha; porém, para contemplar as outras perspectivas, passemos adiante para o próximo tipo de grupo social que dividia a Ilha com os presos: os moradores.

2.4.2 Os moradores da Ilha Grande

A grande maioria dos moradores de praias mais distantes da Vila de Dois Rios era favorável ao fechamento do presídio. Até mesmo já vislumbravam a Ilha com grande potencial para receber maior fluxo de visitas turísticas. Moradores previam que, com a saída da última prisão da Ilha, cessaria o medo provocado pelas inúmeras evasões de presos. O aumento do número de fugas e a mudança no tipo de internos evadidos representava maior risco do que os foragidos de outras épocas, posto que já era do conhecimento da população local haver casos de evadidos das prisões que portavam armas de fogo, especialmente os integrantes da Falange Vermelha.

A quantidade de foragidos que circulavam pela Ilha era considerável, fato sabido através dos relatos de moradores e também pelos registros nos livros de ocorrência de galerias do presídio. Apesar da impossibilidade de uma estimativa mais próxima possível da realidade, em determinados anos esta quantia aumentou consideravelmente, como por exemplo, na década de oitenta.

O morador da Praia de Provetá, **Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho)**, atualmente com 63 anos, é pastor. Ele é filho do Pastor Sales²⁵⁵. Já foi pescador e é um nativo da Praia de Provetá. O Pastor menciona que os presos foragidos recebiam bom tratamento quando chegavam à Praia de Provetá. Por isso, a região era conhecida como a “Praia do Céu”, enquanto ao povoado da Praia do Aventureiro que era dado a alcunha de “Praia do Inferno”. Segundo Manoel, depois do

²⁵⁵ Manuel Clementino (Pastor Sales) foi uma liderança religiosa bem conhecida na história da Praia do Provetá.

episódio dos foragidos executados na Praia do Aventureiro pelos moradores, as lideranças dos presos na Colônia davam ordem de matar todos os moradores desta praia, caso encontrassem algum na trilha durante a fuga. “Seu Manoelzinho”, como é conhecido, também lembra como era a vida para as famílias quando recebiam o aviso de que “tinha preso no mato”. Ou seja, quando os funcionários do presídio ou policiais faziam o comunicado de que havia foragido escondido pelas redondezas, embrenhados nos matagais: as mulheres se reuniam e dormiam juntas em uma das casas da praia para se protegerem de possíveis ameaças. Lembra também que transportaram muitos presos para o continente em embarcações. Em Provetá havia um porto de onde muitos foragidos eram levados de carona. Se havia como avisar às autoridades, eles o faziam. Caso contrário, preferiam não entrar em conflito com presos foragidos.

Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) - Então quando a gente tinha, por exemplo, é segurando eles aqui na comida, conversando, alguém já estava se comunicando. Quando mal eles esperavam, a lancha chegava. Aí eles não tinham como correr. Porque aí geralmente vinha a lancha e... Mas aí como a gente pedia para não bater, sabe, pedia para não fazer nada. Porque o desejo dos policiais era bater, era aquele negócio todo, não é. Que antigamente tinha isso, hoje não tem. [Entrevista com Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019]

Na linguagem dos moradores, eles chamavam os foragidos de “vagabundos”²⁵⁶. Sobre a relação do povo de Provetá com os foragidos, Seu Manoelzinho justifica que dispunham de bom tratamento aos presos por terem uma formação religiosa que não permitia que fizessem mal aos fugitivos, posto que eram, predominantemente evangélicos: os princípios cristãos exigiam apresentar um comportamento mais pacífico e amigável para com os presos fugidos. O que se percebe é que, no caso da posição geográfica dessa praia, era mais fácil atender às demandas de presos, já que nela havia a estrutura de um cais, sendo uma localização com mais recursos de transportes. A condução disponível funcionava sem as limitações determinadas pela natureza, como era o caso da Praia do Aventureiro outras vantagens eram que as traineiras saíam de Provetá diariamente e com horário marcado para o continente, além do fluxo de trajetos mais frequente para Angra dos Reis.

Outro exemplo de como essa comunidade preferia estar associada a um tratamento amigável para com os presos é mostrado na seguinte frase de Seu Manoelzinho: “a gente pedia

²⁵⁶ No Provetá, como em várias regiões, é comum o uso desta expressão depreciativa para identificar internos de presídios, Michel Misse (1999) apresenta uma tese sobre essas identificações. “No Rio de Janeiro, desde o século [XX], selecionei três designações abrangentes, persistentes e vinculadas entre si e a outros tipos sociais que me pareceram suficientes para saturar o significado que a sujeição criminal adquiriu na história social da cidade: o malandro, o marginal e o vagabundo. Esses rótulos não são apenas estereótipos, mas representações consistentes de tipos sociais historicamente datados.” (MISSE, 1999, f. 205). **Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho)** -: “E nós chamava que era vagabundo, chamava que era preso, na época na nossa fala nativa era isso.” [Entrevista com Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019]

para não bater”. Para os foragidos capturados, esse gesto de proteção em momento de extrema vulnerabilidade poderia significar gentileza e gerar simpatia dos presos por todo o povoado. Sendo assim, Provetá tinha uma fama positiva, posto que os presos da Ilha respeitavam os moradores de lá. Provetá, apesar era uma rota com alto índice de fugas, e dispunha do trunfo da “simpatia dos presos”.

Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) - Mas nós aqui sempre fizemos o bem para eles. [...] Inclusive eles falavam que quando eles estavam para chegar aqui, eles viam mulher na roça. Eles viam mulher até fazendo necessidade. Eles viam tudo na roça. **Mas eles tinham ordem de não mexer com ninguém daqui.** Eles confessavam isso aqui para gente. Mas a gente sempre tratou eles bem. [Entrevista com Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019]

Entretanto, ele acrescenta que o bom tratamento não era por terem medo dos foragidos, mas sim, porque assim preferiam agir. Esse povoado buscava diferenciar-se do povoado vizinho [do Aventureiro].

Além disso, pesava a favor dos presos o fato de a praia ter condição geográfica mais adequada para embarque: mar mais tranquilo, maior estabilidade e mais estrutura de embarque e desembarque.

A Praia do Provetá dispunha também de um fluxo maior de visitantes, com maior circulação de pessoas. Caso os moradores fossem adeptos de práticas truculentas para com os foragidos do presídio tal como era incentivado pela polícia a rotina do povoado poderia ser de constante tensão com os foragidos. A Praia do Provetá era uma das rotas de fuga²⁵⁷ dos presos e fazer vista grossa ao se deparar com presos nas embarcações significava uma certa preferência a evitar conflitos, e, portanto, uma solução mais pacífica para o problema. Por ser uma rota de fuga, a presença de policiais e guardas do presídio também era mais frequente nesta praia, diferentemente do que acontecia na praia do Aventureiro (sobre o Aventureiro, veremos mais detalhes em entrevista mais a frente).

Enquanto que aos moradores, a solução das fugas podia seguir por uma via pacífica e conciliatória, quanto aos funcionários, a resolução se dava de forma bem diversa, e deliberadamente autorizada pela administração do presídio: o uso excessivo da força bruta.

Seu Manoelzinho ressalta ainda a impressão que tinha dos presos ao chegarem na praia. "Quando eles chegavam aqui a maioria deles já chegavam machucados, quebrados." E acrescenta: "Porque tinha um pessoal que vinha descalço correndo com medo. Quando chegavam, já chegavam pedindo socorro na realidade, não é." E, era nesta condição de enfraquecidos, a

²⁵⁷ Uma reprodução da imagem em movimento da rota de fuga da Ilha Grande por Provetá criada por meio da ferramenta Google Earth. Ver: (SOUZA,2022)

maioria dos presos se apresentavam para o contato com os moradores da Ilha. Em geral, quando estavam debilitados, cansados de se esconder, prestes a se render quando, já não mais resistiam manterem-se na clandestinidade camuflada pela paisagem vegetal da Ilha.

O Pastor destaca ser costume dos moradores da Praia do Provetá tratarem bem aos foragidos, em qualquer circunstância. Admite que a prática de cuidados com o foragido era recriminada pelos policiais da diligência de captura. "Mas esse comportamento de tratar bem não era que a gente tinha que tratar eles, com medo do que eles faziam não. Já era nativo da comunidade. E os policiais [diziam para os moradores]: ‘- Não vocês não tratam bem, são vagabundos’."

Também se recorda este morador de um caso que ficou muito conhecido na Ilha, quando presos mataram um morador por vingança. "O nome dele era, esqueci o nome[...]" O morador a que Seu Manoelzinho se refere foi o lavrador Joaquim João Raimundo, que ficou conhecido pelo apelido de "Ferrugem". Esse episódio de vingança e fuga de presos foi bem estudado por Myrian Sepúlveda. (SANTOS, 2003).

Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) - Por exemplo, em outras partes, na Parnaioca, na Praia antes do Aventureiro, [de quem vem de Dois Rios em direção à Provetá] tinha um rapaz lá, da... O nome dele era, esqueci o nome dele agora, não me lembro, e foi morto pelos próprios policiais, pelos próprios presos porque o rapaz, todo preso que passavam lá ele judiava do preso. Machucava, até o dia que pegaram ele, sem ele esperar, aí mataram ele, entendeu. Então a gente sabe dessa história aqui. Mataram ele e tal. [Entrevista com Manoel Gonçalves Filho (Manoelzinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019]

A tentativa de roubo de barcos, por sua vez, era uma das maneiras que os presos viam como alternativa de saída da Ilha sem importunar moradores. E, para evitar o delito, as embarcações dos pescadores eram bem vigiadas pelos próprios moradores. Os pescadores se revezavam na vigília das embarcações por meio de escala. Segundo Seu Manoelzinho, essas fugas e passagens de presos pela Praia de Provetá eram muito comuns por dois motivos principais: "Pelos [bom] tratamento e pelas embarcações".

João Raimundo das Neves, outro morador, à época da entrevista com 71 anos e era confeitiro e proprietário de padaria, ex-pescador e morador da Praia de Provetá. Seu Raimundo inicia sua narração ou prefere começar a contar sobre o seu contato com os foragidos da Ilha narrando uma história que seus pais lhe haviam contado. Descreve uma cena em que uma mulher moradora da Ilha viúva e conhecida pelos arredores da região e tentava despertar o filho do sono enquanto lhe preparava o café. Ela se espanta com o sono pesado do filho e com o horário avançado e informa ao filho que ele estava atrasado, que havia dormido demais. Para sua

surpresa, quem estava enrolado na coberta e deitado no chão era um dos foragidos do presídio. O preso tentava descansar e se proteger da chuva, de modo a estar em local seguro da vigilância da diligência.

João Raimundo das Neves - Esqueci o nome dela, quando... Meus pais que contavam isso né, eu não era nascido. Quando ela acordou foi fazer o café. Não o café de açúcar; o café de caldo de cana. E foi lá fazer o fogo quando ela acendeu o fogo e botou o caldo de cana para, que chama “guarapa” né, para fazer o café, ela olha no quarto na sala, no chão, lá na cozinha, tava um homem dormindo enroladinho no cobertor. Ela falou assim: “-Menino, eu não te chamei cinco horas? Você perdeu a hora. Vai para o cerco, vai ver o seu peixe lá na rede.” O preso respondeu assim para ela: “-Eu não sou seu filho não. Ele já foi. Eu só sou da Colônia, sou Fugitivo. Você me deixa aqui que tá chovendo muito. **Eu não vou fazer nada com você.**” Aí ela disse: “-Não, mete o pé. Sai fora daqui. Sai fora daqui da minha casa. Porque senão essa água, esse caldo que tá fervendo. Eu vou ferver uma água e vou jogar em cima de você. Sai fora.” Ela era gordinha eu cheguei a conhecer ela. Uma senhora morena, uma saía compridona, né. Ele aqui levantou saiu. “-**Desculpa dona.**” **E foi embora e desceu, veio para cá.** Daqui ia pra Araçatiba. Pegava um barco, uma canoa, uma coisa, uma Jangada de madeira e atravessava. [Entrevista com João Raimundo das Neves concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019, grifo nosso]

Essa breve lembrança, que segundo Elizabete Sarlo (2007) pode ser identificada como uma pós-memória, resume as impressões mais comumente expressas no senso comum dos moradores: presos passavam e não representavam perigo aos moradores. "Então nunca fizeram mal aqui, com ninguém [...] Passavam aqui e não mexiam com ninguém."

Elizabete Sarlo (2007) chama de pós-memória o testemunho que se baseia em informações que foram vivenciadas por outrem, como por exemplo o caso de um filho [Seu João Raimundo] que reitera o que seus pais lhe haviam contado. "Simplesmente se terá escolhida chamar de pós-memória o discurso em que há o envolvimento da subjetividade de quem escuta o testemunho de seu pai, de sua mãe ou sobre eles [...]" (SARLO, 2007, p. 95)

Mas Seu João Raimundo também recorda ter se deparado com preso em meio a um dos caminhos percorridos entre as praias, e da breve interação dos dois quando o preso lhe perguntou se ele sabia sobre a presença da polícia pela região, sua resposta, na ocasião, aos presos teria sido de que não tinha polícia na praia. O preso entrou na praia e foi recapturado pela diligência.

João Raimundo das Neves - Hoje a gente paga IPTU e cresceu esse Provetá que é hoje. Mas era tudo mato. Assim, quantas vezes eu e esse menino meu, meu padeiro que tá aí e agora já tava casado, eu ia para a roça lá. Aliás, agente só tinha roça e tinha umas casas lá, roça de mandioca... Por umas duas ou três vezes eu vim e encontrava lá com os presos pelo caminho. Não faziam nada. Uma vez eu fui com ele e ele lembra até hoje esse padeiro meu (refere-se ao filho padeiro). O preso no caminho, olhou para nós conversou com a gente. Perguntou pra mim se tinha polícia eu disse que não. Eu não sabia que tinha. Porque eu tava pescando. Deu pescado. Quando eu chego lá em cima com o William, que é o que eu falei: “-Aquele ali é o preso.” Quando eu olho lá de

cima que dava para ver tudo, aí veio um monte de gente assim em cima dele assim. Aí era a polícia, pegou o preso e levou para lá e lá ele falou assim: “-Poxa vida! Eu encontrei com um rapaz na trilha e disse que que não tinha polícia agora polícia me pegou.” Ele ficou p*** comigo lá. Porque eu tinha falado que não tinha polícia **mas eu não sabia. Eu tava pescando.**[Entrevista com João Raimundo das Neves concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019, grifo nosso]

Embora existisse empatia por parte de moradores para com a miséria e desespero de presos foragidos, havia também a naturalização da violência por parte dos moradores para com o trato com os presos, estimulada pela administração do presídio que, inclusive contava com essa colaboração dos moradores para potencializar a segurança da Ilha.

Seu João Raimundo relembra também a ocasião em que sua esposa abortou dois filhos gêmeos por causas naturais. Era uma noite de Natal quando ela precisou ser conduzida às pressas para Angra dos Reis, onde havia uma estrutura hospitalar. Em outra embarcação já havia dois homens escondidos, foragidos e aguardando pela saída do barco em direção ao continente, no porto de Angra dos Reis. A saída estava prevista para acontecer pela manhã.

Seu João Raimundo lembra de avistar pela janela do hospital, em que aguardava por sua esposa, a cena de um sequestro, seguido da recaptura de um preso cercado. Explica que sua expectativa, por aquela janela, era a de avistar um parente que estava previsto chegar. Porém, o que ele assistiu foi a habilidade de um vizinho seu, quem dominou repentinamente um dos foragidos. Segundo Seu João, o fugitivo ameaçava com uma faca, uma menina tomada como refém.

João Raimundo das Neves - Aí eu vi uns polícia correndo pro cais. Era o José Augusto que o preso tava lá. Nessa manhã, que o barco foi, que o preso foi junto que ninguém sabia, tinha uma senhora que mora em Angra e uma menina deste tamaninho. [fazendo gesto indicando pequena estatura] Ela quebrou o braço. A mãe sentada lá sozinha na ponta do barco e os homem tudo na proa. Os dois presos saiu com uma faca deste tamanho e fez refém da mulher. E agora? Colocou aqui a faca na menininha. A Jordana era casada e hoje mora aqui. A mãe mora em Angra e ela aí. Botou a faca aqui nela. [indicando a região do pescoço] Aí daqui a pouco quando os homens, alguns dos homens lá vê na poupa do barco, quando olha aquela cena. E agora? Não podia tomar uma providência rápida porque eles podiam cortar a menina, não é. Ficaram... Tinha o Ceci que era bom de briga, não é. O marido desta morena que teve aqui. [referia-se a uma cliente que há pouco estivera na padaria] Não era marido, era marido de outra mulher, mas depois casou com a Conceição. Ele deu um jeitinho. Eu não sei como foi que ele fez aquilo ali. O pessoal ficou admirado. Deu um jeito lá que ele empurrou o preso e derrubou a faca e pegou a faca e a faca também não machucou a menina. Aí pegaram ele. [Entrevista com João Raimundo das Neves concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Provetá, dezembro de 2019]

A violência dos moradores para com os foragidos era estimulada pelas patrulhas da polícia. Os habitantes da Ilha faziam as vezes de força policial, com autonomia de ação, uma vez que desconheciam as leis e eram incentivados ao uso da força como recurso para impedir a fuga de presos foragidos.

Quando inquirido sobre as mudanças sentidas na Ilha após a extinção do presídio, Seu João Raimundo lamenta o fato de a Praia de Provetá ser menos frequentada que a Praia do Aventureiro. Considera que, antes, a Praia de Provetá recebia mais visitantes:

João Raimundo das Neves - Eu acho que pra nós aqui não melhorou nada não. Eu acho que não melhorou. Antigamente com o presídio lá, essa praia ficava de canto a canto [ocupada] de barraca. As pessoas de fora. Hoje, passa verão, entra verão e não tem quase ninguém no Provetá. E ficou mais no Abraão que eles não ficavam [antes]. Fica na [Praia do] Aventureiro. E também não ficavam porque o povo do aventureiro **era terrível. Mataram presos.**

Seu Sergio, outro morador que apenas ouvia a entrevista, confirma:
– **Mataram uns presos lá.**

João Raimundo das Neves - Batiam no preso. Chegaram até matar preso lá. O pessoal não vinha pra lá. Vinham acampar aqui. O quê que melhorou depois do presídio? Só a luz. Só a luz. Mas em outra coisa não. Melhorou em nada. Só a luz. E com a chegada da luz. Eu falo assim porque eu tenho comércio. Entendeu? Eu queria que fosse melhor, não é. [Entrevista com João Raimundo das Neves concedida à autora, em Ilha Grande-Praia de Provetá, dezembro de 2019, grifo nosso]

O caso que marcou muito aos moradores da Ilha foi chamado pelos jornais de “Chacina de fugitivos”. Mas, para Manoel da Silva, “Seu Nezinho”, na época com 38 anos, a lembrança desse evento que ocorreu em 1986 não é exatamente dessa forma. A partir de sua perspectiva, o acontecimento foi marcante por outras razões, afinal, ele foi sequestrado.

Manoel da Silva (Seu Nezinho) atualmente tem 74 anos, foi pescador e hoje é proprietário de um camping na Praia do Aventureiro. “Seu Nezinho”, como é conhecido na Praia do Aventureiro, afirma que uma lembrança que o marcou muito foi o caso em que ele foi refém de preso. Acrescenta que sente arrepios até hoje ao mencionar o incidente. Quando sabe de um caso de pessoa que serviu de refém, ele se sente mal. Seu Nezinho fala: “Marcante na minha vida e eu não esqueço. Isso aí eu não esqueço. Eu quando vejo, assim, uma pessoa que é sequestrada, um refém, eu arrepio no meu corpo inteiro. Não é fácil.”

Naquele dia 18 de abril de 1986, havia 18 foragidos vagando pelas matas de Ilha Grande. Cinco deles chegaram à Praia do Aventureiro e entraram na casa de Roberto, então funcionário da Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)²⁵⁸ Apossaram-se de seu documento de identificação civil e mantiveram sua família refém. Seu Nezinho, acostumado a visitar o amigo, entrou na residência de Roberto sem saber o que estava acontecendo. Ao chegar, notou algo de errado. Percebeu que Roberto tinha cinco visitantes desconhecidos e suspeitos. Os “amigos” de

²⁵⁸ Esta informação foi noticiada pelos jornais da época. O próprio morador confirma, mas falta comprovação sobre o vínculo empregatício. Moradores, às vezes, assumiram a posição de colaboradores para as organizações governamentais em funcionamento na Ilha Grande, sem no entanto ocuparem efetivamente cargos públicos.

Roberto foram muito simpáticos e já sabiam o nome dele. Rapidamente imobilizaram Seu Nezinho. Apesar da situação arriscada, ele prefere considerar que a experiência de ter sido domado pelos presos foi uma vantagem, porque foi nesse momento que Roberto conseguiu retirar da sala as mulheres e crianças. Seu Nezinho considera que poderia ter sido pior caso os presos tivessem feito de refém uma das mulheres ou crianças. Na Praia do Aventureiro, as mulheres foram mantidas em uma casa separada da Praia para que os homens pudessem resolver a situação. Como refém dos presos, Seu Nezinho optou pela negociação e se ofereceu para levá-los ao continente em sua canoa. Mas, diante de uma oportunidade, conseguiu fugir das mãos do sequestrador e essa escapada foi a deixa para o início de um tiroteio, segundo ele:

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - [...] Não, tinha cinco bandidos, de alta periculosidade. Tinha cara puxando cento e poucos anos de prisão. Tinha dois que eram peruanos ainda que estava aqui também, não é. Um, então, que era alto assim nessa altura. [fazendo um gesto demonstrando a estatura alta do foragido]. Aí eu ainda entrei: “-Oi Roberto, tudo legal, tudo bem, tudo bem.” “-Oba, tudo bem, tudo bem!” Já tinham pegado o documento do Roberto e já sabiam até o nome do Roberto. Nessa época ele trabalhava até na FEEMA, o Roberto. Aí, quando eu entrei aí eles chegaram e me seguraram. Me seguraram e até foi bom por uma coisa: por que quando eles me seguraram o Roberto tirou as crianças. Afastou as crianças. Aí deu um pau lá [inaudível]. Aí eles disseram: “-Nós queremos passar, que não sei o quê.” Aí o Roberto pegou as crianças sumiu com as crianças. Porque já pensou que em vez de ser eu e fosse as duas mães a Lúcia e a Zuleica? Era muito pior. Aí nessa época eu trabalhei com a cabeça. Aí eu falei: “-Não, eu vou passar vocês. Olha, eu tenho uma embarcação. Tá no motor. Eu trabalho na Canoa. Eu vou passar vocês, vou atravessar a ilha de barco daqui.” Aí eu vinha e o cara me agarrou aqui [fazendo gestos para demonstrar a agressividade], mas eu não queria fazer força, ele me machucava. [Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019]

Os homens do povoado do Aventureiro sabiam como se proteger de invasores e, precavidos, portavam armas de fogo. Três presos foram mortos a tiros e dois deles fugiram feridos. O mar estava revoltado e nem o socorro dos bombeiros conseguiu desembarcar na praia para resgatar os corpos dos fugitivos. Por isso, os cadáveres ficaram estendidos na praia por três dias, já que essa era uma temporada durante o ano em que o embarque e desembarque nessa praia são muito arriscados por conta da intensidade da força do mar e do alto risco de acidentes letais com embarcações.²⁵⁹

Na ocasião em que os policiais foram buscar os corpos dos três foragidos assassinados na areia, Seu Nezinho conta que, a força policial fez comentários acerca da atitude dos moradores para com os foragidos:

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - Dois fugiram e por isso quando a polícia chegou aqui ele falou assim: “-O mal de vocês foi não acabar com todos eles

²⁵⁹ No inverno de maio a setembro o mar é violento [...] a navegação é impraticável nas imediações da praia, o acesso ao Aventureiro é feito somente por terra, ou seja, pelo caminho de Provetá. (VILAÇA. MAIA, 2006, p. 69)

porque defunto não fala.” Mas ele pegou um pedaço de documento do Roberto. Aí tiveram que tirar o Roberto. Levaram lá para onde morava o Garrincha, lá para aquelas bandas de lá, como é... aquelas bandas de lá de Pau Grande, para onde o Garrincha nasceu. Levaram para umas bandas lá para fugir dos negócios aí. Aí depois levaram ele para lá. Ele hoje já é falecido, tem filho novo aí. Mas, foi uma tragédia que eu sobrevivi na minha vida aqui e que eu passei com esses vagabundos. [Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019, grifo nosso]

Ao se evadirem, os outros dois presos levaram consigo um pedaço da identificação de um dos moradores e, por isso, este morador, o Roberto, teve que se ausentar da Praia. Foi enviado para um lugar distante para evitar que fosse vítima de vingança por parte dos presos fugitivos.

Ao narrar esta versão dos acontecimentos, Seu Nezinho afirma ter ocorrido um tiroteio. Porém, mais à frente, o mesmo informa que ele estava sendo conduzido à força pelo foragido em posse de uma faca improvisada, bem como as armas brancas que os presos estavam acostumados a fabricar artesanalmente na prisão “os estoques”²⁶⁰

Manoel da Silva (Seu Nezinho) -Tem uma hora de eu saí, aí as mulheres se retiraram tudo e ninguém quis que as mulheres ficassem na praia, no mínimo ficaram numa casa aí, não é. A Sueli estava grávida até da Paula. Aí eu sei viemos vindo, viemos vindo e ele de olho no Roberto. Esse cara estava com raiva do Roberto porque ele estava **com uma arma na mão** não é. Aí ele veio, veio, veio e eu fiquei assim... Aí eu falei eu vou sair desse cara. Os dois já tinham vindo na frente. Eles estavam assim para trás. Estavam tudo cercados de arma, eu vou sair desse cara.

Rosileide Ribeiro - E o senhor preso nele...

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - É eu preso nele, aí eu pensei assim vou sair dele. Aí eu fiz assim: eu recuei e pulei. E como ele era forte, ele foi lá e veio cá. O quê que ele fez? Dois **deles com estoque que eles faziam no presídio, é aquelas armas estoques que eles falam**, não é. Aí ele pegou e largou no Roberto, que estava com uma arma. Há mas o Roberto veio e só fez assim: **Pow!** O cara era tão forte, tão forte que ele não arriou com o tiro. Aí aquele “bábábá”! E pega aí, olha, eu vou dizer uma coisa para você, eu na minha vista escureceu de tanta raiva que eu fiquei. Fiquei com ódio nunca vi um troço desse.[Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019, grifo nosso]

A violência naturalizada no presídio da Ilha estendia-se ao espaço extra-muros, e a força política da direção do presídio concedia garantias aos moradores que resolviam o problema das fugas de presos com as próprias mãos. Aos autores de um crime como o assassinato de um foragido, em geral, não resultava em instauração de inquérito ou condenação para o morador.

²⁶⁰ Ervin Goffman explica: “Pode haver modificação física no artefato, ou apenas um contexto ilegítimo de uso - e em qualquer desses casos encontramos exemplos caseiros[...] Alguns exemplos evidentes podem ser obtidos em prisões, onde, por exemplo, é possível fazer uma faca a partir de uma colher...” (GOFFMAN, 2015, p. 174). Para Edmundo Campos Coelho: “estoques’ manufaturados com materiais os mais diversos, facas e punhais ou qualquer outro objeto que sirva de instrumento de defesa. (COELHO, 1987, p. 121)

Seu Nezinho conta também que, antigamente, os moradores eram mais unidos. Certamente, foi essa convivência que encorajava aqueles homens da Praia do Aventureiro. A união dos moradores era fortalecida tanto pelo trabalho coletivo da pesca quanto no preparo comunal de proteção e o emprego de força bruta coletiva - ou armada - para esta proteção mútua. Eram moradores mais isolados, mais arredios e que nutriam maior disposição para a captura de foragidos. A ação coletiva também aumentava o senso de cumplicidade e solidariedade:

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - Aí um ainda chegou e falou para o finado [inaudível], que era ex-combatente, um primo meu, falou: “- Seu Antônio, eu não vim aqui pra dar esmolas a cego e nem vender cebola na rua. Eu vim matar.” Ele dizia assim mesmo, na cara de pau. Aí, o Antônio falou: “- Não, mas aqui você pode morrer do que matar [inaudível] Aí, que eu sou sobrevivente de guerra. Eu sei o que é isso.” Aí ele falou assim na cara de pau, né, então, a gente passava vida boa porque tinha União e vidas ruim porque tinha umas coisa dessa aí. Como é que fica a cabeça da gente? [Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019]

Segundo Seu Nezinho, eles sabiam que até para contribuir com o intuito de fuga dos foragidos era arriscado e era mês de abril, o mar já estava violento. No entanto, os presos não aceitariam uma negativa como resposta. Seu Nezinho ressalta que sua esposa estava grávida na ocasião do incidente. O pescador não perdeu a oportunidade de incluir em seu testemunho que, com muito orgulho de si, que viveu uma vida de muitas privações e também de muito trabalho. Seu depoimento e comportamento evidenciam uma cadência característica dos moradores daquela região. Acostumado a um ritmo de atividades laborais diárias muito intensas (desde a infância até os dias atuais), ressalta a importância de uma vida honesta de trabalho duro:

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - Passamos uma vida aqui terrível. Passamos com muita necessidade. A gente outra vez não tinha, na hora do almoço, não tinha almoço. [...] Tudo que você vê aí essa mata aí tudo era roça. Era tudo capinado com roça [...]. Então, passei muitas coisas, passei muitas coisas na vida. Mas a vida não foi fácil não. Só a minha não, muitos daqui desse nosso lugar aqui, não é. [Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019]

A referência de Seu Nezinho aos tempos mais tenros da infância denota uma vida de experiências frequentes de escassez material e de simplicidade. Sua identificação com a infância de privações e com esforço para sobreviver permite identificar o que Daphne Patai (2010) explica como a construção do eu: o interesse que o entrevistado tem em expressar como ele quer ser reconhecido. No caso específico das interações na Ilha como a de foragidos e moradores, especialmente naquele contexto do sequestro, esse interesse é reforçado pela necessidade de apresentar-se como o oposto do perfil de um fora da lei. Para tal é eficaz apresentar um cenário

negativo ou sofrido sobre as memórias da infância e exibir um certo sentimento de satisfação pela vitória alcançada na vida adulta. (PATAI, 2010, p. 122)

No caso de Seu Nezinho, o esforço por uma vida inteira de trabalho honesto lhe rendeu uma vida mais próspera na velhice. De certo modo, percebe-se que esta construção de relato deixa transparecer a intenção de diferenciar-se, afastar-se da posição relegada ao fora da lei. O foragido, nesta situação, assume a representação do mal, do perigoso, do indivíduo que não merece consideração. O maniqueísmo, portanto, está presente na narração deste episódio de sequestro. Entretanto, obviamente, a memória de ter sido refém é uma posição específica. A memória da experiência com a violência gera traumas e, por isso, torna-se difícil calcular o quanto esta narrativa pode estar carregada de sentimentos.

O testemunho de Seu Nezinho ilustra uma das aporias de Beatriz Sarlo (2007) sobre a riqueza de detalhes no discurso. Nessa perspectiva, é comum o narrador buscar contar um registro completo, com riqueza de detalhes, de modo que nada se perca sobre a ação vivida, assim, busca garantir ao espectador uma sensação de conhecimento sobre a veracidade dos fatos. (SARLO, 2007, p. 50)

Entretanto, é preciso estar atento à mensagem que cada memória pode sugerir. Ao historiador compete fazer uma interpretação desta memória. "Toda narrativa pode ser interpretada" (SARLO, 2007, p. 61). Todavia, nem todas as interpretações em História Oral são as mais adequadas e de modo algum insuperáveis, e também por esse motivo que as memórias podem ser revisitadas e reinterpretadas. Assim como no exercício da historiografia, no processo de análise de textos impressos oficiais, a História Oral é também uma interpretação a partir do tempo presente.

Ainda sobre o contexto de Seu Nezinho, a Praia do Aventureiro, como já mencionado, não era uma parte da ilha em que os moradores aceitavam bem a presença de internos foragidos, e era costume local partir para o enfrentamento e recaptura dos presos. O sequestro de Seu Nezinho com um estoque foi uma atitude desesperada pelos presos em tentar resistir a um cerco de moradores nada amistosos. Perceberam que não haveria diálogo: eram várias armas apontadas para os cinco foragidos.

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - Aí nessa hora quando nós viemos para praia, já tinha gente armada na praia. Já tinha gente de tudo quanto é lado na praia, já tinha gente, cujo até o Roberto também já estava com arma na mão. [...] Aí vínhamos na praia, quando viemos na praia para acercado na praia de arma, aí veio na frente.[...] Estavam tudo cercados de arma, eu vou sair desse cara. [Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019]

Percebendo não haver chance de fugirem por aquela praia, os foragidos parecem concluir que o melhor a se fazer seria seguirem por outra rota; por exemplo, a Praia do Provetá, onde os moradores não tinham costume de agir com violência para com os presos. O objetivo central dos foragidos era fugir da ilha. No entanto, mesmo se afastando, os outros dois foragidos também foram alvejados.

Os corpos estendidos na praia na ocasião em que Seu Nezinho foi refém, até hoje são lembrados por moradores de outras praias, que desaprovaram a ação. São as lembranças inglórias das “aventuras de fugas” que os moradores têm para guardar e contar. A respeito dessas lembranças, André Cypriano, fotógrafo que documentou as instalações do IPCM poucos meses antes da implosão, conta que, em 1985, estava a passeio com amigos em uma das praias desertas da Ilha Grande e que de repente, avistou um helicóptero se aproximando com corpos de foragidos enrolados em redes e pendurados em cordas, então despejados na praia. Cypriano relembra o episódio e admite que a partir daquela cena tomou consciência sobre o presídio (CYPRIANO, 2001, p. 55).

O que marca as memórias dos habitantes da Ilha a despeito da interpretação individual depende também da posição geográfica de cada morador. Aos moradores de praias diferentes, **o marcante é que os presos foram mortos e deixados na praia**. Na perspectiva de Seu Nezinho, por sua vez, **o marcante foi a experiência vivida, foi estar sob a ameaça de um estoque**. Para tanto, vale citar Patai(2010) em um trecho que a autora nos remete ao óbvio: “Estas opiniões conflitantes lembram-nos que histórias de vida não nos apresentam a 'realidade', mas, antes disso, a sua evocação verbal feita por um determinado indivíduo numa situação específica.” (PATAI, 2010, p. 39)

Outro ponto sobre essas memórias é a de que os moradores temiam represálias por alguma conduta de crueldade de morador contra foragido. Ao que se percebe é que foram episódios escassos, pois os casos de violência envolvendo foragidos e moradores são pouco citados nos relatos sobre fugas na Ilha Grande. O mais comum eram os atos brutais por parte do corpo de funcionários do presídio e a tolerância por parte de moradores que assim o desejassem praticar ao se depararem com foragidos. Todavia, no relato de Seu João Raimundo, acompanhado de Seu Sergio, mencionam um caso de um estupro, seguido de mutilação e assassinato cometido por um preso na Ilha:

João Raimundo das Neves - É... teve um preso lá em Sítio Forte. Acho que é em Sítio Forte, aqui na Ilha Grande. Ele foi, ele pegou uma moça...

Seu Sergio, outro morador que acompanhava a entrevista – Há sim.

João Raimundo das Neves - Ela era muda e surda e ele usou a menina. Depois que ele usou a menina tudo, né estupro a garota. Tirou uma das mamas da garota e matou.

Seu Sergio, outro morador que acompanhava a entrevista -.E ele já tava mais ou menos assim solto. Assim, livre. [...]

Aí assim, mas, mas nunca fizeram nada aqui. [Entrevista com João Raimundo das Neves concedida à autora, em Ilha Grande-Praia de Provetá, dezembro de 2019, grifo nosso]²⁶¹

Outro caso mencionado por **Seu Manoelzinho** em que ocorreu agressão de foragido para com uma moradora na tentativa de fuga também aconteceu em Sítio Forte. Segundo Seu Manoelzinho: “É isso aqui aconteceu. Porque um rapaz que agrediu uma moça tentando passar não conseguiu, aí fez ela como refém, eles [os presos] pegaram [o foragido] depois chegou lá, mataram esse rapaz.”.

Entretanto, conclui que as fugas de presos não representavam um perigo para os moradores daquela Praia de Provetá, corroborando com os relatos anteriores sobre a característica conciliatória e pacífica dos moradores do local. Seu Manoelzinho também menciona o episódio do morador da Parnaioça conhecido como “Ferrugem”,²⁶² e reconhece que o morador era acostumado a judiar e machucar os detentos. Destaca que presos perigosos na época e conhecidos pelos jornais como Escadinha e Japonês, também passaram por Provetá para evadirem-se da Ilha.²⁶³

A partir destas entrevistas, percebe-se uma diferença entre os argumentos dos moradores da Praia de Provetá e os da Praia do Aventureiro, o que mostra que até entre o grupo social “moradores” também há perspectivas divergentes sobre o que ocorria na Ilha.

É importante reforçar que os habitantes da Praia do Provetá, adotando a postura de não exercerem as práticas policiais, afirmam seguramente que os presos não representavam perigo aos moradores, pois “Não mexiam com ninguém da praia”. Por outro lado, os moradores da Praia do Aventureiro incomodavam-se com a presença dos foragidos. Na Praia do Aventureiro, nas poucas vezes que presos passaram por lá, a tensão tornou-se habitual e era frequente haver enfrentamento nos casos de encontros de moradores com presos.²⁶⁴

²⁶¹ O grifo nesta citação tem o objetivo de destacar que, ao terminar de contar o caso de exceção, Seu Raimundo tem o cuidado de afirmar que na Praia de Provetá nunca se presenciou casos de atos violentos de foragido com morador.

²⁶² Tanto Seu Manoelzinho quanto Seu Raimundo fazem questão de mencionar o lendário caso que presos mataram um morador na Praia de Parnaioça; referem-se ao lendário caso “Ferrugem”, morador conhecido por maltratar os presos que encontrava. Cf. (SANTOS, 2003)

²⁶³ Em geral, o caminho da rota de fuga deveria seguir em direção à Provetá pela mata fechada ou também seguem para Sítio Forte. Os foragidos passavam pela Praia do Aventureiro quando se pediam das rotas habituais que levavam para o continente. Uma reprodução das imagens em movimento da rota de fuga da Ilha Grande por Provetá e por Sítio Forte pode ser vista na apresentação criada por meio da ferramenta Google Earth Ver: (SOUZA, 2022)

²⁶⁴ No confronto entre moradores e presos, quem estava em franca desvantagem eram os foragidos, já que se tratavam de indivíduos que haviam caminhado por horas a fio em terrenos montanhosos, sem alimentação adequada ou calçados que os protegessem do impacto do solo acidentado. Eram homens que estavam sob o relento com fome, frio, sede, cansados e com medo.

A comparação entre as memórias de moradores de ambas as praias não objetiva apontar uma versão mais correta que a outra, como diria Daphne Patai (2010)²⁶⁵, não há mentira na História Oral, apenas ângulos diferentes.

Algo que precisa ser destacado neste registro de memória é como os moradores de outras praias costumavam considerar a forma como os moradores da Praia do Aventureiro tratavam os presos. O caso dos corpos estendidos na praia com Seu Nezinho como refém, atraiu repercussão negativa para o povoado do Aventureiro, especialmente entre os moradores. Outro ponto a ser ressaltado é o de que não era comum haver visitantes na Praia do Aventureiro. O fato de terem matado presos naquela praia é apontado, por um morador da Praia de Provetá, como uma provável razão para a ausência de visitantes. Entretanto, atualmente, a Praia do Aventureiro é uma praia muito visitada devido à sua condição geográfica, beleza natural, aspecto rústico e mar isolado. Tornou-se, além de cartão postal, rota de passeios diários de barcos e também um local atrativo para alguns grupos específicos de turistas, como surfistas e praticantes de trilhas. Isso explica por que o fluxo de visitantes é maior na praia atualmente.

As memórias discutidas neste capítulo não contemplam todas as posições em termos de opinião sobre o tempo em que existia uma penitenciária na Ilha. Foram entrevistados moradores/funcionários de apenas quatro praias de uma ilha que possui mais de cem praias. Certamente seria preciso uma amostragem maior de entrevistas para abranger e contemplar uma noção mais ampla sobre a complexidade de opiniões sobre o tema.

Todavia, com base nos relatos das entrevistas apresentadas nesta pesquisa, a percepção é de que existia a constante insegurança sobre deixar bens materiais e serem furtados por foragidos. Havia também a constante sensação de receio de encontros com foragidos haja vista a real chance de abordagem dos presos que vinham da prisão. Os foragidos faziam contatos com moradores seja para pedir ajuda (pedido de alimentos, informações, carona em embarcações, roupa, conderijo e até mesmo abrigo), seja para servir como meio de fuga e pelos relatos, o pedido de ajuda poderia ser em tom pacífico ou ameaçador assim como os casos mais graves quando ocorreram sequestros.

Não há dúvida que essas memórias revelam uma relação constante de tensão. E em meio a esta tensão, os moradores também resgatam a lembrança do comportamento mais comum desses foragidos: medo e cansaço. Por mais que seja comum que exista o natural medo e desconfiança a respeito de um foragido da lei, no caso da Ilha, ao menos recentemente, os moradores conseguem confidenciar que nem sempre esses medos eram justificáveis. Esta constatação se dá pelo fato daqueles "presos no mato" se tratarem, em geral, de internos não ameaçadores a

²⁶⁵ Cf. (PATAI, 2010, p. 121)

segurança das praias, por onde passavam na Ilha Grande. Por vários motivos, havia a chance de que na época em que o presídio foi desativado a maioria de moradores tenham sentido alívio.

Contudo, por saudosismo do passado ou por motivos mais recentes²⁶⁶, como questões na ordem dos costumes e culturais este alívio pode ter se tornado em arrependimento por terem concordado um dia com a opinião de que o melhor foi acabar com a prisão.

A título de considerações finais, para este item das memórias dos moradores, é pertinente parafrasear uma das ideias de Verena Alberti (2005), já citada neste trabalho: para trabalhar com a história vivida por pessoas é preciso ter enorme respeito por essas memórias, pois, quando os narradores relatam suas experiências, estão compartilhando suas visões de mundo. Visão essa que faz parte do contexto de um grupo social, de uma geração e que estabelecem particularidades. Essa visão de mundo norteia o significado dos acontecimentos que são narrados. (ALBERTI, 2005, p. 24)

2.4.3 Os funcionários do presídio da Ilha Grande

Nesta etapa de apresentação das memórias, constam as entrevistas realizadas separadamente com dois ex-guardas do presídio. Um deles depois tornou-se policial. O outro trabalhou nas turmas de volantes, nas atividades de recaptura. Em 1986 foi afastado de suas funções por considerável período de tempo, após ser responsabilizado então - exonerado - pela fuga do traficante Escadinha. Após anos de afastamento, conseguiu retornar graças à influência de um político, a ocupação de agente penitenciário em uma das prisões de Bangu. Percebe-se que também entre os então funcionários, as opiniões sobre a permanência da prisão na Ilha são diversas, como mostram as narrativas que se seguem.

Pedro Santos, aposentado, com 84 anos, foi guarda do presídio de Ilha Grande e então policial militar. É um dos moradores da Vila Dois Rios, e sente alívio pela desativação do presídio, onde começou a trabalhar em 1966. Na ocasião do sequestro de Seu Nezinho, em 1986, Seu Pedro tinha por volta de 46 anos. Lembra com orgulho que nunca preso algum fugira sob os cuidados dele, embora muitas fugas acontecessem sob a vigilância dos demais guardas. Enfatiza ainda que cobrava dos presos um comportamento de respeito: “Sempre fui respeitado, sempre também respeitei para ser respeitado e graças a Deus nunca tive problema. Existiam muitos

²⁶⁶ Sobre a sensação de insegurança atual: Um casal de moradores idosos da Praia de Provetá, que preferiu não gravar entrevista, sintetizou bem os medos contemporâneos. Em conversa com esse casal, relatavam existir o desconforto com a presença de visitantes habituais na Ilha com propósitos de comercialização de tóxicos para turistas que visitam as praias. O comércio de drogas é cada vez mais frequente naquela região e isso traz reflexos negativos para os moradores. A sensação de medos ultrapassa a realidade da Ilha Grande e que são flagrantes atualmente nas cidades metropolitanas do Rio de Janeiro.

problemas aqui dentro do presídio. Mas eu, graças a Deus não.” Admite não apreciar falar sobre a experiência do trabalho no presídio. Mesmo assim, lembra com saudosismo do tempo em que tinha uma variedade grande de instalações na Vila de Dois Rios: enfermaria, padaria, horta, carpintaria, mecânico, marceneiro e até uma garagem. Comenta também sobre a casa de visitas, e lamenta que tudo esteja se acabando. Faz referência às construções de casas outrora tão bonita. Atualmente, essas construções apresentam-se em ruínas com vegetação cobrindo a estrutura restante.

Sua satisfação sobre o fim do presídio está associada à percepção de que, enquanto em funcionamento, não havia um efetivo de funcionários capaz de conter uma amotinação de presos. As palavras de preocupação são muito justificadas; afinal, foi nessa penitenciária com efetivo insuficiente que ficou, por muito tempo, a cúpula do Comando Vermelho:

Pedro Santos - Não é, de que você, embora você sendo guarda e coisa e tal, que ali tinha uma cadeia e se eles quisessem... Tinha o quê? Uns dez ou quinze polícia ali na saída. Mas se quisesse estourar todo mundo. Sair todo mundo, saía todo mundo ali para a rua. E aí o prejudicado quem seria? Seria nós. A nossa família. Então a gente que era dono de família a gente pensava muito isso. O grau de periculosidade [...] É, aqui já não era tanto, às vezes a gente pensava também porque... Se os presos fugisse todo de uma vez só aqui, para sair da ilha também, não é? Iam morrer muito aí em volta da ilha. Então, já não é igual a uma penitenciária lá embaixo. Não é, em Bangu. Ali ainda está tudo cercado, não é? Porque na saída ali tem quartel, a saída, entendeu, já é diferente, não é. [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande-Vila Dois Rios, agosto de 2019]

Com o fim do presídio, para Seu Pedro e a população de Dois Rios restou outra preocupação: o que seria da Vila de Dois Rios? As instalações que funcionavam na Vila eram essenciais, bem como os recursos do Estado, investidos na manutenção da penitenciária. A matriz geradora de empregos era o cárcere, que incluía trabalhos mais pesados e, em alguns casos, serviços mais especializados. Logo, a desativação da prisão representou um rompimento muito brusco na vida dos moradores, especialmente da Vila.

Pedro Santos - Não, dentro daqueles dois meses as pessoas ficaram... "acabou o presídio. O quê que vai ser?" Então se pensava uma rede hoteleira, se pensava em outras coisas a ser montado aqui dentro. Até apareceu umas universidades querendo. Mas nem todas as universidades queriam com morador. Achavam que morador seria o problema para eles. E a UERJ aceitou. [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande-Vila Dois Rios, agosto de 2019]

Perguntado sobre o que acha que mudou desde o fechamento do presídio, Seu Pedro considera positiva a transformação do lugar, e sente que a segurança da Ilha aumentou:

Pedro Santos - Eu acho que mudou a confiança. Por exemplo, o ilhéu tem mais confiança. O ilhéu agora pode deixar a lancha dele encostada na praia, canoas e tudo que acha que ninguém vai roubar, ninguém vai fazer nada. A não ser alguns membros da comunidade deles. Mas com relação a preso não. Hoje as famílias andam nas trilhas, antigamente não andavam. Entendeu? O Abraão mesmo, não é isso que... não é essa população que você tá vendo hoje. Ali eu sei que tinha ali uma ou duas pousadas.²⁶⁷[Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande-Vila Dois Rios, agosto de 2019]

A opinião do ex-guarda do presídio demonstra satisfação com a desativação; argumenta que a circulação pela Ilha ficou mais segura e que a falta que o presídio faz está relacionada com a ausência das instalações e serviços que outrora estavam à disposição dos moradores, da época do presídio. Segue seu posicionamento em relação ao fechamento do presídio:

Pedro Santos - Não, não queria não. O pessoal achava que o presídio aqui era muito bom com relação a hoje nós temos essa normalidade que tá aí. Tudo tranquilo, ninguém tem medo de nada, você vai aonde quer. O turista vai, sai daqui pro Abraão, vai sozinho. Uma mulher por estas estradas aí sozinha, muitas vezes a gente vai de carro aí a gente encontra turista sozinho mulher, entendeu. Naquela época, nem pensar não é, nem pensar. E de maneiras que, o que ocorre que foi, hoje não, hoje acontece isso e naquele tempo não acontecia, entendeu. E com relação, com relação a outras coisas, as famílias se manifestaram **porque na época do presídio tinha mais coisas aqui, pra você usufruir. Você tinha um ambulatório médico ali dentro do presídio.** [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande-Vila Dois Rios, agosto de 2019, grifo nosso]

Lauro Lucio Jordão, então com 66 anos, aposentado, morador da Enseada do Abraão e também ex-guarda do Instituto Penal Cândido Mendes, afirma que os guardas eram muito respeitados e admirados na Ilha Grande. Na perspectiva de outro funcionário do presídio, a Ilha havia sido muito mais segura nos tempos do presídio. Ao responder sobre como era a relação dos moradores com a figura dos guardas do presídio, demonstrou saudosismo em relação aos tempos de atividade. Sua fala em relação aos tempos de existência do presídio reflete uma imagem idealizada de que a Ilha fosse um local controlado e bem seguro. Considera também que o aparato policial era bem articulado e suficiente para garantir a proteção da população.

Lauro Lucio Jordão - Não, era muito bem aceito, muito bem aceito. A gente fazia amizade em toda parte da ilha, em todo lugar estava legal. Até porque era um aparelho de segurança, não é. Pô chegou lá dois funcionários, Ih, caramba! [...] É tinha lancha. A gente tinha barco que, por exemplo, o preso se evadiu, aí já saía o barco daqui cobrindo tudo que é praia. É... O troço era legalzinho, funcionava! [risos] [Entrevista com Lauro Lucio Jordão concedida à autora, em Ilha Grande-Vila do Abraão, agosto de 2019]

Lauro Lucio Jordão - O temor era para minoria [dos moradores]. A maioria [dos moradores] se dependesse deles, o presídio não saía daqui, não é. E coibia. A gente não tinha aqui [inaudível] tóxico com abundância, não tinha nada disso.

²⁶⁷ Os nomes dos estabelecimentos citados: "Hotel Paraíso do Sol" e "Mar da Tranquilidade". Cf. (ROTEIRO..., 1978, p. 39-41)

[Entrevista com Lauro Lucio Jordão concedida à autora, em Ilha Grande-Vila do Abraão, agosto de 2019]

Refletindo sobre a época em que trabalhava como guarda do IPCM, orgulha-se de quando havia fuga de presos, a tal “aventura de fuga de preso”, que, para os moradores, era um terror. Seu Lauro lembra que rodeavam toda a Ilha atrás dos foragidos. Os guardas eram populares na Ilha e, quando chegavam a alguma praia, eram prontamente identificados e respeitados. Possuíam uma lancha para fazer essas buscas e sentiam que era um trabalho organizado.

Apesar de ter tido uma história de decepção com a experiência de trabalhar na penitenciária da Ilha, que veremos mais adiante, Seu Lauro admite que não está satisfeito com os rumos que Ilha Grande tomou após o fechamento do presídio. Considera que a Ilha Grande está “tomada”, que foi “invadida”, expressões repetidas por moradores locais. Menciona o “camping” como uma espécie de turismo que não traz tanto recurso para a região, e também afasta os turistas com padrão mais sofisticado. Ressente-se do fim da ética penitenciária²⁶⁸ do lugar, quando os visitantes eram revistados para entrar na Ilha e, por isso, considera que Ilha Grande era mais protegida.

Lauro Lucio Jordão - Todo mundo ao chegar era revistado. Soltou no cais? Você vai pra onde? Não podia não é. Quer dizer, quem devia não vinha. [...] Não vinha. Entendeu, então aqui era muito mais tranquilo, muito. O comércio lutava, brigava para exterminar [o presídio] que ia melhorar muito aqui, entendeu... Mas e, na minha maneira de ver a coisa não melhorou tanto não. Porque de primeira a gente recebia turista com grana. Hoje não. [...] O cara que tem uma situação legal ele quer um lugar sossegado. Ele quer... [...] Ele não quer pô, chegar aqui e encontrar a ilha “hi-per-lo-ta-da”, cheio de maconheiro para tudo que é canto da rua. Quer dizer, não vem! O quê que a gente tá recebendo com mais frequência aqui? é o... *camping*. [...]. A segurança de um modo geral quebrou muito com a saída do presídio. Quebrou tudo. Entendeu? [Entrevista com Lauro Lucio Jordão concedida à autora, em Ilha Grande-Vila do Abraão, agosto de 2019]

O último dia do ano de 1985 foi uma data fatídica para Seu Lauro. A fuga por helicóptero protagonizada por Escadinha foi a notícia mais comentada no ano de 1986, sendo o tema que chocou os brasileiros e tomou as páginas de jornais e noticiários durante o ano de 1986 inteiro. Apenas no *Jornal do Brasil* foram contabilizadas 16 matérias naquele ano noticiando sobre a “fuga espetacular” e seus desdobramentos. Ao final do inquérito sobre a fuga do Escadinha, três

²⁶⁸ O ethos penitenciário: Marcus Machado Gomes trata da visão de mundo local dos moradores da Ilha fortemente vinculada à experiência das regras instauradas na época da existência do presídio. A própria comunidade, bem como o restante da ilha, não designa o lugar por seu topônimo oficial, mas como “Colônia”, numa clara alusão à “Colônia Penal”. Evidencia-se, portanto, um código comum que desencadeia condutas e sentimentos próprios, que foi construído na interação social no âmbito de um cenário militar e policial. Um sistema simbólico particular que se assenta em um ethos penitenciário, um estilo valorativo e afetivo próprio com ascendência sobre todos os aspectos da vida local, incluindo a construção de uma visão sobre o meio ambiente. (GOMES, 2006, p. 227)

funcionários foram acusados, e, dentre eles, Seu Lauro. Dois guardas receberam penalidades e Seu Lauro foi o único exonerado²⁶⁹.

Após a exoneração, Seu Lauro ficou sem trabalhar como guarda por doze anos até conseguir retornar ao quadro funcional.²⁷⁰ Dentre os motivos que lhe causara maior indignação estavam as revistas superficiais ou as autorizações de visitas que não passavam pelo procedimento da revista, como o caso de freiras e advogados. Afirmava ainda que os guardas faziam a “limpeza” em um presídio e, depois, no outro dia, já tinha tudo de novo (em referência aos produtos ilegais que os presos conseguiam por meio de contrabando, segundo ele, facilitado pelas visitas).

Em relação ao fechamento do presídio, quando perguntado sobre o assunto, Seu Lauro acredita que a intenção de Leonel Brizola era vender o terreno para um comprador internacional e transformar o espaço em um cassino.

Lauro Lucio Jordão - Na verdade, eu já te falei, o presídio foi desativado por interesse próprio do governo do Estado, gente. Foi por mais nada não. Por interesse próprio do governador do Estado. Ele não queria mais. Ninguém sabe por qual razão. Ai depois ele foi, ele estava fechado para ser, estava cotado para ser presidente na próxima eleição²⁷¹ e estava fechado com gringo internacional que queria fazer um cassino²⁷² daquele troço. Então, p***. Acabe, implode

²⁶⁹ Ver: “Os guardas penitenciários Lauro Lúcio Jordão, Therezinha Jesus do Nascimento e Silvonio raimundo foram indiciados no inquérito administrativo do Desipe, que apura a fuga de José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, como implicados na investida ousada que retirou, de helicóptero, da Ilha Grande, o maior traficante de drogas do Rio.” (Tribuna da Imprensa, 15/16.02.1986, p. 2. Matéria: “Escadinha deixou Ilha com ajuda de guardas”.) As circunstâncias desta exoneração não receberam o destaque merecido nesta entrevista embora merecesse maior abordagem a respeito do acontecimento e melhor investigação sobre os desdobramentos.

²⁷⁰ Naquele contexto, a facilitação de fugas de presos por parte de funcionários de presídios era uma realidade. Conforme veremos mais adiante, no terceiro capítulo, a política pública de democratização dos cárceres na gestão de Leonel Brizola foi motivo para polêmicas em torno do trabalho de funcionários nas prisões. Estava iniciada a “deixa” para entendimentos truncados sobre a rotina deste ofício, na perspectiva dos funcionários de penitenciárias. Nesse sentido, a chance de que a administração ou funcionários estivessem coniventes com mais essa fuga, dentre tantas, não era improvável. Mesmo assim, segundo Seu Lauro, ele conseguiu comprovar sua inocência neste episódio. Nem por isso conseguiu ser reintegrado no serviço penitenciário. Ele conta que retornou apenas pela ajuda de um político. Todavia, resta a dúvida se Seu Lauro não foi culpabilizado para livrar da responsabilidade funcionários de mais alta hierarquia. Afinal de contas, não seria a primeira vez que Escadinha subornaria funcionários para suas fugas, conforme vimos no capítulo anterior.

²⁷¹ O então governador Leonel Brizola deixou o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro para se candidatar à presidência da república, sendo substituído por Nilo Batista, seu vice-governador. Seu último dia no mandato coincidiu com o dia que ele implodiu o Instituto Penal de Ilha Grande. Cf. JB, 3.04.1994, p. 28. Matéria: “Nilo é o novo governador do Estado.”

²⁷² No ideário popular, havia a especulação de que o espaço do presídio poderia se tornar um cassino e era praxe associar essa hipótese ao governador Leonel Brizola. O governo divulgava que venderia o espaço do presídio para interessados na exploração turística. O governador também era alvo de críticas caluniosas sobre sua associação com os contraventores bicheiros. Ainda na gestão desse governador, era muito polêmica a sua predisposição em descriminalizar o Jogo do Bicho. Certa vez, em reunião, com a comunidade para ouvir propostas para os rumos da Vila Dois Rios, antes da desativação do presídio, um morador da Ilha perguntou diretamente ao Secretário de Justiça Seabra Fagundes se iriam construir um cassino no lugar. Cf. JB, 28.01.1987, p. 8. Matéria: “Desativação do presídio divide moradores.” Em outra ocasião, um pesquisador da FIOCRUZ, Renato Cordeiro, afirmou que era consenso entre a comunidade científica de que havia planos de transformarem o presídio em um cassino. Cf. JB, 15.07.1991,

rápido para não dar espaço para ninguém fazer mais nada, entendendo. Aí um grupo descobriu que ele caiu nas pesquisas, estava fraquinho, fraquinho, virou abandonou tudo e o troço ficou no chão. [Entrevista com Lauro Lucio Jordão concedida à autora, em Ilha Grande-Vila do Abraão, agosto de 2019]

A falta de transparência nas medidas do governo do estado relacionadas à desativação do presídio deu margem à criação de mitos e versões pitorescas sobre o fechamento, evento que faz parte da novela da vida real das prisões. A Ilha Grande era tão comparável a uma novela pela repercussão das histórias sobre os presidiários detidos ali que, em 1982, foi ao ar na TV Globo a minissérie “Bandidos da Falange”.²⁷³ A minissérie repercutiu na televisão os holofotes que os presos reais do grupo já recebiam pela imprensa da época. A cobertura feita pela imprensa sobre as movimentações do presídio resultou em problemas para as autoridades da Ilha. A imprensa fazia as vezes de fiscalização do presídio que o estado não fazia.

Na narração dos funcionários há evidente saudosismo sobre o antigo regime penitenciário: a obediência às regras era maior antes da reorganização/reestruturação penitenciária²⁷⁴. A partir do aparato dado pelas determinações que respeitam os direitos humanos era preferível não entrar em conflito com presos para não ter problemas, e para tal, o melhor caminho é a negociação:

Pedro Santos - “Não, o regime era outro, o regime penitenciário, não é. Era tudo ordem para aqui, ordem para ali, e hoje não. Hoje é tudo mais fácil, não é. Tudo mais compreensível”. [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019]

As opiniões dos dois ex-guardas são complementares na maneira que identificam as insatisfações com as mudanças no regime carcerário e, sobretudo na aplicação de fato da lei em vigor. Em primeiro momento, Seu Pedro afirma que a penitenciária tinha mais regras, mas não especifica para a quem as tais “regras” seriam dedicadas. No entanto, em fala seguinte, fica implícita a informação de que as “regras” que ele menciona eram para os detentos, quando complementa com a expressão de que “Cheguei aqui [...] Mais respeito [...] mais... tudo..”

Pedro Santos -Quando eu cheguei aqui, cheguei novato. Cheguei aqui no final de 1965, já para 1966, então eu via um sistema diferente. **Mais respeito, mais respeito, mais, mais... tudo. O preso respeitava você, entendeu? Mas depois com a mudança, foi mudando...** Eu não sou contra, mas quando seja, se for bem feita que é os Direitos Humanos. Eu acho que os Direitos Humanos ele tem que ser para todos. Entendeu? E não só para preso. Mas não. Eles vão mais na cadeia, se o preso chega e você guarda de presídio, você é um guarda de presídio

p. 2. Matéria: “SBPC discute Ecologia e problemas do Brasil”.

²⁷³ A série contava com o elenco dos protagonistas José Dumont, Roberto Bonfim e Tânia Alves. Escrita por Agnaldo Silva e dirigida por Luiz Antonio Piá, romantizou a vivência de criminosos no presídio de Ilha Grande e o crescimento do poder de condenados na prisão. A repercussão das notícias sobre os presos era grande e tornou-se entretenimento na televisão. JB, 01.08.1982, p. 3. Matéria: “Um triângulo de amor e violência em Bandidos da Falange”.

²⁷⁴ Cf. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.

e você chama um preso a atenção porque ele tá errado, ele já vem com cheio de palavrão contra você. **Então tem porque, porque tem os Direitos Humanos que apoia eles. Entendeu?** [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019, grifo nosso]

Seu Pedro avalia que, foi a partir da ação mais contundente na fiscalização dos presídios que houve mudança significativa nas cadeias:

Pedro Santos - Aí eu tenho essa mortandade toda aí que você vê no Rio de Janeiro e como em outros estados também. Você nunca viu o “Direitos Humanos” ir lá é... Chegar lá e pegar uma família que ficou desolada e que o preso, o vagabundo matou. Matou ele, matou a mulher, matou todo mundo e os filhos ficam lá jogados. Ninguém vai lá cuidar. Agora na cadeia que o cara tem almoço, tem janta e é bem cuidado. Qualquer coisinha eles tão lá pra botar o funcionário na rua. Qualquer coisinha eles tão lá. Então, aqui existia muitas cartas de presos para Direitos Humanos, entendeu? **Então, os Direitos Humanos vivia batendo em cima. Aí mudou muito as cadeias. Mudou muito, muito, muito....**[Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019, grifo nosso]

Lauro Lucio Jordão - Não, não aumentou nada. A lei continua as mesmas, é a direção, o Estado, eles **não querem problema**, entendeu. Então o quê que eles fazem, eles negociam. Tá me entendendo? As autoridades eles “negociam” a tranquilidade da casa. [Entrevista com Lauro Lucio Jordão concedida à autora, em Ilha Grande- Enseada do Abraão, agosto de 2019]

Na perspectiva de Seu Lauro, as autoridades antes estavam mais dispostas a resolver os problemas. Mas não explica com objetividade o que ele entende por “não querem problema”. Neste sentido, ao afirmar que as autoridades “não querem problemas” expressa uma opinião crítica a este comportamento, sugere com isso que nos novos parâmetros legais de trabalho penitenciário exista uma postura de omissão, em sua opinião, associa o não cumprimento do dever com a prática de negociação com o preso.²⁷⁵ Logo, para Seu Lauro, a indisposição das autoridades seria o motivo para adotarem a prática da negociação com os presos. Entretanto, resume sua argumentação afirmando que, no presídio da Ilha, os problemas eram resolvidos rapidamente antes de a imprensa chegar.

A distância do presídio da Ilha Grande em relação ao continente era uma das razões pela qual os presídios desta localidade sempre terem sido instituições com pouca chance de uma fiscalização do Estado mais efetiva. Até mesmo para a imprensa o acesso era mais difícil. A chance de flagra em situações incriminadoras, de abusos, corrupção ou maus tratos também era menor justamente por causa da distância. No entanto, ao referir-se aos presídios do continente, Seu Lauro usa a expressão “Vê no Rio, parece que nem tem presídio.” Refere-se ao fato de a

²⁷⁵ Segundo Julita Lemgruber, diretora do Desipe durante o segundo mandato de Leonel Brizola, a negociação é oportuna como parte do ofício nas prisões: “Muitas vezes, depois, fui acusada de negociar com presos, como se a expressão fosse reflexo de algo ilícito e condenável. Foram várias as negociações e não me arrependo de uma única delas. Conquanto que eu não infringisse a lei ou o regulamento, julgava sempre produtivo sentar e conversar com presos, ouvir suas queixas e, muitas vezes, excelentes sugestões.” (LEMGRUBER, 2010, p. 191)

administração das penitenciárias preferirem não ter atitudes comprometedoras (ou seja, com abuso de autoridade) que possam ser denunciadas pela imprensa, a fim de evitar conflitos com os órgãos públicos.

Lauro Lucio Jordão - É cruel. [inaudível] E, se apertar [o preso] berra. Grita toda hora, p**, aí é repórter, aí é, [inaudível] então não pode ter problema. Aí eles negociam, entendendo. Vê o Rio, parece que não tem presídio. [...] O Rio parece que não tem presídio, por que não ouve falar. Tem um bom tempo que ninguém não fala. Pô, uma rebelião, uma fuga, um, tem nada. [...] Tem bastante tempo que não tem problema nenhum. Porque que não tem problema nenhum? Porque é negociado. [Entrevista com Lauro Lucio Jordão concedida à autora, em Ilha Grande- Enseada do Abraão, agosto de 2019]

Seu Pedro, por sua vez, cita um caso que, na sua opinião, foi uma raridade: o caso do estupro de uma moça na Praia da Parnaioca no Mar Virado. Detalha que a tragédia foi entre 1960 até 1966.

Pedro Santos - Entre Parnaioca e Dois Rios, no meio. É uma distância daqui a um lá, uns três quilômetros ou quatro quilômetros, por ai. Então, no meio tinha uma, um local que se chama Mar Virado, que tinham umas famílias que moravam lá, entendeu? Então depois dum carnaval, preso que era, ele era até “faxina”²⁷⁶ da casa do diretor. Ele, a... parece que umas quatro filha dele, três filhas, foram andando ele e a esposa. O pai e a esposa e um cara estava lá no caminho encontrou com eles e foi acompanhando, mas distante deles. Foi acompanhando e chegando lá, eles não tinham água encanada, sabe. Eles tinham uma bica que vinha de um córrego, água corrente, igual cachoeira assim e saia um braço e fazia uma bica. Então as meninas iam para lá, lavavam roupa lá e cuidava e as meninas. Eles tinham muita plantação e foram fazer uma. Eles tinham aipim em casa e pegou umas aipins em casa e foi lá pra cachoeira, pra bica, onde tinha a bica e começou descascar lá. E o cara veio pegou a menina. Pegou a garota, estuprou a garota. Matou a garota.²⁷⁷ Então aquilo foi muito falado aqui, mas também não foi aqui dentro de Dois Rios. Entendeu? [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019]

Mesmo demonstrando tristeza após esse relato, continua o testemunho acrescentando que na Ilha, todas famílias de funcionários tinham direito à ter um preso como empregado doméstico. E acrescenta: “É mas na época aqui, nessa época quando eu cheguei aqui, cada uma casa tinha um preso para fazer faxina, para fazer faxina, para cuidar de quintal, cuidar das coisas. Todo mundo tinha e eles respeitavam. Aqui, morador daqui eles respeitavam. Nunca aconteceu nada aqui dentro.”

²⁷⁶ “Faxina” é o preso classificado para qualquer ocupação laboral [...] Ser faxina implica, fundamentalmente, em gozar de um status especial, relativamente, ao grosso da massa carcerária.” (THOMPSON, 1980, p.24-5)

²⁷⁷ Um dos moradores da Praia de Provetá confirma uma história similar: O senhor “Olegário” afirma que o último morador da Praia Parnaioca “Pedro Nero” fugiu do lugar depois que sua casa foi invadida e sua esposa e filhas violentadas por presos fugitivos. Cf. JB, 21.04.1986, p. 5. Matéria: “Fugas na Ilha Grande ameaçam vila de pescadores. “O vereador José (Zeca) Ananias conta que fazia pouco tempo que um preso teria seviciado e matado uma moça na Parnaioca e então o preso teria sido morto à foice. Cf. JB, 6.06.1975, p. 10. Matéria: “A Maldição do presídio.”

Seu Lauro também confirma a impressão de Seu Pedro sobre serem poucos os casos de conflitos entre moradores e presos: “Tanto é que poxa, esse sequestro, o sequestro que teve alguns moradores que foram sequestrados e levaram, e obrigaram eles a levar até o continente, pô foi um caso ou outro isolado. De um milhão, p***, aconteceu dois, três... Então não oferecia insegurança nenhuma, entendeu.”

As afirmações dos guardas sobre a pretensa segurança da Ilha na época em que o presídio funcionava podem também ser interpretadas como uma autodefesa de memória positiva sobre a capacidade que tinham, como funcionários, de controlar a segurança da Ilha, em especial da Vila de Dois Rios.

Pode-se perceber essa versão na resposta do Seu Lauro sobre as carências do presídio: afirma que nunca faltou nada. Tal informação, no entanto, vai de encontro aos diversos diversos testemunhos de ex-presos que sobreviveram com a precária estrutura no funcionamento daquela penitenciária.

2.5 As múltiplas memórias da prisão na Ilha

Fica explícito que os fatos marcantes como fugas de presos e conflitos com foragidos não tinham um significado único. O ângulo muda de acordo com quem conta a versão. Na lente de um funcionário, uma fuga de preso significava mais um dia de trabalho de recaptura, fora da rotina do presídio. Era preciso visitar as praias em busca de pistas para localizar o foragido, localizar e estabelecer contato com moradores de povoados mais distantes da Vila Dois Rios e aplicar estratégias para fazer a recaptura. Na memória de um guarda de 26 anos (como no caso de Seu Lauro) uma captura de foragidos poderia ser um trabalho estimulante; na perspectiva de um guarda por volta dos 40 anos como aconteceu com o Seu Pedro, atividades na lida com presos cada vez mais perigosos e próximos de sua família podiam não ser experiência de trabalho tão tranquilas.

Na ótica do morador, saber que havia um foragido solto pela mata era sinal de que as atenções deviam ser redobradas. Sua casa, alimentos, roupas, barco e familiares poderiam estar sendo observados e, a qualquer momento, serem alvo de um ataque surpresa. Havia a aflição do pescador que precisava deixar sua família em casa para ir pescar no mar, o desgaste de mulheres, velhos e crianças que podiam ser surpreendidos a qualquer momento por um intruso mal intencionado, com o desfecho trágico por força de uma casual situação de encontrar com foragido.

O dia 1º de abril de 1994 marcou o esperado fechamento do último cárcere de Ilha Grande, o que, de certo modo, foi o pontapé inicial para a liberdade do local. Com o fim do perigo representado pelos foragidos, Ilha Grande tornou-se o paraíso dos turistas.

“Ilha Grande, paraíso de turistas, inferno para morador”. Esse foi o título de uma matéria publicada no *Jornal do Brasil* no ano de 1991. Naquele ano, o problema das fugas de presos já não atormentava mais a população. No entanto, essa concepção de “inferno” já estava relacionada às reclamações mais recentes: o assédio dos turistas que descobriram os atrativos, em termos de lazer, da Ilha que passaram a ocupar o papel de agentes desestabilizadores do ambiente tranquilo. Mesmo na época do presídio, os distúrbios já estavam começando por conta da criminalidade dos próprios turistas: muito lixo, circulação desordenada, tráfico de drogas e outros motivos de descontentamento já assolavam os moradores nativos.²⁷⁸ Na época dessa reportagem, um morador da Ilha de 70 anos, afirmava que o local já estava com turistas demais e que o presídio era a garantia de segurança dos moradores. Considerava o cárcere o motivo pelo qual os moradores podiam dormir de janela aberta²⁷⁹. Percebe-se que o presídio, na memória de muitos moradores, era uma vantagem para a Ilha devido à garantia de segurança, não sentida nos dias de hoje. Pois, o policiamento atual está reduzido a patrulha florestal.

Ao longo do último século, Ilha Grande esteve associada com instituições de isolamento ou instalações carcerárias submetidas aos interesses de cada época: usada como local de esconderijo de "mercadorias" durante a proibição do tráfico negreiro, de desinfecção e de quarentena para efeitos sanitários, como cárcere e para aproveitamento turístico. Hoje, o que não pertence à iniciativa privada disputa a duras penas a manutenção e o controle do uso racional da Ilha, de modo a preservar a Mata Atlântica original ainda existente. Sem desprezar a importância dos nativos, as comunidades de pesquisa ocupantes da Ilha primam por manter a missão conservacionista dos patrimônios naturais desse lugar de natureza exuberante. No entanto, essa disputa também se concentra no campo da memória. Por muito tempo, a Ilha Grande fora ocupada por instituições carcerárias, e esse complexo penitenciário moveu a maior parte do abastecimento da ilha. Por isso, há tantas lembranças associadas ao tempo do funcionamento da prisão.

No que consiste ao exercício de trabalhar com a reconstrução pela memória, em geral, é possível observar que os moradores e funcionários do presídio da Ilha identificam os tempos de funcionamento do presídio como o melhor tempo pelo qual a Ilha já passou, mesmo que essas memórias sejam cercadas de atritos com presos e as violências, tratamentos desumanos que todos

²⁷⁸A série de reportagens exibida pela extinta TV Manchete está disponível. As reportagens datam aproximadamente da década de 1990. Há registro curioso acerca da visita turística e do camping pela Ilha, na época em que ainda não havia regras estabelecidas sobre o turismo na Ilha. Cf. (CAMINHOS..., 1990)

²⁷⁹ JB, 03.03.1991, p. 24. Matéria: “Ilha Grande, paraíso de turistas, inferno para morador”.

sabiam existir. Os moradores consideram ter havido mais segurança para moradores nos tempos das prisões. Entretanto, essa lembrança depende da posição geográfica de cada morador, como o caso dos moradores da Praia do Aventureiro. Esses nativos não se ressentem do fechamento do presídio. Até porque, atualmente, a praia prosperou por causa do aumento do fluxo de visitas turísticas.

Para os funcionários do extinto presídio, a situação mudou: antes de sua desativação, os moradores tinham uma posição de destaque em relação ao restante da Ilha, como os funcionários públicos, os habitantes mais bem pagos de Ilha Grande. Entre os ex-agentes penitenciários, também há opiniões distintas sobre a tranquilidade da Ilha antes e depois da extinção do presídio. Enquanto Seu Lauro lamenta o fechamento e identifica um descontrole na segurança, Seu Pedro, acredita atualmente ser mais seguro transitar pelas trilhas por não mais existir o risco de se deparar com um foragido pelas matas. Para ele, viver com a presença de um presídio na vizinhança era situação pouco favorável para se gozar de paz.

Para os presos, essa lembrança também não pode ser generalizada. Apesar dos sofrimentos passados no cárcere, alguns ex-presos, por razões particulares, ou por não terem outra escolha, preferiram permanecer na Ilha pelo resto de suas vidas. Outros resumem a experiência de prisão na Ilha Grande como um castigo afrontoso à dignidade humana. Controvérsias à parte, as memórias sobre essa instituição são singulares e ajudam a explicar seus diversos epítetos. Contudo, estudos com o uso de memórias sobre o experimento das colônias em ilhas enriquecem a história das prisões ao terem suas diferentes memórias resgatadas. Nas palavras de Verena Alberti: “É preciso lembrar para que o horror não se repita – eis o sentido de uma história oral claramente engajada por um futuro democrático” (ALBERTI, 2004, p. 50).

E na sequência, mais um pouco de memória, sem a preocupação de carregar o peso da identidade: a liberdade de contar com mais espontaneidade.

2.6 Um guarda que virou amigo de interno: memória imprevista²⁸⁰

A manutenção das prisões se vale da crença difundida de que o mal está contido no seu interior, o que permite que aqueles que estão em liberdade se identifiquem com o bem, reforçando estereótipos e preconceitos. (SANTOS; BORGES, 2021, p. 81)

²⁸⁰ Este trecho foi acrescentado por final na pesquisa após a leitura de “Entrevistas imprevistas”, lançado em 2022, organizado por Miriam Hermeto e Ricardo Santhiago. Cf. SANTIAGO, Ricardo; HERMETO, Miriam. **Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

Quando cheguei em Vila de Abraão, a primeira surpresa foi descobrir que para chegar à Vila onde existiu o último presídio não seria tão fácil, como não o é para pesquisadores. A Vila poderia ser acessada por meio a pé. Não havia transporte motorizado para quem desejasse visitar o local²⁸¹. Eu precisava ir até a Vila tentar o contato com alguém que tivesse algum tipo de vínculo com o presídio. Segui até Dois Rios acompanhada de André²⁸². Marchando às pressas pela trilha. O percurso durou aproximadamente três horas.

Ao chegar na Vila de Dois Rios, eu não conhecia ninguém e estava exausta. Busquei reforçar as energias no único lugar que ainda servia refeições àquele horário tardio. E foi inquirindo Dona Teresa²⁸³ que recebi a sugestão de tentar entrevistar Seu Pedro, ex-funcionário do presídio que, naquele momento, poderia estar em casa. Apesar da desconfiança de estar sendo invasiva por não ter realizado contato prévio, por intermédio de outras pessoas, bati no portão da casa indicada por Dona Teresa. Pedi permissão para entrevistá-lo. Percebi que não tinha chegado em boa hora. Parecia estar ocupado.

Naquele dia, senti que minha solicitação não havia sido aceita de bom grado. Percebi uma hesitação entre aceitar ou não. Seu Pedro parecia desconfiado. Pediu que eu retornasse no outro dia em horário marcado. Agradei e confirmei que retornaria no outro dia.²⁸⁴ No segundo dia, já estava mais cansada e com calos nos pés, pois a ida e vinda de Dois Rios é trajeto extenso.²⁸⁵ Esse caminho exaustivo traz reflexões sobre como deveria ser a vida isolada tanto de quem era interno, quanto de quem residia na Vila.

Seu Pedro compareceu ao restaurante conforme o combinado. De início, demonstrou não estar muito satisfeito com a entrevista de surpresa. A insatisfação era compreensível, pois a população de Dois Rios, em geral, recebe este tipo de solicitação de entrevista, especialmente os ex-funcionários, para pesquisadores não apenas da UERJ, mas também de outras instituições.

²⁸¹ A autorização para acessar os transportes deveria ter sido solicitada formalmente com antecedência aos funcionários da UERJ. Apenas funcionário desta instituição ou pessoa autorizada predispõe transporte garantido até a Vila de Dois Rios. Do contrário, o percurso é realizado a pé.

²⁸² André, meu esposo, a quem sou muito agradecida pela companhia. Mesmo sem o presídio, percorrer a estrada sozinha não seria recomendável. Embora na região não exista mais o presídio e não exista mais risco de deparar-se com foragidos, a Vila de Dois Rios continua sendo distante do centro turístico da ilha. A trilha que liga Abraão até a Vila de Dois Rios é uma estrada longa de terra batida bastante acidentada, com fluxo pequeno de pessoas e também com poucos veículos e de vegetação exuberante. O percurso se for feito de carro pode durar aproximadamente 45 minutos. O isolamento da Vila continua, mas agora com novo propósito: preservação do Meio Ambiente e desenvolvimento de pesquisas científicas.

²⁸³ Dona Teresa estava trabalhando no único estabelecimento que oferecia comida caseira naquele horário.

²⁸⁴ Após ficar feliz por Seu Pedro não recusar conceder a entrevista, fiquei triste por lembrar que teria que voltar pela trilha antes de anoitecer e depois retornar no outro dia. Ainda procurei por profissionais a quem pudesse contratar o transporte para fazer o percurso de barco até Dois Rios, mas foi inútil. O mar estava revoltado e ninguém aceitou, pois não estava sendo possível o desembarque naquela praia. Naqueles dias ou semanas o mar estava de ressaca e por isso aquela praia tinha pequena faixa de areia.

²⁸⁵ Cf. Uma apresentação disponível na internet com recurso interativo com imagens em 3D permitem uma percepção mais aproximada sobre a Estrada de Dois Rios. Ver: (SOUZA, 2022)

Imaginei que, para Seu Pedro, iria parecer mais uma pesquisadora jovem a fazer as mesmas perguntas que ele já deveria ter respondido. Por sua compostura, percebi que deveria buscar estratégia dialógica mais empática e criar uma esfera mais relaxada para a entrevista, em forma de conversa. Precisava ganhar a confiança do entrevistado e despertar nele maior vontade em responder às perguntas.

Figura 32 - Vila de Dois Rios e o IPCM em 1975



Vila de Dois Rios, em 1975

Fonte: (Revista Manchete, 11.01.1975, p.22)

Figura 33 - Visão de cima da Vila de Dois Rios em 2019



Vila de Dois Rios vista por cima em 2019

Fonte: (Acervo Pessoal)

Aos poucos, felizmente, a fisionomia sisuda foi se desvanecendo e a entrevista transcorreu sobre algumas informações já destacadas anteriormente neste capítulo. Mas, a grande surpresa veio ao final da conversa. Depois que já considerava por encerrada as minhas questões e a entrevista, mas como o gravador permaneceu ligado, por acaso, outros fatos começaram a vir à tona.

A informação que me intrigou e deu outra visão sobre o entrevistado foi a revelação sobre a relação de afeto entre preso e funcionário, e que o fez se emocionar. Dentro do universo em que grupos precisam manter a distância subjetiva e física, também é possível surgir relações amorosas e de criação de vínculos familiares. Naquele contexto hostil de vigilância e estigmatização, entre guarda e interno também existiram relações afetuosas.²⁸⁶

Quando estávamos prestes a nos despedir e apenas conversávamos sobre a trivialidade do anseio dos presos em fazer contato com o mundo por meio de cartas, Seu Pedro informou que os internos se correspondiam com mulheres para encontros amorosos. Muitas provenientes de várias partes do Brasil eram atraídas pelas cartas e, sem saber, vinham conhecer os detentos. Algumas mulheres descobriram lá na Ilha Grande, que se tratavam de internos do presídio.

Foi nesse gancho de diálogo que Seu Pedro revelou algo inusitado que, em nenhum momento, eu pensei em perguntar: dentro daquelas circunstâncias, um preso havia se tornado seu parente. Ângelo, um interno do presídio, casou-se com uma enteada sua. Seu Pedro tentou uma explicação decidida para a situação: muitos presos eram pessoas boas. A afirmação desfez definitivamente o tom da entrevista que, em geral, percorreu o caminho maniqueísta, nas entrelinhas, de separação entre presos perigosos e funcionários zelosos cumpridores dos deveres.

Seu Pedro justificou sua afirmação acrescentando que havia casos de pessoas que eram ou são presas por terem situações de descuido, por cederem a influências de colegas, por situações fugazes na vida²⁸⁷.

Quando Seu Pedro lembrou deste ex-interno, seu estado emocional foi afetado muito rapidamente. Lembrança que o fez se emocionar. Seu Pedro adiantou-se em explicar que a emoção era de alegria e também tristeza.

Informou que no início não queria a relação entre os dois de jeito nenhum e que na Vila, ninguém aprovava uma relação dessas, “Ninguém queria saber de preso”. Mas Ângelo, segundo

²⁸⁶ De início **não** imaginei que essa parte do diálogo pudesse ser integrada ao conteúdo da entrevista mas, felizmente, este rico trecho da entrevista foi registrado, o qual, a princípio seria material descartado, não fosse tomar o conhecimento do trabalho organizado por Miriam Hermeto e Ricardo Santhiago (2022), "Entrevistas imprevistas".

²⁸⁷ Esta é uma grande questão do estudo sobre prisões: usar o verbo exclusivamente no passado ou também considerar que são realidades do presente. A questão é se as problemáticas do passado não são as mesmas da realidade do presente.

Seu Pedro, foi um interno muito inteligente. Ocupou a função de motorista no presídio, casou-se com a enteada de Seu Pedro e depois de cumprir a pena continuou com seus estudos. Ângelo formou-se em Engenharia, trabalhou também em outros estados e foi muito amigo de Seu Pedro. O casal teve um filho, Alex. Após a morte de Ângelo, Seu Pedro assumiu a criação do neto.

O destaque que Seu Pedro deu sobre o relato desta história foi sobre o tratamento que Ângelo dava à sua família que segundo sua expressão demonstrava admiração, Ângelo parecia ter sido muito afetuoso com a família de Seu Pedro.

O genro faleceu na circunstância de um acidente de carro, na ocasião da entrevista completava por volta de dez anos. Seu Pedro, que iniciou a entrevista sisudo e de braços cruzados, não conteve o choro quando revelou sobre Ângelo. Diante da emoção de Seu Pedro, o silêncio foi a única reação possível por algum tempo. Depois, retomou o diálogo e continuou falando do orgulho que lhe causara tanto a chegada de Ângelo em sua família, quanto de alegria que lhe causara a ascensão social de Alex, seu neto.

Pedro Santos - Porque teve muitos presos, existiram muitos presos que vieram parar na cadeia porque eram cabeça fraca, porque foram iludidos, entendeu. Então eles vieram pra cadeia. Mas vieram pra cadeia por causa de colega, por causa de juventude. “-Ah eu, sou eu, sou isso, sou aquilo...” [alterando a voz, em tom de performance]. Né, e aí quando você via, já tava preso, por ajudar a assaltar um estabelecimento, uma firma, entendeu. [...] Casei e a minha esposa tinha dois filhos, tinha uma menina e tinha um menino. E de maneiras que, ela que criou-se aqui e tinha um preso aqui chamado Ângelo, que o pai dele era oficial de marinha, família bem formada e ele tinha um estudo bom. Rapaz! Aí, ele tinha liberdade pra caramba, ele era motorista, trabalhava aqui. Aí começou o namoro com a minha enteada, e aí? E você sabe que aquilo ali deu casamento mesmo? [...]

Ah, eu achei ruim pra caramba... Ai meu Deus do céu! Eu achei ruim pra caramba, aquilo dali foi triste... aí, na época né. **Mas depois, com o tempo, aceitei e ele passou a ser meu amigo**, sabe. Aí ele foi pra rua, acabou os estudos dele, se formou em engenheiro. [...]

Se formou em engenheiro, foi trabalhar naquela Sipetrol em São Paulo, foi gerente daquela indústria. [...] Eu sei que ele andou por aí tudo. Ai coitado, ele voltou aqui pra Rio. [...] E acontece que um dia ele foi, veio de carro de Santa Cruz e quando chegou em Paciência, foi passar em um contorno de trem assim, saiu, aí vinha um ônibus da Pecs, pegou ele e matou ele. Morreu novo, novo, novo. Deixou um filho, aí eu criei o filho dele, o Alex. Hoje em dia é segundo sargento [...] **E você tem que ver o tratamento que ele dava pra nossa família...**[emoção]

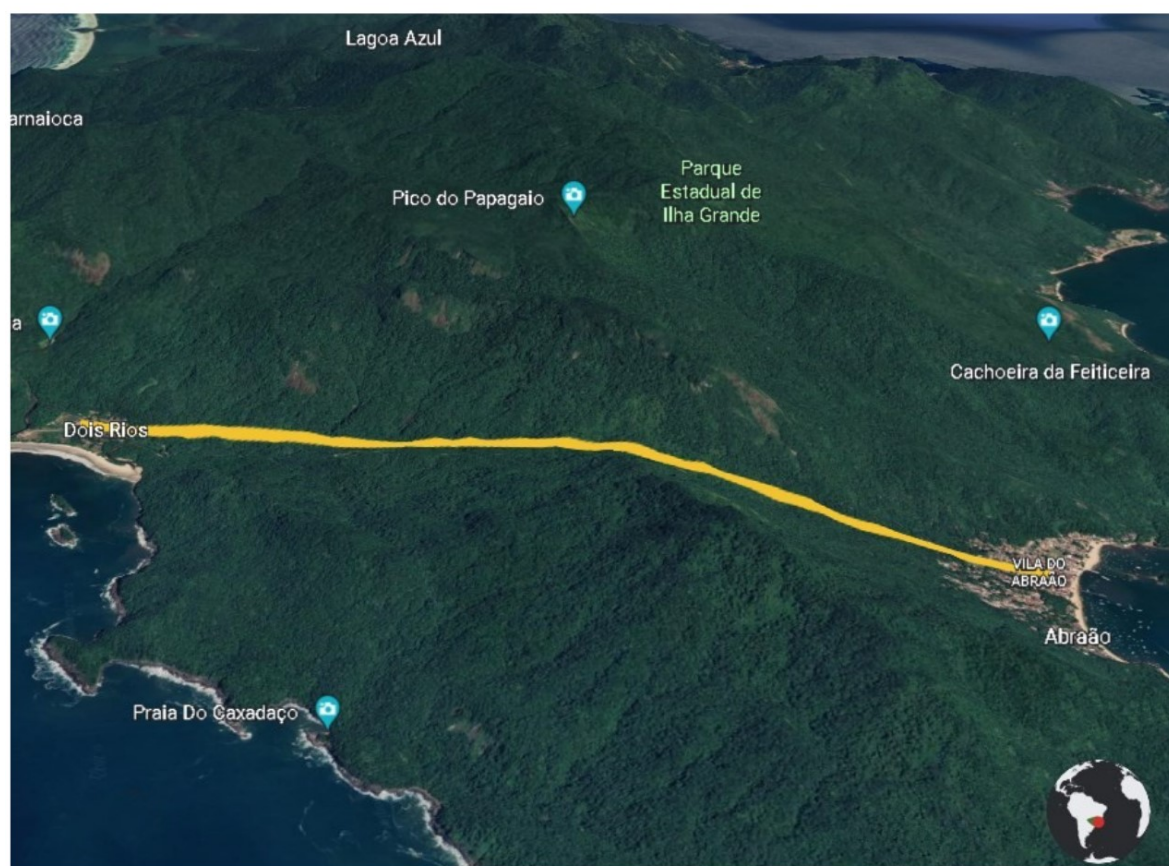
Ele era muito legal... Mas no início foi meio...foi meio triste né. **E o pessoal daqui tinha um terror a preso**. A maioria dos funcionários. **Mas não sabia também que às vezes o preso também vem de uma família, né**. [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019, grifo nosso]

As histórias de prisões são estigmatizadas como circunstâncias de sofrimento, crimes, tensão e maniqueísmo. Entretanto, o que inusitadamente se pode imaginar é o quanto de

sentimentos e relacionamentos também nascem destas circunstâncias na vida humana que podem durar anos ou uma vida toda.

Observar o isolamento daquela Vila também nos dá uma dimensão sobre como poderia ser difícil para o interno e igualmente difícil para quem vivesse ali se relacionar com outras pessoas fora de seu vínculo familiar. Portanto, a oportunidade de ter proximidade de indivíduos estrangeiros ao local também poderia ser uma alternativa de relacionamentos, alternativa esta, interdita pelo estigma e pelos preconceitos. Porém, como vimos no caso da família de Seu Pedro, não era impossível o surgimento de amores proibidos.

Figura 34 – A Estrada de Dois Rios que separa Abraão de Dois Rios



Estrada de Dois Rios

Fonte: (ESTRADA DE DOIS RIOS, 2022)

Ainda sobre a observação de um caso de sociedade isolada e de pessoas que são apartadas por serem identificados como participantes de uma dada comunidade, no caso de Ângelo, a comunidade era a de presos e mesmo depois de cumprir sua pena, continuou sendo identificado como ex-presos. Erving Goffman (1988) destaca o tipo de estigmatização desta natureza como uma espécie de arranjo em uma dada contingência. Situação em que o indivíduo que tenha sido integrante de algum tipo de instituição e que, exclusivamente, por isso, traz consigo uma identificação que possa demarcá-lo com algum tipo de vantagem ou desvantagem por este

reconhecimento. No caso de um interno do IPCM, evidentemente, a carga desta identificação era negativa e todos da Vila de Dois Rios deveriam reconhecer Angelo como um interno do presídio. Goffman designa como “reconhecimento cognitivo” esta estrutura de controle de informação a respeito de um indivíduo. Nas palavras de Erving Goffman (1988): “referir-me-ei ao ato perceptual de "colocar" um indivíduo ou como possuidor de uma identidade social particular ou de uma identidade pessoal particular.” (GOFFMAN, 1988, p. 78)

Entrevistar um ex-guarda de presídio da Ilha Grande que narrasse uma experiência pessoal sobre relação afetiva com ex-preso não era algo esperado, e também seria difícil que este registro fosse documentado e localizado em arquivos. A metodologia da História Oral, por sua vez, propicia estas surpresas e desconstrução de estigmas.

O próximo capítulo tem como tema de fundo a política de democratização nas penitenciárias do Rio de Janeiro, a tentativa de implantação de uma mentalidade nos agentes de estado que adotasse uma conduta de respeito aos direitos dos presos, concepção que foi mal interpretada e estigmatizada.

3- Política pública de democratização dos presídios

O presente capítulo está dividido em torno de cinco ideias principais, as quais interessam para situar o leitor na compreensão do tema pesquisado: (1) A redemocratização da segurança pública no primeiro mandato de Leonel Brizola. (2) A política pública de segurança pública. (3) A política de reforma no padrão penitenciário. (4) A CPI sobre as penitenciárias no estado do Rio de Janeiro. (5) As implicações da CPI no presídio da Ilha Grande.

Neste capítulo optou-se por apresentar o contexto durante o período de transição e a tentativa de retorno ao padrão democrático. Para tal, foram consultados artigos de jornais da grande imprensa e uma revisão de literatura sobre o tema. Interessa apresentar a Comissão de Inquérito Parlamentar criada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro com propósito de investigar o sistema penitenciário. Nesta dinâmica, alguns dos discursos de parlamentares acerca de situações correlatas à CPI foram destacados. As fontes estão nos Diários Oficiais da ALERJ. Na sequência seguem exposições de autores que se posicionaram acerca da política pública de Segurança Pública adotada no primeiro mandato de Leonel Brizola.

O retorno à prática de crimes é uma realidade na experiência dos egressos do sistema penitenciário. “[...] O que ocorre atualmente é que as pessoas que estão presas, ao saírem daquela verdadeira escola de delinquência, na maioria voltam, tornam-se reincidentes.” (FAYAL, Carlos, 1983)²⁸⁸

A citação acima, importante reiterar, é de aproximadamente 40 anos atrás, quando uma Comissão de Inquérito Parlamentar CPI foi instaurada para investigar os problemas existentes no interior dos presídios cariocas e fluminenses. A intenção da CPI em 1983, era a de averiguar a incapacidade das instituições penitenciárias em manter internos a cumprir penas de privação de liberdade, em que pese, além de estarem em regime de contenção, os presidiários eram submetidos a toda forma de constrangimento, privações, violências e maus tratos.

Nos dias atuais, lamentavelmente, a situação das prisões não é diferente, e recai para uma realidade com poucas chances de significar avanço do sistema penitenciário. As instituições de cumprimento de penas no Brasil continuam fora do padrão democrático, embora o país não esteja mais submetido a um estado de exceção, há cerca de aproximadamente 40 anos. Avaliações mais recentes sobre estabelecimentos penais não se furtam de escancarar uma realidade lamentável: “Em suma, o cárcere brasileiro nunca foi visto ou edificado como espaço de (algum) direito. Na verdade, ele é comparável [...] à senzala ou ao navio negreiro, que o Brasil conheceu como poucos países no mundo.” (FERRAZ; JOFFILY, 2019, p. 81)

²⁸⁸ FAYAL, 23.03.1983, p. 6.

Na tônica de reduzir o aumento da criminalidade e fazer justiça em relação aos delitos cometidos contra a população, a resposta que os governos encontraram, influenciados pela onda neoliberal, é aumentar a dose do exercício de controle com autoridade, austeridade e firmeza. Em outras palavras, a expressão “tolerância zero” com o crime exprime bem a convicção. (GARLAND, 2008, p. 211)

3.1 Antecedentes à criação da CPI

As discussões oficiais científicas sobre as prisões no Brasil republicano remontam à Era Vargas, quando as primeiras Conferências Penitenciárias foram realizadas.²⁸⁹ No entanto, a superlotação carcerária foi tema que gerou perturbações no território nacional durante a década de 1970, especialmente pela insegurança que as administrações das penitenciárias tinham em relação a fugas de presos. Os debates mais efetivos por autoridades em nível nacional começaram ainda na vigência do regime militar. Em 1975, no Congresso Nacional bipartidário, composto pelos partidos “Aliança Renovadora Nacional” (Arena) e “Movimento Democrático Nacional” (MDB), foi aprovada a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a questão, chamada de “CPI das Prisões”. A proposta de investigação partiu do deputado Ibrahim Abi-Ackel (Arena-MG), que buscava uma solução concreta para resolver a superlotação dos presídios.²⁹⁰ O deputado federal Luiz Henrique da Silveira (MDB-SC), por sua vez, reivindicou que a investigação se estendesse à observância dos Direitos Humanos nas prisões²⁹¹, o que tempos depois foi rejeitado pelo Congresso. A recusa ao pedido não necessita de maiores explicações, haja visto que ainda estávamos em uma ditadura.

De acordo com o relatório final da CPI federal de 1977, não houve preocupação relacionada às iniciativas de mudança no comportamento dos agentes penitenciários no tratamento para com internos, a despeito da apelação do deputado Luiz Henrique da Silveira (MDB). Porém, a partir desta CPI foi composta outra comissão para aprovar uma nova Lei de Execuções Penais. Após dois anos, a Lei n. 6.416, de 24 de maio de 1977 alterava o Código Penal. Outro elemento importante fruto desta comissão foi a determinação para sistematizar a formação de agentes penitenciários, o que não foi adiante, a despeito de iniciativas isoladas e tímidas nesse sentido.

Em 1983, o conselheiro titular do Conselho Nacional de Política Nacional Penitenciária do Ministério da Justiça, José Mauro Couto de Assis, em depoimento à Comissão iniciada no

²⁸⁹ 1ª Conferência Penitenciária Brasileira foi em 1940, a 2ª em 1944, a 3ª em 1949 e a 4ª em 1953. Depois começaram a ser realizadas conferências regionais pelos estados.

²⁹⁰ O Globo, 19.05.1975, p. 2. Matéria: “Câmara instala esta semana quatro CPIs, três da Arena”

²⁹¹ O Globo, 21.05.1975, p. 8. Matéria: “CPI compromete-se a propor medidas para humanizar presídios”

âmbito do estado do Rio de Janeiro, afirmou que, baseado em um relatório do Ministério da Justiça, constatava-se que os presídios do Rio de Janeiro tinham as piores condições de funcionamento no país.²⁹² Ainda nesse mesmo ano, o desembargador Danton de Oliveira, na ocasião da reunião do Conselho Nacional de Política Penitenciária (CNPP), afirmou em sua apreciação que “Prisão no Brasil ainda é medieval”. Oliveira foi taxativo na avaliação sobre as prisões, considerando urgentes mudanças no sistema punitivo:

O desabafo de Danton de Oliveira foi dirigido aos novos dirigentes do sistema penitenciário estadual, que terão um papel fundamental no combate à crise do atual sistema. Ele ressaltou a necessidade de se realizar o encontro com estes dirigentes, não apenas em função das denúncias de maus tratos aos presos, mas principalmente pela urgência de se traçar uma estratégia a ser adotada, de maneira uniforme, em todo o país.²⁹³

Neste momento de debates sobre a situação dos presídios, a proposta de extinção do presídio de Ilha Grande aparece sustentada pelo jurista Heleno Fragoso. Em matéria de domingo, publicada no *Jornal do Brasil*, Fragoso explica que, quanto mais o preso estiver isolado, menores seriam as suas chances de ressocialização. A prisão na Ilha dificultava o acesso de familiares para visitação, além disso, havia presos que deixavam de receber visitas de familiares durante anos muito frequentemente por causa dessa distância. Conhecido jurista por ter visão progressista, Heleno Fragoso era um dos críticos a permanência de penitenciárias em ilhas:

Em sua opinião, a desativação do presídio da Ilha Grande é uma ideia muito boa. A Ilha Grande corresponde a uma velha filosofia penal de prisões em ilhas, afastadas do continente, dentro de uma concepção de expurgo do delinquente do meio social. E este tipo de prisão que dificulta imensamente a visitação do preso - o que é também um momento de saúde na sua vida carcerária- hoje é altamente negativo.²⁹⁴

A realidade dos presídios nos anos 1980, no Rio de Janeiro, era a de um vulcão prestes a entrar em erupção. A exemplo disso, no fim da década de 1970, a socióloga Iolanda Catão, pesquisadora que entrevistara presos, relatou no jornal *O Globo* as péssimas condições de funcionamento dos presídios, concluindo que “a sorte das administrações penitenciárias é que os presos não eram unidos”²⁹⁵. O que a socióloga não poderia prever é que a união entre presos seria uma realidade em processo de construção.

²⁹² O Globo, 14.05.1983, p. 9. Matéria: "Conselheiro: Rio tem o pior sistema penitenciário do País"

²⁹³ O Globo, 22.03.1983, p. 11. Matéria: "Novo diretor do Desipe mostra prisão por dentro"

²⁹⁴ JB, 24.12.1978, p. 8. Matéria: "Jurista afirma que sistema penitenciário está falido"

²⁹⁵ O Globo, 31.12.1978, p. 15. Matéria: "O que há com nosso sistema penitenciário?"

As circunstâncias a nível internacional, neste momento, tencionavam para um clima de calma na repressão política e estabelecimento de uma aparência democrática. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2020) resume com precisão “cirúrgica” a mudança dos regimes políticos na América Latina, em especial o que ocorria no Brasil nos anos finais da década de 1970 e início da de 1980:

Os Estados Unidos sinalizavam, desta forma, que o longo histórico de apoio às ditaduras militares latino-americanas havia se encerrando, ao menos, por um tempo. Tais governos deveriam, sinceramente, empenhar-se em reformas em direção à redemocratização - no falar político do continente, era o momento das aberturas-, capazes de estabelecer regimes democráticos estáveis. (SILVA, 2020, p. 321).

Na esfera religiosa, havia uma atuação que preconizava maior apoio social dentro dos presídios. A figura que ficou bastante conhecida como atuante na aproximação da Igreja católica dos presídios cariocas foi o padre Bruno Trombetta. Uma rede de apoio criada foi a Comissão Arquidiocesana de Pastoral Penal, popularmente conhecida como Pastoral Penal, cuja equipe contabilizava cem pessoas.²⁹⁶ Lá, o preso poderia ter acesso à equipe com sacerdote, assistente social, psiquiatra, entre outros profissionais, esta medida permitia maior acesso do preso para com a sociedade fora dos cárceres.

No âmbito do estado do Rio de Janeiro, foi realizado um pleito eleitoral com a ascensão ao cargo de governador Leonel Brizola. A bancada de parlamentares eleitos para ocupar a Assembleia Legislativa do Estado também integravam, em sua maioria, o campo ideológico de oposição ao regime militar. A liderança da câmara era progressista, as promessas de campanha de Brizola ecoavam melhorias nos presídios, organizações sociais (ONGs) iniciavam mobilizações por mais respeito aos direitos e foi nessa soma de elementos conjunturais que a segunda resolução aprovada na ALERJ em 1983, a CPI de investigação das penitenciárias do Rio de Janeiro.

A violência nos presídios do Rio de Janeiro foi aumentando ao ponto de ocorrerem sucessivas tentativas de fugas bem e mal sucedidas, tanto nos presídios do continente, quanto na prisão da Ilha Grande. Porém, essa realidade coincidiu cronologicamente com o processo de abertura política do país. Em 1982, ocorreram as eleições diretas para governadores de estado e assembleias legislativas estaduais, após 17 anos de eleições indiretas, e em 15 de março de 1983 Leonel Brizola assumiu o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. (RODRIGUES, 2008,

²⁹⁶ JB, 14.12.1978, p. 25. Matéria: "Governo garante presos que denunciarem torturas: Padre". Segundo Elizabeth Sússekkind (2014) não apenas a Comissão Pastoral Penal esteve presente na ajuda aos presos comuns durante as décadas de 1970 e 1980, mas também, a Comissão de Defesa dos Direitos dos Presos e a Associação de Amigos e Familiares de Presos. (SÜSSEKIND, 2014, p. 107)

p. 77)

3.2 Campanha e eleição do primeiro mandato de Leonel Brizola

Antes de entrarmos no assunto propriamente dito, é fundamental uma resumida biografia da vida política de Leonel de Moura Brizola. Leonel Brizola passou 15 anos no exílio. Como exilado, sentiu as aflições de um proscrito. Desde o início de seu exílio, em 1964, passou por vários países sendo acolhido ou não. Havia permanecido por oito anos no Uruguai na condição de exilado, mas o país passou por mudanças na conjuntura política (assim como o resto da América Latina). Diante da situação crítica de não poder mais viver no Uruguai e sem possibilidade de autorização de retornar ao Brasil, buscou abrigo nos Estados Unidos.

O retorno do exílio de Brizola em 1979, após anistiado, não significou apenas a esperança de que um candidato de oposição assumisse o governo estadual, mas foi também um fôlego de esperança em comunidades sempre menosprezadas até então. A imagem de que Brizola representava as demandas das classes menos favorecidas foi um dos motivos para sua repentina eleição, a despeito de as pesquisas apontarem para outro cenário. Entre os grupos menosprezados, estava a parcela de familiares de presos que pediam maior atenção para suas condições de muito sacrifício, e também por seus respectivos familiares presos, vivendo as misérias de um sistema penitenciário baseado em métodos brutais.

Na campanha eleitoral de Brizola, temas como os expostos anteriormente foram mencionados e convertidos em promessas de ações. Durante o exílio, Leonel Brizola travou diálogos com personalidades do campo progressista. E, a partir de tais oportunidades, temas como direitos humanos e direitos de presos passaram a integrar as pautas do seu partido. Além das promessas de campanha sobre a melhoria no atendimento das necessidades dos familiares de presos, outro tema figurou como central em sua campanha: a diminuição da violência de Estado.

Para participar do pleito e concorrer a governador do estado do Rio de Janeiro, Brizola já tinha a sigla nova, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Na agenda de sua campanha, foi contemplada a tentativa de solução de problemas existentes nas instalações carcerárias, cuja importância já era alertada por pesquisadores do tema. Consideravam urgente criar uma nova política penitenciária, sugerindo projetos que realmente melhorassem as prisões. A campanha eleitoral²⁹⁷ teve participação de Julita Lemgruber, que mais tarde, se tornaria a primeira diretora

²⁹⁷ Outros nomes dos integrantes desta campanha específica “pela melhoria das cadeias”: Nilo Batista, Vivaldo Barbosa, Avelino Gomes Moreira e Augusto Thompson.

do Departamento do Sistema Penal (DESIPE).²⁹⁸ Na campanha eleitoral de Brizola para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1982, Lemgruber contribuiu com algumas ações. Dentre elas, uma merece destaque, distribuir panfletos para os familiares dos presos com promessas de maior atenção a esse segmento da população, até então desprezado pelo poder público. Eis um trecho deste panfleto que, segundo Lemgruber, teria sido escrito por Augusto Thompson:

E quando, sem ninguém saber o motivo, atravessam o preso para a Ilha? Aí é o inferno, é o fim de tudo. Pois bem, eu, o Brizola, quero dizer para vocês o seguinte: PRESO, PARA MIM, É GENTE. E FAMÍLIA DE PRESO, PARA MIM, É COISA SAGRADA. (LEMGRUBER, 2010, p. 43)

Vencidas as eleições de 1982, restava a concretização das promessas de campanha no que se referia ao sistema penitenciário. O ano de 1983 marcou a primeira posse de um poder executivo estadual eleito diretamente durante o processo de abertura política para a democracia. Algumas medidas de interesse do governador foram incluídas na agenda do poder legislativo e, por isso, encontramos simetria entre pontos defendidos pelo governador e também pelos deputados. Esta eleição foi um passo importante para o processo de redemocratização do país. Os candidatos eleitos no Rio de Janeiro, em sua maioria, compuseram um campo político de centro-esquerda. Assim como nos demais estados da federação, foram eleitos deputados federais, estaduais e um governador.

Essa característica de eleições simultâneas para Governador, os Legislativos Estaduais e o Congresso Federal teria criado incentivos para que candidatos a cargos legislativos buscassem atrelar suas candidaturas ao pleito para governador. Essa dinâmica teria formado um "pacto de lealdade" entre os candidatos aos Legislativos estaduais e federais com os governadores eleitos. (GRAÇA, 2016, p. 65)

Entre as proposições dessas duas instâncias de poder, executivo e legislativo, estava a implementação de uma política que resolvesse os problemas sistemáticos dos presídios. Neste contexto político, viu-se a urgência da reformulação da política penitenciária do estado do Rio de Janeiro.

3.3 A democratização do sistema público de segurança

Em 1983, o Brasil não estava mais submetido aos dispositivos da Lei de Segurança

²⁹⁸ Departamento Sistema Penal. Na época era dirigido por Avelino Gomes Moreira Neto (foi o diretor do Desipe entre março de 1983 até junho de 1985).

Nacional²⁹⁹. O governo de Brizola pretendia desmilitarizar a segurança pública do estado³⁰⁰. À frente da Secretaria de Justiça do Estado foi designado o advogado Vivaldo Barbosa³⁰¹ e na direção do DESIPE foi empossado Avelino Gomes Moreira Neto.³⁰²

Luis Eduardo Soares (2019) sustenta que a atuação ideal de um profissional do ramo da segurança pública é a da ação comedida e com o uso proporcional da força, cuja preocupação também deve estar em respeitar os direitos e as liberdades (p. 91). Antes de 1983, as instâncias superiores da administração do estado do Rio de Janeiro no ramo da segurança não priorizavam os conceitos de “respeito aos direitos” e tampouco “liberdades”.

No entanto, o processo de enfraquecimento do governo militar e, no bojo da oportunidade de transição de regime, o sistema carcerário foi observado como algo que necessitava de uma intervenção. As autoridades precisavam reunir esforços no sentido de tornar o meio prisional mais adequado a fim de evitar a reincidência, o retorno do interno depois de cumprida a pena. Segundo David Garland (2008), esta preocupação surge na década de 1970; porém, no Brasil, por esta época, nos sucessivos governos militares, esta não era uma preocupação. No Rio de Janeiro, somente a partir do primeiro governo eleito por eleição direta foi que o tema dos direitos de presos passou a ser relevante. E foi no primeiro governo estadual de Leonel Brizola que esse assunto entrou na agenda.

Até a metade dos anos 1970, as propostas de reforma mais recorrentes concerniam ao aperfeiçoamento dos serviços voltados à reabilitação, à redução de controles opressivos e ao reconhecimento de direitos de suspeito e presos. A demanda era por menos criminalização, por minimizar o uso da custódia por humanizar a prisão e, onde fosse possível, por tratar os criminosos no seio da comunidade. (GARLAND, 2008, p. 211)

Seria um caminho longo a trilhar rumo à aplicação dessa filosofia na segurança pública. Nesse sentido, uma das primeiras alterações de Brizola no sistema foi interferir na cadeia de comando dos policiais militares, extinguindo a Secretaria de Segurança (antes submetida ao

²⁹⁹ Entretanto, havia a LSN mais dura sendo reformada e que seria aprovada pela Lei nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983.

³⁰⁰ Cf. JB, 13.04.1983, p. 5. Matéria: “Brizola cria conselho para propor política de segurança no Estado”.

³⁰¹ Vivaldo Vieira Barbosa (1942 -) foi secretário de justiça do governo de Leonel Brizola. Graduou-se em Direito em 1966. Foi professor de Direito na Faculdade Cândido Mendes, pós-graduou-se na Universidade de Harvard e em 1981 filiou-se ao PDT e coordenou a campanha de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio de Janeiro. Ingressou como deputado constituinte em 1987. Mais uma vez eleito como deputado federal em 1990 em seguida, no ano de 1992 foi eleito para presidente do diretório do PDT no Rio de Janeiro. Foi Secretário de Justiça durante o primeiro mandato de Leonel Brizola. Esteve à frente do projeto de criação do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos. (BARBOSA, Vivaldo, 2009)

³⁰² Avelino Gomes Moreira Neto atualmente é aposentado e foi advogado da área criminal, com formação e prática forense atuou como docente de Prática Forense e Direito Penal. Foi membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de 1974 até 1995. Exerceu a direção de penitenciárias como Penitenciária Vieira Ferreira Neto (1975 até 1977), Penitenciária Lemos Brito (1977 até 1978) e assumiu a direção do DESIPE no primeiro mandato de Leonel Brizola entre março de 1983 a junho de 1985. É autor de alguns romances, entre eles, “A cidade dos condenados”. Ver: (CONHEÇA A EQUIPE...[2022])

Exército) e substituindo-a por três instâncias que se remeteriam ao governador do estado: Secretaria de Estado de Polícia Civil, Secretaria de Estado de Polícia Militar e Secretaria de Estado da Defesa Civil. Entre outras mudanças, auxiliado pelo Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira³⁰³, que comandava a Polícia Militar, incentivou propostas inovadoras, como o policiamento comunitário e a mudança na filosofia da organização de segurança pública.

Logo tratou de colocar no papel as orientações que soldados e oficiais deveriam passar a seguir. Eram vários mandamentos, divulgados nas unidades de operação policial:

- 1) o uso da força deve ser sempre o último recurso, depois de esgotados todos os outros meios não violentos disponíveis;
- 2) A força somente deve ser usada quando for uma necessidade fundamental, e apenas com objetivos legítimos;
- 3) O uso da força, quando estritamente necessário como último recurso, deve ser proporcional à situação e aos objetivos legais que se procura alcançar;
- 4) O uso ilegal da força não se pode justificar por circunstâncias especiais, excepcionais ou emergenciais... (LEMGRUBER, 2010, p. 97)

Essas recomendações não estariam direcionadas apenas aos agentes policiais militares e civis, mas também estendidas aos funcionários que trabalhassem no âmbito da segurança pública, incluindo os agentes penitenciários.

3.4 Abertura do sistema carcerário

O início dos trabalhos foi marcado pela aprovação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) sobre o Regime Carcerário e Penitenciário do Estado.³⁰⁴ Era composta pelos seguintes deputados: Presidente: Leônicio Vasconcelos³⁰⁵ (PTB), Vice-Presidente: Herculano Carneiro³⁰⁶ (PDS), Membros: Carlos

³⁰³ Carlos Magno Nazareth Cerqueira (1938 - 1999) em 31 de julho de 1954 ingressou como cadete na academia de polícia, depois aspirante e daí em diante subiu em suas funções na Polícia Militar, entre os pontos interessantes de sua trajetória estavam o fato de ser o primeiro negro das turmas, o primeiro a Comandar a Polícia Militar no Rio de Janeiro e por sua predileção sobre o legalismo, por atender aos princípios democráticos, por ser um policial culto com fortes convicções na execução de sua responsabilidade no primeiro mandato de Leonel Brizola, quando assumiu os esforços pela democratização da segurança pública no estado. Cf. (SILVA, 2016)

³⁰⁴ VASCONCELLOS, 24.03.1984, p. 2.

³⁰⁵ Leônicio de Aguiar Vasconcellos, 1930-2000. Nascido em Tianguá, CE. Foi advogado, Promotor de Justiça e acadêmico. Foi eleito em 1982 pelo PTB e depois de 1985 migrou para o PDT. Elegeu-se novamente para o mandato de 1989. Atuou em vários cargos na secretaria de governo de estado. Sua trajetória como político e orador é bastante apreciada por seus contemporâneos.

³⁰⁶ Herculano Carneiro foi eleito deputado estadual para o mandato de 1982 a 1986. Advogado e um dos fundadores do PFL.

Fayal³⁰⁷ – Relator (PDT), Paulo Albernaz³⁰⁸ (PMDB), Liszt Vieira³⁰⁹ (PT), Suplentes: José M. Paixão (PMDB). Essa Comissão previa a observância de problemas nas prisões, a condição crítica de estruturas físicas das instituições, especialmente das práticas aviltantes no tratamento dos presos; em essência, o desrespeito às leis. O movimento de abertura do sistema carcerário, como ficou conhecido, tinha por objetivo a melhoria das instalações. Foi uma política pública voltada para democratizar as instâncias administrativas dentro dos cárceres.

3.5 Alguns discursos sobre a CPI³¹⁰

A cultura organizacional dos cárceres do estado do Rio de Janeiro não mudou de um dia para o outro. Apesar das recomendações de atualização dos estabelecimentos penais em uma nova filosofia profissional, continuavam a surgir denúncias de tratamentos abusivos por parte de funcionários de presídios, assim como torturas físicas em diversas maneiras. Parlamentares e autoridades da gestão Brizola, ao visitarem os cárceres, testemunharam flagrantes violações dos direitos humanos. Foi durante a vigência da CPI (1983-1984) que os parlamentares se posicionaram a favor da importância da Comissão. E não por acaso, considerando-se o passado dos integrantes, posto que alguns haviam sido vítimas em anos anteriores:

Srs. Deputados, estou abalado emocionalmente pela denúncia feita, neste momento, pelo Deputado Augusto Ariston. **Alguns Deputados desta Casa foram presos e vítimas de tortura:** Deputado José Talarico³¹¹, Eduardo Chuahy³¹², Affonso Celso, Carlos Fayal e eu mesmo [Liszt Vieira], em outras épocas, no período áureo, no período mais terrível da ditadura. Estivemos presos e sofremos torturas. Mas no ano de 1983, imaginar que uma cidadã, psicóloga, acusada de fazer uso de drogas, possa sofrer torturas, tão vexaminosas, torturas praticadas pela Polícia Federal, é uma coisa que me parece

³⁰⁷ Carlos Eduardo Fayal de Lyra, 1948- , atualmente é dentista. Foi eleito como deputado estadual em 1982 pelo PDT. Durante a ditadura integrou a ALN e foi preso. Esteve preso até ser trocado por permuta pelo embaixador americano Charles Burke Elbrick.

³⁰⁸ Paulo de Souza Albernaz, 1933-2018. (PMDB) foi deputado estadual por quatro mandatos. Entre as leis por ele propostas, estão: o passe livre para estudante e idosos, além da isenção do IPTU para quem tivesse a margem de proventos de até dois salários mínimos.

³⁰⁹ Liszt Benjamin Vieira (1940-), (PT) e, formado em Direito, Sociologia e ex-presos político, foi exilado e um dos primeiros ambientalistas a ser eleito. Seu mandato como deputado estadual foi de 1982-1986).

³¹⁰ Os discursos destes parlamentares estão nos Anais da ALERJ. Publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo] O material está disponível para consulta na Biblioteca da ALERJ.

³¹¹ José Gomes Talarico (1915 - 2010), era filiado ao PDT. Trabalhou como jornalista, político em cargos no governo de Vargas, depois trabalhou com João Goulart, Leonel Brizola. Foi um dos fundadores do PTB, foi líder do PTB na Assembleia Legislativa da Guanabara e passou a ser perseguido por apoiar o governo de Goulart. A partir do AI 1 teve seu mandato cassado e depois preso. Depois de liberto reuniu correntes populares para fazer oposição. Esteve preso por 28 vezes e passou por torturas. Foi anistiado pela Lei de Anistia de 1979. (TALARICO, José, 2009)

³¹² Eduardo Chuay (PDT) atuou como deputado estadual por 3 mandatos, de 1983 até 1994. Filiado ao PDT. Era economista e foi exilado durante a ditadura. Apoiador de Leonel Brizola também foi um dos fundadores do PDT. Faleceu aos 87 anos, em 24 de janeiro de 2021.

inacreditável. (VIEIRA, 30.08.1983, p. 7, grifo nosso)³¹³

O problema da superlotação não era o único tema que alarmava os parlamentares. Também era preocupante o tratamento desumano aplicado aos presos, seja pelos guardas de presídios, seja pelos policiais militares. No entanto, posições contrárias a esse esforço foram crescentes e ganharam as páginas dos jornais. Os discursos na Câmara refletiam as notícias veiculadas na imprensa sobre os temas que estivessem mais em destaque. E, na ocasião, o aumento dos índices de violência era a principal preocupação. Por exemplo, quando um surto de saques de supermercados começou a ser veiculado na imprensa, o governo se defendia como podia, argumentando que seriam saques orquestrados pela oposição, por conspiradores para atrapalhar o andamento da política de segurança. Mesmo sendo favoráveis à política de segurança pública implantada pelo governo de Leonel Brizola (PDT), integrantes da Comissão não deixavam de ter seu aparte nas discussões sem deixarem de ser críticos e não aceitavam indiscriminadamente as versões do governador. Liszt Vieira, (PT) ao mesmo tempo que defendia os interesses da Comissão, também apresentava críticas, quando necessárias ao governo de Leonel Brizola.

Vemos, inicialmente, duas teses equivocadas, que se desenham, que são avançadas, a respeito desses saques aos supermercados: a primeira delas poderiam chamar de uma tese conspirativa, ou seja, não é a população que participa desses saques, não existe fome, não há desemprego, e na verdade, tudo não passa de obra de meia dúzia de conspiradores. [...] Na verdade a fome gera revolta, a fome gera o desespero, mas é importante assinalar que a fome que assume formas tão violentas e agressivas. [...]. Os desempregados estão desesperançados, não lhes resta nenhuma esperança neste País [...] Como pode um desempregado hoje manter a subsistência própria e de sua família? Que planos apresenta o Estado? Qual é o programa assistencial que o Estado Brasileiro tem para esses desempregados, a não ser lançá-los a miséria e a fome? Então na realidade, se existe essa atitude violenta, que é o saque ao supermercado... (VIEIRA, 14.09.1983, p.9)

O aumento do número de fugas, o alto índice de violências no estado e a sensação de impunidade foram argumentos levantados para embasar a rejeição à política encampada pelos deputados integrantes da CPI e, por extensão, ao governo. E, nesse universo das críticas, elas vieram até de onde o presidente da CPI, Leônicio de Vasconcelos (PTB), não esperava receber: de deputados do próprio partido do Governo que, teoricamente, deveriam apoiar as iniciativas e ações do governo pedetista.

Informações veiculadas pelo jornal *O Globo* deram nota de que os deputados do PDT

³¹³ Segundo matéria veiculada pelo jornal *O Globo*, a psicóloga Lara Loffler Gandilhon que tinha 26 anos na ocasião, teria sido torturada após ser presa em 4 de julho de 1983 por policiais agentes da Delegacia de Repressão a Entorpecentes. A sessão de tortura teria durado por cerca de 8 horas quando sofreu agressões físicas e tortura psicológica, durante os quinze dias que esteve presa. (O Globo, 29.08.1983, p. 7. Matéria: "Psicóloga teme represálias após denunciar torturas".

teriam se reunido com Vivaldo Barbosa (PDT) para tecer críticas ao ritmo acelerado com que a política de respeito aos direitos humanos vinha sendo divulgada, sobretudo no que se refere à direção dessa política na execução do Plano de Emergência para o sistema carcerário. Entre as críticas, o deputado Augusto Ariston (PDT) declarou ter feito enquête com a população nas ruas e percebeu que havia unanimidade de opiniões sobre o tema da segurança. Segundo o deputado, a população era contra a política, e acrescenta ainda que a política adotada pelo governo não deveria estar tendo tanta divulgação e nem estar adotando este tom de privilégio apenas para o preso: "A política de valorização do homem, preso ou não, é dever da autoridade e não merece [a] ampla divulgação que está tendo."³¹⁴

Outro deputado pedetista, Fernando Bandeira³¹⁵ (PDT), acrescentou ser necessário reduzir a velocidade com que o programa de governo vinha sendo realizado: "Está sendo feita com muita rapidez. Sou de opinião que o Secretário de Justiça deveria reduzir a marcha."³¹⁶

Além disso, segundo o jornal *O Globo*, entre as falas dos deputados, aparecia um dos muitos mitos criados em torno da figura do governador Leonel Brizola: "[...] O deputado Juberlain de Oliveira³¹⁷ (PDT) disse a Vivaldo que, em [Duque de] Caxias, 'os bandidos estão dizendo que Brizola está com eles.'³¹⁸

O deputado Liszt Vieira (PT), em discurso na tribuna, respondeu às críticas veiculadas no jornal *O Globo*, provenientes dos partidários do PDT, e endereçadas ao próprio governo de Leonel Brizola (PDT):

Segundo estas críticas, o Governo estaria preocupado somente com os presos ou com o direito dos presos. Segundo estes mesmos críticos, essa política de Direitos Humanos estaria limitada a beneficiar os presos, enquanto os cidadãos comuns, que andam pelas ruas, continuariam sujeitos à violência e à insegurança no meio urbano. Como se sabe, o preso é um cidadão que se apenou com privação de liberdade, única pena prevista no Código Penal. No dia a dia, observamos que além da pena da privação de liberdade, os presos vêm sofrendo vexames, maus tratos, obrigados a comer comida deteriorada, enfim, submetidos à violências, espancamentos, torturas e, às vezes, até assassinatos. [...] O preso

³¹⁴ Em ocasião de encontro de parlamentares da bancada do PDT, o deputado Augusto Ariston (PDT) revelou a Vivaldo Barbosa que teria feito uma pesquisa entre moradores de diferentes bairros desde Copacabana até São João de Meriti e que em todos eram contrários à esta política adotada. Cf. *O Globo*, 12.05.1983, p. 15. Matéria: "PDT critica a abertura carcerária". Não menos revelador que esta constatação do deputado foi a enquête que o próprio Vivaldo fez com pedetistas: "Ao fim do encontro com 16 deputados de seu partido, ele perguntou a dez deles se eram contra ou a favor do método que está adotando de valorizar os direitos dos presos para facilitar sua recuperação. Resultado da enquête: oito votos contra, um a favor e uma abstenção. Os outros seis parlamentares abandonaram a reunião antes da pesquisa, mas alguns deles também condenaram a 'distensão acelerada do sistema carcerário', segundo o Deputado Paulo Quental". (Idem.)

³¹⁵ Fernando Antonio Bandeira, 1946 - João Pessoa, PB. Eleito pelo PDT para o mandato de deputado estadual durante os anos de 1983 e 1987. Atualmente é dirigente sindicalista.

³¹⁶ Idem., p. 15

³¹⁷ Juberlan de Oliveira, 1949 (PDT) Nascido em Duque de Caxias é professor. Foi deputado estadual de 1º de fevereiro de 1983 a 1984, quando renunciou ao mandato parlamentar foi para assumir a prefeitura de Duque de Caxias.

³¹⁸ Ibid., p. 15

tem de ser tratado como cidadão, que cometeu um crime e que está cumprindo uma pena. Na verdade, estes fatos são importantes, porque eles não se limitam apenas aos presos e ao sistema penitenciário. Não se pode solicitar, como foi solicitado por alguns Deputados do PDT, uma política de desaceleração do respeito aos Direitos Humanos dos presos. Vamos parar um pouco para refletir o que significa esta política de desaceleração da abertura do sistema penitenciário, porque Direitos Humanos constituem um bem absoluto. Ou eles são respeitados ou não são. **Não se pode admitir que se respeite 50% dos Direitos Humanos do cidadão e se desrespeite 50 % dos Direitos Humanos do mesmo cidadão.** (VIEIRA, 18.05.1983, p.5)

Segundo Sento-Sé (1999), o brizolismo tornou-se um movimento muito maior e independente do partido PDT. Os eleitores brizolistas não necessariamente identificavam-se com o partido. No caso dos parlamentares da bancada PDT durante o mandato de 1983/1986 foi uma situação histórica. Nas contas mais gerais entre deputados eleitos, o PDT saiu em terceiro lugar no Brasil. No Rio de Janeiro, a bancada da ALERJ foi completada por 24 deputados em um total de 70 cadeiras. (SENTO-SÉ, 1999, p. 229) Um número tão expressivo de deputados não equivalia na mesma ordem em termos de coerência filosófica, especialmente no que consistiam as bases dos princípios estipulados pelo partido, previstos na Carta de Lisboa. Outro ponto está na fraca adesão que a maioria dos pedetistas eleitos aos preceitos inspirados em determinações internacionais que estimulavam o fortalecimento de democracias, bem como, os instrumentos focados em asseguramento de direitos civis, os direitos humanos. Essa falta de apoio poderia ser resultado também de situações mais pragmáticas assim como o assombro a respeito do aumento dos índices de violência nas cidades metropolitanas. Para João Trajano Sento-sé (1999), em termos gerais, o desgaste que a pauta sobre direitos foi tendo diminui o apoio que Brizola recebia das massas. “[...] O discurso de defesa dos direitos humanos, encampado por Brizola, desde 82, foi se desgastando e sendo cada vez mais vinculado, ceticamente, à inoperância e falta de energia do Estado em lidar com os criminosos.” (SENTO-SÉ, 1999, p. 290) E nesse sentido, a diminuição do apoio também se expressava dentro do partido político.

Mesmo à frente do processo de implantação de novos horizontes filosóficos para a polícia fluminense, em conformidade aos princípios democráticos, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira admitia ter havido um aumento na criminalidade no Rio de Janeiro e, em meio a essa crise, defendeu policiamento mais enérgico. As páginas do jornal *O Globo* são as mais repletas com as críticas ao governo Brizola. Nela estão presentes as críticas endereçadas à Política de Segurança Pública que vinham dos próprios integrantes da equipe de governo:

O índice de criminalidade aumentou no Rio nos últimos três meses, informou ontem o Secretário da Polícia Militar, Carlos Magno Nazareth Cerqueira, ao prestar depoimento na CPI da Assembléia Legislativa que apure as causas da violência urbana. Ele apontou como uma das causas do recrudescimento da violência as constantes fugas de presos e defendeu um tratamento "mais enérgico" por parte do Governo do Estado para reduzir a tensão no sistema

carcerário. Entretanto, defendeu também a política de respeito aos direitos humanos do atual Governo do Estado.³¹⁹

A política de Abertura do Sistema Carcerário precisava estar em compasso com a aprovação popular sobre o tema para ter resultados positivos e justificar as medidas emergenciais. Governo e autoridades interessadas na causa optaram pela ampla divulgação nos jornais das circunstâncias de precariedade do dia a dia nas prisões.³²⁰ A participação de jornalistas nessas visitas contribuiu para o registro das arbitrariedades cometidas nesses recintos, até então naturalizadas. A divulgação da situação das prisões na imprensa, além de dar transparência às ações da Comissão, contribuía com a busca de apoio da opinião pública para a implantação das mudanças necessárias em presídios. Tratava-se do princípio de convencimento e reconhecimento público sobre a importância de uma intervenção do Estado, ou seja, de uma política pública de Estado. O propósito da CPI, no final das contas, era o de melhorar a qualidade da existência dos presidiários no ambiente de custódia e, desse modo, reduzir a tensão interna e propor medidas para reverter o grande número de reincidências no crime dos egressos de presídios. Eram propósitos nobres e ambiciosos. Conforme o jornal *O Globo* publicou a visita realizada no Presídio Milton Dias Moreira, um dos cárceres do antigo complexo penitenciário da Rua Frei Caneca:

Acompanhado por repórteres de emissoras de televisão [...] pelos membros da Comissão de Defesa dos Presos, Avelino vistoriou todo o interior do presídio, liberando as fotos para a imprensa, fato raro neste tipo de visita, Avelino Gomes permitiu que os repórteres circulassem livremente pelo interior das galerias, ouvindo presos, entrando nas celas...³²¹

Tanta divulgação pretendia conscientizar a população sobre o que acontecia intramuros. Sobre essa estratégia, Ana Claudia Capela (2018) explica a importância desse artifício nas sociedades democráticas que se propõem a implantar uma Política Pública desse tipo. As informações sobre as iniciativas políticas decorrentes da CPI também eram frequentemente relatadas na Câmara quando os parlamentares atualizavam seus pares sobre as atividades da Comissão.

Entretanto, mesmo a transparência deu margem para que outros deputados fizessem críticas à Comissão com o argumento de que a intenção da Comissão era apenas ter visibilidade na imprensa para seus feitos. Segundo o deputado Paulo Quental (PDT), os parlamentares da

³¹⁹ O Globo, 16.06.1983, p. 13. Matéria: "Crime aumentou no Rio nos últimos três meses".

³²⁰ Em 21 de março de 1983, uma das primeiras iniciativas sugeridas por Liszt Vieira: Por isso é preciso encaminhar imediatamente as providências que solicitamos, facilitando, desde já, a entrada dos profissionais do jornalismo nas instalações carcerárias, para livremente exercerem sua tarefa de informação junto à opinião pública. (VIEIRA, 21.03.1983, p.13).

³²¹ O Globo, 22.03.1983, p. 11. Matéria: "Novo Diretor do Desipe mostra prisão por dentro." Ver também: JB, 18.03.1983, p. 5. Matéria: "Diretor de Desipe deixará imprensa entrar em presídios".

Comissão queriam chamar atenção na opinião pública.

Figura 35 - Visita da CPI ao IPCM em 1983



Fonte: (Jornal do Brasil, 27.03.1983, p.25)

Na esteira destas críticas o presidente da Comissão, Leônício de Vasconcelos (PTB), as rebateu desse modo:

[...] [o deputado Paulo de Quental] pratica extrema injustiça quando acusa a Comissão de desejar apenas a publicidade de seus fatos, quando critica a forma com que a Comissão está atuando. Devo dizer a S. Exa., que não temos culpa os da Comissão Parlamentar de inquérito, se os fatos apurados merecem a atenção da imprensa, merecem a expectativa da opinião pública. Os fatos são os fatos, se publicáveis, se de teor jornalístico, é outro problema. (VASCONCELLOS, 12.05.1983, p. 3)

Vasconcelos completava a informação sobre o andamento das apurações da CPI dizendo que já havia recebido respostas do Procurador Geral da Justiça, o qual por sua vez, já havia identificado que as provas eram muito graves. Providências seriam encaminhadas em breve para os órgãos competentes, para que as denúncias fossem devidamente apuradas.

A visita da Comissão nas instalações do IPCM teve a presença de ex-internos ora confinados naquele presídio durante os períodos áureos da Ditadura, e foi oportunidade de o Secretário de Justiça Vivaldo Barbosa conhecer de perto o retrato do abandono do poder público.³²² O isolamento do presídio impedia que os internos pobres tivessem acesso a advogados que

³²² JB, 27.03.1983, p. 24. Matéria: “Vivaldo se declara chocado com o que viu na I. Grande.”

fornecessem orientação jurídica.

Neste presídio distante, os integrantes da Comissão receberam queixas de que havia presos que haviam cumprido suas penas, porém, devido à burocracia e à lentidão dos processos judiciais, muitos presos continuavam confinados, mesmo já com suas penas cumpridas ou mesmo com direito a alguns recursos. Após a visita à Penitenciária de Ilha Grande, outra arbitrariedade ficou evidente na realidade dos confinados pelo Desipe: a frequente expiração das penas em todas as unidades penais do sistema.

Essas denúncias, também recorrentes em outros presídios, demoveram o Secretário de Justiça da época, Vivaldo Barbosa. O secretário sentiu-se motivado a reverter a situação imediatamente. Presos com penas cumpridas e ainda nos presídios eram razões que insuflavam o sentimento de percepção da injustiça sofrida por esses encarcerados e denotavam o flagrante descaso do Estado. Esse cenário de superpopulação agravava muito a condição de sobrevivências nos presídios, tanto para presos quanto para guardas que sentiam as condições de trabalho em constante degradação, além de haver poucos deles para conter uma quantidade desproporcional de presos nos presídios.

Mesmo as visitas sendo marcadas com antecedência, era possível aos parlamentares surpreenderem-se com a calamitosa situação dos cárceres: que eram compartilhadas com a presença de cinegrafistas da grande imprensa que, por sua vez, registravam as precárias instalações, e também o horror que era costumeiramente cometido pelos funcionários. Torturas e maus-tratos de presos eram praxe nesses estabelecimentos.³²³

Ainda sobre a veiculação das visitas de políticos aos cárceres, durante o ano de 1983, os jornais divulgaram várias matérias relacionadas às condições dos presídios e noticiaram as visitas das autoridades às prisões. O movimento ficou conhecido como “Abertura do sistema carcerário”. Porém, a maneira jocosa como batizaram a ação das visitas de investigação após a visita na Ilha Grande, foi “Barca da Justiça”.³²⁴ Essas idas frequentes iniciaram um percurso de revelação ao público da sistemática existente nos redutos das prisões, até então sintetizada na expressão sombria “o que acontece aqui, fica aqui”. As incursões da Comissão no espaço dos presídios enfrentaram dificuldades, bem como a burocratização do acesso a algumas cadeias:

E nós só nos submetemos a uma revista para comprovar a violação do respeito

³²³ O Globo, 27.03.1983, p. 24. Matéria: “Secretário de Justiça anuncia, na Ilha Grande: penitenciárias terão plano de emergência” Além de superlotação, espancamentos outros absurdos também foram flagrados pela Comissão, assim como a presença de um oriental que teria sido preso sem maiores explicações e que na verdade se tratava de um estrangeiro surdo e mudo.” Ver também: JB, 30.03.1984, p. 15. Matéria: “Comissão acha coreano surdo-mudo em prisão.”

³²⁴ Em editorial de domingo, assinado por Humberto Borges, no *Jornal do Brasil*, a expressão “Barca da justiça” aparece: Ver: JB, 18.03.1984, p. 6: Matéria: “A ilha dos homens sem almas. Além disso, Julita Lemgruber cita este apelido que a Comissão recebeu entre os cárceres” (LEMGRUBER, 2010, p. 54).

aos parlamentares que ali estavam, logo após reagirmos, inclusive o Deputado Fernando Leandro com muita virilidade, advertindo que os parlamentares não estavam ali para serem submetido a vexame por um guarda que não tinha a menor urbanidade[...] (TALARICO, 24.03.1983, p. 8)

Dentre outras formalidades, os funcionários de presídios alegavam que os deputados e jornalistas precisariam dispor de mandato do juiz para adentrarem os cárceres, lançavam mão, assim, desse tipo de artifício na tentativa de impedir o acesso dos deputados da Comissão aos estabelecimentos carcerários. As visitas da comissão da CPI significavam uma oportunidade de flagrar as atitudes criminosas no funcionamento dos presídios, e as brutalidades profissionais letais permitidas pelas autoridades destes locais, particularmente no seu interior, na mais crua miséria em que eram submetidos os encarcerados.

Vivaldo Barbosa, o Secretário de Justiça de Estado, tencionou para aprovar medidas de emergências nos presídios e propôs a implantação de uma força-tarefa nas prisões. Tais medidas foram pensadas para sanar rapidamente algumas situações pelas quais passavam os presos e, principalmente, para que a lei fosse cumprida. Foi composta pela colaboração de um mutirão de defensores públicos, de modo a acelerar a regulamentação das penas dos internos, tendo em vista que muitos deles já poderiam reivindicar o regime de semiaberto, de prisão albergue e, em alguns casos, estar em liberdade pelo cumprimento da totalidade da pena. Esse processo gerou a estimativa de que o Estado poderia libertar imediatamente cerca de 800 presidiários. Eis a fala de Liszt Vieira, um dos integrantes da CPI:

Este plano emergencial, que mobilizou importantes defensores públicos, que pretendiam, no primeiro momento, libertar 800 presos, que estavam irregularmente presos, para aliviar a carga da superpopulação carcerária, nós ainda não conhecemos seus resultados. (VIEIRA, 16.08.1983, p.8)

Dentro de 90 dias cerca de 800 pessoas poderão ser libertadas nos presídios do Estado, de acordo com o Plano de Emergência para o Sistema Penitenciário, estabelecido pelo governador Leonel Brizola e em execução desde o fim do mês passado pela Secretaria de Justiça.³²⁵

Diante do agravamento da insegurança nas ruas, a notícia da libertação de 800 presos não foi bem recebida pela população. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, em provável intuito de causar mais alarme na população publicou a notícia na capa da edição de 29 de março de 1983, o seguinte:

Mil detentos que continuam nos presídios por culpa da lentidão da Justiça **começarão a ser soltos a partir dos próximos 90 dias**. Anunciado ontem pelo Governador Leonel Brizola, ontem mesmo começou a ser aplicado o plano de

³²⁵ O Globo, 18.04.1983, p. 5. Matéria: “Os presos começam a sair da cadeia. O maior problema: achar emprego.”

emergência do sistema carcerário.³²⁶(grifo nosso)

Figura 36 - Notícia sobre os mil presos que seriam soltos



Notícia de que mil presos serão soltos em breve

Fonte: (Jornal do Brasil, 29.03.1983, p. 1)

Alardeando a notícia de que “Governo quer tirar mil presos das cadeias,”³²⁷ as ações inéditas no país a favor dos presidiários e, assim, aumentando a fiscalização no tratamento desses indivíduos não encontraram respaldo na opinião pública. Esse contexto, consequentemente, inviabilizou a continuidade da implantação de mudanças nos presídios, como política pública. Muito embora fosse evidente a precariedade da situação das penitenciárias e notória a urgência de intervenção, o tema seguiu com a reputação de medidas polêmicas, acirrando posições e manifestações contrárias às tão necessárias mudanças nos presídios.

As críticas do movimento de abertura vinham até mesmo de dentro, em determinada ocasião perpetradas pelo próprio Liszt Vieira (PT), que fez queixas na Tribuna. Membro da comissão, no entanto, não estava satisfeito e exigia mais agilidade, maior coerência do Estado em cumprir compromissos para que os processos da Comissão avançassem. O deputado tinha pressa em executar as mudanças nas prisões.³²⁸

Dias depois, o deputado Liszt Vieira (PT) apresentaria na Tribuna a carta recebida pelos presidiários da Ilha Grande destinada ao governador Leonel Brizola. Por si só eram provas de

³²⁶ JB, 29.03.1983, p. 1. Matéria de capa: “Mil presos serão soltos no Rio a partir de 90 dias.”

³²⁷ Idem, p. 1.

³²⁸ Discurso de Liszt Vieira na tribuna: “As irregularidades continuam, as tentativas de fuga e os assassinatos continuarão, e não é possível que o Governo do Estado continue honrando a atual administração do Sistema Penitenciário, que por sua incompetência vem causando malefícios extraordinários à Administração Pública e a esse setor que representa os presos do nosso Estado, que hoje atinge a 12.000 pessoas.” (VIEIRA, 10.11.1983, p.4)

que a visita à Ilha da comissão em março daquele ano não havia gerado grandes mudanças naquela penitenciária. A carta denunciava uma tentativa de massacre naquele presídio.

No dia 31 de outubro, por volta das 12 horas [...] A violência física e moral, perpetrada contra nós, foi uma grosseira provocação. Visava provocar uma reação de nossa parte, para ensejar motivo de massacre. Tudo premeditado nos corredores sombrios da DESIPE e Secretaria de Justiça, com o aval dos senhores: Avelino Moreira e Vivaldo Barbosa; ambos em débito com a massa carcerária... (PRESOS DO INSTITUTO..., 23.11.1983, p. 9-10).

No decorrer de 1983, foram divulgadas muitas notícias sobre fugas de presidiários, e greves de fome, e a administração do sistema penitenciário percebia que os presos estavam mais articulados em suas rebeldias e solicitações. Depositava este crédito nas lideranças de comandos, em especial o Comando Vermelho. E a Ilha Grande era o berço desta articulação de presos comuns. E os foragidos da Ilha, com frequente aparição em jornais como autores de delitos no continente, foram considerados responsáveis pelo aumento do índice de crimes.

No entanto, em meio a reportagens que cobriam esses arbítrios, havia o clamor conservador expresso em páginas dos jornais diários e em discursos de parlamentares desaprovando as iniciativas que preconizavam os direitos dos presos. Em tom crítico, dois meses após o início dos trabalhos da CPI, o Jornal *Última Hora* publicou uma charge representando a caricatura de um criminoso perseguindo um homem e também uma mulher, com a seguinte legenda:

Mais "direitos humanos" em questão. E os do cidadão que paga impostos? E os do humilde trabalhador que, no fim de semana, recebe a magra fêria e dela é despojado quando volta para casa, por assaltantes, implacáveis? E os da moça estuprada entre a estação de trem e o modesto tugúrio em que reside? São perguntas que este leitor joga no ar.³²⁹

Figura 37 - Crítica à política de segurança pública em charge



Charge sobre a Política de Segurança Pública

Fonte: (Última Hora, 11.05.1983, p.5)

³²⁹ Última Hora, 11.05.1983, p. 5. Matéria: "Brizola em questão."

Em 04 de setembro de 1984, a Comissão apresentou o resultado do trabalho. A Resolução n. 139 de 1984 previa enviar suas propostas de melhorias para o sistema carcerário e penitenciário do estado.³³⁰ O ponto importante que interessa para esta pesquisa é a proposta de desativação do presídio da Ilha, proposta esta da comissão seria posta em prática apenas no próximo mandato de Brizola.

3.5.1 Desmilitarização da segurança pública

A mudança de diretrizes filosóficas com a aplicação prática não se resumiu à situação dos cárceres. Ou seja, na perspectiva das atribuições da Secretaria de Justiça, foram também estendidas ao âmbito da Segurança Pública, priorizando mudanças nos comportamentos dos policiais. Na proposta, o projeto de segurança resumia-se na ideia de democratizar as instâncias. (CERQUEIRA, 1996, p. 195).

O traço marcante dessa política pública foi o tom de polêmica ou falsa polêmica, como Francisca Vergínio Soares (2002) aponta em seu estudo. A política de abertura do sistema carcerário, amplamente relacionada com a política de desmilitarização da Polícia, eram faces da Segurança Pública. O governo Leonel Brizola implantou novas diretrizes para a atuação dos policiais nas ruas com um firme projeto de desmilitarização da Polícia do Estado do Rio de Janeiro. Bruno Marques Silva (2016) sintetiza da seguinte maneira a proposta de uma nova segurança pública:

A ação policial preventiva e ‘desmilitarizada’ passaria a ser vista como fundamental, no propósito de garantir direitos individuais inalienáveis. A polícia deveria ser, para esses oficiais, ‘prestadora de serviços’, ampliando suas esferas de atuação. Essas propostas inovadoras, contudo, enfrentaram muitas resistências. No momento delicado da redemocratização brasileira, essas reformas foram entendidas por alguns setores da sociedade fluminense como pouco eficazes no enfrentamento da crescente criminalidade urbana. (SILVA, 2016, p. 240)

Essa orientação priorizava a mudança na política de segurança de modo a atualizá-la segundo padrões pautados pela democracia, compatível com a “Era dos direitos” (BOBBIO, 2002). Em outras palavras, era uma Política de Segurança que repudiava as truculências das autoridades policiais, que pretendia abolir as torturas em presídios, que se pautava pela segurança do cidadão e que buscava respeitar as populações marginalizadas pela origem social ou cor de pele. Em suma, uma Política de Segurança que “[...] Dedicou atenção especial à questão dos

³³⁰ Ver a Resolução na íntegra no Anexo 2.

direitos humanos e à violência policial, principalmente às ações ‘discricionárias e racistas’ nas favelas.” (SILVA, 2016, p. 243)

Estava em questão o modelo de controle social baseado no pensamento positivista, conforme o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira afirma: “Não foi difícil o **estigma lombrosiano** ser identificado nas classes mais pobres e subalternas da sociedade. Isto tem justificado manter-se ainda hoje no cenário brasileiro um controle social penal extremamente perverso e desumanizador.” (CERQUEIRA, 1997, p. 128, grifo nosso).

Portanto, no contexto do governo Brizola, tentou-se uma mudança de paradigma no que se refere à Segurança Pública. Para entender a direção assumida pelo governo, é imprescindível conhecer a perspectiva da Criminologia Crítica, defendida por Nilo Batista, que provoca uma reflexão sobre a missão do Direito Penal:

Mais do que em qualquer outra passagem, a ideologia transforma aqui fins particulares em fins universais, encobre as tarefas que o direito penal desempenha para a classe dominante, travestindo-as de um interesse social geral, e empreende a mais essencial inversão, ao colocar o homem na linha de fins da lei: **o homem existindo para a lei, e não a lei existindo para o homem.** (BATISTA, 2004, p. 112, grifo nosso)

Na perspectiva do autor, o Sistema Penal então existente mantém o privilégio de uns e obstina-se com a missão de punição de outros grupos. O autor propõe inverter a finalidade dos sistemas jurídicos. No mais, Luiz Eduardo Soares complementa de forma contundente a compreensão da visão crítica em relação aos aparatos legais e de segurança: “Numa democracia, a meta da instituição policial, independentemente de suas atribuições específicas, deveria ser garantir direitos dos cidadãos” (SOARES, 2019, p. 25). Nos propósitos de Cerqueira, havia dentre as propostas básicas mudar posturas policiais. A seguinte: “A dignidade da pessoa humana estaria sempre presente na prática policial, na hora de prender um criminoso, interrogar um suspeito, na assistência às vítimas, na proteção dos adolescentes etc.” (CERQUEIRA, 1996, p. 196)

Assim, é possível afirmar que o primeiro mandato de Leonel Brizola como governador do estado do Rio de Janeiro foi expressivo na reversão (ou tentativa de reversão) dos padrões tradicionais da Justiça, buscando a aplicação de princípios democráticos no setor de Segurança Pública; no entanto, as intenções dele e da sua equipe (ou simpatizantes) não foram bem compreendidas.

Cerqueira (1997) esboçou projetos com propósitos em que a polícia deveria estreitar mais as relações com a população em atitudes e ações participativas: “Começamos a iniciar um projeto de participação dos policiais, na época denominado de 'grupos de representantes de pares'. Isto foi o suficiente para **mobilizar a resistência de uma grande parte de oficiais que não aceitavam o novo modelo.**” (CERQUEIRA, 1997, p. 134) De modo geral, em ambientes como

estabelecimentos carcerários, propostas como essas não seriam bem interpretadas.

Na avaliação dos funcionários de presídios, a nova política defendida e imposta pelas autoridades representava um caminho sem volta. Consideravam que os detentos haviam conquistado uma autonomia que impedia as atitudes habituais dos guardas que, por sua vez, garantiam a segurança nos presídios. Em entrevista do jornal *O Globo*, o presidente da Associação dos Servidores do Sistema Penitenciário, em 1983, Álvaro Barbosa, afirmava:

Uma abertura como esta que as autoridades estão querendo vai provocar um verdadeiro morticínio nos presídios. Como se pode assegurar direitos humanos aos presos, como querem as autoridades, se não existir segurança para os servidores? -disse Alvaro Barbosa- Mortes assim vão acontecer se o Governo do Estado e a administração do sistema penitenciário não atentarem para o problema. Haverá crimes em massa nos presídios. Nós nem podemos separar os presos, porque eles alegam: "O Brizola disse que nós temos direitos e nós queremos nossos direitos". Ele lembrou que sempre houve, dentro dos presídios, grupos que gozavam de certos privilégios por bom comportamento. Com a nova administração do sistema penitenciário, as regalias foram estendidas a todos os internos, e isto dá origem à brigas:-Infelizmente, ainda não houve abertura para os agentes dizerem o que pensam do sistema.³³¹

O mito de que Leonel Brizola estaria defendendo os atos criminosos e apoiando a indisciplina dos presidiários foi uma flagrante distorção da luta pelos direitos humanos e, particularmente, pelos direitos dos presos.

Julita Lemgruber, diretora do DESIPE no segundo mandato de Brizola, de 1991 a 1994, menciona a dificuldade de receber suporte dos guardas para mudar a cultura de violência existente nos presídios. Para esses funcionários, as conduções democráticas na solução de problemas nos presídios e tentativa de diálogo com os internos eram um afrouxamento do sistema.

Muitas vezes, depois, fui acusada de negociar com presos, como se a expressão fosse reflexo de algo ilícito e condenável. Foram várias as negociações e não me arrependo de uma única delas. Contando que eu não infringisse a lei ou o regulamento, julgava sempre produtivo sentar e conversar com presos, ouvir suas queixas e, muitas vezes, excelentes sugestões. (LEMGRUBER, 2010, p. 191)

Mas, na prática, a resistência aos novos protocolos de tratamento aos presos foi um obstáculo que o sistema precisou enfrentar. A nova proposta na disciplina penitenciária de tratamento de detentos era bem distinta das gestões anteriores. Novos regulamentos preconizavam o rigor na obediência das leis, e os guardas não aceitavam facilmente essas novas orientações. Sobre esse período, Julio Ludemir acrescenta:

³³¹ O Globo, 14.04.1983, p. 12. Matéria: "Guerra interna nos presídios. Cinco mortos na luta pela liderança dos detentos."

Revoltados, os guardas reagiram fazendo corpo mole e vendendo a alma ao diabo. Não foi em vão que surgiram as guerras de facção exatamente nesse período. Dono absoluto das cadeias, o Comando Vermelho passou a impor a ordem que no passado tanto contestara. (2007, p. 387)

Na perspectiva dos funcionários de presídios, em geral, a novidade do recurso da negociação era (e muitas vezes continua sendo) considerado negativo. Eles entendem que, para manter a disciplina, o uso da força é imprescindível. Para os guardas, as novas filosofias de diálogo com o detento significam uma inversão de papéis. Nesse novo contexto, a visão de seus funcionários era a de que os presos teriam o controle das prisões³³².

Em matéria do *Jornal do Brasil*, em 1986, o presidente da Associação dos Servidores do Sistema Penitenciário, Ubirajara Bonfim, expunha suas reivindicações para se evitar uma greve. Dentre as exigências, destacava o aumento de 70% no piso salarial, mais 25 % de insalubridade. Acrescentava ainda sua indignação em relação à opinião de que o diretor do DESIPE teria colocado os presos acima dos funcionários. Nas páginas do *JB*, Ubirajara Bonfim afirmava: “Ele [o governador Leonel Brizola] sempre coloca o preso acima dos funcionários, pois alega que toda medida tomada para a segurança avilta o preso.”³³³

Cerqueira (1997) atesta: “Nós tínhamos percebido uma dificuldade enorme para a implantação dessa filosofia operacional. Havia uma grande repulsa manifestada pelos nossos policiais e por parte significativa da sociedade carioca, relativa à política de direitos humanos para criminosos.” (CERQUEIRA, 1997, p. 135)

Na sequência da instauração da CPI que investigava os problemas nos presídios, foi aprovada outra CPI: a “Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar as Causas da Insegurança Existente no Estado do Rio de Janeiro (Resolução n. 02/1983)”. A CPI foi criada com o intuito de investigar as causas do aumento da violência no Rio de Janeiro³³⁴. No quarto encontro da Comissão, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi convidado a participar do evento. Na ocasião, foi solicitado ao coronel que respondesse a duas perguntas iniciais: “Primeira: qual a causa da violência urbana e

³³² Publicado no *Jornal do Brasil* sobre a situação dos presídios: “Hoje, em todo o sistema, ninguém discute que o poder é exercido pelo pessoal da 'Lei de Segurança Nacional' - o Comando Vermelho como o grupo é conhecido - que tem sua sede central nas galerias 14 e 16 do Instituto Penal Cândido Mendes na Ilha Grande”. (JB, 15.05.1983, p. 30. Matéria: “Na cadeia, grupos brigam por poder e dinheiro”).

³³³ JB, 17.09.1986, p. 7. Matéria: “Guardas penitenciários fazem ameaça de greve.”

³³⁴ A “Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas da Insegurança existente no estado do Rio de Janeiro” tinha o seguinte quadro de integrantes: Heitor Furtado (PDS) (presidente), Paulo Albernaz (PMDB) (vice-presidente). Membros: Fernando Bandeira (PDT) (relator), Jorge Roberto Silveira (PTB), Allonso Celso (PDT). Suplentes: José M. Paixão (PMDB), Mariano G. Neto (PDT), Flores da Cunha (PDT) e Fernando Leandro (PTB). A criação desta comissão se propunha não exatamente como uma complementação para os propósitos de aplicação da política de segurança pública da equipe criada no início da gestão Brizola. Ao contrário disso, esta CPI era integrada pela maior parte de deputados críticos ao governo estadual e propunha uma discussão de modo a aumentar os rigores das forças de segurança, de acordo com as tendências em ascensão na ocasião de “tolerância zero” com o crime.

segunda: quais as providências a serem tomadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, no sentido de minimizar os índices da violência urbana?”³³⁵ As respostas do coronel foram evasivas e sua fala também evidenciou dois pontos principais: 1º - a sua capacidade intelectual de articular filosoficamente sobre as motivações para o aumento nos índices de violência, citando trechos de autores como Jacques Lantier, Manuel Lopes-Rey e Juary C. Silva. 2º - sua predisposição em traçar um novo perfil para a Segurança Pública, pautado em um policiamento atento à defesa da população e dedicado à defesa dos direitos. De modo geral, sua intenção era a de romper com o autoritarismo, e suas intenções com a nova política estão resumidas no seguinte trecho:

É certo que a sociedade, quando se organiza e se estrutura politicamente, exige de seus elementos -os cidadãos- deveres e atribuições e, por outro lado, deveres e direitos. Direitos e deveres, eis os ingredientes principais para a construção da justiça social. Cabe ao Estado assegurar direitos e exigir deveres e há boa justiça social quando a distribuição daqueles dois bens é feita de maneira equitativa e ordenada segundo os princípios enumerados pela ordem jurídica. (CERQUEIRA, 1983, p. 20)

Como desdobramento do pensamento do Comandante da PM, Nazareth Cerqueira (1983), seguem as declarações do próprio governo em relação a medidas tomadas no primeiro semestre de 1983:

O Governo criou junto ao cidadão a consciência do fim da impunidade. O cidadão já não teme a polícia, que é agora acionada para protegê-lo, não para reprimi-lo. Não há mais blitzes de trânsito nem prisões sem flagrante e não se entra mais nas favelas, arrombando barracos.³³⁶

3.5.2 Insatisfação nos resultados da política de segurança pública e Abertura do Sistema Carcerário

Francisca Vergínio Soares (2002) critica a metodologia da política pública de desmilitarização empregada na gestão Brizola. A socióloga considera que não foram bem aplicadas as ações de inibição da ação policial no contexto da “nova violência”, atribuindo a Brizola a qualidade de “populista” nas ações políticas que defendeu. Recorrendo a Francisco Wefford (1980), a autora argumenta ainda que os direitos humanos seriam uma construção ideológica a serviço de quem está no poder (SOARES, 2002, p.150).

A ambiguidade contida no *novo Contrato Social de segurança pública* deste governo não conseguiu dar conta desta problemática. O princípio da *igualdade da lei*, para todos indistintamente, parece ter ficado no plano das boas intenções. Melhor dizendo, através de que método se poderia fazer segurança pública que não fosse por meio de uma política de enfrentamento do Estado de direito contra

³³⁵ FURTADO, 14.09.1983, p. 20.

³³⁶ SEIS MESES..., 23.09.1983, p. 13.

a cúpula ostensiva do crime *verdadeiramente* organizado? Este que, através da corrupção, compartilhava do poder com seus representantes oficiais. Questiona-se: o que o governo ofereceria para essa população, além de uma promessa vazia de que todos seriam iguais, porém apenas perante a lei? (SOARES, 2002, p. 129)

Soares (2002) faz uma crítica contundente ao modelo de implantação dessa política pública progressista no governo Brizola. Segundo sua avaliação, a diminuição da severidade na segurança pública deveria ter sido acompanhada por maiores investimentos no setor. Faltava na segurança pública um investimento para aprimorar as técnicas e preparo dos agentes para ensiná-los o conhecimento técnico envolvido nas tarefas de investigação dos crimes. A carência de investimento teria sido decisiva para o fracasso dessa política pública, que pretendia uma mudança qualitativa no setor de segurança. Ainda de acordo com Soares (2002), o fracasso da política pública de desmilitarização do aparato policial resultou no afrouxamento dos rigores de segurança e, facilitando, assim, a dinamização dos grupos criminosos e facções e afetando diretamente os moradores de favelas: Foi esse o segmento da população que teve de conviver com o crescimento dos “empreendimentos” de traficantes. A diminuição da repressão ao crime foi, portanto, elemento impulsionador do poder paralelo nas favelas, ao ponto de a segurança pública perder totalmente o controle da situação (SOARES, 2002, p. 129).

A este respeito o jornalista Julio Ludemir (2007) sintetiza:

Foi em sua gestão [de Leonel Brizola] que o Rio de Janeiro **confundiu respeito a direitos com ausência de deveres**. Esse erro deu o discurso de combate ao crime com o qual a direita voltaria ao poder nas eleições seguintes, com a vitória do Wellington Moreira Franco. Há que se conceder ao primeiro governo Brizola o benefício da inexperiência com a máquina administrativa, que permitiu que **ideias generosas fossem sabotadas pelos conservadores**. (LUDEMIR, 2007, p. 387, grifo nosso)

Bruno Marques Silva (2016) salienta outro ponto da gestão Brizola: o que foi benéfico para população mais carente, como a criação do Policiamento Comunitário. No entanto, também sinaliza que, devido às posições adotadas em Segurança Pública, Brizola ganhou forte oposição. Como consequência, o aumento da violência e por não verem soluções efetivas, até mesmo grupos que, inicialmente, apoiaram a campanha de Brizola, passaram a considerar seu governo como cúmplice do crime: “O governo passou a ser identificado como agente inibidor e desmoralizante das forças de segurança.” (SILVA, 2016, p. 254)

Cristina Buarque de Hollanda (2005) aponta mais dois fatores que contribuíram para o insucesso da política de segurança: a política da interdição ao agente de segurança e a posição de confronto aberto: funcionários da segurança *versus* governador. Segundo Hollanda, dentre as controvérsias sobre essa política pública, a falta de preparo para oferecer formação adequada aos trabalhadores do ramo pode ter sido uma das grandes falhas do projeto. Hollanda ressalta também que a fundamentação teórico-pedagógica para a formação dos agentes foi uma abordagem fadada

ao fracasso. A apresentação das ideias essenciais, o esforço de convencimento e a insistência na conscientização e na explicação sobre os direitos humanos foram identificadas exclusivamente com as proibições no âmbito da atuação dos agentes públicos. Para os agentes de segurança, a nova postura ideal representava uma série de comandos proibitivos. Não teriam mais permissão para matar, torturar ou invadir barracos, dentre outras interdições:

[...] E a ausência de formulações efetivamente propositivas - que indicassem estratégias de ação sem situações de impasse, de risco de vida do policial e de uso necessário da força - contribuíram para produzir esta leitura de inação. A ênfase na restrição do uso da força foi traduzida pela compreensão policial como obstáculo intransponível ao uso da força. Ao constarem como novidade no currículo das escolas de formação da polícia, os direitos humanos tenderam a confinar-se num universo estritamente teórico e doutrinário, não sendo assimilados como ferramenta para ação. Muito pelo contrário, foram apropriados como pretexto para não agir. (HOLLANDA, 2005, p. 132)

No revés da implantação da política, vieram as distorções sobre o que se era esperado dos agentes de segurança. Tantas interdições (não matar, não torturar, não violar lares etc) sinalizaram, na leitura dos agentes, que não poderiam ou não deveriam mais trabalhar. Essa controvérsia chegou ao extremo das distorções, a ponto de policiais mandarem ao governador, por intermédio da imprensa, recados com a conotação de que o governador teria mais apreço pelos bandidos do que pelos policiais (HOLLANDA, 2005, p. 135). Outra compreensão difundida foi a de que a maior preocupação do governador seria com os criminosos, não propriamente com as vítimas dos infratores da lei. (HOLLANDA, 2005, p. 137). Mais uma vez, a política sofreu com a distorção do entendimento sobre os fatos.

Ainda sobre o tema da deturpação sobre os eventos em marcha, na análise daqueles acontecimentos do primeiro governo democrático, depois de tantos anos abaixo de um aparelho repressivo, Michel Misse (1999) contribui com mais um elemento a ser considerado naquele contexto. Destaca que, nos tempos ditatoriais, a violência autorizada era outra:

A violência é um desses mitos, uma representação-limite, contra o qual jogo meu mito ontologicamente mais seguro e mais adequado: uma cidadania plena, igualitária e socialmente justa. Ao fazê-lo, no entanto, me dou conta de que o significado de violência, nesse caso, precisa se dilatar, alcançar alguma coisa que antes, no Brasil, chamavam de « violência institucionalizada », e que pareceu de uso inadequado com o fim da ditadura militar e a reconstrução democrática do Estado. (MISSE, 1999, p. 82-83)

A impressão era de que a violência era uma força não existente antes, mas que, na ocasião, estava em crescimento, mesmo que tolerada como instrumento do Estado. Entretanto, no âmbito de um governo que tentava se estabelecer no padrão democrático, a gestão da transição para a democracia precisava reprimir os usos naturalizados da repressão.

A experiência de democratização e desmilitarização dos aparatos da segurança pública,

estabelecida no governo do estado do Rio de Janeiro na gestão 1983-1986, pode ser observada como um exemplo de altos e baixos no processo de aplicação de uma política pública. O então governador Leonel Brizola pretendia demarcar a diferença da gestão democratizante em relação aos governos anteriores que estiveram sob a égide do governo autoritário centralizador da segurança pública. Elenaldo Celso Teixeira (2002) chama a atenção para a distância entre os princípios norteadores de uma política pública e a realidade de sua aplicação, acrescentando informações pertinentes sobre do que se trata uma política pública:

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. **Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.** Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2, grifo nosso)

A política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro teve essa incompatibilidade. As declarações não possuíram o mesmo peso das intervenções e investimentos. O governo estadual solicitou verbas ao governo federal para solucionar as superlotações dos presídios, por meio do projeto que previa a construção de mini-presídios no bairro de Bangu³³⁷. Apesar da resposta positiva para o financiamento, o governo federal não cumpriu o acordo: Segundo Julita Lemgruber: “A falta de recursos do governo federal era um problema crônico no governo Brizola, oposição rasgada aos militares que ainda mandavam no Planalto. [Avelino Gomes Moreira Neto]³³⁸ sabia que este dinheiro poderia nunca chegar.” (LEMGRUBER, 2010, p. 108)

A pesquisa realizada por Edmundo Coelho (1987) dentro dos cárceres tem um elemento diferenciador das demais investigações sobre este tema posto que, Coelho visitou pessoalmente a maioria das prisões fluminenses. Embora ele não tenha pesquisado a prisão da Ilha Grande, entrevistou presos e guardas e por isso suas percepções auxiliam na compreensão de um aspecto de natureza psicológico comportamental sobre os efeitos da política pública de democratização dos cárceres, na gestão Brizola. A pesquisa foi realizada em durante os anos da gestão Brizola. Na avaliação de Coelho (1987), a política que era divulgada na imprensa e defendida na teoria, criou expectativa em um alto nível tanto na comunidade de organizações defensoras dos direitos humanos, quanto, especialmente dentro da comunidade intramuros, os presos. Durante os meses em que a CPI visitou cárceres no Rio e que o governo divulgou planos de ações a serem

³³⁷ Cf. JB, 16.06.1983, p. 9. Matéria: "Rio terá 10 minicadeias na periferia". Ver também: JB, 29.07.1983, p. 4. Matéria: "Vivaldo insiste na ajuda federal para os presídios".

³³⁸ Avelino Gomes Moreira Neto foi diretor do DESIPE de março a janeiro de 1983.

implementadas para minorar as mazelas nas prisões, as cadeias ficaram agitadas, fora do ritmo de tranquilidade da rotina que é habitual e ideal dentro das prisões. A intensa inquietação de presos esperançosos por melhorias não foi acalmada pela efetiva concretização de melhorias em suas realidades.

O novo governo acenava com uma proposta de humanização do sistema e de rigorosa obediência aos direitos humanos dos presos. Anunciava a eliminação dos castigos corporais, a desativação das "surdas", a vigilância sobre os procedimentos disciplinares para eliminação do arbítrio, a assistência às famílias dos presos, a ampliação das oportunidades de trabalho nos presídios e penitenciárias e a regularização da condição jurídica da massa carcerária através de comissão especialmente designada. Em suma, criou-se dentro dos muros do sistema o mesmo clima de forte expectativa que o novo governo criara na sociedade externa. (COELHO, 1987, p. 108)

A expectativa chegou a grandes níveis e a realização de promessas foi esvaziada. O sentimento de ressentimento por acharem que foram ludibriados e que não deveriam mais confiar nas promessas de autoridades, deveriam fazer eles mesmos, os presos, a própria mudança nas prisões.

As soluções para os presídios dependiam de recursos, que não vieram do governo federal. Ao mesmo tempo, a prioridade do governo Leonel Brizola foi o investimento maciço em educação, marca indelével da sua gestão até hoje³³⁹. O problema do sucateamento e superlotação dos presídios foi um drama crônico que exigia recursos financeiros vultuosos do governo, concomitante às demandas de recursos para a criação e construção do projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) (XAVIER, 2016, p. 273).

Para Jadir Peçanha Rostoldo (2019), a falta de recursos provenientes do governo federal não pode ser compreendida exclusivamente pelas motivações políticas. Tratando do período 1979 a 1989, Rostoldo afirma que existia uma verdade crise econômica:

[...] os créditos internacionais desapareceram e com eles as reservas brasileiras, fazendo com que o país recorresse ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1983. [...] As principais ações implementadas pelo governo foram a contenção salarial, o controle de gastos do governo, o aumento da arrecadação, a elevação das taxas de juros internas e a contração da liquidez real, mantendo o tratamento especial dado às atividades de exportação, energia, agricultura e pequenas empresas. (ROSTOLDO, 2014, p. 43)

Os investimentos e empréstimos realizados pelos sucessivos governos militares teriam criado uma situação de forte instabilidade econômica no país e seus desdobramentos econômicos

³³⁹ Sento-Sé (1999) cita alguns pontos que foram os fracassos para o programa de governo de Brizola: “Outra razão de críticas ao desenvolvimento do programa diz respeito ao **enorme volume de verbas a ele destinado**. Para além das denúncias de superfaturamento e manipulação das licitações, uma série de problemas foram apontados. Muitos deles vindos dos próprios membros do governo”. (SENTO-SÉ, 1999, p. 285, grifo nosso)

despontaram nessa época. Os reflexos dessa crise foram sentidos na relação com os estados, os quais não puderam contar com o apoio federal de recursos econômicos federais.

3.5.3 Reflexos da política de segurança pública do governo de Leonel Brizola no presídio da Ilha Grande

O primeiro mandato de Brizola foi determinante para mudanças na Penitenciária do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM). A abertura das prisões significou uma iniciativa das autoridades, que constataram as denúncias de presos e o descaso a que os presídios estavam submetidos. No caso de Ilha Grande, foi uma oportunidade para os presidiários terem suas demandas atendidas. Ao mesmo tempo, abriu-se uma brecha que foi aproveitada pelas lideranças das cadeias, que assumiram estrategicamente o poder na penitenciária da Ilha Grande. A revolta dos presos da Lei de Segurança Nacional (LSN) forjou identidade suficiente para que dominassem sozinhos a massa carcerária da Ilha Grande, leia-se, O Comando Vermelho dominou sem a concorrência de outras quadrilhas. É nesse sentido que é possível considerar que o Comando Vermelho dominou a prisão da Ilha, o IPCM. Por outro lado, gerações de guardas mais antigos, antes acostumados a proceder com a disciplina pela tortura, não compreendiam que uma cadeia pudesse se arregimentar a princípios disciplinadores para limitar a ação dos guardas. Isso era entendido como enfraquecimento da ordem e disciplina. Para essas gerações, era mais fácil disseminar o mito de que a cadeia era melhor e mais disciplinada em outros tempos. Esse tipo de memória sobre aquela prisão é bastante difundida desde aquela época.

Contudo, a história desse presídio não se resume a esses eventos. Embora a realidade sobre a maioria das prisões do estado fosse decadente, a opinião pública não teve boa receptividade para a Política de Abertura do Sistema Carcerário. Por ironia da história, foi essa política que, somada à mudança na Lei de Segurança Nacional (1969), gerou um clima favorável à criação dos Comandos nas prisões.

Dentro deste contexto, presos comuns do Comando Vermelho iniciaram um processo de reivindicação das necessidades no contexto de democratização, – com algumas demandas atendidas e outras não. Exemplo disso são as predisposições dos presos comuns a escreverem cartas de denúncias de maus tratos. Alguns registros desde a década de 1980 mostram um ambiente carcerário bastante descontraído e com mudança de comportamento dos funcionários em relação aos presidiários. Desde meados da década de 1980, o presídio da Ilha passou a não ser mais motivo de assombro para quem fosse transferido para lá.

Em matéria televisiva produzida pela extinta emissora de televisão Manchete, enquanto a repórter Solange Bastos e o cinegrafista Julio Costa seguiam pelos corredores do cárcere da Ilha,

uma rítmica e bem humorada percussão sendo o fundo musical da reportagem. O som era dos presos que tocavam instrumentos improvisados e cantavam sambas alegremente.³⁴⁰

Um deles foi entrevistado para compor a matéria, e revelou já haver conseguido fugir algumas vezes daquela prisão, envaidece-se de conhecer as rotas de fuga³⁴¹. Outro preso apresenta sua família composta por esposa e três filhos, residentes nas cercanias do cárcere, dentre os benefícios concedidos aos presos, estava a autorização da instalação de familiares casados em casas improvisadas perto do presídio. Esses presos, como já mencionados, eram identificados como presos-colonos.

A lei que passou a regulamentar o Regime Aberto em 1984³⁴² foi um instrumento jurídico já antes aplicado na Ilha Grande há bastante tempo. O regime semiaberto, como se sabe, prevê a permissão do preso dormir fora da prisão. Como a Ilha era isolada do continente, aos presos, restava trazer seus familiares para residirem na região mais próxima ao presídio.

A afirmação de que a prisão pode, ao mesmo tempo, castigar e ressocializar não mais se sustenta. Partiu-se, então, para novas formas de execução das penas privativas de liberdade, valorizando-se ao mesmo tempo a ressocialização e progressividade que estabelece disciplina diferenciadora entre as penas e entre os condenados. (MUKAD, 1996, p. 61)

O aumento do número de fugas e a identificação frequente em páginas dos jornais diários de que foragidos da Ilha Grande circulavam e que eventualmente eram recapturados em ações criminosas no continente reforçaram a fama de que o presídio nada mais tinha a merecer do status de segurança máxima. O Instituto Penal Cândido Mendes perdeu o crédito de eficiência em manter os presos confinados na penitenciária.

No cárcere da Ilha, antes era a distância que inviabiliza uma fiscalização do Estado sobre as ações abusivas na coerção dos detentos por parte dos guardas, policiais e moradores. E após a virada histórica que representou a Abertura do Sistema carcerário, a distância também inviabilizou o controle, desta vez, em relação às ações autonomistas dos presos.

A fama de terror do presídio ruiu. Os mesmos jornais que antes discorriam editoriais com tom de horror, com as misérias que dantes ocorriam no interior do presídio da Ilha, tempos depois exibem o desdobramento da política de abertura do sistema carcerário: aumento de fugas, concentração de presos “afiliados” ao Comando Vermelho. A massa carcerária passou a representar o papel de ser bastante perigosa e os assaltantes de banco com seus vários anos de penas a cumprir por causa da Lei de Segurança Nacional receberam o epíteto de “presos de alta

³⁴⁰ Cf. (AMEAÇAS..., 1992).

³⁴¹ Sobre as rotas Ver: (SOUZA, 2022)

³⁴² Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

periculosidade". Os foragidos dessa época, chamados de "vagabundos", passaram a ser identificados como perigosos pelos nativos da Ilha. E, agora como os agentes penitenciários passaram a fazer seu trabalho mais pautados na letra da lei a cadeia da Ilha passou ao descrédito pela sociedade. A opinião pública parecia preferir o presídio da Ilha no contexto que desempenhava melhor o seu papel de masmorra, quando a Ilha Grande ao ver desse público cumpria melhor a sua função: manter isolados, longe dos olhos da sociedade, o reduto escondido de maus tratos de presos. Mas a quem, afinal, interessava a fama da suposta existência de regalias aos detentos e descontrole na disciplina do presídio?

Ao terminar este capítulo com esta pergunta, pretendo fazer uma provocação reflexiva que ajudará na compreensão do próximo capítulo onde apresento entrevistas realizadas com personalidades que tiveram maior ou menor relação com o fechamento do presídio da Ilha.

4- O fechamento do presídio e alguns temas: “invasão da Ilha”, especulação imobiliária e os “Leis de Segurança”

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. (ADORNO, 2020 [1971], p. 117)

Este capítulo pretende apresentar as contradições das “memórias exóticas” então disseminadas sobre a Ilha, estas que consistem na versão de que internos do presídio eram os responsáveis por aterrorizar as populações das praias da Ilha e também pontuar/abordar a questão da especulação imobiliária no local.

Para a linha de argumentação, no primeiro momento, seguem as entrevistas que foram realizadas com Liszt Vieira, ex-deputado estadual que participou da CPI e com Vera Malaguti, a Coordenadora do projeto de desativação do IPCM.

Além destas fontes orais, serão retomados discursos de outros parlamentares proferidos na ALERJ, mais especificamente, os de parlamentares com mandatos durante o segundo mandato de Leonel Brizola, de 1991-1994. Quanto às entrevistas orais, outros trechos citados anteriormente serão tratados. Em especial, relacionados aos presos do IPCM e os da situação da Ilha depois da desativação. Após uma discussão a respeito dos argumentos explícitos e implícitos sobre o fechamento do presídio, veremos a marcha dos acontecimentos a desativação.

4.1 Entrevista com Liszt Vieira, um ambientalista

“Mudar: o novo, mesmo que não muito inovador, é o adjetivo de toda a política que nasceu no desalentador final do último governo militar.”
(VIEIRA, Liszt, 1987, p. 146)

Seguem agora trechos da entrevista realizada com Liszt Vieira. Antes de mais nada, porém, é importante apresentá-lo. Liszt Vieira, Liszt Benjamin Vieira, 82 anos, formado em Direito, Sociologia, Mestre em Desenvolvimento Agrícola e Docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi deputado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1982-1986) que integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Regime Carcerário e Penitenciário do Estado. Liszt Vieira foi eleito deputado estadual na legislatura de 1982, candidatou-se pelo PT, cujo mandato se deu de 1983 a 1987. Segundo Eduardo Viola (1987, p. 96), Liszt estava entre os 3 candidatos com interesse na causa ecológica e que foram eleitos no pleito de 1982. A entrevista foi realizada em 01 de dezembro de 2020.³⁴³

Em 1983, ao integrar na comissão que pleiteava melhorias para os cárceres, Liszt também apresentou importantes discursos na Tribuna em defesa do movimento “Abertura do Sistema Carcerário”, derivado da CPI criada e da qual Liszt fora integrante. Segundo o deputado, o momento em que a comissão foi criada era uma época propícia àquele tipo de interesse. Na

³⁴³ Entrevista realizada on-line, videoconferência, em razão de ainda estarmos em período de altos níveis de contágio da doença covid-19.

avaliação de Liszt, foi o momento em que a ditadura estava terminando e a sociedade civil iniciava um processo de materializar e organizar reivindicações das mais diversas.

Liszt Vieira - Mas nós atacamos porque naquele momento surgiu como uma ponta de lança, na luta por Direitos Humanos, depois de uma Ditadura, de até então, quase vinte anos. Durou vinte anos, pode ser mais. Então, isso para nós era uma bandeira de Direitos Humanos muito importante depois do Regime da Ditadura Militar. Isso responde também a sua pergunta "Porque surgiu essa questão penitenciária?" Então havia essa grande expectativa, esse anseio da sociedade por bandeiras democráticas, depois do sufoco, depois de tantos anos de Ditadura Militar. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020]

Liszt afirma que a conjuntura que teria gerado comoção para a aprovação daquela comissão sobre os presídios seria o episódio em que uma presidiária de classe média, formada em psicologia, teria sido torturada por estar fazendo uso de drogas³⁴⁴. Acrescenta-se a isso o fato de ainda haver presos políticos nas instalações carcerárias. Alguns deputados haviam passado por experiências de exílio e prisão na ditadura. Obviamente conheceram pessoas nas cadeias, e passaram a solidarizarem-se pelos que ainda permaneciam naquela condição.

Liszt Vieira - Além disso também, alguns ex-presos políticos agora já também em liberdade, foram colegas de cárcere de presos que continuavam lá. Então, tornaram-se amigos, digamos assim. Então eles tinham uma motivação até pessoal, pessoal num sentido não egoísta da palavra, mas no sentido solidário, da palavra, não é. Eles tinham uma solidariedade, não é, com aqueles presos que lá continuavam. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020]

A aprovação da CPI pela Assembleia não foi uma surpresa de início, posto de há tempos os jornais anunciavam sobre a crise do sistema carcerário. Até mesmo lideranças políticas conservadoras estavam interessadas na questão dos presídios. Talvez não com a mesma perspectiva adotada pela comissão que, afinal estava direcionada a soluções mais urgentes, e ao atendimento aos direitos básicos dos presos.

Entretanto, Liszt afirma que a situação dos presídios não era uma prioridade na gestão de Leonel Brizola. Em sua percepção, sabia que para governo algum isso era e é importante: a causa dos presos parecia nunca ser de interesse para os políticos, pois que não votam³⁴⁵. Segundo Liszt, ao Brizola interessava a realização de seu projeto educacional, "Brizolões".

Liszt Vieira - Nós fizemos esse trabalho e foi um trabalho de denúncia que era um "pepino" para o governo Brizola. Porque o governo Brizola não tinha isso como prioridade, não é. Direitos Humanos (risos) não era prioridade para o governo Brizola. Ele tinha uma bela prioridade que era a educação, CIEP, que

³⁴⁴ Sobre este episódio ocorrido com a psicóloga Lara Loffler Gandilhon, há descrição em nota anterior: Importa ressaltar que a prisão da psicóloga foi em julho de 1983 e a CPI iniciou os trabalhos ainda em março daquele ano.

³⁴⁵ A partir da Constituição de 1988, o direito ao voto estendeu-se a ampla parcela da população, entre estes os presidiário com condenação provisória que estejam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

era um belo trabalho que ele fez. E fazer política, ele tinha aspirações nacionais. Foi depois candidato³⁴⁶ [à presidência da república], enfim, de qualquer maneira era um "pepino" para ele essa história de Questão penitenciária. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020].

Na gestão Brizola, segundo Liszt, não existia a ideia de direitos humanos como prioridade. Brizola reconhecia como prioridade a admirável preocupação com a educação. À parte disso, por trás daquele discurso, existia também um projeto de poder político direcionado para o Planalto. Mesmo assim, dentro daquela eleição ocorrida durante a transição política, era grande a expectativa de intelectuais e da população em geral por democratização naquele mandato. Havia anseios por mudanças que o diferenciava do que havia de mais autoritário até então no campo político.

E por isso, a bandeira dos direitos humanos fora um “pepino” para Brizola. Com a intenção de se projetar à presidência, teve que driblar as oposições àquele projeto de adoção de princípios tão desconhecidos a uma sociedade por quase 20 anos submetida a ditadores, e ainda com resquícios de um padrão a naturalizar autoritarismos.

O uso da expressão “pepino” por Liszt pretende explicar resumidamente o que a política de direitos humanos para presos significou para a carreira política de Brizola. “Pepino” é uma metáfora, uma expressão bem humorada para uma realidade nada boa. Brizola era bastante conhecido e tinha grandes chances de ser eleito como presidente. No campo político, tinha uma trajetória bem conhecida e respeitada. No entanto, nas duas eleições que concorreu à presidência, não venceu e nem tampouco foi ao segundo turno. A cientista política Cristina Buarque de Hollanda (2005) explica mais detalhadamente:

A atenção à população carcerária, embora se tenha convertido em poucos avanços efetivos para o setor, significou **um custo político muito grande para o governo**. Além da **rejeição difundida aos direitos humanos para presidiários**, este período da gestão Brizola testemunhou a organização inicial de uma rede criminosa de grande amplitude, o Comando Vermelho, que articulava presos e não-presos no fornecimento de drogas para todo o estado. Este dado, acrescido do empenho declarado do governo na garantia da integridade social desses setores populacionais marginalizados resultou em forte repúdio da opinião pública à ideia dos direitos humanos. O crescimento das

³⁴⁶ Leonel Brizola candidatou-se à Presidência da República em duas eleições: nos pleitos de 1989 e no de 1994. Nas eleições de 1989, ficou em terceiro lugar, com aproximadamente 6,70% dos votos, enquanto Luís Inácio Lula da Silva (PT) alcançou 17,93%. E, no topo foi eleito Fernando Collor de Melo Partido Republicano Nacionalista (PRN) 38,95%. Em 1994, a campanha eleitoral resultou nas disputas entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) no segundo turno, com a vitória de Fernando Henrique. Brizola teria um desempenho eleitoral tão deficiente, ao ponto de não ficar no ranking de votos, inclusive atrás do candidato Enéas Carneiro Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).

articulações criminosas **era associado à alegada permissividade, e até cumplicidade, do governo.** (HOLLANDA, 2005, p. 100-101, grifo nosso)

Liszt recorda que sua primeira impressão sobre presídios foi a experiência proporcionada por uma visita durante o curso universitário em Direito em que conheceu a Prisão feminina: Penitenciária Talavera Bruce. Na ocasião, o deputado teve o primeiro contato com a realidade de presídios, e admitiu ter ficado impressionado: “Então eu visitei e vi como era lá dentro. As presas com mais instrução falavam com a gente. Eu fiquei meio assustado com o que elas contavam [risos].”³⁴⁷

Sobre sua desconfiança acerca da vontade política de Leonel Brizola com relação a políticas de medidas efetivas na resolução da questão carcerária, o estudo de Edmundo Campos Coelho (1987) propõe considerações plausíveis que ajudam na compreensão da ambiguidade da gestão de Leonel Brizola (1983-1987). Embora parecesse uma gestão com motivações para uma mudança sobre a situação dos cárceres no Rio de Janeiro, efetivamente não prestava o devido investimento para a solução dos problemas, tornando-se, até certo grau de compreensão, uma política demagógica ou, como diria Coelho (1987), política reduzida ao “enunciado retórico”:

Na prática frustraram-se as tímidas incursões na esfera dos direitos humanos e, ao fim, a própria “abertura” sofreu restrições significativas. Em primeiro lugar, o sistema estava a zero quanto a recursos financeiros, e assim permaneceu. Não havia dinheiro para corrigir as péssimas condições materiais de vida nos presídios e penitenciárias, quanto mais para dinamizar serviços básicos como os de saúde, torna-se exercício meramente retórico qualquer política de direitos humanos que não resgate os presos destas condições deterioradas, como preliminar para outras formas de intervenção social. (COELHO, 1987, p. 110)

A opinião de Liszt acerca do presídio da Ilha já era antecédida por uma prévia imagem que fazia sobre aquele presídio, assim como um lugar simbólico de abusos, por saber sobre seu histórico: o de prisão que manteve viva o estigma de ser lugar de tortura, o estigma da uma coisa horrorosa. Ao mesmo tempo, guarnecia o epíteto de ser uma representação simbólica de prisão de políticos.

Liszt Vieira - Primeiro é o lado simbólico. Foi um presídio de presos políticos, não é. Tem o lado simbólico era muito forte, desde a época de Getúlio. [...] Ele tem um aspecto histórico, simbólico e político muito forte aquele presídio. [...] Além disso, maus tratos, comida ruim, enfim, um tratamento péssimo para todos aqueles prisioneiros que lá se encontravam. E são esses elementos todos, de repente isso aí, a denúncia, essa digamos esse resquício da ditadura. **A democracia não tinha chegado ainda ao Sistema Penitenciário.**

³⁴⁷ Liszt também esteve preso. Foi preso no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI CODI) em São Paulo. Mas, preferiu não comentar sobre esta experiência na entrevista.

Liszt Vieira - Nós visitamos [o IPCM] junto com o Secretário de Justiça da época. Nós visitamos o presídio de Ilha Grande, fizemos uma visita lá. Então, conheci um pouco. Mas eu não era especializado em questão penitenciária. Mas sabia como todo mundo que aquilo ali era um “rabo de foguete”, não é. Uma situação horrorosa. Havia maus tratos, havia tortura, enfim. É, o presídio de Ilha Grande, já respondendo uma de suas perguntas, era um presídio simbólico que foi um presídio de presos políticos. Não só de presos políticos durante a ditadura militar, como também presos políticos que tinha antes, da época da ditadura de Getúlio Vargas. Então ele tinha uma certa importância política, digamos assim. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020].

A percepção prévia a respeito do presídio se manifesta nas expressões: “era um presídio simbólico”, “tinha uma importância política”. Assim, como o mesmo confirma a origem deste juízo de valores prévio: a literatura de denúncia sobre o presídio da Ilha Grande. Não à toa, ele cita o trabalho de Graciliano Ramos: “Tem um livro famoso, de um escritor Graciliano Ramos que é famoso. Ele esteve preso lá durante a ditadura de Getúlio. Escreveu um livro que chama “Memórias do Cárcere”. Ele tem um aspecto histórico, simbólico e político muito forte, aquele presídio.”

E, na ocasião em que visitou o presídio sentiu-se mal com a farsa. Avaliou que era possível perceber no ambiente uma sensação de haver certa encenação de boas condições no funcionamento do presídio. Sabia que não era daquele jeito. No dia, capricharam na refeição, organizaram as instalações com intuito de causar uma boa impressão e, segundo sua intuição, acredita ter havido uma espécie de entendimento ou pacto com os internos para aparentarem que viviam em uma prisão comum, para que assim a realidade fosse escamoteada. A sensação foi tanta que, segundo Liszt confidenciou, não encontrara nada de espantoso ou impressionante no local, mas admite que a comissão ficou com medo de ir embora e deixar aqueles internos sozinhos por saber que poderiam ser espancados. Na comitiva de fiscalização da Comissão ao IPCM, estiveram presentes Fernando Gabeira, Vivaldo Barbosa, entre outros.

Liszt Vieira - Na verdade eu não me sentia muito bem como ex-presos visitando aquele... Eu não me sentia muito bem de estar visitando aquilo lá. [inaudível] como visita oficial eles limpam tudo; a comida melhorada naquele dia, entendeu? E a gente tá sabendo de tudo isso. Eles prepararam [o presídio] para visita, entendeu? Ameaçam ali "Oh, se vocês disserem alguma coisa, vão levar pau." Aí ninguém denuncia. Ficamos com medo até de ir embora porque depois eles vão ser espancados. É, ninguém nasceu ontem. Então quer dizer, você visita e tá tudo bonitinho. Você saiu dali, entendeu, a coisa muda de figura. Mas, todo mundo ali sabia disso, ninguém era ingênuo de achar que... Então, não houve assim grandes impactos em termos de denúncia ou coisas assim. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020].

A desconfiança de que havia desfaçatez nas condições de funcionamento do presídio podem ser decorrentes a um somatório de motivos, desde a percepção de um cenário falseado, do

comportamento suspeito dos internos e também pelas notícias veiculadas na imprensa naquele contexto, assim como a matéria no Jornal do Brasil previamente à visita que fizeram ao IPCM:

A comissão anunciou também que fará uma visita, sábado, ao presídio da Ilha Grande, pois tem recebido denúncias de que os presos do Instituto Penal Cândido Mendes estão sofrendo maus-tratos. A presidente da Comissão e Defesa dos Direitos do Preso, Elizabeth Sussekund, disse que o mesmo inspetor é acusado pelos presos de, em maio de 1982, ter matado outro detento, José Francisco, num bueiro do presídio, quando tentava fugir³⁴⁸.

Entre as dificuldades encontradas no trabalho com a CPI, Liszt admite ter encontrado a oposição sobre a tentativa de conversar com as lideranças das cadeias. Ele mesmo esteve preso na cadeia em São Paulo, e sabia da existência de tais lideranças, assim como em qualquer grupo, em fábricas ou em outras instâncias da sociedade. Segundo Liszt, que também tem formação em Sociologia, é natural existirem lideranças e, por isso, a comissão achou que seria interessante convidar estas “lideranças” a fazer as defesas de suas necessidades na tribuna de modo a serem manifestos seus motivos de revolta. Em suma, pretendiam entender as razões para tantos conflitos nas cadeias naquele período.³⁴⁹

Liszt Vieira - O que eu estava falando é o seguinte: Havia uma proposta que nós discutimos na Comissão de que seria importante negociar com as lideranças dos presídios, dos presos. Em todo presídio existem lideranças. São lideranças naturais ou então eles são escolhidas e esses líderes garantem uma certa ordem, entre aspas, dentro dos presídios. Era importante reconhecer e negociar com eles. Isso é uma observação sociológica importante. Mas do ponto de vista jurídico, todos são bandidos, todos são presos, não tinha que negociar com ninguém. Tinha uma ordem de cima para baixo e eles tinham que ser disciplinados pela força ou até pela violência. Tinha que obedecer a todas as instruções e as instruções eram permitidas em geral de forma violenta. Então a CPI ela foi um instrumento de propagandear, democratizar o sistema penitenciário. Essa era uma das propostas que a gente levantava que o DESIPE na época não aceitava. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020]

O secretário de justiça Vivaldo Barbosa não acatou a sugestão, além de julgar ser um contrassenso o estado assumir a existência deste tipo de lideranças.³⁵⁰ A pretensão dos deputados foi vetada pela direção do DESIPE.

Segundo Liszt, a CPI tinha por propósito democratizar o sistema carcerário, de modo que nas cadeias fossem respeitados os princípios básicos dos direitos humanos. O objetivo era romper

³⁴⁸ JB, 02.03.1983, p. 15. Matéria: "Deputados pedem CPI sobre irregularidades em presídios".

³⁴⁹ O Globo, 3.3.1983, p. 13. Matéria: "Encerrada a greve de fome em presídio de Bangu." Ver também: O Globo, 14.04.1983, p. 12. Matéria: "Cinco mortos na luta pela liderança dos detentos."

³⁵⁰ Na ocasião em que a comissão estava em atuação, houve muita agitação nas cadeias. Vários episódios de tentativas de motins, tentativas de fugas nas diferentes prisões do estado. Naquele momento, não era uma opção reconhecer que existia uma liderança forte por parte do grupo de presos que formavam o Comando Vermelho. A direção do DESIPE preferia não dar destaque a tais lideranças.

com práticas de violações de direitos costumeiras durante a ditadura. A ideia era a de aumentar as chances de que os internos não tivessem tantos trunfos para se revoltarem contra a sociedade e também a de mobilizar esforços para evitar tantas reincidências.

Um dos pontos arrolados no relatório final da CPI entre as medidas a serem tomadas era o fechamento do presídio da Ilha. Porém, Liszt admitiu que a importância da CPI foi apenas a curto prazo.

Liszt Vieira - "Qual a importância que ela teve?", eu acho que ela teve uma importância a curto prazo, naquela conjuntura política. Mas depois, o sistema penitenciário... está cada vez mais explodindo. A quantidade de presos, a prisão temporária, às vezes nem é prisão preventiva é prisão temporária que ficam lá apodrecendo lá na cadeia. Isso aí é ilegal, completamente ilegal. Isso continuou existindo e continuam cada vez mais com uma pegada racista. Vamos dizer assim com os negros são muito mais reprimidos e presos do que os brancos. Enfim, os pobres muito mais que os ricos, enfim, essa nossa... esse sistema penitenciário reproduz muito mais preconceitos que existem na sociedade como um todo. Então o presídio como um todo era simbólico como um todo. Ele só foi fechado muitos anos depois. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020]

Ainda sobre a questão ecológica, Liszt admite que, naquela ocasião, ainda não havia quantidade suficiente de grupos de meio ambiente para tratar da questão, prevalecendo bastante a ignorância sobre a questão ambiental. Era evidente a fraqueza do movimento ambiental, e isso se dava especialmente porque a própria esquerda não conseguia identificar a questão ambiental como uma questão social.

Liszt Vieira - Aquele período que eu fui deputado... e ali Angra dos Reis, mesma região da Ilha Grande. Havia preocupação em relação à manutenção e a preservação ambiental em Ilha Grande. Mas também não tinha muita força política. Pra você ter uma ideia, na época eu era do PT, não é. A direção do PT dizia que não existia direção ambiental no Brasil.[...] Exatamente o que a direção do PT dizia sobre o Meio Ambiente. Vocês "importaram" da Europa. Não existe Questão Ambiental no Brasil. Não só no PT não. Todos os partidos, da direita também, da esquerda também. Ninguém reconhecia o Meio Ambiente como questão social. Na época isso não existia. Então, os grupos ecológicos eram discriminados. Eram chamados de "alfacinha". Uma meia dúzia de vegetariano, os "alfacinha". Tinha a menor preocupação, não tinha a menor ideia. Era uma ignorância total em relação ao problema do, da discussão ambiental e a necessidade de um desenvolvimento sustentável [...] [Eu] era uma voz muito isolada naquele momento dos anos [19]80. Já hoje não, hoje mudou.(risos) Hoje tem organismos internacionais. Todo mundo tá apavorado com as mudanças climáticas, com seus impactos sobre a destruição dos recursos naturais e a sobrevivência da vida humana. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020]

Entretanto, quando perguntado sobre a importância do contexto do evento Eco 92 para o fechamento do presídio, o ex-deputado avalia ter sido de grande importância. Segundo Liszt, a questão ambiental era vista exclusivamente, até então, pela perspectiva preservacionista. Porém, por ocasião da Eco 92, foi divulgada urgência de uma nova visão sobre a questão.

Liszt Vieira - Muita influência. A Conferência da ECO, da Rio 92 teve uma influência muito importante. Porque pela primeira vez havia na ONU uma relação direta entre o Meio Ambiente e o desenvolvimento. O nome da Conferência oficial era "Conferência Nações Unidas Meio Ambiente e Desenvolvimento" o apelido dela ficou "Rio 92" ou "Eco 92". Bom, teve uma importância muito grande. Não só do ponto de vista dos países, que muitos países se comprometeram e assinaram, nem todos. Os EUA não assinaram, por exemplo, o documento sobre o clima. Mas enfim, houve muitos países que assinaram alguns compromissos. A maioria não foi cumprida. Mas de qualquer maneira foi um documento, foi um ponto de partida importante. Antes dela houve uma Conferência vinte anos antes, em 82, de Estocolmo. Uma Conferência sobre é... questão, uma visão um pouco assim, vegetal... A vegetação e a necessidade de conservação da vegetação, das florestas. Mas uma visão muito específica, não associava essa questão de preservação ambiental com a questão de desenvolvimento social, isso foi feito na **Rio 92. Primeira vez se viu que um programa de desenvolvimento econômico social tem que levar em conta a questão ambiental.** Não é, tem que incorporar a questão ambiental na sua essência, seu conteúdo. Isso foi uma novidade que teve uma importância muito grande nos anos vindouros. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020, grifo nosso]

No evento foi inaugurado o conceito de sustentabilidade, no sentido de que o desenvolvimento poderia ser acompanhado das preocupações e cuidados com o Meio Ambiente. A partir daí, Liszt avalia ter sido inaugurado um grande movimento, concedendo assim mais abertura para a causa ambientalista.

Sobre a decisão política de fechamento do presídio, Liszt manifesta a suspeição de que Brizola estaria sendo pressionado a fazê-lo.

Liszt Vieira - É, eu acho que ele foi pressionado a isso. Eu não saberei dizer que razões ele teve, que argumentos ele levou em conta pra chegar a essa conclusão. Mas, ele certamente foi pressionado para chegar a essa conclusão de desativar aquele presídio. Aí eu já não era mais deputado, eu não estava por dentro daquelas decisões que foram tomadas ali naquele governo. [Entrevista com Liszt Vieira concedida à autora, por videoconferência, dezembro de 2020].

A atuação de Liszt Vieira na contribuição para o fechamento do presídio se deu na avaliação técnica realizada pelos deputados quando das visitas de fiscalização dos presídios. No caso de Vera Malaguti, já trabalhando na Secretaria de Planejamento, sua participação foi no âmbito mais pragmático para a concretização da demanda.

4.2 Entrevista com Vera Malaguti, uma abolicionista penal

Mas é claro que por trás da histeria higienista estavam os interesses imobiliários quanto ao centro e quanto às novas áreas de ocupação. É importante destacar o papel da imprensa no engendramento dos instrumentos legais para a guerra de extermínio dos cortiços. (MALAGUTI, Vera, 1996, p. 306).³⁵¹

³⁵¹ O estudo "Medo na cidade do Rio de Janeiro" de Vera Malaguti Batista é uma investigação historiográfica que trata acerca dos medos nas cidades desde o Império. Traça uma comparação entre os medos urbanos e o início do século XX e também com os anos da década de 1990.

A entrevista seguinte foi realizada com Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista, 67 anos, cientista política, socióloga, historiadora e criminalista. Atualmente leciona em programas de pós-graduação em universidades e centros de pesquisa, como a Faculdade de Direito UERJ e o Instituto Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. No primeiro mandato de Brizola, foi assessora de projetos da Vice-Governadoria e da Secretaria de Planejamento. No segundo mandato, foi coordenadora do projeto de desativação do Instituto Penal Cândido Mendes. A entrevista foi realizada em 09 de novembro de 2020, por meio do recurso de videoconferência.³⁵²

Malaguti se orgulha por poder ser identificada dentro de um grupo que integrou a gestão Brizola, no sentido de que se assimilava com o propósito de abrir escolas e fechar presídios, quando fez essa associação simplificada das ideias de Brizola recordou que Leonel Brizola também já tinha demolido um presídio no Rio Grande do Sul, quando foi governador.³⁵³ Em resposta à pergunta sobre o motivo para implodir o IPCM, Malaguti respondeu: “Por que demolir o presídio? Para nós, demolir um presídio é uma glória. Tem gente que gosta de construir presídio...”

Ainda na proposta de identificar-se com as ideias daquela gestão, Malaguti lembra que a decisão do fechamento estava relacionada com a proposta de política de segurança pública da gestão de Brizola, conforme abordado no capítulo anterior.

Vera Malaguti - Então, tinha a ver com toda a gestão de segurança pública que a gente tinha. Que é uma visão ao contrário³⁵⁴, de segurança pública que o Brizola tinha, o Nilo Batista tinha, que era o secretário de justiça na época e é meu marido até hoje. Então, é, demolir o presídio para nós é uma... e depois eu soube na dissertação de mestrado de um aluno meu do Rio Grande do Sul chamado Pedro Caus, que Brizola já tinha demolido um presídio quando ele tinha sido governador no Rio Grande do Sul nos anos 1960³⁵⁵. Então, faz parte da nossa história construir escola e demolir presídios, então, é essa história. E ele não tinha nenhuma importância arquitetônica. Pega as fotos dele e então na verdade era um presídio que tava dentro da perspectiva de presídio em ilha que é uma coisa terrível que é de isolamento total, não é. Você tem vários no mundo que você tem isso na virada do século XIX para o século XX, onde o princípio era segregar, botar pra longe e tal. Então, ele tem uma memória triste, uma memória de presos políticos e de presos comuns e sempre uma memória triste. [Entrevista com Vera Malaguti concedida à autora, por videoconferência, novembro de 2020].

³⁵² Entrevista realizada on-line em razão de ainda estarmos em período de altos níveis de contágio da doença covid-19.

³⁵³ Leonel Brizola foi governador do Rio Grande do Sul de 1959 a 1963.

³⁵⁴ Se refere a visão política de segurança pública que é diferente e que preocupa-se mais com o aumento de instalações penitenciárias. Destaca que a visão política daquela época era diferente.

³⁵⁵ Segundo Pedro Zanella Caus, Brizola demoliu a Casa de Correção de Porto Alegre: "Em 25 de abril de 1962, o então Governador do Estado Leonel Brizola foi quem acionou o detonador para implosão do presídio[...]" (CAUS, 2020, p. 82)

Figura 38 - Vista de cima do Instituto Penal Cândido Mendes



Instituto Penal Cândido Mendes antes da destruição

Fonte: (INSTITUTO PENAL..., 2010)

Malaguti menciona que a decisão pelo fim do presídio estava alinhada também com a política de proteção ao meio ambiente de Darcy Ribeiro. Afirmar ter sido uma política bastante forte e com teor protecionista, mas que imagina que agora já tenha sido modificada em toda a sua totalidade. Estima que de algum modo estudo contemple retomar o trabalho realizado por Darcy Ribeiro em torno das políticas que criou para proteção da natureza naquela região.

Vera Malaguti - Então, a ideia era justamente transformar aquilo, trabalhar passando a área para a UERJ, trabalhando isso porque toda a Ilha Grande foi foco de um super, uma legislação ambiental muito estrita no tempo do Brizola e conduzida pelo Darcy Ribeiro. Não sei se você conhece esta história. Já tá tudo bagunçado com estes últimos governos que foram depois. Mas se você olhar os decretos ambientais, você vai ver que só poderia ter ali uma função ligada à proteção ambiental, então, a gente realmente ... O projeto era des...desmantelar o presídio, não é; até porque aquele presídio onde, [o presídio] histórico³⁵⁶, já tinha sido demolido há muitos anos. [O IPCM] Era um presídio feio de

³⁵⁶ Quando se refere a um presídio histórico, o mais provável é que Malaguti estivesse referindo-se a arquitetura do Lazareto que depois foi reformada para sediar A Colônia Penal Cândido Mendes.

arquitetura... Depois é legal você dar uma olhada nas fotos, [o IPCM era] já meio contemporâneo, que não tinha nenhuma... e a gente achou naquela época que era muito mais saudável, muito mais alegre trabalhar aquilo como um centro, não é, ligado à vida, ao meio ambiente, tudo que agente fez pra proteger de uma forma muito estrita. Um dia as pessoas vão saber o que foi a política ambiental de patrimônio nos dois governos do Brizola, sendo que nessa ocasião era a política do Darcy Ribeiro, o Darcy Ribeiro era o secretário de cultura e que estava ligado... [Entrevista com Vera Malaguti concedida à autora, por videoconferência, novembro de 2020]

Quando Vera Malaguti se refere ao envolvimento de Darcy Ribeiro na aprovação de legislação direcionada a proteger Ilha Grande, algumas normativas podem ser destacadas neste período. Dentre elas, a mais provável de ter havido a interferência ou participação de Darcy Ribeiro no processo de patrimonialização da Ilha Grande, haja visto o seu caráter cultural que foi o gesto preservacionista que consistiu no ato de tombamento de regiões da Ilha Grande.³⁵⁷

No caso da Ilha, a preocupação em preservar consistia em manter a paisagem da região e proteger sua natureza exuberante de um turismo que já despontava nas cercanias da Ilha com perfil devastador da natureza original como, por exemplo, previa-se sobre os propósitos dos hotéis de luxo, os condomínios entre outras iniciativas que já haviam sido realizadas em Angra dos Reis.

Ademais, sobre a construção do presídio, à época, não havia interesse em que esta fosse mantida de pé, por alguns motivos. Dentre as decisões possíveis naquele contexto de 1994, a solução mais razoável a ser tomada era destruir aquele patrimônio público em grau elevado de degradação pela opinião pública tanto fisicamente quanto moralmente. Segundo Wille Bole (1984) em se tratando de tombamento, as três atitudes mais comuns eram: "uma seria a preservação museal, outra, a **destruição**, e uma terceira, a mudança de função." (BOLLE, 1984, p. 94, grifo nosso) Trazendo a reflexão sobre patrimônio público para caso do presídio da Ilha, a

³⁵⁷ Resolução 29, de 14 de outubro de 1987. A resolução dispõe sobre o Tombamento definitivo do monumento natural denominado Ilha Grande. A partir deste instrumento jurídico, algumas partes da Ilha passaram a estar sob a proteção do Estado. Sendo assim, para qualquer projeto a ser implementado nas regiões tombadas na Ilha necessita de prévia autorização. Embora o tombamento oficial seja de outubro, no governo Moreira Franco, a data inicial do tombamento provisório foi de março de 1987. Ver: "O governador assinou ato ontem determinando o tombamento de um dos pontos mais belos do litoral fluminense: a Ilha Grande". JB, 07.03.1987, p. 10. Matéria: "Brizola decreta tombamento da Ilha Grande". No dia seguinte ao anúncio de tombamento da Ilha por Brizola, o novo secretário de turismo, Elísio Pires, que estava prestes assumir o cargo, ao início do mandato de Moreira Franco, criticou a iniciativa de Brizola argumentando que a Ilha tratava-se de ambiente com potencial muito grande e que tomar sem dedicar cuidados não equivaleria a preservar exatamente. (JB, 11.03.1987, p. 3. Matéria: "Críticas e promessas do novo Secretário de Turismo". Esse caso rendeu uma polêmica que está documentada por troca de cartas críticas na coluna de cartas do JB entre o Secretário de Turismo Elísio e o deputado Eduardo Chuay (líder do PDT) em defesa da decisão preservacionista do ex-governador Leonel Brizola. Ver também: (JB, 18.03.1987, p. 10. Sessão Cartas Ilha Grande por Deputado Eduardo Chuahy), (JB, 20.03.1987, p. 10. Sessão Cartas; Ilha Grande por Elysio Pires) e (JB, 28.03.1987, p. 10. Sessão Cartas: Ilha Grande por Eduardo Chuahy)

destruição, era a solução mais aceitável na visão dos responsáveis pelas decisões políticas, naquela ocasião.

Carlos Fortuna (2012) contribui com uma explicação bastante razoável para este tipo de opção, no caso de presídio. Para que os lugares, objetos ou costumes sejam considerados relevantes para a patrimonialização e que a eles sejam atribuídos do valor de bem histórico-patrimoniável é preciso que haja um tempo para esta maturação em termos de identificação como bem histórico. Em outras palavras, um bem só passa a ser considerado como patrimônio histórico após transcorrido um determinado tempo, de maneira que seja realizada uma ressignificação histórica a respeito do determinado bem ou, como nas palavras do autor, é imperativo haver uma "distância histórica".

Ao invés deste sentido de proximidade do presente com o passado típico da tradição, a prática institucional da conservação do patrimônio exige, antes de mais, que seja criada uma distância histórica, pela qual os objetos, lugares ou as práticas sociais podem ser vistos como documentos de um passado mais ou menos longínquo. A criação desta distância temporal é essencial para que se possa nomear e dar significado próprio ao patrimônio. Com efeito, é nela que reside o ato patrimonial, entendido como capacidade das instituições políticas para definirem o que é ou não é patrimônio histórico e cultural e, deste modo, estipularem o que deve ou não ser objeto da proteção/conservação e, assim, de consagração e reconhecimento social alargado. (FORTUNA, 2012, p. 24).

Na autoidentificação, Malaguti afirma ser adepta da filosofia do Abolicionismo Penal.³⁵⁸ Explica que a política penitenciária atual em vigor no Estado (e destaca o exemplo do estado de São Paulo) está alinhada com a vertente punitivista.

De modo a identificar esta corrente criminalista, segue uma explicação, a partir de uma das referências sobre o assunto, Edson Passetti, sobre o Abolicionismo Penal:

O abolicionismo revira o consenso a respeito da naturalização do castigo, que fundamenta o princípio da punição no direito penal. O abolicionismo penal opera fora da órbita da linguagem punitiva e da aplicação geral das penas, para lidar com a infração como situação-problema, considerando cada caso como uma singularidade. Propõe novas práticas, relacionando as partes envolvidas e a justiça pública, com base na continuidade da vida livre de punições, ao visar, de um lado, reduzir e anular a reincidência e, de outro, obter do Estado uma indenização para a vítima. (PASSETTI, 2006, p. 83-84).

Entretanto, dentro da lógica desta teoria, como explica Malaguti, é melhor que não se criem mais vagas em penitenciárias, pois, quanto mais vagas o estado abrir, mais presos haverá.

³⁵⁸ David Garland (2008) identifica como "não intervencionismo" ou "abolicionismo" os tipos de propostas progressistas de intervenção radical. Segundo o autor, foram modelos que emergiram na década de 1960, em períodos de aumento de números na criminalidade, "no ápice da onda de criminalidade". (GARLAND, 2008, p. 211). Ver também: HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o Sistema Penal em questão**. 2. ed. Niterói: Luam, 1997.

Deduz-se disso que o ideal seria reduzir vagas em presídios para ter menos população carcerária. Explica o porquê da atual política penal estar estabelecida em uma lógica segregadora, que confina em presídios pobres, jovens e negros. Exemplifica seu raciocínio com o caso dos leitos hospitalares: só surge uma vaga hospitalar quando alguém fica recuperado e sai de alta, passando a vaga para outra pessoa. Do contrário, sem vaga disponível não é possível uma pessoa se internar.

Vera Malaguti - Quanto mais vagas você tiver na prisão, mais você prende gente. Isso é uma indústria, uma economia, não é. Então essa ideia de "a há tá super...[lotado]". É por isso que o PSDB em São Paulo construiu uma indústria carcerária gigantesca. E tá sempre prendendo mais [pessoas]. Nós éramos dá... por exemplo, o presidente eleito, Joe Biden, americano incorporou a pauta do Berne Sender, o, não sei se você sabe quem é o Berne Sender, que era o candidato de esquerda norte-americano? [...] E uma das coisas que ele diz é o seguinte: **‘Trabalhar a segurança sem aumentar o encarceramento’**. Então existe até uma teoria que nós trabalhamos que é a teoria dos números clausus, que **a prisão teria que funcionar igual a um hospital**. Só tem tantas vagas, se você vai botar mais uma pessoa, você tem que soltar alguém. Sempre tem alguém para ser solto, demorando dois anos que já podia ser solto e tal então é assim que se resolve, **numa perspectiva não punitivista** com a questão dos dias de hoje a questão da superpopulação. Você não coloca nenhum preso se não tiver vaga. Se não puder soltar o preso, entendeu? Então essa ideia de que... “Ah, então vamos construir mais prisão” foi o que aconteceu com o Brasil nos últimos anos e nós hoje estamos com 800 mil presos. E com cálculo de uma forma mais ampla, olhando carceragens tal, podendo chegar a um milhão de brasileiros presos. [Entrevista com Vera Malaguti concedida à autora, por videoconferência, novembro de 2020].

Desse modo, Malaguti defende a tese de que, na política penal atual, o estado abre muitos precedentes para incriminar mais pessoas, especialmente, certos grupos sociais, já citados anteriormente.

A reflexão, posta desta maneira por Vera Malaguti, faz lembrar as primeiras discussões parlamentares acerca do projeto da primeira Colônia Correcional em Dois Rios, em 1892. Naquela ocasião, as propostas de contribuição ao projeto, tiveram mais apoios do que propriamente críticas. Além disso, João Vieira³⁵⁹, um deputado pernambucano, apresentou sugestão inspirada em teorias da antropologia criminal, em especial, a teoria lombrosiana. O que o deputado sugeriu neste viés fora a instalação de um sistema de identificação mais científico para classificar os perfis criminosos. O deputado nomeou uma das técnicas lombrosiana da seguinte maneira: “serviço completo e aperfeiçoado de photographia e assinalamento

³⁵⁹ João Vieira de Araújo, nascido em Recife, (1844-1922) atuou como deputado federal por diversos mandatos. Sua participação nas discussões acerca de questões jurídico-penais foi constante. Foi professor da Faculdade de Direito do Recife, conhecido como grande referência no Direito Penal, especialmente em teorias lombrosianas. Cf. (DANTAS, 2013)

anthropometrico de identificação dos criminosos”.³⁶⁰ Em outras palavras, as propostas do deputado induziam à adoção de teorias racistas no estabelecimento no início da profissionalização da polícia da capital.

Em outra sessão de discussão sobre o referido projeto, em 28 de setembro de 1892, a voz isolada do deputado Manoel Caetano³⁶¹ questionou se ainda existiam os tais “capoeiras” pela capital, haja visto que a força policial depois do 15 de novembro de 1898 já havia recolhido inúmeros e os enviado para a Colônia de Fernando de Noronha. O deputado não era favorável à criação da colônia por não identificar a necessidade de gastos dos cofres públicos com este tipo de finalidade. Além disso, Caetano também mencionou o arbítrio da polícia da capital e previa que o instrumento da Colônia somente facilitaria o trabalho dos policiais em não investigar as ações criminosas, e reduzir o trabalho da força policial em presumir crimes e enviar indivíduos diretamente para serem presos na distante Colônia. Sobre as suspeitas premonitórias do deputado Caetano, estas se confirmariam ao longo do século. (ALBUQUERQUE, 1892, p. 671)

Baseado nos mesmos preceitos da argumentação de Caetano, foi a decisão política na gestão de Leonel Brizola. Entre reformar um presídio precarizado (absorvido por uma trajetória deprimente) ou investir recursos em escolas para crianças, optou pela segunda escolha.

Malaguti, por sua vez, foi favorável ao fim do presídio para diminuir a quantidade de encarcerados. Acrescenta que o modelo de prisões em ilha era um projeto penitenciário considerado obsoleto e que, já naquela época, não era mais aceito pelas democracias modernas.

Quando Malaguti tocou no tema das dificuldades encontradas, admitiu ter enfrentado o assédio de empreendedores no ramo do Turismo. Na expressão de Malaguti, o “capital turístico predador”:

Vera Malaguti - Você não faz ideia da... da... de como o **capital turístico predador... Que luta que foi conseguir manter aquilo desta forma.** E lógico que depois os outros governos bagunçaram. E parece que depois a Ilha Grande já sofreu uma grande predação, digamos assim. Não é, de lá pra cá. Faz tempo que eu não vou à Ilha Grande, que é um lugar que eu gosto muito. Mas, no nosso tempo era uma legislação, a mais estrita possível em termos ambientais. [Entrevista com Vera Malaguti concedida à autora, por videoconferência, novembro de 2020]

³⁶⁰ Sessão realizada em 16 de setembro de 1892. Cf. (VIEIRA, 1892, p. 329) Acesso pela Hemeroteca da BN. O deputado pernambucano Tobias Barreto e João Vieira de Araújo, mais conhecido por “João Vieira”, foi um dos defensores da aplicação de teorias lambrosianas no território nacional. Cf. (DANTAS, 2013)

³⁶¹ Sobre o deputado Manoel Caetano, Cf. a nota 39.

Mas, apesar de muitas pressões, Malaguti se alegra em afirmar que tomou a providência mais oportuna, e que as ações no projeto foram prazerosas por estar trabalhando com uma universidade, com grupo de pesquisa. Na sua avaliação, essa foi uma boa experiência.

No projeto de desativação, promoveram a substituição do presídio por uma instalação de pesquisa ambiental. Concluíram então naquela ocasião, que uma boa alternativa seria ocupar o espaço com atividades relacionadas ao Turismo ecológico, somado à perspectiva de proteção daquele meio ambiente.

Segundo Vera Malaguti, dentre as justificativas para a implosão, estavam a de, que naquela época, o presídio estava em franca decadência,³⁶² com aspecto ruim. E, somado a estes motivos o estabelecimento fazia referência a memórias ruins, tempos obscuros como as lembranças da ditadura. “Arquiteticamente aquilo era um monstro. Uma prisão, uma arquitetura horrorosa, não é. E memórias ruins, então. Eu acho que era uma opção mesmo por um ‘não queremos isso’”. E admitindo que a base do pensamento era de recusa daquela prisão, usa a expressão “Não queremos isso” de modo a explicar que essa era vontade de Brizola, a de acabar com aquela prisão.

Não está implícito na resposta de Vera Malagutti, mas segundo a declaração de Brizola em 6 de abril de 1994, publicada na *Tribuna da Imprensa*, logo após a implosão, a dedução que é possível fazer é que Leonel Brizola teria uma preocupação com a chance de permanência daquela prisão e a repetição de confinamentos arbitrários de opositores políticos. Pretendia evitar que a história se repetisse. “É inacreditável o que fez o PT, através da prefeitura de Angra dos Reis, que controla, para tentar embargar e impedir a desativação e a eliminação do presídio da Ilha Grande, daquelas masmorras que tantas vezes foi utilizada como prisão política...” (BRIZOLA, 1994)³⁶³

Então, mais que motivos racionais, como o fato de que o presídio demandava mais despesas financeiras que as demais prisões do estado, estava na ordem das motivações filosóficas. A consciência política de Brizola o estimulava a tomar medidas que assumia contornos de polemicas naqueles tempos: terminar o primeiro mandato tombando a ilha (mesmo que

³⁶² Segundo as imagens registradas por André Cypriano, as instalações do presídio estavam em estado bastante avançado de degradação. As imagens foram capturadas em 15 de agosto de 1993. "Agora, a penitenciária está em ruínas e não há condições para sua restauração, principalmente por falta de verbas oficiais." (CYPRIANO, 2001, p. 55).

³⁶³ *Tribuna da Imprensa*, 06.04.1994, p. 5 Matéria: "A estratégia das elites: Ato falho"

provisoriamente, faltando apenas três dias para terminar) e no termino do segundo mandato, fechou o presido no último dia na qualidade de governador do Rio de Janeiro.

Dez anos antes da implosão do presídio, em obra que contém alguns debates, entrevistas e seminários sobre o tema de patrimonialização do acervo cultural histórico nacional, o arquiteto e urbanista Paulo Mendes da Rocha (1984) esboçou uma crítica ao perfil elitista característico na forma em que se fazia a escolha do que deveria ser identificado por patrimoniável, em especial, aos modos de valorização acrítica na guarda de artefatos que simbolizam episódios do passado.

O aspecto que Rocha (1984) destaca é o de que na ocasião, havia pouco interesse na preservação de lugares com passado inglório, tal como senzalas, salas de tortura etc. Em contrapartida, o autor faz a observação de que, em residências burguesas, existia alguma preferência muito comum por ostentar alguns artefatos característicos de violências, empregados como aparatos de ornamentação. Rocha (1984) afirma:

Creio que falta para o nosso meio, nesse setor do patrimônio histórico, no rever o passado, um pouco de nitidez quando se, por exemplo, fizesse a **recuperação de uma senzala; que aquilo fosse exibido, realmente, como um teatro do passado, o lugar, a sala de torturas**. A nossa sociedade pode ser, por necessidade talvez de sobrevivência, enquanto, principalmente, se manifesta através da classe dominante, tão cínica que correntes, argolas são objetos de decoração. Na casa burguesa é comum encontrar uma corrente, uma argola, uma ferragem, ou "os ferros", como dizem os espanhóis, que são instrumentos de tortura e, no entanto, **estão ali para diluírem-se enquanto memória...** (ROCHA, 1984, p. 178, grifo nosso).

Ainda sobre a noção crítica a respeito do passado, Waldissa Rússio (1984) contribui com uma avaliação objetiva sobre a importância das práticas de preservação do patrimônio. Defende que tais práticas sejam munidas de consciência crítica, de modo que a tal consciência provoque uma percepção sobre a importância das mudanças para uma sociedade melhor. Acrescenta ainda que uma iniciativa preservacionista tende a ser essencialmente um ato político, e que tal perspectiva política está diretamente relacionada com o momento e com a posição da classe social de quem se presta ao propósito de preservar. (RÚSSIO, 1984, p. 66) “Essa consciência crítica é que leva o homem a perceber melhor o seu mundo, a perceber as relações com os outros homens e a se perceber também como um projeto inacabado. E é isso que proporciona o desejo de mudança e a ação para a mudança.” (RÚSSIO, 1984, p. 66)

O desejo de esquecer daquela construção de alvenaria no ano de 1994 estava justificado por diversos motivos: aquela arquitetura não se destacava pela beleza, ao contrário disso, os detalhes da decadência repeliam os olhares e mais ainda, o estabelecimento penal podia repugnar

aos contemporâneos pelo valor moral infame e a subjetividade que suscitava no imaginário de quem conhecesse sua trajetória histórica.

Naquela época, o presídio era reprovado por ser uma instituição falha na aplicação da disciplina dos internos e ao mesmo tempo, era considerada inoperante na garantia de direitos dos internos, devido ao alto grau de degradação e precariedade na infraestrutura da penitenciária. Porém, atualmente, as instalações do IPCM, ou mesmo as suas ruínas, conquistam valor como lugar de memória, espaço útil para a reflexão, sítio de memória simbolicamente propício para o exercício de conscientização sobre a questão social das prisões. Conforme Silvia Helena Zanirato (2019) afirma, referindo-se aos patrimônios históricos que ela identifica em seu artigo como “patrimônios do sofrimento”:

A patrimonialização de lugares de sofrimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco) teve o propósito de conservar os locais onde se deram atrocidades e os objetos relacionados com o ocorrido, num entendimento de que a presença física desses lugares e os objetos tornariam as lembranças mais presentes. Entendia a instituição que torná-los patrimônio da humanidade era uma forma de valorá-los e, ao mesmo tempo, disseminar informações acerca das atrocidades cometidas, em uma perspectiva pedagógica, para evitar a repetição do ocorrido. (ZANIRATO, 2019, p. 12).

Neste sentido, dentre as preocupações pedagógico-sociais mais pertinentes nos últimos tempos depois das atrocidades dos regimes nazista e fascista no período da II Guerra Mundial, resta citar uma: a educação após Auschwitz, pensada pelo filósofo Theodor Adorno (2020 [1971]). Uma construção tal qual a de um presídio com passado sombrio como o de Ilha Grande pode ser uma opção de lugar de memória que se preste à função educativa sobre um passado violento:

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. (ADORNO, 2020 [1971], p. 131)

Quando perguntado à Vera Malaguti sobre alguma lembrança daquele presídio, mencionou de imediato que, em sua primeira visita deparou-se com uma cena emocionante: a cena de um preso recebendo seu alvará de soltura, em outras palavras, “ficando livre”, “Tinha um preso saindo, ficando livre, eu nunca me esqueci de... da... beleza que era aquilo, a liberdade daquele cara.”

Outra lembrança marcante foi a de ter sido testemunha da tristeza de ver a situação das famílias dos presos bastante sacrificadas:

Vera Malaguti - E uma coisa que me impressionou também que me emocionou quando a gente estava fazendo o projeto era o sofrimento das famílias. Quando elas tinham que visitar. Que eles tinham que pegar um barco e ir pra Mangaratiba, ir pra Ilha Grande, pegar um ônibus pra subir. Então, a dificuldade das famílias para visitar, essas foram duas coisas que me marcaram muito. [entrevista com Vera Malaguti concedida à autora, por video-conferência, novembro de 2020]

Pelas afirmações de Malaguti, o imperativo daquela ocasião não considerava em hipótese alguma preservar aquela estrutura arquitetônica. Em primeiro lugar, por não apresentar traços esteticamente agradáveis na arquitetura da penitenciária. Adjetivos como “horroroso” e “monstrengo” são bastante enfáticos na avaliação sobre a estética do IPCM. Em segundo lugar, porque aquele presídio representava uma concepção de “memória triste”. Observa-se este tipo de avaliação presente também na opinião de Liszt Vieira.

É possível afirmar que, naquela ocasião, e ainda nos dias atuais, prevalece o espetáculo da destruição dos patrimônios prisionais. Embora não pareça evidente, mas, conforme Myrian S. Santos e Viviane Borges defendem, a preservação destes patrimônios adquire um sentido de resistência ao se transformar estes espaços, outrora palcos de martírios de massa carcerária brutalizada, em propostas de espaços de memória para crítica e quebra de estigmatização de populações detentas e egressas do sistema. A preservação desses espaços tem, assim, um sentido de justiça.

A salvaguarda das estruturas carcerárias é, portanto, de extrema importância para percebermos as diversas situações de confinamento. Nem sempre se dá o devido valor às edificações, muitas vezes pesadas e sem aparente atrativo. (SANTOS; BORGES, 2021, p. 86)

No começo da entrevista Malaguti fez referência a uma canção conhecida pela figura de Bezerra da Silva, da qual se lembrou como se o samba fosse uma homenagem à destruição do presídio. "O Bezerra da Silva, o sambista, você conhece? Já ouviu falar dele? Ele tem um samba em homenagem à destruição daquele presídio. Pois é, não sei se já ouviu este samba?"

Malaguti se confunde nessa lembrança, supondo o samba fazer homenagem a destruição do presídio, quando, na verdade, a letra faz uma crítica à cruel sociedade que o criou. Letra do samba é de Laureando e interpretada de maneira bem humorada pelo “cantor de bandido.”³⁶⁴ Na

³⁶⁴ Letícia Vianna afirma sobre Bezerra da Silva: "Além de um malandro no samba também é designado como 'cantor de bandido', e o gênero que canta como 'sambandido', em função do tema da bandidagem passar a ser relevante em seu repertório a partir de determinado momento. Não obstante o estigma de sambista marginal, tem relativo sucesso no mercado musical." (VIANNA, 1999, p. 254)

canção “Ilha Grande”, Bezerra da Silva trata da realidade trágica dos internos que vão “pagar” pena naquele “mundo” tão distante.

Embora a canção não seja exatamente uma homenagem à destruição do presídio, a letra é oportuna ao tratar sobre a memória do lugar, pois os versos sintetizam com precisão a base da memória coletiva a respeito daquele ambiente do confinamento carcerário na ilha. É provável que o contrário do “desejo de memória” prevaleça no caso específico do IPCM. Em lugar de uma necessidade intuitiva de se lembrar daquele presídio, em especial naquele momento da desativação, existia uma necessidade espontânea por esquecer. Faltava, naquela ocasião, a “distância histórica” necessária para haver consciência da importância daquele espaço a fim de que fosse identificado como lugar de memória. A fim de ilustrar a marca na memória de Malaguti, segue a letra do samba de Laureando:

Ilha Grande
(Laureano)
A massa reclama do que sente
e do que não sente também
em um mundo tão distante
onde ninguém é de ninguém.
Ilha Grande osso duro de roer
Ilha Grande onde filho chora
e mãe não vê.
Chora reclamando de saudade
do lugar onde nasceu e se criou
Ai meu Deus do céu
sabe lá o que é viver sem liberdade
pagando o que nunca lá comprou.
E num abrir e fechar de olhos
você pode um dia não amanhecer
vou dizer por que
no lugar onde a cruel sociedade
construiu pras suas vítimas esconder.

4.3 Os “Leis de Segurança” na massa carcerária

Um dos episódios bastante identificados com a história dos presídios da Ilha Grande foi a criação do Comando Vermelho. No que tange a sua criação, é possível apontar alguns pontos de aberração adotados a partir de 1964. Originalmente, nos cubículos do IPCM, foi criado um tipo de coletivo de presos que desdobrar-se-ia em conflitos muito mais sérios nos cárceres. Em estudo realizado por Edmundo Campos Coelho (1987), os “Leis de Segurança” não puderam ser

ignorados. No linguajar introdutório sobre o tema, Coelho usa os termos “mito” e “realidade”, de modo a induzir uma apresentação que sinalize a natureza da questão:

Mas qualquer que seja o resultado efetivo das medidas administrativas, é indiscutível a influência dos 'Leis de Segurança' na massa carcerária; obviamente, é mais difícil avaliar o sentido dessa influência e os mecanismos de seu exercício. Há uma reserva natural por parte dos internos em abordar a questão, ou ela vem envolta numa mistura de mito e realidade. (COELHO, 1987, p. 100)

Segundo Cátia Faria (2005), o propósito do regime militar era o de camuflar o governo em seus atos como se parecerem estar sob os efeitos de um regime democrático. Segundo Cátia Faria (2005): “Havia toda uma preocupação em criar uma legislação que “mascarasse” o regime ditatorial aqui instaurado.” (FARIA, 2005, p. 24). Enquanto em outros governos anteriores, assim como na época de Getúlio Vargas, as prisões de opositores políticos não eram disfarçadas. Já os governos a partir de 1964, pretendiam fingir não haver oposição.

Governos não escolhidos por meio de eleições diretas precisavam se utilizar de subterfúgios para se legitimar, e a estratégia era a de disfarçar o caráter autoritário: desde criar dois partidos para fingir uma democracia plena até enquadrar tanto assalto, quanto expropriações em um mesmo crime, julgados pelos tribunais militares. (FARIA, 2005, p. 24)

O julgamento em tribunais militares geralmente estipula penas mais severas. Desse modo, crimes políticos e comuns foram condenados ao mesmo regime de cumprimento da pena: tranca dura e com penas muito maiores. Antes da anistia ser aprovada, a lei de 1979 propusera uma revisão da lei de segurança nacional, o que implica dizer que muitos presos políticos que já em cumprimento de penas tiveram suas penas reduzidas e ou, em alguns casos, já poderiam ser cumpridas em condicional

A revisão da lei de segurança nacional³⁶⁵ retirou muitos presos políticos das prisões. Ao contrário do que se imagina, a anistia foi uma medida que serviu mais para permitir o retorno dos exilados ao país. (FARIA, 2005, p. 31)

Os presos “Lei de Segurança” puderam ser integrados à massa carcerária, em cumprimento de um regime menos asfíxiante. Porém, estes presos comuns não eram mais os

³⁶⁵ Segundo Cátia Faria (2005, p. 31): “Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Ela reformava a LSN-69, alterando penas – eliminava as penas de prisão perpétua e de morte e diminuía as penas para os crimes de guerra revolucionária (art. 23); assalto, roubo, seqüestro, sabotagem ou terrorismo, “com finalidades atentatórias à Segurança Nacional” (art. 26); e, finalmente, “o preso ou custodiado deverá ser recolhido e mantido em lugar diverso do destinado aos presos por crime comum” (art. 52, parágrafo 3).³⁸ Era o reconhecimento tardio da existência de crimes políticos no Brasil.”

mesmos de antes do isolamento. Agora seguiam regras de convivência e exigiam que os demais presos também o fizessem. Passaram a ser intolerantes com certos comportamentos antissociais dos próprios presos que não eram impedidos pela direção.

Nas regras estabelecidas pelos presos comuns Leis de Segurança, não poderia haver roubo, ou estupros de companheiros. Quem os praticasse estaria sujeito a punições severas. Com a saída dos presos políticos, os “Leis de segurança” passaram a assumir uma liderança forte nas cadeias. Ganharam respeito entre a massa por haverem resistido aos anos de tranca dura, e pelas posturas de resistência e reivindicações que faziam ao sistema penitenciário. Assim surgia o Comando Vermelho nas cadeias, em especial no fundo da terceira galeria B da prisão da Ilha. Segundo William Lima: “O que eles chamavam de Comando Vermelho não poderia ser destruído facilmente: não era uma organização, mas, **antes de tudo, um comportamento**, uma forma de sobreviver na adversidade.” (LIMA, 2016, p. 136, grifo nosso)

4.3.1 Os “Leis de Segurança” na visão de Pedro Santos, ex-guarda do presídio

Seu Pedro Santos lembra dos presos “Leis de Segurança”, pareciam envaidecidos com o novo status. Alguns que ele já tinha visto entrar na cadeia como ladrões sem importância, depois da Lei de Segurança de 1967, voltaram à cela; mas, dessa vez, sentiam-se importantes, pensando serem presos políticos.

Pedro Santos - E aí foi acontecendo o seguinte: presos daqui que iam embora para liberdade como preso comum. Daqui a quatro, cinco, seis meses o preso voltava e já como preso político que tinha a Lei de Segurança Nacional. Então o cara era... se fosse pego em um assalto a banco era condenado na Lei de Segurança Nacional. Aí, então o cara vinha como preso político. Eles chegavam aí **com uma marra danada**. Pô, eu agora sou comunista, eu **sou preso político e não pode me meter a mão**, por que não sei o quê... [reproduzindo uma voz diferente] E já tinha passado aqui como preso, ladrão de bicicleta, ladrão de galinha, [risos], que ninguém dava bola para ele. Entendeu? Então aconteceu isso. Então nós tínhamos um Coronel aqui que era reformado da PM e passou a ser aqui diretor. E se sabe de uma coisa, eu vou acabar com isso. Eu vou acabar com isso, sabe. Porque existia uma divisão do preso comum com o preso político. Cada um ocupava uma galeria diferente. Não se unia um junto com a outra, entendeu. Aí o diretor pegou e um dia chamou todo mundo, aí vamos lá para cadeia sete horas da noite, coisa e tal, então vamos misturar todo mundo. Chegou lá na cadeia e tivemos na segunda galeria, daqueles que eram comunista e foi dividindo nos cubículos junto com os presos comum. [Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019, grifo nosso]

No entanto, embora o Tribunal Militar não quisesse diferenciar aqueles internos, ignorando a natureza das ações (roubo x expropriações), para os guardas, não era possível deixar de diferenciar os presos comuns dos presos políticos. E desta forma é que nos livros de ocorrência

encontramos a designação “Subversivos” para os presos políticos e “Leis de Segurança” para os presos comuns, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Segundo William (2016), os presos comuns foram os mais pressionados e prejudicados com a Lei de Segurança Nacional. Sentiram como se estivessem sendo massacrados e perseguidos pelo DESIPE. Eram presos comuns, não alinhados a qualquer organização política. Mesmo assim, foram enquadrados em uma lei que os punia muito mais severamente do que o código penal comum previa. Ao chegar nos cárceres, foram confinados na tranca dura.

Discriminados pelos próprios presos políticos, foram separados ainda mais em isolamento. Foram isolados duas vezes, foram mantidos longe tanto dos presos políticos quanto da massa carcerária e de seus direitos. Quando veio a Lei de Anistia, foram excluídos de receberem os benefícios dos presos políticos, bem como, da redução de penas e da transferência para presídio político. Por tanto descaso, tornaram-se mais unidos para suportar a solidão e a pressão na cadeia. Quando faziam manifestações não eram tão considerados quanto os presos políticos e sentiam a diferença de tratamento. A criação do novo comportamento de maior união entre presos foi, de certa forma, uma imposição que o regime “forjou” sem saber, com a atitude jurídica de apartar presos comuns de modo a fazerem sentir-se discriminados por não serem iguais aos encarcerados por motivos políticos. O sentimento de discriminação foi maior ao perceberem que a mesma lei que os puseram em situação de punição mais rigorosa não serviu para beneficiá-los em relação aquela outra categoria de presos. Nas palavras de William de Lima (2016): “Era curioso. A isonomia funcionara plenamente contra nós, na forma de tribunais militares, penas maiores, condições carcerárias mais duras, mas não funcionaria a nosso favor.” (LIMA, 2016, p. 92-93). A criação do coletivo de presos também foi uma resposta de revolta dos detentos ao sistema carcerário como forma de protesto e resistência.

Segundo Theodore Adorno (2020), a insurreição de manifestantes contra a supressão de direitos é um momento de revolta pelo qual todos nós estamos suscetíveis de passar.

Portanto, creio que na luta contra a barbárie ou em sua eliminação existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro, se partíssemos de um conceito formal de humanidade. Mas que todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o princípio da barbárie, em vez de permitir seu curso em direção à desgraça. (ADORNO, 2020 [1971], p. 172)

Por outro lado, Adorno considera que, em momentos em que um grupo cria uma identificação de coletivo, corre o risco de manifestar o comportamento de barbárie. É na ação dos

coletivos que, pela obediência cega, na manipulação de massas e na coisificação de pessoas que o caráter autoritário se expressa. (ADORNO, 2020 [1971], p. 138)

Ao sair da tranca dura, o Comando Vermelho integrou-se na massa carcerária. Esta integração com a massa carcerária, em primeiro momento, ocorreu de forma bastante pacífica pois eram respeitados pelo seu exemplo de luta e resistência ao sistema penitenciário. (LIMA, 2016, p. 123) Como Cátia Faria sinaliza: (2005): Ao contrário do que a direção do DESIPE pensava, misturar os presos “Leis de Segurança” espalhados por diferentes prisões no continente, fez com que irradiasse o novo comportamento a ser seguido nas cadeias.³⁶⁶ Pensavam que os “Leis de Segurança” seriam engolidos pela massa carcerária, e o que aconteceu foi ao contrário disso. (FARIA, 2005, p. 101)

Essa integração, foi pacífica até certo ponto. Mas dentro da lógica intramuros, para a legitimação do movimento, os “Leis de Segurança” - leia-se, os adesistas ao Comando Vermelho - passaram a adotar práticas de ações frias de assassinatos entre companheiros de celas, sem limites na violência e com o foco em marcar posições de poder sobre os grupos rivais. No mundo intramuros, as regras e as leis interditas são bem diferentes. Como manter-se civilizado, livre da barbaridade, mesmo submetidos a condições deprimentes, opressoras e ameaçadoras? O cárcere não reabilita; ele barbariza.

Sobre a sanidade mental dentro da prisão, Julita Lemgruber³⁶⁷ cita a ocasião em que a psicóloga Raquel O'Donnell assumiu a direção do Instituto Muniz Sodré, em Bangu. O curioso era que a formação em psicologia fundamenta a tese de que um preso com saúde mental espontaneamente tentaria fugir de uma prisão. O contrário disso não é saudável. E, desse modo, Lemgruber cita a contradição na que O'Donnell se colocara ao assumir aquele cargo:

Sua formação em psicologia a fazia ter convicção de que qualquer preso dotado de boa saúde mental deveria tentar fugir. ‘Eu vou ser uma carcereira de luxo. O mandato que a sociedade está me dando é ‘Não deixe o preso fugir’. A preocupação não é a reeducação, é que os presos não venham atrapalhar a gente aqui fora.’, pensava, [Raquel O'Donnell].” (LEMGRUBER, 2010, p. 111)

Neste sentido, podemos dizer que as fugas não eram uma infração que os presos cometessem por estarem adoecidos mentalmente. Ao contrário, é legítima a tentativa de fuga do

³⁶⁶ A pesquisa de Cátia Faria tem uma abordagem bastante oportuna por trazer entrevistas com ex-presos comuns e políticos e, principalmente, por haver uma discussão que desmonta os mitos criados acerca da teoria de que as organizações de esquerda presas no IPCM teriam ensinado técnicas para assalto a banco aos presos comuns. (FARIA, 2005, p. 114-122)

³⁶⁷ Julita Lemgruber foi diretora do DESIPE durante o segundo mandato de Leonel Brizola. Atuou no cargo de março de 1991 até março de 1994. Lemgruber relata sua experiência no cargo em obra autobiográfica. Ver: LEMGRUBER, Julita. A dona das chaves.

ponto de vista de um impulso humano normal. Portanto, é válida a citação de William (2016) mais uma vez, quando se refere ao período em que os “Leis de Segurança” integraram-se à massa carcerária e estabeleceram regras entre os presos através do coletivo: “Não se pode falar em tomada geral de consciência política, mas houve organização, ajuda mútua, respeito de direitos humanos. Pudemos então permanecer **concentrados em nosso ideal: ir embora**”. (LIMA, 2016, p. 128, grifo nosso)

4.4 Entre fugas e a especulação imobiliária

O que poucas vezes apareceu nos jornais desta época foram a violência e os conflitos fundiários que a construção da Estrada Rio-Santos proporcionou às comunidades locais da Região da Costa Verde.³⁶⁸ A Estrada que **levava o** progresso àquela região era a mesma estrada que **trazia de volta quem quisesse vir de lá**. A Estrada serviria para a facilitação dos planos de evasão dos foragidos do IPCM³⁶⁹.

Sobre os problemas relacionados a conflitos de terras a que as comunidades locais tiveram que lidar, há alguns estudos que melhor dimensionam estes impactos. Assim como o relatório da pesquisa “Conflitos de terras e repressão no campo no Rio de Janeiro (1946-1988)”, em especial ao capítulo dedicado à região da Costa Verde, entre outras pesquisas. Há alguns apontamentos com apresentações de casos, relatos, entre outros tipos, informações que mostram como as populações sentiram com prejuízo de perda de suas terras a chegada da estrada aquela região:

O caso mais notório é a construção da Estrada Rio Santos e o estímulo aos investimentos turísticos na região da Baía de Ilha Grande. A estrada trouxe consigo disputa por terras, colocando em xeque a ocupação das áreas próximas ao mar por populações que lá viviam de há muito, como caiçaras ou comunidades negras, constituídas por descendentes dos escravos que por ali permaneceram quando do declínio a cafeicultura na região. (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 79)³⁷⁰

O editorial não assinado do jornal *A Tribuna (SP)*³⁷¹ de janeiro de 1975 se destaca por abordar criticamente sobre a construção da Estrada Rio-Santos, com maior zelo, com a

³⁶⁸ O Fluminense, 23/24.09.1973, p. 10. Matéria: “Economias em choque no El Dorado da Rio Santos. A febre imobiliária provocada pela Rio-Santos está tornando insustentável a situação dos lavradores.”

³⁶⁹ O tema das fugas de presos será abordado aqui neste capítulo por estar mais próximo da discussão acerca da questão imobiliária. A localização do tema de fugas de presos aqui está justificada por estar dentro do contexto que é intencional desta pesquisa, o contexto do interesse do movimento de especulação imobiliária em promover críticas à existência do presídio naquela região.

³⁷⁰ Como este tema não é exatamente o foco desta pesquisa, seguem indicações de fontes onde o tema está tratado com maior profundidade: (FEITOSA; SILVA, 2015), (GOMES, 2021), (FONTANELLI, 2018), (FONTANELLI, 2019), (VALLEJO, 2005)

³⁷¹ A Tribuna (SP) é um jornal da cidade de Santos, SP. Fundado em 26 de março de 1894. O redator chefe era Olympio Lima. A primeira publicação disponível na Hemeroteca da BN é de 31 de agosto de 1907. Segue com

importância que a questão merece. Cita como o desmatamento da região ocorria de forma desordenada e o quanto as populações estavam sofrendo com a devastação enquanto a estrada ia sendo construída. Menciona inclusive a raridade das madeiras das árvores que eram derrubadas a pretexto da abertura da estrada. Menciona o objetivo de turistificação da região divulgado pelo governo, porém, pergunta se avaliaram o preço do desmatamento de árvores raras e já identificadas como em extinção assim como: o Jequitibá, o Pau brasil e a Peroba.³⁷²

Antes de existir a Estrada Rio-Santos, as chances das fugas da Ilha Grande eram mais difíceis de serem bem sucedidas. (NEVES, 1958)³⁷³ Sempre houve tentativas de evasão do presídio. Porém, os presos eram recapturados antes mesmo de adentrarem o continente. As patrulhas faziam comunicação com os batalhões, já a postos, e rapidamente recapturavam os foragidos. Da mesma forma, antes da Rio-Santos as opções de acesso à Ilha eram muito reduzidas. E se, por um lado, a rodovia facilitou o acesso à Ilha, acabou por facilitar também a evasão dos presos. Da mesma forma, o controle das patrulhas tornou-se menos eficiente a partir do momento em que uma solidariedade entre presos foi estabelecida, especificamente, a partir da criação do coletivo dos presos do Fundão.³⁷⁴

publicações na versão digital até os dias de hoje. Publicação de ampla divulgação de anúncios e com temática voltada para divulgação de notícias sobre a região da cidade de Santos. A Tribuna (SP), 31.08.1907, p. 2.

³⁷² Cf. A Tribuna, 23.01.1975, p. 2. Matéria: "Aspectos da BR-101."

³⁷³ NEVES, Jader. O Inferno fica na Ilha Grande. Rio de Janeiro: Manchete, 30 ago. 1958. "Os presos circulam na ilha, mas fugir é difícil"

³⁷⁴ Os presos comuns que foram processados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional a partir da justiça militar foram trancafiados nas celas na galeria ao fundo; portanto, os presos que ficaram conhecidos como os "Leis de Segurança", também eram os mesmos reconhecidos como presos do "Fundão".

Figura 39 - O acesso à Ilha Grande facilitado pela BR-101



Posição da BR-101 em relação a Ilha Grande

Fonte: (ILHA GRANDE, Angra dos Reis, 2022)

Os integrantes, ao lograr a fuga da Ilha, comprometiam-se com a captura dos companheiros ainda na Ilha. O objetivo dos presos era voltar à liberdade. Portanto, a meta central era fugir da Ilha. Segundo William Lima:

De volta à rua depois de longos anos de sofrimento, eu e alguns companheiros sentimos necessidade de ajudar quem havia ficado na cadeia. [...] Compramos então uma lancha, batizada de Jupira, nome que na prisão quer dizer de todo mundo. [...] Os companheiros mantiveram os planos. Com Roberto de piloto, o primeiro resgate começou bem e acabou mal. A fuga da Ilha deu certo, mas não demorou para que a lancha fosse localizada por um helicóptero, que passou a orientar a perseguição. (LIMA, 2016, p. 134-138)

Fugir e ajudar na fuga dos que ficavam no cárcere. Sabiam os presos que ali era uma fortaleza com quase nenhuma chance de evasão e, portanto, para fugir, era preciso ter ajuda de amigos. Por causa da solidariedade entre presos, a prisão da Ilha passou, então, a ser a mais desejada pelos presidiários, pois representava maiores chances de escapar.

Porém, a versão estampada nos jornais era de que a Ilha precisava ser libertada dos presos perigosos, estes que ameaçavam a população da Ilha Grande com a seguinte justificativa para o problema: a incompetência da política de segurança pública do governo de Leonel Brizola. Neste

corolário, estava implícito que os internos dominavam o presídio do IPCM e, por extensão, tomavam conta da Ilha Grande como um todo. A ação dos presidiários, por sua vez, seria feita com o respaldo do governador por causa de sua desastrosa política de respeito aos direitos humanos.

O que não aparecia nos jornais era a ação desenfreada de expulsão dos pescadores, lavradores, das populações pobres que sofreram com a ação dos grileiros na região da Costa Verde. E na Ilha Grande, não foi diferente: muitos moradores do Abraão tiveram que vender suas casas a preços irrisórios e foram morar em regiões mais afastadas do centro, iniciando assim um processo de favelização na Ilha. Outros sofreram ameaças, pois as terras da Ilha Grande eram terras devolutas.

Segundo Marina de Mello Fontanelli (2018): “[...] nas décadas de 1960 e 1970, com a construção de estradas, grandes empreendimentos e o incentivo desenfreado do turismo que o modo de vida caiçara se percebeu ameaçado.” (FONTANELLI, 2018, p. 724)

Quando perguntado a Seu Nezinho sobre a provável tranquilidade da Ilha após a desativação do presídio sua resposta de morador do Aventureiro, é assertiva em relação à situação fundiária crítica nas praias vizinhas, especialmente em Abraão:

Manoel da Silva (Seu Nezinho) - Mas, aí o que acontece, como eu tô falando para você, aí o **povo de fora veio tomando a Ilha Grande. Hoje, os empresários que tem aí não são morador. Os morador estão morando no morro. No Abraão, os morador que estão morando no morro, que os empresários tão tudo lá embaixo, grandes pousadas, tem tudo. Aí tomaram por quê? O presídio voou.** Ilha Grande é um paraíso que é lindo, como esse que eu sei que é lindo. Já no caso da pesca aí, do Sul ao Norte das praias que eu conheço, aqui [no Aventureiro] é uma das praias mais bonitas que tem na Ilha Grande. Eu sei que é, não é. Aqui e o Lopes Mendes é uma das Praias mais bonitas que tem, para aí de fora. É difícil, é difícil porque nós estamos no mar aberto. Mas a Praia mais linda ela é. Isso aí não tem confusão porque são três praias numa só, quatro praias numa só. Você chegou aqui no lugar é uma, a próxima Praia é só ir olhando para lá. [...] Não houve assim essa, não... [Os moradores da Praia do Aventureiro] não venderam, não vendemos as coisas, nem demos as coisas porque criou uma Reserva em oitenta e um³⁷⁵. Porque se não fosse a Reserva, aí tava cheio... **O que tem gente de chegar aqui, minha filha, pra querer ficar com isso daqui!** [Entrevista com Manoel da Silva (Seu Nezinho) concedida à autora, em Ilha Grande-Praia do Aventureiro, dezembro de 2019]

Na parte que margeava a Estrada Rio-Santos, o assédio começou no início da década de 1970, já durante a construção da Estrada. A Ilha Grande começou a ser alvo depois do primeiro

³⁷⁵ Decreto Estadual 4.972, de 02 de dezembro de 1981. Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande.

anúncio do governo em relação à desativação do presídio, em 1978. A chance de saída da Ilha foi o que aumentou o número de investidas da especulação imobiliária no local.

Um dos problemas sociais do setor rural da AIPEIG³⁷⁶ é a questão fundiária, onde aproximadamente dois terços do total de produtores rurais não são legítimos proprietários das terras, detendo menos da terça parte do total das terras. Em consequência da má distribuição da terra e da falta de regularização fundiária, ocorrem na região conflitos sobre a posse e invasão de terras. (PLANO DIRETOR, 1993, p. 17)

Em encarte de divulgação sobre as possibilidades turísticas na Região da Costa Verde, a Ilha Grande é citada como uma opção de passeio “para turistas que gostam do contato com a natureza.” Nesta época, havia apenas duas opções de acomodação para o turista: o “Hotel Mar da Tranquilidade” e o “Hotel Paraíso do Sol”³⁷⁷. Importa dizer que estas eram instalações mantidas por moradores da região, os nativos. Atualmente são centenas de pousadas, hotéis, dentre outros tipos de acomodações, apenas na Vila do Abraão. A maioria é propriedade de estrangeiros, isto é, pessoas de fora da Ilha. No caso da Praia do Aventureiro, conforme lembra Seu Nezinho, não houve tantos efeitos, pois a Praia foi protegida devido ao fato de ter se transformado em Reserva Biológica. Logo, a ameaça real não era de presos ansiando fuga, mas sim, a pressão de empresários, representantes da especulação imobiliária, que queriam se apossar (entrar na) das terras na Ilha Grande. O presídio, deixando de existir, tornaria o lugar ideal para as férias exclusivas e perfeitas de qualquer turista endinheirado.

4.5 Cronologia da desativação a partir dos jornais, e algumas memórias

A primeira tentativa efetiva de desativação do IPCM³⁷⁸ foi durante o mandato de Floriano Peixoto Faria Lima (do extinto Arena). O projeto teve início em maio de 1978, com previsão de término até o final do mesmo ano.³⁷⁹ Porém, alguns imprevistos atrasaram esta desativação. No

³⁷⁶ Parque Estadual da Ilha Grande. Decreto estadual 15.273, de 26 de junho de 1971. Cria o Parque Estadual da Ilha Grande.

³⁷⁷ Cf (ROTEIRO..., 1978, p. 39-41)

³⁷⁸ No início de 1976, Faria Lima teria iniciado a desativação do IPCM pela primeira vez após a fusão dos estados. O complexo penitenciário da Ilha foi colocado à disposição de interessados pelo valor de Cr\$ 30 milhões e mais o acordo de construção de outros presídios. Porém, a tentativa de acabar com o presídio ficou apenas na oferta. Nada foi realizado para a efetiva desativação. Cf. JB, 19.01.1976, p. 15. Matéria: “Estado vende a Ilha Grande a quem der Cr\$ 30 milhões.”

³⁷⁹ Até o final do ano de 1978, pretendia-se fazer a distribuição de 900 detentos pelos 13 presídios do estado. Cf. JB, 05.05.1978, p. 19. Matéria: “Governo extingue presídio e a ilha Grande pode ser um grande centro turístico”.

governo de Antônio de Pádua Chagas Freitas (MDB) a partir de março de 1979, o projeto acabou por ser descontinuado. A depender de Chagas Freitas, a prisão continuaria na Ilha.

Na primeira tentativa de desativação do presídio, em 1978, foi a ocasião em que o DESIPE percebeu a capacidade de articulação da organização dos presos. Pela primeira vez, houve uma movimentação, durante meses, na qual os internos de diferentes estabelecimentos penais do estado adotaram comportamentos que aparentavam estar sob muita tensão e também agiam de forma articulada.³⁸⁰ Foi um período com muitas tentativas de fugas, apreensão de muitos estoques, pedidos de seguros,³⁸¹ assassinatos entre presos e até rebelião.³⁸² As ações ocorreram por causa das transferências de presos da Ilha para os demais estabelecimentos do estado. Todavia, a tentativa de fuga em massa ocorrida na Penitenciária Lemos de Brito em 13 de junho de 1979³⁸³ foi o estopim, pois, com as mortes de guardas e presos, ficou evidente para a administração do DESIPE que os presos não assentiram com a desativação. Foi como se a massa carcerária mandasse um recado de que não aceitariam facilmente o fim da prisão na Ilha, até porque a superlotação dos demais presídios e os reencontros de presidiários velhos inimigos era um dos fatores de aumento da tensão nas prisões. Chagas Freitas notou o descontrole nos cárceres e preferiu desistir do projeto de fechar o presídio, especialmente, após os conflitos na Penitenciária Lemos de Brito, esta que ficava no centro da cidade.³⁸⁴

Ao menos a uma conclusão o Estado chegou, depois dos episódios de mudanças e comportamentos dos internos do sistema, em 1979: era preciso mais estabelecimentos penais para onde transferir as lideranças do Falange Vermelha.

Na primeira gestão de Brizola, mais uma vez se cogitou o fechamento do presídio. O então governador assumiu sua posse em março de 1983 e fez declarações a respeito de suas

³⁸⁰ O *Jornal do Brasil* publicou uma série de reportagens com entrevistas de diferentes autoridades no assunto que avaliavam os acontecimentos nos cárceres depois do anúncio de desativação do presídio da Ilha Grande. As posições eram, em geral, contrárias ao modo que o projeto de desativação estava sendo posto em prática. Cf. JB, 15.02.1979, p. 20. Matéria: “Juiz teme que desativação da Ilha Grande renove violências.” Ver também: JB, 16.02.1979, p. 27. Matéria: “Conselheiro da OAB defende manutenção da colônia agrícola na Ilha Grande.” JB, 10.03.1979, p. 30. Matéria: “Sindicância sobre rebelião no presídio apura prejuízo logo mas só acaba em 1 mês.” A entrevista com o ex-diretor Augusto Thompson havia o apelo próprio contra a maneira como se conduzia a tentativa de fechamento do IPCM para evitar maiores tragédias. Cf. JB, 14.12.1978, p. 25. Matéria: “Governo garante presos que denunciaram torturas.”

³⁸¹ “Seguro - Cela destinada aos presos ameaçados pelo coletivo carcerário.” (SEGURO, 2016, p. 43)

³⁸² Entre as anormalidades ocorridas durante este período, consta a rebelião de 7 de março de 1979, durante o carnaval. Internos incendiaram várias instalações do complexo da Frei Caneca. O motim começou no presídio Milton Dias Moreira. Ver: O Globo, 08.03.1979, p. 16. Matéria: “Dominada a rebelião em presídio: na fuga em massa, um detento morto a facadas.”

³⁸³ JB, 14.06.1979, p. 18. Matéria: “Motim em presídio mata nove pessoas e fere 31.” Ver também: O Globo, 14.06.1979, p. 1. Matéria: “Tentativa de fuga no presídio: 9 mortos e mais de 30 feridos.”

³⁸⁴ JB, 15.06.1979, p. 20. Matéria: “Secretário culpa desativação da Ilha Grande pela rebelião.”

pretensões em fechar o presídio da Ilha.³⁸⁵ No entanto, mesmo após o fechamento do relatório da CPI sobre o sistema carcerário do estado do Rio de Janeiro em 1984, nada foi feito. E um dos pontos a serem cumpridos para a melhora do sistema penitenciário era a desativação do presídio da Ilha Grande.

A pressão pelo fechamento ficou ainda mais evidente e com respaldo popular, especialmente após o episódio de Fuga do Escadinha que, durante o ano de 1986 foi um dos maiores escândalos em seu governo no âmbito da segurança pública, conforme já destacado no primeiro capítulo.

De modo a atender a nova tendência em termos de arquitetura penitenciária, Leonel Brizola solicitou o apoio de recursos federais para a construção de presídios menores, em Bangu, o que ele chamava de Mini presídios.³⁸⁶ Nesta ocasião, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Avelino Moreira, o diretor do DESIPE, admitiu ser contrário à existência de presídios em ilhas pelo fato deste tipo de prisão ser considerada uma solução penitenciária obsoleta. Porém, reconheceu não haver estrutura suficiente nos estabelecimentos penais do estado para concretizar o desejo de desativar o presídio da Ilha Grande, acrescentou que preferia evitar que se repetisse a experiência de 1979.³⁸⁷

O governador não recebeu as verbas prometidas pelo Governo Federal para a construção de novos presídios conforme ansiava. Independentemente do recebimento desta verba, o fato notório era o de que sua gestão não se concentrava em construir mais presídios, conforme Vera Malaguti menciona, ao invés disso, sua meta era a de priorizar a construção de escolas. Portanto, a desativação do presídio mais uma vez foi adiada e a precariedade das instalações continuava progressivamente piorando o funcionamento da penitenciária.

Antes do término do mandato, a ação de Brizola em relação ao presídio da Ilha, foi assinar a determinação de tombamento de algumas partes da Ilha³⁸⁸ que não fossem delimitadas como propriedade particular. O processo transcorreria por algum tempo e a decretação definitiva da

³⁸⁵ JB, 12.05.1983, p. 14. Matéria: “Brizola "sonha" vender presídio da Ilha Grande”.

³⁸⁶ JB, 13.05.1983, p. 12. Matéria: “Estado espera Cr\$ 2 bilhões”.

³⁸⁷ JB, 29.05.1983, p. 30. Matéria: “Moradores reclamam, mas Desipe mantém a cadeia na Ilha Grande”.

³⁸⁸ O processo de Tombamento da Ilha Grande - Número do processo: E-05/000.170/87 (Data de Tombamento Provisório: 11.03.1987)/ (Data de Tombamento Definitivo: 09.11.1987) Ver: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/19 Resolução n 29, de 14 de outubro de 1987.

medida de preservação somente seria aprovada na gestão de Moreira Franco, em novembro de 1987, quando o tombamento tornou-se definitivo.

E foi em março de 1987, já durante a gestão de Wellington Moreira Franco (PMDB), que se inicia a obra da construção de Bangu 1. A partir de então, a proposta de organização penitenciária seguia pelo caminho de criação de complexo penitenciário em regiões fora do centro mais urbano do estado: o Centro do Rio de Janeiro. O Complexo de Bangu³⁸⁹ foi então criado em 1988, com a ocasião de inauguração da Penitenciária de Segurança Máxima Penitenciária Laércio da Costa Peregrino, apelidada de Bangu 1.

Uma das promessas de campanha de Moreira Franco consistia em combater a violência com uma política de controle social diametralmente distinta da que foi proposta durante o mandato de Leonel Brizola. Nesse sentido, em seu governo, a Penitenciária de Bangu 1 começou a ser construída ao mesmo tempo em que havia a proposta de aumentar a estrutura carcerária também na Ilha. No entanto, o então governador não obteve respaldo político ou apoio para ações de implementação de penitenciárias na região, uma vez que já havia sido dada à largada da corrida da especulação imobiliária nas terras da Ilha. Tal fato se deu especialmente desde os primeiros anúncios oficiais sobre a desativação em 1976³⁹⁰ do presídio e até mesmo por contados anúncios de Brizola sobre a desativação em 1986.

No segundo mandato de Brizola, segundo Julita Lemgruber (2010), as promessas de desativação começaram a virar realidade quase na véspera da data em que Brizola desocuparia o mandato de governador em benefício de seu vice, Nilo Batista. Quando faltavam apenas 40 dias para terminar o mandato, Julita foi convocada para tomar providências a respeito da locomoção dos presos do IPCM.

Julita afirma não ter achado a implosão o melhor destino para aquela construção, mesmo que precária. Considerava mais produtivo reverter a função daquele edifício para outra finalidade, como a de um museu. Sobre isso afirma: “Mas implodir? Eu defendia que a Ilha Grande fosse transformada em um museu. O prédio era mesmo simbólico - e por isso mesmo poderia ser transformado em um centro de memória do sistema penal, como existem em vários outros países.” (LEMGRUBER, 2010, p. 244)

³⁸⁹ O Complexo Penitenciário de Bangu deixou de ter este nome a partir do ano de 2004, quando César Maia, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, desmembrou o bairro de Bangu em outra região designada como bairro de Gericinó. O Complexo Penitenciário passou, então, a chamar-se Complexo Penitenciário de Gericinó. Cf. Lei municipal 3852 de 23 de novembro de 2004.

³⁹⁰ JB, 19.01.1978, p.15. Matéria: "Estado vende a Ilha Grande a quem der Cr\$ 30 milhões".

Embora contra a sua vontade, as medidas para a desativação foram tomadas com muita urgência, haja visto não haver vagas ociosas nos presídios do continente, e a superlotação e a falta de estrutura já ser um dos principais problemas recorrentes no sistema penitenciário do estado. A diretora do DESIPE afirma, em primeira mão, a recusa da missão, e que preferia entregar o cargo a ter que executar a ordem do governador. No entanto, a resposta de Brizola a essa condicionante teria sido a de tentar convencê-la em troca do argumento de que havia invocado uma força tarefa para ficar à sua disposição, e que esta compunha-se de uma enorme equipe de diferentes atribuições para auxiliá-la no que fosse necessário para que pudesse executar a missão. Para a realização do projeto, então, foram envolvidos os secretários de planejamento, da polícia militar, além dos diretores da Empresa de Obras Públicas (EMOP), e o dono da Carioca Engenharia.³⁹¹

Dentro dessas condições, Julita Lemgruber decidiu esvaziar uma penitenciária para alocar a maior parte de presidiários da Ilha Grande. Para isso, a prisão mais indicada, a seu ver, foi a Penitenciária Vicente Piragibe, também no Complexo Penal de Bangu. Desse modo, transferiu os internos de Vicente Piragibe, para o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, prisão que também integrava o Complexo Penal de Bangu.

Julita, com apoio técnico indiscriminado da empresa de obras que fornecia serviços ao estado, reforçou a segurança do presídio semiaberto, Penitenciária de Vicente Piragibe. Precisava converter uma prisão de semiaberto em prisão de segurança máxima. A saída foi construir muros ao redor do estabelecimento. (LEMGRUBER, 2010, p. 245)

Alguns grupos não teriam ficado satisfeitos com a notícia sobre a desativação. Dentre eles, o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, alguns ambientalistas, a Associação de Moradores da Vila de Dois Rios e a prefeitura de Angra dos Reis.

Como resposta da insatisfação, o prefeito de Angra dos Reis, Luiz Sérgio Nóbrega (PT) conseguiu um mandado de segurança suspendendo a implosão. O argumento principal era de que havia riscos de que a demolição do presídio pudesse gerar danos ambientais e também que pelo estabelecimento penal estar no distrito daquela prefeitura. Desse modo seria prudente haver maior

³⁹¹ Esta empresa seria a responsável pelas robustas obras de construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), mais popularmente conhecidos como Brizolões. (LEMGRUBER, 2010, p. 245)

preocupação do Estado em pôr a prefeitura a par das decisões a serem tomadas.³⁹² Na sexta-feira, em 1 de abril, a liminar foi cassada.

Segundo Julita Lemgruber, Brizola teria dito na presença da grande equipe reunida em prol da desativação do IPCM: “Nós vamos implodir a Penitenciária Cândido Mendes no último dia da minha administração, para que nenhum outro governo jamais pense em utilizar aquela construção para perseguições políticas. Aquilo é um símbolo da ditadura e deve ser destruído.” (BRIZOLA, 1994 citado por LEMGRUBER, 2010, p. 246)

4.5.1 A negociação com os presos

Os presos do Comando Vermelho não pretendiam sair da Ilha. Sabiam que, indo para outra prisão, não teriam o domínio conquistado ali na Galeria B do IPCM. Muitos já haviam passado por penitenciárias - ou ouvido falar - construídas no Complexo de Bangu, em especial o famoso Bangu I, e sabiam que, ao serem transferidos para aqueles estabelecimentos, não conseguiriam o mesmo trânsito livre. A despeito de toda a degradação vivenciada nas prisões da Ilha, onde as “paredes choravam”³⁹³, era preferível a atual a terem que se mudar para outro estabelecimento penal.

Os boatos foram tamanhos ao ponto de presumirem – erroneamente, claro - que Brizola havia feito acordo com a cúpula do Comando Vermelho para conseguir retirá-los de lá sem maiores problemas.

No entanto, não era somente o Comando Vermelho o único grupo insatisfeito com a transferência. O desagrado era generalizado. E para tentar amenizar a situação e, de alguma forma, apaziguar os ânimos, entra em ação a habilidade de negociação de Seu Lupércio, à época diretor da instituição. De natureza conciliatória, preferiu tentar fazer um acordo com os presidiários.

Decidiu, então, valer-se de dois fatos: o de haver muito tempo em que o Estado não investia em manutenção ou reformas no estabelecimento, e o de que, justamente por conta disso, eram os próprios presos a tomar providências de caráter emergencial para, assim, amenizar a degradação

³⁹² Mais uma vez, o presídio seria motivo de desentendimentos entre atribuições administrativas distintas. No passado, entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro e no ano de 1994, a desavença era entre o município de Angra dos Reis e o estado do Rio de Janeiro. Atualmente, os instrumentos legais de proteção ambiental em vigor, que coíbem a exploração da Ilha, também são motivo de conflitos, já que, existem leis de natureza estadual e outras de natureza federal. Cf. (VALLEJO, 2005, p. 168)

³⁹³ A região tem um alto índice pluviométrico e por isso a quantidade de infiltração nas paredes é grande. (CYPRIANO, 2001, p. 58, 61)

do local. Seu Lupércio, então, munido destes dois fatos incontestáveis, convence os presos de que o Estado pretendia reformar o presídio e que, para isso, era necessário desocupar as instalações e manter apenas os internos com maiores habilidades para a (suposta) reforma.

Quando implodiu não tinha mais ninguém aqui. Porque quando ficaram os últimos, eles não sabiam, eles pensavam que... O Comando Vermelho me pediu uma reunião comigo, eu era o diretor na época. Aí eu fui pro gabinete, aí sentou o Beto Careca, o Chiquito, o Moa, um bocado deles lá. Eu digo perfeitamente, o que é que os senhores desejam? Aí eu disse assim: “-Eu só quero que os senhores me peçam aquilo que a lei me permite fazer porque aquilo que a lei me permitir, eu concedo, o que a lei não me permitir, nem me peçam. Eles querem remodelar, vão fazer aqui assim, assim, assim.” “- Ha é, Seu Lupércio?” Então tem que ficar... então aquelas pessoas que tinham qualificação, pintor, pedreiro eu fui pegando o nome e deixando aqui e dizendo: “-Olha, não pode transferir agora porque esse daqui vão trabalhar”. Mentira, ninguém ia trabalhar, iam ser os últimos a ir. Como de fato, quando eles sentiam que tinham uns vinte ou trinta “up!” Aí ficou vazio! Aí eu pedi para não implodir. Não, nós vamos implodir. Aí Leonel Brizola veio, ficou lá na Companhia, onde agora é o CEAD. De lá ele apertou e ele implodiu. E eu pedi não implode, deixa pra fazer, pra fazer museu pro pessoal vim ver. (ALBUQUERQUE, 2010)³⁹⁴

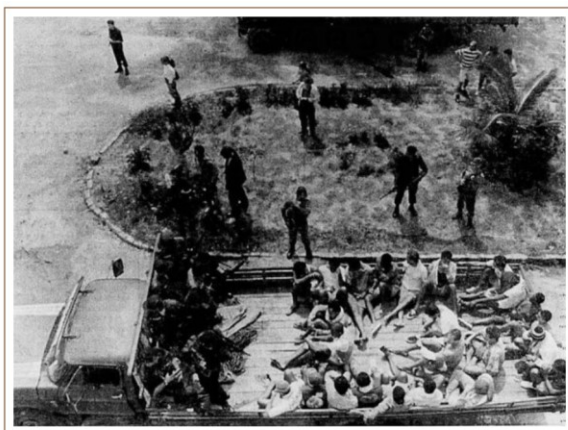
4.5.2 A transferência dos presos

Os presos da Ilha foram então distribuídos em três estabelecimentos. A logística traçada conduziu 96 presos para dois presídios: Dias Moreira, localizado no Complexo da Rua Frei Caneca e para o presídio Ary Franco, em Água Santa. Os 400 restantes foram enviados para a Penitenciária Vicente Piragibe, com exceção de 1 interno, que recebeu seu alvará de soltura no dia da última transferência de levas de presos.³⁹⁵

³⁹⁴ Cf. Lupércio de Albuquerque, entrevista concedida a Clarice E. Peixoto em 2010. Entretanto, na versão publicada por um ex-funcionário do presídio, Inair Pereira, defende que foi de outra maneira esta negociação com os presos: Cf. “O autor da desativação sabia que não poderia realizar a transferência se tivesse a oposição do Comando Vermelho. Como esse apoio era imprescindível, o Secretário de Justiça procurou a liderança da organização em Bangu I, onde propôs a transferência de todos internos do presídio da ilha grande para o presídio Helio Gomes, na Rua Frei Caneca. Os líderes do CV não aceitaram a proposta feita pelo secretário e exigiram o presídio Vicente Piragibe, em Bangu, certamente por ser uma cadeia de regime semiaberto, com normas de segurança vulneráveis.” (PEREIRA, 1994, p. 49)

³⁹⁵ “A operação mobilizou 200 policiais militares e agentes do DESIPE.” JB, 28.03.1994, p. 15. Matéria: Presos da Ilha Grande são levados a Bangu. Ver: LEMGRUBER, 2010, p. 247. Ver também: JB, 27.03.1994, p. 27.

Figura 40 - Transporte de presos - evacuação do IPCM em 27 de março de 1994



Presos da Ilha Grande são levados a Bangu
Fonte: (Jornal do Brasil, 28.03.1994, p.15)



Transferidos de Vila Dois Rios até Abraão em 27.03.1994
Fonte: (LEMGRUBER, 2010, p. 144)

Foi determinado que nos dias 27 e 28 de março de 1994 acontecesse a transferência dos presos. Março, costumeiramente chuvoso, fez jus à sua fama. Na semana anterior, a chuva causara a morte de 12 pessoas em decorrência de deslizamentos provocados pelos temporais.³⁹⁶

E, como não poderia deixar de ser, os dias 27 e 28 daquele mês foram literalmente regados a temporais sucessivos, causando deslizamentos de terra que, por sua vez, acabaram por provocar desastres em mansões na região de Mangaratiba e adjacências.

Entretanto, a operação de transferência, era prioridade; e foi montada e articulada de tal forma que nada e de modo que nada pudesse frustrar a operação. E o efetivo era considerável: o Batalhão de Forças Especiais (BF Esp), o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e demais forças de segurança. Nada poderia dar errado desta vez.

No entanto, apesar de mantida a ação, o estado de caos por conta das fortes chuvas foi um imprevisto que, daquela vez, não se poderia valer da atuação das equipes, posto que todas estavam exclusivamente remanejadas para a remoção dos presidiários.³⁹⁷ E, somado a isso, no sábado dia 1º de abril, o presídio já precisaria estar vazio, posto que era preciso preparar os alicerces da construção com antecedência. A data da implosão, estava programada para sábado, inclusive com a presença da imprensa.

Alguns populares ficaram indignados por serem notificados pelas forças policiais sobre a prioridade daqueles protocolos para a transferência de presos naquele dia. E tal indignação tem

³⁹⁶ Ver também: "Feriadão expõe os riscos da estrada onde, no fim de semana, um deslizamento provocou a morte de 12 pessoas em Mangaratiba". Cf. JB. 30.03.1994, p. 13. Matéria: "Má conservação torna Rio-Santos perigosa".

³⁹⁷ Sobre os acidentes nas encostas da Estrada Rio-Santos, altura de Mangaratiba. Ver: JB, 30.03.1994, p. 8. Matéria: "Lógica Perversa" Ver também: JB, 31.03.1994, p. 16. Matéria: "Encontrados mais dois corpos em Mangaratiba"

fundamento: não era razoável as pessoas ficarem sem socorro emergencial ou sem qualquer tipo de atendimento única e exclusivamente porque a totalidade do efetivo policial estava dedicado exclusivamente à operação da transferência dos presidiários. Mas a operação foi mantida e, em 2º de abril, sábado, o presídio de Ilha Grande não era mais do que cinzas e escombros.

Figura 41 - *Após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes*



Instituto Penal Cândido Mendes em 02 de abril de 1994

Fonte: (LEMGRUBER, 2010, p. 144)

Falando em datas, no dia subsequente, três de abril de 1994, domingo, Brizola não ocuparia mais a posição de governador. Seria apenas mais um candidato a uma eleição presidencial que não venceria.

4.5.3 A implosão

Diferentemente do governador Carlos Lacerda desativando a Colônia Cândido Mendes, na surdina, Leonel Brizola pretendia dar destaque àquele momento registrando o espetáculo da destruição do presídio simbólico. Brizola escolheu intencionalmente ou não, mas, no dia da implosão completaria 30 anos e um dia após trinta anos do golpe de 1964.

A negociação com a UERJ não foi divulgada pelos jornais. E a especulação da imprensa era a de que o espaço seria substituído por um hotel cinco estrelas, pondo desta forma, a população de Dois Rios muito preocupada com a desativação do IPCM.

Pela experiência anterior, em 1978, percebeu-se a necessidade do sigilo para se evitar a verdadeira e irrevogável decisão: a desativação do presídio. Não fosse essa postura, muito provavelmente, Seu Lupércio não conseguiria ludibriar os internos.

Leonel Brizola encararia oficialmente, a partir de então, a eleição presidencial pela qual tanto almejava. E por isso, despedia-se do cargo de governador com antecedência, cometendo o último ato simbólico de seu mandato; a implosão do IPCM.:

"Vai tudo para o chão e pronto. Aquilo é um pardieiro", afirmou Brizola. O governador disse que não tem pena ou temor de destruir o que serviu de cenário para o surgimento da mais temida facção criminosa do Rio, o Comando Vermelho. "Se não destruirmos o prédio de uma vez, irão novamente colocar 400, 600 presidiários ali", acrescentou, lembrando que governos anteriores também tentaram, sem sucesso, desativar o presídio.³⁹⁸

Segundo Lemgruber (2010), para aquele "instante histórico",³⁹⁹ conforme teria considerado o próprio Brizola, o governador havia convidado uma pessoa importante, e também para "implodir" a prisão, *i.e.* para acionar o botão detonador.

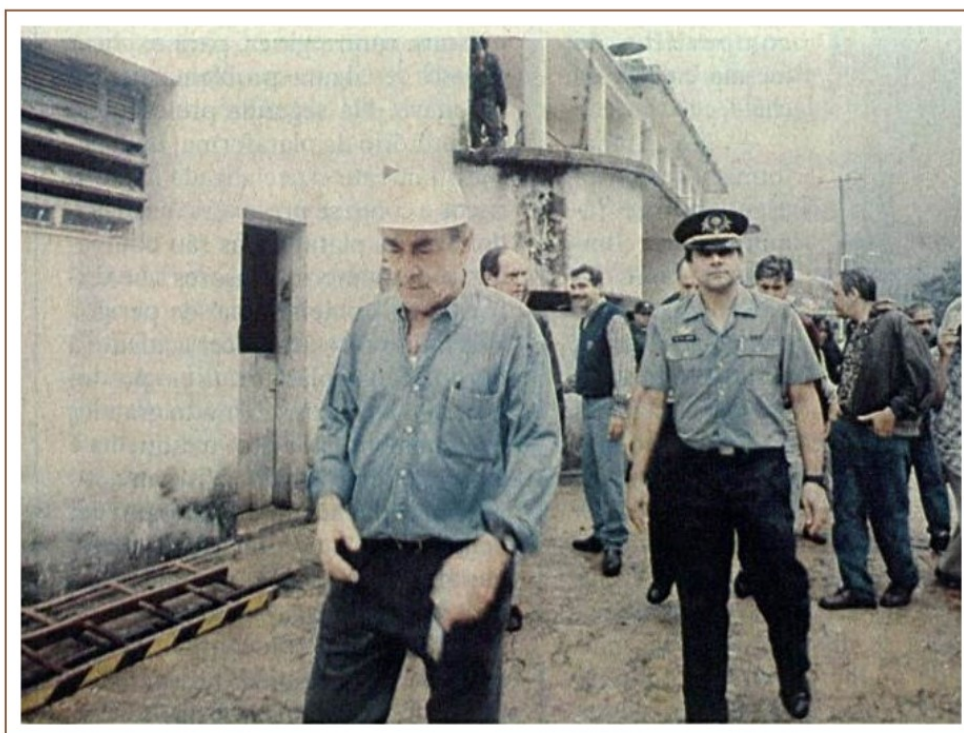
E essa pessoa era nada mais, nada menos do que José Carlos Tórtima, havia sido diretor do presídio Esmeraldino Bandeira na primeira gestão de Leonel Brizola. Porém, fato mais interessante ainda em sua trajetória era o de que José Carlos havia sido interno do IPCM como preso político, de março de 1970 até julho de 1971. Segundo o *Jornal do Brasil*, Tórtima teria dito: "A sensação é de alívio de ver enterrado definitivamente um dos instrumentos mais cruéis da tirania."⁴⁰⁰ Entretanto, Brizola ficou tão envolvido pela emoção do momento, que não permitiu o convidado fazer o que estava combinado. Tomou a frente de Tórtima como um gesto irrefletido e acionou ele mesmo, o detonador. Brizola, assim, começou construindo escolas e terminou o governo explodindo prisões. Segundo Lemgruber (2010), Brizola teria tentado explicar sua atitude arvorada em apertar a espoleta com a seguinte frase: "-A política tem razões que a própria razão desconhece." (BRIZOLA, 1994 citado por LEMGRUBER, 2010, p. 251)

³⁹⁸ JB, 31.03.1994, p. 16. Matéria: "Sede de presídio terá um arquivo histórico".

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Idem.

Figura 42 - Leonel Brizola e equipe em Vila de Dois Rios no dia da implosão



Leonel Brizola em Dois Rios no dia da Implosão

Fonte: (Revista Manchete, RJ, 09.04.1994, p. 93)

Ainda divulgado pelo jornal *O Fluminense*, Brizola teria explicado a autoria da decisão sobre a demolição: “Leonel Brizola afirmou que a iniciativa de demolir a penitenciária foi sua: ‘Em matéria de presídio, só se consegue extingui-los demolindo’, assinalou o governador, lembrando que quando esteve à frente do governo gaúcho, determinou a destruição da Casa de Correção de Porto Alegre.”⁴⁰¹

Leonel Brizola não ficou satisfeito com as tentativas de impedir a desativação do presídio. Encontrou maneiras de expor sua opinião de modo a torná-la pública. Sabia da importância de se fazer uso da imprensa, e portanto, frequentemente divulgava suas próprias opiniões comprando, por meio de seu partido político, o PDT, espaços em diferentes jornais, tiras que ficariam popularmente conhecidas como “tijolaços”⁴⁰² do Brizola. Após a implosão do presídio, manifestou sua indignação com o prefeito de Angra dos Reis, petista:

É inacreditável o que fez o PT, através da Prefeitura de Angra dos Reis, que controla, para tentar embargar e impedir a desativação e a eliminação do presídio da Ilha Grande, daquelas masmorras tantas vezes utilizadas como prisão política, e que se constituem numa chaga que impede o desenvolvimento harmônico de

⁴⁰¹ O Fluminense, 04.04.1994, p. 10. Matéria: “Implodido o presídio de Ilha Grande”

⁴⁰² O PDT fez uma compilação com algumas destas notas escritas por Brizola em publicação intitulada “Tijolaço”. Cf. BRIZOLA, Leonel. **Tijolaços**. Rio de Janeiro: Galpão de ideias Leonel Brizola, 2017.

toda esta enorme área de preservação e de incalculável potencial turístico. Liminares, alvarás, explorações mesquinhas e desarrazoadas, tudo para impedir que meu governo consuma a extinção daquela monstruosidade. O que quererá essa gente? Para quê? Ou será um destes atos falhos que revela a natureza direitista e sectária das cápsulas dirigentes do PT?⁴⁰³

4.5.4 Alguns questionamentos acerca da desativação

No âmbito das discussões parlamentares, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) entre os dias 30 e 31 de março de 1994, parlamentares questionaram a atitude de Brizola. Uns lamentaram o fim daquele patrimônio; outros duvidaram do êxito da empreitada em trazer os presos da Ilha Grande para as prisões no Rio de Janeiro. Alguns argumentaram que a prisão da Ilha era muito segura e que faria falta para o sistema penitenciário; outros ainda questionaram se seria suposto plano do governador voltado a aproveitar o grande potencial do espaço para atividades turísticas. Havia a desconfiança de que, por trás dessa atitude “apressada” do governador, havia interesses escusos:

Mas por que não terminaram Bangu II primeiro, para se ter onde colocar essas pessoas? Por que este açodamento, de repente, no final do Governo Brizola, toma-se essa medida de esvaziar a Ilha Grande, sem que se explique à população com mais fundamento? Por que se toma essa medida? Eu realmente não entendo! Não sei que plano é esse. **Que coisa é essa que está acontecendo nos bastidores?** Porque na política os políticos não dizem a verdade e a verdade é dita por ninguém. **Mas que há algum plano por baixo disso tudo, há, minha gente!** Não é possível que isso seja uma coisa tão simples. (LÚCIDI, 31.03.1994, p. 8, grifo nosso)

Esse questionamento foi manifestado em 31 de março de 1994, na tribuna da ALERJ, exatamente um dia antes da implosão do presídio. Daisy Lúcidí (PDS)⁴⁰⁴ foi uma das parlamentares que questionou a decisão. A deputada julgava ser uma medida intempestiva do então governador Leonel Brizola, e dizia estar descrente sobre a capacidade de a prisão de Bangu II manter por muito tempo a quantidade de presos enviados da Ilha Grande, uma vez que lá estavam confinados os integrantes do Comando Vermelho.

Na ocasião da desativação, em 1994, fazia 10 anos desde que a CPI dos Presídios havia terminado seus trabalhos. Nem mesmo os parlamentares que atuaram na CPI ainda ocupavam cargo de deputado. Naquela sessão antes da implosão, apenas Leôncio de Vasconcelos foi da

⁴⁰³ Tribuna da Imprensa, 06.04.1994, p. 5. Matéria: “As estratégias das elites: ato falho”.

⁴⁰⁴ Daisy Lopes Lúcidí Mendes, 1929-2020. Foi atriz, radialista e na carreira política foi vereador e depois deputada estadual. Filiou-se pelos partidos (PDS), (PFL) e depois (PPR). Interpretou em várias novelas, filmes e peças de teatro.

comissão e ainda ocupava o cargo de deputado estadual, todavia sua legenda neste mandato era do PDT.

No campo ideológico mais conservador, a deputada Daisy Lucidi, era parlamentar que também havia mantido seu mandato desde 1983. A acusação implícita da deputada no discurso desconfiado na tribuna defendia que o presídio da Ilha Grande não deveria ser desativado pois, os os presídios estavam superlotados e a quantidade de presídios que existia por si já não era suficiente para atender a demanda de condenados e caso o presídio da Ilha fosse fechado, os presos distribuídos pelo continente certamente, segundo as previsões da parlamentar, iriam fugir e a situação do povo se tornaria pior devido ao aumento da insegurança. Na sequência de seu tempo restante de discurso, a mesma estendeu a argumentação para criticar o recém empossado governador Nilo Batista quem, na sua avaliação, enquanto era secretário de segurança de estado no mandato de Leonel Brizola, não moveu esforços para resolver os problemas de segurança do estado. A deputada expressou, nas entrelinhas, o que a maioria do campo conservador pensava a respeito dos integrantes da equipe de segurança pública encarregada de trabalhar com Leonel Brizola:

Mas que trabalho fez o Dr. Nilo Batista na Cidade do Rio de Janeiro? Qual é o trabalho fundamental que ele fez que não conseguiu diminuir a criminalidade, que não conseguiu nem dar segurança, que continuou não deixando que a Polícia subisse aos morros? Mas qual é esse grande trabalho, que não vejo? Fico estarecida diante do que acontece no Rio de Janeiro. (LÚCIDI, 31.03.1994, p. 8)

O deputado Albano Reis⁴⁰⁵ (PMDB) era morador de Angra dos Reis, nas adjacências de Ilha Grande e também questionou o fechamento do presídio. O parlamentar acusou o ato como um ataque à segurança pública e assim como Lucidi, considerava que esse ato aumentaria a falta de segurança no continente:

Com muita tristeza registro a desativação do presídio de Ilha Grande e tudo o que está acontecendo no sistema penitenciário. O maior crime, que estão cometendo contra a segurança do Estado, hoje, chama-se desativação do presídio da Ilha Grande. **Todos os presídios deveriam concentrar-se na Ilha Grande, com um Fórum especial evitando que os presos descessem ao Rio,** para serem julgados aqui. Seria uma contenção de despesa muito grande. A Ilha Grande é área considerada de segurança nacional. Presídio em Água Santa acho errado, como no Encantado, Bangu. Preso tem que ficar bem longe da população. Por motivos ocultos -ainda não consegui identificar- estão desativando o presídio Cândido Mendes na Praia de Dois Rios, na Ilha Grande,

⁴⁰⁵ Albano Reis, 1944-2002 (PFL) foi político que atuou como deputado estadual de 1987 até 2004. Nascido em Itaguaí, tinha um parque temático na região da Costa Verde. Era conhecido por se fantasiar de Papai Noel. Fundou escolas profissionalizantes em Quintino com seu nome. O slogan da escola era identificado por ter a figura de um Papai Noel.

presídio que conheço muito bem. Não sei por que estão fazendo esta maldade com o Rio de Janeiro. (REIS, 30.03.1994, p.6, grifo nosso)

As percepções sobre a eficácia e a importância do IPCM nunca foram unânimes. Entre as várias opiniões sobre a penitenciária, havia tanto a crença de que seria a única instituição capaz de confinar os presidiários mais renitentes, como também a de ser uma instituição em falência e não digna de permanecer em funcionamento. Por sua vez, o deputado Leôncio de Vasconcelos (PDT), que dirigiu os trabalhos da Comissão de Inquérito sobre as prisões, defendeu a desativação contra as críticas feitas pelos seus colegas deputados na ALERJ em 1994:

[...] Injusto, como foi ao declarar que o Rio de Janeiro será mais inseguro com a transferência dos presos da Ilha Grande para os complexos penitenciários da capital. Pelo contrário, os presos da Ilha Grande eram um permanente perigo sempre iminente porque, uma ilha distante do continente, sua população estava sempre em apreensão, assim como populações ribeirinhas daquele mar maravilhoso, daquela costa marítima, maravilhosa, tecnocolorida que é a baía de Angra dos Reis da Ilha Grande. [...] Então, é outra crítica profundamente injusta, porque no Direito Penal, as reformas penais são importantes e hoje em nenhum país do mundo existem presídios em ilhas. É contraproducente, é contra o Direito Penitenciário, é contra os Direitos Humanos, é contra o Direito Penal, é contra, enfim, a criminologia e a sociologia penal. (VASCONCELOS, 30.03.1994, p. 7)

O deputado José Guilherme Godinho Sivuca Ferreira (PFL) mais popularmente conhecido como Deputado “Sivuca”,⁴⁰⁶ era também contra a desativação. Segundo a avaliação do parlamentar, os presos não deveriam receber tratamentos humanizados por serem considerados não-humanos a partir do momento em que cometeram o crime. Uma lógica bem característica do pensamento conservador eivado de revanchismo e punitivista e do qual o estado democrático, sob a gestão Brizola, tentava se afastar.

Quando alguém diz que o preso não tem condições de ressocialização, concordo plenamente, mas nem por isso chega ao ponto de justificar como alguns, a barbaridade, a grosseria com que os reincidentes tratam e são tratados, ali é um mundo cujo conceito de moral e todos os demais valores se invertem. Agora mesmo, estamos sabendo que os presos da Ilha Grande serão trazidos para o Rio, e o argumento é que, estando longe dos seus familiares, não há uma ressocialização, uma reintegração à sociedade, porque o homem que se afasta da família termina se transformando num animal. E eu pergunto: **a razão pela qual ele foi para lá não é exatamente porque ele se portava como um animal?** [...] Tenho a impressão de que essa transferência foi muito prematura e rápida e sem nenhuma preocupação maior com a locação desses presos. (SIVUCA, 1994, p. 6, grifo nosso)

⁴⁰⁶ José Guilherme Godinho Sivuca Ferreira, (1930-2021), nasceu em Valença, BA. Foi policial, delegado e fez parte da segurança de Getúlio Vargas, integrou o grupo dos “doze homens de ouro” da polícia carioca e atuou em aberto combate contra os problemas com a segurança pública. Em sua campanha, usou o slogan “Bandido bom é bandido morto” Ocupou o cargo de deputado estadual por dois mandatos, de 1990 até 1994 como filiado ao PFL e de 1994 em diante pelo partido PPR.

A troca de argumentos entre parlamentares da época é uma síntese de como eram as opiniões de algumas autoridades políticas acerca da instituição. Em geral, deputados da ala mais conservadora defendiam a manutenção do presídio para efeitos de criação de um complexo para isolamento total de condenados. O tipo de argumentação pela defesa da prisão da Ilha também denotava um certo desconhecimento sobre as novas tendências arquiteturais dos estabelecimentos penitenciários, já em vigor naquela época. As novas tendências preceituavam que uma prisão de segurança máxima deveria ser revestida não somente de estrutura física robusta, mas também de adaptações de monitoramento tecnológico de segurança, que então começavam a serem disponibilizadas no mercado, tanto como opção de serviços para a segurança pública como também para a esfera privada. (VIANA, 2009, p. 206)

Na Ilha Grande, devido à escassez de estrutura, não seria possível a instalação destes aparatos tecnológicos sofisticados, tal como alarmes, câmeras, cercas eletrificadas, dentre outros. E o motivo era simples e objetivo: devido à distância e ao isolamento, nem mesmo o fornecimento de energia elétrica era estável e qualquer tipo de melhorias e manutenção na Ilha tendiam sempre a serem mais caros dos que pudessem ser fornecidos no continente.

Dentre as críticas à tomada pela atitude unilateral do governador, esteve inclusive a falta de transparência e a falta de um estudo de impacto ambiental pela implosão e sobre a decisão de construir um hotel de luxo no local. Carlos Alberto Bernardo Mesquita, um leitor do *Jornal do Brasil*, teve sua carta publicada na coluna de cartas, “A opinião dos Leitores”, onde teceu críticas à atitude do governador que considerou como absurda. “A população local jamais foi consultada sobre tais projetos, que afetam diretamente suas vidas. Será que o governador tem tanto poder assim, acima das leis e das liminares judiciais?”. Segue um trecho desta carta:

É um absurdo o que o governo do estado do Rio de Janeiro vem fazendo com a Ilha Grande, com relação ao presídio, agora um monte de escombros, e a comunidade da Vila de Dois Rios, que há mais de quarenta anos serve às autoridades estaduais, como suporte de infra-estrutura para o funcionamento da Penitenciária Cândido Mendes, sob pretexto de destruir um marco da ditadura militar, o governo implodiu quarenta e seis anos de história, uma construção que poderia ser aproveitada para fins nobres, como um centro de Estudos Oceanográficos e Ambientais, um centro de visitas da Ilha ou uma escola profissionalizante para ilhéus.[...] sequer foram realizados o estudo e o Relatório de Impacto Ambiental necessários tanto para a implosão como para a implantação do **Projeto Ilha Sem Medo, da Secretaria de Planejamento que prevê a construção de um hotel de luxo, dito de "ecoturismo", com exploração garantida por 90 anos.** E para onde levarão os escombros da implosão?⁴⁰⁷ (grifo nosso)

⁴⁰⁷ JB, 02.05.1994, p. 8. Sessão "A Opinião dos Leitores": Ilha Grande por Carlos Alberto Bernardo Mesquita. A carta está na íntegra no Anexo 3.

Todavia, o prefeito de Angra dos Reis, Luiz Sergio Nóbrega de Oliveira (PT), também vislumbrava a instalação de um hotel de luxo em substituição ao presídio. Por este motivo encomendou um estudo de impacto à UFRJ com o propósito de averiguar os impactos da instalação de um hotel estilo resort. A matéria também publicada pelo *Jornal do Brasil*:

Há três anos o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ começou a fazer um relatório sobre os impactos socio-ambientais provocados pela desativação do Complexo Penitenciário Cândido Mendes, na Ilha Grande para a prefeitura de Angra dos Reis. A pesquisa foi entregue semana passada [...] **O trabalho prevê a transformação do presídio em hotel de alto luxo, tipo resort - com imóveis para hospedagem e moradia** - e recomenda um planejamento socio-ambiental que integre as atividades econômicas tradicionais, em especial a pesca ao turismo ecologicamente sustentado.⁴⁰⁸ (grifo nosso)

Em meio a diversidade de intenções sobre o destino para a Ilha Grande, a insegurança sobre o futuro do IPCM era natural especialmente para os moradores da Vila de Dois Rios. Mesmo depois da implosão e firmado um acordo com a UERJ, as chances de ser transformado em instalações para recebimento de turistas eram reais, haja visto a enormidade de projetos e intenções para o local.

4.6 Outra tentativa de reativação do cárcere

Embora a UERJ já tivesse assinado um termo com o estado do Rio de Janeiro, no contrato de passagem da propriedade do estado para a universidade, constava na cláusula o requisito de que precisavam ocupar o espaço o mais breve possível. Entretanto, a universidade começaria com estudos sem necessariamente ocupar as instalações. A ocupação do CEAD⁴⁰⁹ começou então a ser efetivada apenas em 1998. (VALLEJO, 2005, p. 167)

Em 2000, seis anos após a implosão, a expectativa sobre o que seria das ruínas ainda era motivo de dúvidas, já que ainda era tímida a ocupação do espaço remanescente dos escombros do presídio. Neste mesmo ano, o então Secretário de Estado de Justiça Antônio Olibonio, caminha pelos escombros, em meio a vegetação do IPCM, com olhar determinado como quem apresentava uma ideia muito original na gestão do governador Anthony Garotinho. Olibonio retorna a Ilha Grande, acompanhado da equipe de assessores e da imprensa do *Jornal do Brasil* para reavivar a

⁴⁰⁸ 04.04.1994, p. 16. Matéria: "Ilha Grande: Estudo da UFRJ sobre impacto socio-ambiental da desativação do presídio sugere integração entre tradição e turismo ecológico".

⁴⁰⁹ Segundo Luiz Renato Vallejo (2005): "A sede atual do CEADS foi inaugurada em 1998 e construída com recursos da CAPES e da própria UERJ. Até o ano de 2000, a UERJ ainda não havia criado as condições que permitissem atender a todas as obrigações constantes no Termo de Cessão no 21 de 18/10/1994, o que a tornava vulnerável às pressões de projetos que previam outras formas de ocupação da área. Para atender a essas obrigações e consolidar a presença da UERJ no local, foi elaborado um plano piloto para a criação e implantação do Campus Ilha Grande." (VALLEJO, 2005, p. 167)

proposta de construção de nova prisão na Ilha. A reportagem⁴¹⁰ é ilustrada com a fotografia da autoridade abrindo uma das portas que restaram de pé, em meio a ruínas. Atrás da figura decidida, alguns moradores, divididos sobre se manifestar com opinião favorável ou negativa.

Figura 43 - Secretário de justiça tenta reativar o presídio em 2000

SEXTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2000

Cidade

JORNAL DO BRASIL 25

Projeto de presídio é implodido

■ Ministro da Justiça diz que construção na Ilha Grande contraria a política penitenciária federal e Garotinho veta projeto

LUCIANA CABRAL

O governo federal vetou o projeto de construção de um novo presídio de segurança máxima na Ilha Grande. O Ministério da Justiça divulgou nesta oficial ontem dizendo que "entraria a notícia", anunciada pelo secretário estadual de Justiça, Antônio Oliboni. O ministro José Carlos Dias afirmou que a ideia não será levada em frente. "Não são vamos construir, de modo algum, para construir o presídio na Ilha Grande, pois vai de encontro à nossa política penitenciária", afirmou Dias. Depois de idas e vindas ao longo do dia em torno do assunto, à noite o governador Anthony Garotinho anunciou o embargo do projeto.

O ministro da Justiça ressaltou que a proposta fere o planejamento do sistema penal porque atrapalha a recuperação dos presidiários. "Estabelecimentos localizados em ilhas não são recomendados pelas Nações Unidas. Além de mau custo, representam custo e sofrimento para as famílias dos presos e também dificultam o controle dos serviços e do tratamento proporcionado aos internos", explicou Elisabeth Storck, secretária nacional de Justiça. O ministro informou que o Rio, entre outros estados, foi convocado a apresentar planos de construção ou ampliação de presídios para abrigar presos federais, mas que nada foi enviado ainda. "Estamos aguardando até hoje", afirmou Elisabeth.

Contra - A construção de um presídio na ilha varia, segundo o deputado federal Fernando Gabeira, 10 vezes mais caro que o mesmo projeto no continente. Os materiais para a obra teriam que ser transportados por mar até a Vila do Abraão e depois levados pela estrada de terra que liga a vila à encosta onde ficava o Instituto Penal Cláudio Mendes.

"Fazer faculdade para tirar a atenção sobre a crise do governo", disse Gabeira, que foi preso político na Ilha Grande em 1975. O ministro de Meio Ambiente, José Sarney Filho, também foi contra a intenção de Oliboni. Para ele, o local não é adequado por ficar em uma área de preservação ambiental e também agravaria a vocação da ilha para o ecoturismo. "É uma página virada na política brasileira e um atentado à humanidade que, com esta intervenção, voltaria um crime ambiental", afirmou Corêo (PSDB/RJ), que esteve ontem com o ministro Sarney Filho para discutir o problema.

Decreto - Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputados se comprometeram com a novidade por meio de um decreto estadual, o 19816/94, que não permite o uso das áreas públicas ocupadas pelo Cláudio Mendes para outra finalidade que não seja turística ou de preservação ambiental. No decreto foi criada uma comissão para estudar o aproveitamento da região. "Como o secretário não subiu das leis estaduais? É um absurdo", afirmou o deputado Carlos Melo, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Alerj.

Outra lei estadual criou quatro Áreas de Preservação Ambiental (APA) na Ilha Grande e deixou claro que a região do ex-presídio faz parte da APA. Também que, logo, não poderia sofrer intervenção planejada por Oliboni. "A ilha é um patrimônio ecológico que precisa de investimentos e incentivos para o turismo ecológico e não de construções ou presídios", disse o deputado Sérgio Amaral, que decidiu dar entrada ontem em um projeto de lei, na Alerj, proibindo a construção e instalação de qualquer unidade carcerária na Ilha Grande.

Secretários são contra

A ideia do secretário estadual de Justiça, Antônio Oliboni, pegou de surpresa integrantes do próprio governo. Os secretários de Planejamento, Jorge Bitar, e Meio Ambiente, José Sarney Filho, e Meio Ambiente, José Sarney Filho, em reunião com o governador Anthony Garotinho anunciaram o embargo, destacaram a hipótese de usar a Ilha Grande novamente como sede de um presídio. "Não há como construir uma penitenciária ali por causa da vocação ecológica, das leis proibidas e da natureza política da questão. Não é um governo democrático que vai reconstruí-la", disse José Sarney Filho.

O Instituto Penal Cláudio Mendes abriga presos políticos nos idos anos 1970. "É uma parte da nossa história que deve ser esquecida, o que tem que ser feito hoje é investir em turismo e preservação ambiental", disse o deputado federal Ronaldo Cruz Corêo, que esteve se reunindo com o ministro do

Meio Ambiente, José Sarney Filho. O secretário de Planejamento, Jorge Bitar, conversou com o deputado estadual Carlos Melo ontem para esclarecer que o governo não tinha a intenção de reabrir um presídio na ilha, apesar de anúncio de Oliboni. "Discutimos a necessidade de penitenciárias no Noroeste Fluminense, que sofre um processo de desertificação", explicou Bitar.

A possibilidade de construção de um novo presídio na Ilha Grande mobilizou a Câmara Municipal de Angra dos Reis, que esteve em sessão permanente para contestar a decisão do secretário de Justiça. Seu presidente, o vereador Gilvânio Barbosa Duarte, quer explicações sobre a declaração de Oliboni afirmando que o governo federal já tinha liberado verba para a obra, que ainda não foi autorizada pelo Ministério da Justiça.

Moradores divididos

O secretário estadual de Justiça, Antônio Oliboni, reservou sua agenda da manhã e praticamente parte do início da tarde para discutir o projeto de reconstrução do presídio da Ilha Grande, na Vila do Abraão, onde há seis anos o Instituto Penal Cláudio Mendes foi demolido por ordem do então governador Nilo Batista. Oliboni decidiu visitar o local, cercado por seus assessores, para conhecer os moradores e anunciar ao presidente do conselho de infra-estrutura que visitou atrelado ao projeto. Depois de ouvir um discurso, na Vila do Abraão, muitos moradores ficaram divididos e se manifestaram a favor da ideia. No fim da tarde, no entanto, quando o governador Anthony Garotinho desautorizou o projeto, a viagem do secretário à Ilha Grande se mostrou infrutífera. "Se eu morasse aqui também não gostaria de ter um presídio como vizinho", deixou escapar em sua chegada à ilha. Ainda assim, vendeu a ideia do projeto aos moradores. "Não temos um prazo para apresentar o projeto à União porque eles liberam os R\$ 1,5 bilhões destinados à construção do presídio. Nas hipóteses levantadas ontem à noite, lembramos da Ilha Grande como uma alternativa possível", disse.

Preocupado em manter as casas cedidas pelo governo do estado na época do antigo presídio, moradores da região queriam garantias de que continuariam com a posse de suas residências. Mesmo diante do compromisso de respeito, reagiram com desconfianças. "O senhor já é a quarta autoridade que aparece aqui em época de eleição prometendo fazer a questão da posse da terra", disse Paulo Sérgio Diniz, morador há 13 anos na região.

Oliboni admitiu que não gostaria de ser preso como vizinho




Secretário de Justiça visita a Ilha com projeto de reativar a prisão em abril de 2000

Fonte: (Jornal do Brasil, 07.04.2000, p. 25)

⁴¹⁰ JB, 06.04.2000, p. 1 e p. 23. Matéria: "Presos vão voltar ao paraíso".

Personalidades se incomodaram com a chance de ressurreição da ideia. Duas delas, Fernando Gabeira e Nelson Rodrigues Filho, que estiveram presos no IPCM, expressaram através de suas falas, histórias e sobre experiências no cárcere, mostrando assim sua veemente rejeição da ideia. Por fim, naquele contexto, o que salvou a Ilha de um triste destino de abrigar novamente um presídio foi a Resolução da Secretaria de Estado de Cultura, aprovada provisoriamente em março de 1987, ainda durante a primeira gestão de Leonel Brizola, que tornou Ilha Grande um bem tombado, de forma provisória; mas que em outubro tornou-se uma medida definitiva, já no governo de Moreira Franco.⁴¹¹

E assim termina o embate de décadas que tinha, de um lado, a vontade de uns em manter Ilha Grande um lugar para isolar criminosos, de outro os interesses de outros tantos em explorar o potencial turístico e, por outra via, o desejo de resgate da Ilha transformando-a em um sítio turístico predominantemente de preservação do meio ambiente e de pesquisas ambientais.

⁴¹¹ JB, 07.04.2000, p. 1 -25. Cf. Resolução n 29, de 14 de outubro de 1987. Ver também: De modo a evitar possíveis iniciativas com esta, a governadora Benedita da Silva assinou um decreto em 2002 onde determinou que seria proibida a construção de cárceres na Ilha Grande. Cf. Lei n. 3901, de 19 de julho de 2002: Fica proibida a construção e instalação de unidades carcerárias, mesmo em caráter temporário, em todo o território da Ilha Grande.

5 - Considerações finais

Neste último capítulo são destacados, dentre outros pontos, a questão da perspectiva dos moradores e dos turistas frente à especulação imobiliária e as perspectivas para estudos futuros. E, por fim, o que julgo bastante relevante: a questão da importância histórica do presídio de Ilha Grande frente a trajetória social e política deste país, onde, frequentemente, a sociedade precisa ser lembrada sobre o que significaram as ditaduras, de modo a evitar um retrocesso nas convicções sobre a importância de compromisso com a defesa da democracia.

É gritante a situação da gleba Lopes Mendes, que hoje é propriedade de um grupo empresarial e de meia dúzia de posseiros, desrespeitando a lei federal 7661/88, que define o uso da Zona Costeira e o artigo 225 § 4º da Constituição Federal, que declara o local como patrimônio nacional. O parque estadual da Ilha Grande [...] e a área de proteção ambiental de Tamoios englobam toda a área mencionada. Por essas e outras é que venho manifestar minha indignação ao observar impotente o maior patrimônio ecológico do estado do Rio ser destruído e indevidamente loteado, por omissão de órgãos e autoridades. Peço aos deputados estaduais identificados com a causa ambientalista que formalizem uma CPI para desvendar os mistérios que envolvem a Ilha Grande, em especial os grileiros de Lopes Mendes, a marina de Parnaioca e o hotel de Dois Rios. (SARDO, Gerhard, 31 dez. 1993)⁴¹²

A carta enviada por um leitor ao *Jornal do Brasil* e publicada em 31 de dezembro de 1993 exemplifica o nível das preocupações existentes por parte de moradores e ambientalistas que sentiam que a Ilha estava na mira de especuladores, com um destino incerto e com condições favoráveis ao avanço do assédio da indústria imobiliária ou do turismo predatório. Cerca de três meses após esta manifestação o presídio foi implodido. A julgar pelas preocupações de Gerhard Sardo (1993), a Ilha já apresentava questões relacionadas à questão fundiária. Logo, os maiores problemas com crimes reais estavam no bojo da ação da pressão por investimentos imobiliários. A preocupação dos moradores com as fugas de presos já não era tão importante. Porém, a presença do presídio poderia representar um desconforto para o encorajamento de investir na infraestrutura para recebimento de visitantes na Ilha, embora, cada vez mais ela fosse almejada para visitas. Retirar guardas, policiais, presos e visitantes pobres de presos poderia melhorar os negócios que intencionavam tornar a Ilha em lugar de lazer.

⁴¹² JB, 31.12.1993, p. 10. Sessão de cartas dos leitores.

Sobre a decisão de fechamento o presídio que até aqui as fontes que esta pesquisa apresentou, a convicção é a de que Leonel Brizola parece ter sido a “mola propulsora” para a concretização da desativação do presídio na Ilha, embora tenha havido tentativas iguais a esta em gestões de anos anteriores. Entretanto, outras motivações econômicas foram igualmente determinantes para a condução dos acontecimentos. Os interesses em utilizar a região para atividades lucrativas no ramo do turismo não foram poucos. Logo, há forte ligação entre a construção da estrada Rio-Santos com desdobramento no projeto TurisRio e a motivação para a desativação do cárcere-castigo e este, por sua vez, fora perdendo a alcunha de cruel no tratamento de presos para receber a fama de cárcere dominado pelos detentos. Todavia, há uma lacuna a ser pesquisada sobre esse tema: como foi, efetivamente, esse assédio nas terras da Ilha? O quanto as populações locais sofreram com a especulação imobiliária? Eis temas para investigações futuras. Embora a discussão acerca da especulação imobiliária⁴¹³ tenha sido um assunto pouco tratado nesta dissertação, menos do que oportuno, falta maior volume de estudos para investigar as transformações que a região sofreu após a desativação, pois, o que se observa atualmente, é uma pungente presença estrangeira. A Ilha de território isolado tornou-se um lugar cosmopolita.

Para o visitante que aporta na Ilha, isso não é um problema. Mas, para os nativos que conseguiram manter-se em meio à pressão de interessados por tomar a posse de suas habitações, as mudanças certamente foram mais conflitivas do que o decantado incômodo que pode ter causado as incursões dos eventuais foragidos do presídio. Ouvir dos nativos a recorrente ideia de “invasão”⁴¹⁴ pode soar como certo exagero para quem vem de fora. Porém, é justificável e explica-se por conta da diferença de perspectiva. O olhar de quem está de dentro da Ilha desde outros tempos e o olhar de quem está de fora não contempla as impertinências do turismo descontrolado, especialmente nas altas temporadas.

De modo a finalizar esta pesquisa é oportuno dialogar sobre a tarefa de escrever história sobre tempos recentes. Eric Hobsbawm (1998), lembra que há acontecimentos em que quem escreve a história mais recente já está na observação, em “poleiro particular” de observação e que, portanto, faz uma análise sobre o evento a partir de experiência pessoal, de seu tempo de vida em relação ao acontecimento histórico e essa experiência pessoal modela o modo como o evento histórico é visto. (HOBSBAWM, 1998, p. 244-245)

⁴¹³ Esforço neste sentido foi a pesquisa recente da geógrafa Johana Maiy Alecrim Alves Gomes: “Política ambiental e interesses privados na Ilha Grande (RJ): uma análise das áreas protegidas inseridas na ótica neoliberal”, publicada em 2021.

⁴¹⁴ Expressões como: “o povo de fora veio tomando a Ilha Grande” usada por Seu Nezinho, “chega esse monte de maluco, domina tudo” usada por Seu Lauro, “[...] faltou o presídio mas liberaram outra coisa, não é. Sabe o quê que é, infelizmente o mundo todo está preso nisso, não é” usada por Seu Manoelzinho.

Nas primeiras aulas de metodologia da História, recorro do debate acerca da importância da Queda do Muro de Berlim usado para exemplificar o que pode ser considerado como evento histórico ou não. Lembro-me de que, em oportunidade de participação na aula, destaquei que diariamente muitos muros são derrubados ao redor do mundo, mas que a derrocada daquele muro específico era importante para registro histórico por causa do contexto que envolvia aquela situação.⁴¹⁵

Dentro do contexto brasileiro, em especial do Rio de Janeiro, a implosão do IPCM não fora considerada suficientemente importante na época para ser noticiado em todos os jornais de referência. Porém, este presídio é citado nos volumes publicados pela Comissão Nacional da Verdade⁴¹⁶ como um dos cárceres para onde foram enviados os presos políticos. Aparece nos depoimentos tanto da ditadura mais recente quanto nas experiências do Estado Novo e demais períodos de repressão varguista, de modo que é sabido que aquele estabelecimento foi lugar de tortura de presos.

Ainda sobre a natureza da escrita histórica, Adam Schaff (1978) ressalta que é ela influenciada pela concepção de mundo do historiador, seus preconceitos, sua classe social, grupos sociais, sobre o meio profissional e sobre a sua época. (SCHAFF, 1978, p. 292) E o que destacamos aqui é o quesito da época em que o texto é escrito. O tempo e o contexto em que a história é escrita é absolutamente reveladora de demandas sociais de uma época. As preocupações de outrora certamente não são as mesmas das atuais. Uma estrutura como o edifício do IPCM carrega um simbolismo. A estátua de Borba Gato⁴¹⁷ está para a escravidão assim como o IPCM está como símbolo de cárcere de torturas.

O que incomoda não é que as instalações daquele "monstrengo"⁴¹⁸ tenha sido implodido, mas sim que um edifício como esse ainda seja tão importante para educação emancipadora, por meio de uma proposta crítica da história, uma chave de leitura sobre as motivações para criação de uma instituição como aquela, as justificativas que a mantiveram por quase cem anos e outros desdobramentos da manutenção dos presos naquelas condições⁴¹⁹.

O lamentável é que instituições ou agências internacionais de regulação e fiscalização ainda encontrem prisões no Rio de Janeiro condenadas como instalações com práticas atentatórias ao

⁴¹⁵ Aula ministrada pelo professor Felipe Charbel, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante o primeiro semestre de 2010.

⁴¹⁶ Cf. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: relatórios volumes 1 ao 3, publicado em 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

⁴¹⁷ As reiteradas tentativas de destruir a estátua de Borba Gato como protestos de ruas reacendem em anos recentes sobre a legitimidade das homenagens aos personagens do Bandeirantismo, presentes na história de São Paulo, ao mesmo tempo, ícones do processo de escravização de indígenas. Maior discussão, Cf. (FERREIRA, 2022)

⁴¹⁸ Expressão empregada por Vera Malaguti na entrevista citada no quarto capítulo desta dissertação.

⁴¹⁹ O desdobramento mais significativo foi a própria criação da organização de presos que tempos depois veio a se tornar o Comando Vermelho.

respeito dos direitos humanos⁴²⁰. Desse modo, lembrar daquele “horroroso”⁴²¹ torna-se visceralmente importante para servir o propósito contrário do que diziam os contemporâneos da década de 1990: “queremos esquecer”. O esforço de agora é por lembrar. Sendo assim, é preciso destacar, criar liames entre o momento atual e os lugares de memória para manter acesa a discussão acerca dos valores da democracia e dos direitos humanos.

Dito isso, importa lembrar que no caso do Rio de Janeiro, a crença na reabilitação dos presos foi gradativamente sendo abandonada a partir da década de 1980. (GARLAND, 2008) Isso ocorreu, dentro de uma tendência de políticas de controle do crime, escalonando para uma perspectiva de punições mais severas e vingativas, por parte das autoridades políticas. Por serem ocorrências relacionadas diretamente com o IPCM, citamos a lendária fuga do Escadinha e a gradação da articulação da união de presos ao ponto de tornarem-se Comando Vermelho, entre outros elementos por terem se tornado exemplos que deram base de sustentação para argumentos conservadores críticos aos rumos da política de segurança pública aplicada por Leonel Brizola.

Segundo o filósofo Zygmunt Bauman (2005) são evidentes alguns sentimentos e atitudes contemporâneos, eis alguns: A pretexto de dar mais segurança à população e acabar com a impunidade, algumas soluções apresentadas perpassam desde mudanças para uma legislação mais rigorosa, aumento de policiamento, maior poder de controle para evitar o crime, até a maior capacidade de enquadrar na lei mais atos criminosos. A falta de emprego e a carestia geram mais encarceramento; e os discursos eleitoreiros prometem prender mais e mais para controlar a violência (BAUMAN, 2005, p. p. 17).

Entretanto, ignoram o elementar: pensar em formas de prevenir o crime, e que os presos um dia sairão das prisões após nutrir maior revolta contra a “cruel sociedade”, e estarem preparados nas prisões “universidades do crime”. Lamentavelmente, a aposta da política educacional de Leonel Brizola foi abandonada literalmente pelas gestões sucessivas. Luiz Eduardo Soares (2019) cita o exemplo de como as instituições jurídicas ou de segurança pública tratam os menores infratores:

'Vocês são o lixo da humanidade' [...] As instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço. Foi dada a partida no círculo vicioso da violência e da intolerância. O desfecho é previsível; a profecia se cumprirá: reincidência. (SOARES, 2019, p. 204)

⁴²⁰ Situações de flagrantes desrespeitos aos Direitos Humanos continuam nos cárceres cariocas. Cf. Presidiários do Plácido de Sá Carvalho, no Complexo de Bangu, terão suas penas reduzidas à metade, decide STJ. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/presidiarios-do-placido-de-sa-carvalho-no-complexo-de-bangu-terao-suas-penas-reduzidas-metade-decide-stj-25008460>. Acesso em: 15 ago. 2022.

⁴²¹ Expressão empregada por Vera Malaguti na entrevista citada no quarto capítulo desta dissertação.

A memória emotiva evidenciada no sentimento de pesar pelo outro demonstrada por Seu Pedro⁴²² quando citou o interno Ângelo pode ser um exemplo de como superar a apatia pelo semelhante. Importa que discussões como a proposta neste trabalho sejam levadas adiante de modo que a frieza humana, a pretexto da disciplina e do desenvolvimento, seja evitada. Como diria Bauman (2013), o novo desafio é buscar uma sensibilidade que ponha mais elementos humanizadores na percepção das cenas do dia a dia.

Na atualidade, a ideia de barbárie e a representação do mal não estão nas ações beligerantes ou exatamente no bojo de propostas sombrias de ideologias totalitárias, mas sim no comportamento eivado de pura alienação e indiferença em relação à dor de outras pessoas: "quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso".

Assim, é preciso se lembrar para não se esquecer. É preciso que a história do presídio de Ilha Grande seja contada, sob o risco de virar pós e poeira simbólicas, a exemplo do que aconteceu quando de sua implosão física.

Por fim, considero que essa pesquisa para lembrar do valor simbólico do presídio da Ilha Grande indiretamente propõe-se como “janela” ou fio condutor para reforçar as críticas de Leonidas Donskis e Zigmunt Bauman (2013) sobre o “silêncio ético” (DONSKIS, 2021 [2013], p. 16) da sociedade moderna e também ecoar o apelo de Theodor W. Adorno (2020 [1971], p. 129) para que campos de concentração e torturas não se repitam.

⁴²² (SANTOS, 2019) Entrevista com Pedro Santos concedida à autora, em Ilha Grande- Vila de Dois Rios, agosto de 2019.

Fontes primárias e Bibliografia

Fontes primárias

Entrevistas:

BATISTA, Vera Malaguti de Souza Weglinski. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. [realizada por videoconferência] em 09 nov. 2020.

GONÇALVES FILHO, Manoel. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. Praia do Provetá, Ilha Grande, RJ em 12 dez. 2019.

JORDÃO, Lauro Lúcio. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. Vila do Abraão, Ilha Grande, RJ em 01 ago. 2019.

NEVES, João Raimundo das. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. Praia do Provetá, Ilha Grande, RJ em 13 dez. 2019.

SANTOS, Pedro dos. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. Dois Rios, Ilha Grande, RJ em 02 ago. 2019.

SILVA, Manoel da [Nezinho]. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. Praia do Aventureiro, Ilha Grande, RJ em 13 dez. 2019.

VIEIRA, Liszt Benjamin. Entrevista concedida a Rosileide Ribeiro de Melo Souza. [realizada por videoconferência] em 01 dez. 2020.

Imagens:

COLÔNIA CORRECCIONAL DOIS RIOS. Postagem do Blog: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com/>. Disponível em: http://lh3.ggpht.com/_9s1e3veTfyc/S1pThxCB1RI/AAAAAAAAAB4Y/UfVnmepvIPw/s1600-h/Pres%C3%ADdio%20velho%5B5%5D.jpg. Acesso em: 22 jul. 2022.

DOIS RIOS, Ilha Grande, Angra dos Reis - Rio de Janeiro (Brasil), 2022. 1 imagem de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°15'14"S, 44°17'41"W, 2022. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Ilha+Grande,+Angra+dos+Reis+-+Rio+de+Janeiro/@-23.19117027,->

44.32378488,170.08816126a,19441.38072654d,35y,31.53272873h,59.97289556t,0r/data=CigiJgokCd-KR5LZqDTAEXMw-7nWvDfAGZ30Tn2r2ETAIUp1bW8sjUbA: 11 dez. 2022.

ESTRADA DE DOIS RIOS, Ilha Grande - Angra dos Reis, RJ (Brasil), 2022. 1 imagem de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°10'49"S 44°11'24"W. Disponível em:

https://earth.google.com/web/search/vila+perto+de+Dois+Rios+-+Abra%C3%A3o,+Angra+dos+Reis+-+RJ/@-23.1722064,-44.1822713,165.15406912a,7597.21581953d,35y,-79.88160181h,59.97882965t,0.00000001r/data=CigiJgokCQ0FB_SrBzfAEced84O1CDfAGR860MtYfEbAic0w4RMcfUbA Acesso em: 05 dez. 2022.

FOTOGRAFIA de Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, deputado eleito pelo estado do Mato Grosso. [s. l.] : [s. l.], 1890. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/br-dfcd-ac1891-rgpb-ft-80-1210>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ILHA GRANDE, Angra dos Reis - Rio de Janeiro (Brasil) 1 imagem de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°10'58"S,44°12'48"W, 2022. Disponível em:

<https://earth.google.com/web/search/Ilha+Grande,+Angra+dos+Reis+-+Rio+de+Janeiro/@-23.142187,-44.2832717,212.69458919a,42752.76282699d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCd-KR5LZqDTAEXMw-7nWvDfAGZ30Tn2r2ETAIUp1bW8sjUbA>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ILHA GRANDE, Angra dos Reis - Rio de Janeiro (Brasil) 1 imagem de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°08'31"S,44°16'59"W, 2022b. Disponível em:

<https://earth.google.com/web/search/Ilha+Grande,+Angra+dos+Reis+-+Rio+de+Janeiro/@-23.142187,-44.2832717,212.69458919a,42752.76282699d,35y,0h,0t,0r/data=CigiJgokCd-KR5LZqDTAEXMw-7nWvDfAGZ30Tn2r2ETAIUp1bW8sjUbA>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MAPA TOPOGRÁFICO DETALHADO EM ALEMÃO DE ILHA GRANDE [versão portuguesa].

Rosso Robot: [s. l.], [2009]. 1 mapa, color. Creative Commons licenses Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/Ilha_Grande_topographic_map.png. Acesso em: 15 dez. 2022.

POLÍCIA do Rio não tem pistas de Escadinha (1986). Produção: TV Globo. 1986.(ca. 1 min: 40s), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MWaaWlH7Nec&t=18s>. Acesso em: 18 jul. 2021.

PRAIA DE CONCEIÇÃO Jacareí, Mangaratiba - Rio de Janeiro (Brasil), 2022. 1 imagem de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°01'54"S,44°09'40"W. Disponível em:

https://earth.google.com/web/search/Praia+De+Concei%C3%A7%C3%A3o+de+Jacare%C3%AD+-+Rua+Adalberto+Pereira+Pinto+-+Concei%C3%A7%C3%A3o+de+Jacare%C3%AD,+Mangaratiba+-+RJ/@-23.03199364,-44.16193961,2.4241994a,440.34054854d,35y,159.85353304h,0t,0r/data=CigiJgokCYiRExPN9zbAEYrIh73-LDfAGSwMuZaN_EXAIRrHrNw_NUbA. Acesso em: 05 dez. 2022.

PRESÍDIO ILHA GRANDE-COLÔNIA DOSI RIOS. [Dois Rios, Ilha Grande]: [s.n.], [194?]. Disponível em:

<http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3ria%20da%20Col%C3%B4nia%20de%20Dois%20Rios>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUZA, Rosileide Ribeiro de Melo. O presídio da Ilha Grande e seus caminhos. Ilha Grande, Angra dos Reis - Rio de Janeiro (Brasil), 2022. 10 imagens de satélite, color, 3D. Airbus Digital Globe/Google. Lat. 23°08'31"S, 44°16'59"W. [Projeto com rotas criadas em animação gráfica de imagens em 3D, imagens capturadas por satélites na ferramenta Google Earth], 09 dez. 2022. Disponível em: https://earth.google.com/earth/d/1HGta6aYqsmisNbB5JyE13_MBYbYVMHx4?usp=sharing. Acesso em: 11 dez. 2022.

Manuscritos:

Livros de Ocorrência de Galerias do Instituto Penal Cândido Mendes:

[Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro]

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES. **Livro de Ocorrência de Galerias**. Ilha Grande, RJ, 30 ago 1971- 2 jan 1972. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Instituto Penal Cândido Mendes. Notação: 147. Setor/Série: Livro de ocorrência das galerias 1971-1972

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES. **Livro de Ocorrência de Galerias**. Ilha Grande, RJ, 3 jan 1972 - 1 abr 1972. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Instituto Penal Cândido Mendes. Notação: 105. Setor/Série: Livro de ocorrência das galerias 1972

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES. **Livro de Ocorrência de Galerias**. Ilha Grande, RJ, 15 ago 1972 - 12 dez 1972. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Instituto Penal Cândido Mendes. Notação: 74. Setor/Série: Livro de ocorrência das galerias 1972

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES. **Livro de Ocorrência de Galerias**. Ilha Grande, RJ, 12 dez 1972- 28 mar 1973. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Instituto Penal Cândido Mendes. Notação: 253. Setor/Série: Livro de ocorrência das galerias 1972-1973

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES. **Livro de Ocorrência de Galerias**. Ilha Grande, RJ, 19 out 1987 - 21 fev. 1988. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Instituto Penal Cândido Mendes. Notação: 122. Setor/Série: Livro de ocorrência das galerias 1987- 1988.

INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES. **Livro de Ocorrência de Galerias**. [Ilha Grande, RJ], 10 maio 1991 - 25 out. 1991. Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Instituto Penal Cândido Mendes. Notação: 12. Setor/Série: Livro de ocorrência das galerias 1991.

Impressos:

Relatórios disponíveis no Arquivo Nacional:

MALDONADO, Joaquim Murillo. **Colônia Agrícola Distrito Federal**: relatório 1958. [Ilha Grande, RJ]: [s. n.], 16 mar. 1959. Disponível no Arquivo Nacional Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2) Título: IJ2 1287

MELO, Joaquim Carlos de. **Relatório anual das atividades desta Colônia no exercício de 1954**. [Ilha Grande, RJ]: [s. n.], 5 jan. 1954. Disponível no Arquivo Nacional Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2) Título: IJ2 1287

RAYMONDI, Waldemar. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Dr. Ministro de estado da justiça e negócios interiores, pelo dr. Waldemar Raymondi, diretor substituto da Colônia Agrícola do Distrito Federal, relativo ao exercício de 1947**. [Ilha Grande, RJ]: [s. n.], 26 jan. 1948. 8 f. Disponível no Arquivo Nacional Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2) Título: IJ2 1287

SARDINHA, Hermínio Ouropretano. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Hermínio Ouropretano Sardinha, diretor da Colônia Penal Cândido Mendes, relativo as atividades do ano 1944**. [Ilha Grande, RJ]: [s. n.], 23 mar. 1944. 108 f. Disponível no Arquivo Nacional: Notação IJ2-1279. Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2). Título: IJ2 1285

SARDINHA, Hermínio Ouropretano. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. Herminio Ouropretano Sardinha, diretor da Colônia Penal Cândido Mendes, relativo as atividades do ano de 1946**. Ilha Grande, RJ: [s. n.], [1947]. 64 f. Consultado no Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

SARDINHA, Hermínio Ouropretano. **Relatório das atividades da Colônia Penal Cândido Mendes durante o ano de 1948, apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça pelo Dr. Hermínio Ouropretano Sardinha - diretor**. [Ilha Grande, RJ]: [s. n.], [1949]. 64 f. Disponível no Arquivo Nacional: Notação IJ2-1279. Fundo: Série Justiça, Administração (IJ2). Título: IJ2 1285

Jornais

Disponível na Hemeroteca Biblioteca Nacional:

A Batalha (1975-1979)

A Imprensa (1908-1911)

A Manhã (1926-1929)

A Noite (1940-1942)

A Notícia (1897-1904)

A Razão (1918-1921)

A Rua: Semanário Ilustrado (1914-1927)
 A Tribuna (1975-1979)
 A Tribuna, SP (1975)
 Beira Mar (1936)
 Correio da Manhã (1901-1963)
 Diário Carioca (1930-1958)
 Diário da Noite (1958)
 Diário de Notícias (1809-1962)
 Gazeta da Tarde (1896)
 Gazeta de Notícias (1942-1944)
 Jornal do Brasil (1891-2000)
 O Fluminense (1963, 1973-1977)
 O Globo (1934-1994)
 O Imparcial (1914)
 O Jornal (1969)
 O Paiz (1894-1918)
 O Século (1911)
 Tribuna da Imprensa (1960-1969, 1990-1996)
 Última Hora (1962)

Revistas:

BANDEIRA FILHO, Antônio Herculano de Sousa. A questão penitenciária no Brasil, I: esclarecimentos indispensáveis sobre as idéias de criminalidade e penalidade. -fundamento do direito de punir. em que consiste a questão penitenciária. *In: Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano 1, Tomo 2, 1879. p. 299 - 309. Disponível: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

O DESAFIO de Escadinha. *In: Manchete*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, ano 35, n. 1761, 18 de jan. 1986. p. 14-17. Disponível: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

O DURO pito do cardeal. Dom Eugênio Sales denuncia abusos contra presos no Rio e força Chagas Freitas a governar também na área da segurança. *In: VEJA*, 23 de dezembro 1981, p. 20-21.

A ILHA DO diabo existe. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro: [s. n.], ano XXXIII, n. 35, 10 jun. 1961. p. 86-88. Disponível: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

LIMA, William da Silva; MESQUITA, Carlos Alberto. Carta ao Jornal do Brasil. *In: Pasquim*. Rio de Janeiro: Codecri, ano XII, n. 612, 19 a 25 de mar. 1981. p. 12-15. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/124745/23266>. Acesso em: 04 dez. 2022. [Hemeroteca Biblioteca Nacional]

MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo. Ilha Grande: A opinião de leitores. In: **Jornal do Brasil**: [s. n.], 02 de mai. 1994. p. 8.

Disponível:http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/143098. Acesso em: 04 dez. 2022.

Anais da Câmara dos deputados

Disponível na Hemeroteca Biblioteca Nacional:

França Carvalho. Projeto n. 151 - 1982. In: Congresso Nacional. **Annaes da camara dos deputados**: segunda sessão da primeira legislatura: sessões de 1 a 30 de setembro de 1892. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Sessão em 6 de setembro de 1892.p. 96. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22projeto%20n.%20151%22&pagfis=6826. Acesso em: 23 jul 2022

Gonçalves Chaves. Emenda aditiva ao projecto n. 151 (2 discussão).In: Congresso Nacional. **Annaes da camara dos deputados**: segunda sessão da primeira legislatura: sessões de 1 a 30 de setembro de 1892. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Sessão em 16 de setembro de 1892.p. 333. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22projeto%20n.%20151%22&pagfis=7063.%20151%22&pagfis=7063. Acesso em: 23 jul 2022.

Sr Milton. Emenda ao projecto n. 151. In: Congresso Nacional. **Annaes da camara dos deputados**: segunda sessão da primeira legislatura: sessões de 1 a 30 de setembro de 1892. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Sessão em 26 de setembro de 1892.p. 669- . Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22projeto%20n.%20151%22&pagfis=7330. Acesso em: Acesso em: 23 jul 2022.

ALBUQUERQUE, Caetano Manuel de Faria e. Continuação da 3ª discussão do projecto n. 151, deste anno, creando uma colonia correccional no proprio nacional Fazenda Boa Vista, na Parahyba do Sul, Estado do Rio de Janeiro; especificando os individuos que a ella podem ser recolhidos e dando providencias. In: Congresso Nacional. **Annaes da camara dos deputados**: segunda sessão da primeira legislatura: sessões de 1 a 30 de setembro de 1892. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Sessão em 28 de setembro de 1892.p. 669- . Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22projeto%20n.%20151%22&pagfis=7399. Acesso em: 23 jul 2022

Anais da ALERJ. Disponível na Biblioteca da ALERJ:

FURTADO, Heitor. Ata da quarta reunião ordinária, realizada em quinze de junho de mil novecentos e oitenta e três. Comissão Parlamentar de inquérito para apurar a insegurança existente no Estado do Rio de Janeiro. In: **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Poder Legislativo)**: parte 2, Rio de Janeiro, RJ, ano 9, n. 178, 14 set. 1983.p. 20.

PRESOS DO INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES - Ilha Grande. [Carta enviada para a Comissão de Inquérito que averiguava as condições de funcionamento dos presídios no Estado]. Destinatário: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 8 nov. 1983. 1 carta. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, RJ, ano 9, n. 223, 23 nov. 1983, parte 2. p. 9-10.

REIS, Albano. Expediente inicial. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, RJ, ano 10, n. 60, 30 mar. 1994, parte 2, p. 6.

RESOLUÇÃO Nº 139 DE 1984 - Aprova Relatório e a Conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o regime carcerário e penitenciário do estado. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, RJ, ano 10, n. 172, 5 set. 1984, parte 2. p. 1-2.

SEIS MESES de Governo democrático e popular. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Poder Legislativo)*: parte 2, Rio de Janeiro, RJ, ano 9, n. 183, 23 set. 1983. p. 13.

VASCONCELLOS, Leôncio. Expediente inicial. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, 30 mar. 1994. parte 2, p. 7.

VIEIRA, Liszt. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 93, 18 mai. 1983. parte 2, p. 5.

VIEIRA, Liszt. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 176, 14 set. 1983. parte 2, p. 9.

TALARICO, José. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro [do Poder Legislativo]*, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 57, 24 mar. 1983. parte 2, p. 7-8.

Bibliografia (Fontes secundárias)

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12310/14087>. Acesso em: 13 jul 2021.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020 [1971].

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Lupércio. *In: Ilha Grande em outros tempos. Clarice Peixoto et al., 40min*, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4SRUKqtf638>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. (Coord.) **Relatório do professor Candido Mendes de Almeida**: décimo congresso penal e penitenciário internacional realizado em praga em agosto de 1930: sessões e resoluções: Contribuição do Brasil: sessões e resoluções da conferência penal e penitenciária realizada no Rio de Janeiro em junho 1930. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. Disponível em: <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/738>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ALVAREZ, Marcos César. Punição, sociedade e história: algumas reflexões. **MÉTIS: história & cultura**: [s. l.], v. 6, n. 11, p. 93-105, 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/826>. Acesso em: 20 abr. 2020.

AMEAÇAS ao paraíso da Ilha Grande: jornal da Manchete Fita 1 - Presídio Ilha Grande. (Documento Verdade, TV Manchete, programação de Tv). Rio de Janeiro: TV Manchete, 11 set 1992. 11h40. (Solange Bastos, jornalista; Julio Costa, cinegrafista). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AqktGbknESQ&t=161s>. Acesso em: 22 jul 2022.

ANTIGA COLÔNIA CORRECIONAL DE DOIS RIOS, 2010, Ilha Grande, RJ. 1 foto, color. formato jpeg. Disponível em: <http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3ria%20da%20Col%C3%B4nia%20de%20Dois%20Rios>. Acesso em: 16 set. 2022.

ANTONIO, Mariana Dias. A “Operação mata-mendigos” (Rio de Janeiro, 1962-1963) às margens de alguns livros. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, v. 7, n. 2, p. 163-180, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5759/575965958011/html/>. Acesso: 10 ago. 2022.

ASSMANN, Jan. O que é a memória cultural? *In: ALVES et al. Estudos de memória*. Famicão: Ed Húmus, 2016, p. 87-116.

BARATA, Agildo. Os primeiros dias de prisão. *In: _____. Vida de um revolucionário (memórias)*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 303-328.

BARBOSA, Placido; REZENDE, Cassio Barbosa. **Os serviços de saúde pública no Brasil**: especialmente na cidade do Rio de Janeiro: 1808 a 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909

BARBOSA, Vivaldo. *In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vivaldo-vieira-barbosa>. Acesso em: 16 set. 2021.

BATALHA, A. *In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/batalha-a>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BATISTA, Nilo. **Algumas matrizes ibéricas do direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1999. [Tese apresentada à douta comissão examinadora do Concurso Público para professor titular de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti W. Cuidado: os higienistas estão voltando! [resenha bibliográfica]. **Discursos sediciosos**: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2 semestre, 1996. p. 305-307.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (org). **História oral e patrimônio cultural**: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. São Paulo: Zahar, 2005.

BENTHAM, Jeremy (et al.) **O panóptico**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. Os embates em torno da memória das ditaduras militares no Brasil e na Argentina. In: MENESSES, Sonia (Org.). **História, memória e direitos**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 153 - 164.

BOLLE, Willi; ARANTES, Antonio Augusto; SAIA, Helena; RÚSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação: Mesa redonda. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense; Condephaat, 1984. p. 79-95.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORGES, Wilson Couto. **Criminalidade no Rio de Janeiro**: a imprensa e a (in)formação da realidade. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 - 1930. Rio de Janeiro: Roco, 1997.

BRÍCIO FILHO, Jaime Pombo. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BR%C3%8DCIO%20FILHO,%20Jaime%20Pombo.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

BRITTO, Lemos. A Colonia de Dous Rios. *In*: BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. v. 2 Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20419>. Cesso em: 15 jun. 2021.

BRITTO, Lemos. Quantos às prisões. *In*: BRITTO Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. v. 3 Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20419>. Cesso em: 15 jun. 2021.

CAMINHOS DA ILHA Grande - Transporte dos presos. (Documento Verdade, TV Manchete, programação de Tv). Produção: TV Manchete. Ilha Grande, RJ: TV Manchete, 1990. (ca. 7 min: 52s), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rehiQp5rXKs>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CAMINHOS da Ilha Grande - Turistas e/ou Duristas. (Documento Verdade, TV Manchete, programação de Tv). Produção: TV Manchete. Ilha Grande, RJ: TV Manchete, 1990.(ca. 4 min), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=809_LE7X0Bs&t=57s. Acesso em: 18 jul. 2021.

CAMINHOS DA ILHA Grande - visita de parentes de presos. (Documento Verdade, TV Manchete, programação de Tv). Produção: TV Manchete. Ilha Grande, RJ: TV Manchete, 1990.(ca. 3 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OMaE5inYCYw>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.p. 309-326.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: repressão e estado policial na Era Vargas (1930-1945)**. 1991. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280673/1/Cancelli_Elizabeth_D.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

CAPELLA, Ana Claudia. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.p. 309-326.

CAÚS, Pedro Zanella. **Conflito e controle na cidade de Porto Alegre/RS: produção do espaço a partir das práticas e discursos policiais**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020 .

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Ata da quarta reunião ordinária, realizada em quinze de junho de mil novecentos e oitenta e três. Comissão Parlamentar de inquérito para apurar a insegurança existente no Estado do Rio de Janeiro. *In: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Poder Legislativo)*: parte 2, Rio de Janeiro, RJ, ano 9, n. 178, p. 20, 14 set. 1983.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova política. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 1 semestre, 1997. p. 115-140.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; DORNELLES, João Ricardo W. (Org.) **A polícia e os direitos humanos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos; Instituto Carioca de Criminologia, 1998. Coleção Polícia Amanhã. Textos fundamentais de polícia.

COELHO, Edmundo Campos. A oficina do Diabo: crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

CONHEÇA A EQUIPE AGMN: Avelino Gomes Moreira Neto. [Rio de Janeiro]: [AGMN], [2022?]. Disponível em: <http://www.agmnadvogados.com.br/paginas/avelino-gomes-moreira-neto.php>. Acesso em: 21 jun. 2022.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Políticas de segurança pública para um estado de direito democrático chamado Brasil. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2 semestre, 1996. p. 191-212.

CORREIO DA MANHÃ. *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CRUZEIRO, O. *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CYPRIANO, André. **O caldeirão do Diabo: fotografias e textos**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

DANTAS, Laércio Albuquerque. **A Escola de Recife e os discursos sobre a criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-1890**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

DIÁRIO CARIOCA. *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DIARIO DA NOITE. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-noite>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DOMINGUEZ PEREZ, Maurício. **Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Odisseia, 2007.

DONSKIS, Leonidas. Introdução: para uma teoria da privacidade e da impenetrabilidade humanas, ou expondo as formas esquivas do mal. In: BAUMANT, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021 [2013]. p. 7-24.

FARIA, Catia. **Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2005_MACHADO_Catia_Conceicao_Faria-S.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

FAXINA. In: MOTA, Jorge Alexandre Salvador. **Glossário de palavras e expressões utilizadas por facções criminosas e presos**. 2. ed. [s. l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 22. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72549176-Glossario-de-palavras-e-expressoes-utilizada-por-faccoes-criminosas-e-presos.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Coord.) **Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**: relatório final. Rio de Janeiro: CPDA; UFRRJ; Movimentos Sociais do Campo, 30 set 2015. Disponível em: http://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf. Acesso em: 15 ago 2022.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. **O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERRAZ, Hamilton Gonçalves; JOFFILY, Tiago. Democracia e encarceramento em massa: provocações de teoria política ao estado penal brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 152 p. 71 – 99, Fev 2019.

FERREIRA, Dirceu Franco. Produção da delinquência e rebelião: a fuga de presos da Ilha Anchieta em 1952. **Rev. Hist. (São Paulo)**: São Paulo, n. 177, p. 1-31, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rh/n177/2316-9141-rh-177-a04117.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FERREIRA, Emerson Porto. Monumento e memória da capital paulista no desfile de 2004 da Rosas de Ouro. Uberlândia, MG, **Revista Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. v. 19 ano 19, n.1, jan-jun. 2022.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930)**. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faperj, 2017.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faperj, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj; CPDOC/FGV, 2008.

FICO, Carlos. Polêmicas, imprecisões: as tentativas de Castelo. *In*: FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 a Ditadura Militar**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012.p. 71-87.

FLUMINENSE, O. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FONTANELLI, Marina de Mello. Rio-Santos: a promessa da modernização e do turismo, conflitos de terras e resistência caiçara. **Tempos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, 2. sem., p. 715-735, 2018.

FONTANELLI, Maria de Mello. **A rodovia e os caiçaras: a construção da Rio-Santos e suas consequências para as comunidades locais em Ubatuba (SP)**.2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2019.

FORTURA, Carlos. Patrimônio, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], Coimbra, 97, jun. 2012. p. 23-40.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008. (Pensamento criminológico; 16) (tradução, apresentação e notas André Nascimento)

GAZETA DE NOTÍCIAS. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em: 29 ago.

GLOBO, O. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 29 jun. 2021.

- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1961].
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988 [1963].
- GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. O estado de exceção no Brasil republicano. **Revista Direito e Práxis** [online]. 2017, v. 8, n. 3, p. 1760-1787. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/21373> Acesso em: 29 jun 2021.
- GOMES, Johana Maiy Alecrim Alves. **Política ambiental e interesses privados na Ilha Grande (RJ)**: uma análise das áreas protegidas inseridas na ótica neoliberal. São Paulo: Dialética, 2021.
- GOMES, Pâmela Ketulin Mattos; SILVA, Lucia Helena Pereira da. Políticas de turismo no Rio de Janeiro pós-fusão: programas para interiorização do turismo no estado. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./ dez. 2017, p. 251 - 271.
- GÓMEZ, Hernán Eufemio. Jornalistas, espaço público e vida política: o papel da imprensa nas manifestações públicas da Campanha Civilista (1909-1910). In: **Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 6., 2008, Niterói/RJ: UFF, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Jornalistas-%20espaco%20publico%20e%20vida%20politica.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- GONZALEZ DE SAMANO, Don Mariano. **Memória histórica del colera-morbo asiatico en España**. Madrid: [s.n.], 1858. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=7207>. Acesso em: 20 jul 2022.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais. **Plano diretor do Parque estadual da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: [UFRRJ], 1993.
- GRAÇA, Luís Felipe Guedes da. **O governo do estado e a assembleia legislativa**: entre a submissão e os limites da independência. Curitiba: Appris, 2016.
- GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HERINGER, Carolina. Morre William 'Professor', um dos fundadores da maior facção criminosa do Rio. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-william-professor-um-dos-fundadores-da-maior-facciao-criminosa-do-rio-23848272.html>. Acesso em: 11 ago. 2019.

HEYMANN, Luciana Quillet. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15 - 43.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. **Sobre história: ensaios**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Política e Direitos Humanos: política de segurança no primeiro governo Brizola: Rio de Janeiro: 1983-1986**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas: o Sistema Penal em questão**. 2. ed. Niterói: Luam, 1997.

IMPARCIAL, O. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imparcial-o>. Acesso em: 29 ago. 2022.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Parque Estadual da Ilha Grande: plano de manejo (fase 2)/resumo executivo**. Rio de Janeiro: INEA, 2013. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/PEIG-RM.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

JORNAL, O. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>. Acesso em: 29 ago. 2022.

JORNAL DO BRASIL. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 29 jun. 2021.

KARAM, Maria Lúcia. Pela abolição do sistema penal. In: PASSETTI, Edson (Coord.) et al. **Curso livre de abolicionismo penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 69-107.

KUPPER, Agnaldo. À procura da identidade nacional, o futebol é absorvido como política de Estado (1930-1945). Montes Claros, **Caminhos da História**, v. 27, n. 1, p. 168-179, 2022. DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v27n1p.168-185>

LEITE, Maria Cláudia Moraes. Leonel Brizola e os últimos anos de exílio. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 353 - 367, 2019. DOI: 10.5965/2175180311262019353

LEMGRUBER, Julita; et al. **A dona das chaves: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LESSA, Orígenes. **Ilha Grande (do jornal de um prisioneiro de guerra)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um**: uma história do Comando Vermelho. 3. ed. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2016. 195p.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUDEMIR, Julio. **O bandido da chacrete**: ascensão e queda de um fundador do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MANCHETE. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MANHA, A. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MAPA topográfico detalhado em português de Ilha Grande. 4 de julho de 2009. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ilha_Grande_topographic_map-PT.png#/media/Ficheiro:Ilha_Grande_topographic_map-PT.png

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. **Forum Sociológico** [Online], 25, p. 11-22, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/886> DOI : 10.4000/sociologico.886. Acesso em: 13 jul 2021.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polít.**: Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/78Yc5DQfpmMV8QGhJTCnkcM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul 2021.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MORAES, João Quartim de. Em torno de 1964: contra-revolução liberal, Golpe de Estado e Ditadura: origens do movimento golpista: do duplo fiasco da direita ao IPES (1961). *In*: _____. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. Cap. 3. p. 111-162. (Trajetória, 7).

MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara**: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75). Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOTTA, Marly; MAUAD, Ana Maria; KNAUSS, Paulo (org.). **Nos tempos da Guanabara**: 1960-1975 uma história visual. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; Edições de Janeiro, 2015.

MUAKAD, Irene Batista. **Pena privativa de liberdade**. São Paulo: Atlas, 1996.

NETO, Lira. Sete mil presos políticos lotam os porões do regime: Há graves denúncias de tortura. Getúlio nega (1935-6). *In*: NETO, Lira. **Getúlio**: 1930-1945: do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Cia das Letras, 2013.p. 243-275.

NOITE, A. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NOTICIA, A. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticia-a>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NORA, Pierre. O retorno do fato. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Piere. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. 178-193

OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. **A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileiras no Estado Novo (1937-1945)**, 2015. Dissertação (Mestrado em em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

PAIS, O. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PASSETTI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **Verve**, São Paulo, 9, 2006. p. 83-114.

PASQUIM, O. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pasquim-o>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PEREIRA, Inair de Souza. **História da Penitenciária Candido Mendes**. Rio de Janeiro: O autor, 1994.

PERROT, Michelle. Delinquência e sistema penitenciário na França no século XIX. *In*: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. cap. 9, 253-362.

PERROT, Michelle. Parte 3: prisioneiros. *In*: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro; São Paulo, 2017.p. 253-362.

PINHEIRO, Pedro Portocarrero. **Para entender o fenômeno Carter: governo, partido e movimentos sociais num contexto de crise**. 2013. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. 268 f.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. A Gazeta da Tarde e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UFSC, 2015.

PLANO DIRETOR DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (execução); ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO (patrocínio), 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 1996, [1954].

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Record, 1996, [1954b].

RAZÃO, A (Rio de Janeiro). *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/razao-a-rio-de-janeiro>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RESISTÊNCIA caiçara: Benedito Catarino: Aventureiro. *In*: PROJETO JUVENTUDE PROTAGONISTA ILHA GRANDE. **Histórias vividas na Ilha Grande pelos antigos da ilha**. Rio de Janeiro: Voz Nativa, 2016.

RICŒUR, Paul. O esquecimento. *In*: RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicap, 2007. p. 423 - 459.

ROCHA, Paulo Mendes da. A casa das retortas. *In*: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense; Condephaat, 1984. p. 175-192.

ROCHA, Rosana Gomes dos Santos. **Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência**. Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural) - Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

RODRIGUES, José Augusto de Souza. A economia política do medo. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2 semestre, 1996. p. 269-276.

RODRIGUES, José Carlos. Higiene e vigilância. *In*: _____. **O corpo na História**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.109-120.

RODRIGUES, Mônica. Imprensa: uma relação de amor e ódio. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj; CPDOC/FGV, 2008.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: memória, história e autoritarismos. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção**

social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p. 9-30.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Brasil 1979-1989:** uma década perdida? Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

ROTEIRO turístico-cultural das praias do litoral do Rio de Janeiro: Costa Verde, costa do sol. Rio de Janeiro: AGGS; Embratur, 1978.

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação: Texto III. *In:* ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural.São Paulo: Brasiliense; Condephaat, 1984. p. 59-79.

O SAL, o mar e a terra: Maria Francisca Alves. Matariz. *In:* PROJETO JUVENTUDE PROTAGONISTA ILHA GRANDE. **Histórias vividas na Ilha Grande pelos antigos da ilha.** Rio de Janeiro: Voz Nativa, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo; HERMETO, Miriam (orgs.) **Entrevistas imprevistas:** surpresa e criatividade em história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A construção da violência: o caso da Ilha Grande. *In:* PRADO, Rosane Manhães (org.). **Ilha Grande:** do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond; Eduerj, 2006. p. 191- 222. (Coleção Ilha Grande, 2)

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História e memória: o caso do Ferrugem. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 23, n. 46, p. 271-295, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1173-1196, out.-dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dLDTZHLShzVhcRhrM76PcCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; BORGES, Viviane Trindade. O patrimônio prisional. *In:* SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). **Memória coletiva e justiça social.** Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2021. p. 77-91.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Lupércio: a cultura da violência. *In:* SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; RIBEIRO FILHO, Yves. **Quatro histórias, duas colônias, um a ilha:** memórias das prisões da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os porões da República:** a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: FAPERJ; Garamond, 2009. (Coleção Ilha Grande, 3)

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O encontro da militância com a vadiagem nas prisões da Ilha Grande. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, maio/ago. p. 356-380. 2017.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os Porões da República: a colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jul.-dez. p. 445-476.(b), 2006,

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Quatro histórias, duas colônias, uma ilha**: memórias das prisões da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho sujeito e experiência. In: _____. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAFF, Adam. Por que reescrevemos continuamente a História? In: _____. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 267 - 310

SEGURO. In: MOTA, Jorge Alexandre Salvador. **Glossário de palavras e expressões utilizadas por facções criminosas e presos**. 2. ed. [s. l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 43. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72549176-Glossario-de-palavras-e-expressoes-utilizada-por-faccoes-criminosas-e-presos.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Bruno Marques. A segurança pública nos governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1995). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. (org.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SILVA, Bruno Marques. **"Uma nova polícia, um novo policial"**: uma biografia intelectual do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira e as políticas de policiamento ostensivo na redemocratização fluminense (1983-1995). 2016. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016. 471 f.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Francisca Vergínio. **A política de segurança pública dos governos Brizola e Moreira Franco à margem da nova violência**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2002.

SOBRINHO, Patrícia Cerqueira. **A Penitenciária Central do Distrito Federal através da revista A Estrela**: 1945-1955. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de

Pós-Graduação em História Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

SOUZA, José Paulo de Moraes. **A construção da memória dos funcionários em suas relações com o trabalho no antigo Instituto Penal Cândido Mendes em Ilha Grande**. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. 150 f.

SUSSEKIND, Elizabeth. **Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro**. 2014. (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, 2014.

SUSSEKIND, Elizabeth. **A justiça dos homens**. 1984. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

TALARICO, José. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gomes-talarico>. Acesso em: 16 set. 2021.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Políticas Públicas - O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista da AATR**. Salvador, 2002.

TEREZA. *In*: MOTA, Jorge Alexandre Salvador. **Glossário de palavras e expressões utilizadas por facções criminosas e presos**. 2. ed. [s. l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 46. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72549176-Glossario-de-palavras-e-expressoes-utilizada-por-faccoes-criminosas-e-presos.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. 210 p.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos: o crime e o criminoso: entes políticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998. 173 p.

TORRES, Antonio. **Exílio na Ilha Grande**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso: historia, memoria, política**. Barcelona; Madrid: Marcial Pons, 2007.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>. Acesso em: 29 ago. 2022.

TROMBETTA, Bruno. **A igreja os presos e a sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

TURISMO: Projeto Ilha Grande Sem Medo. *In*: Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Construindo o futuro: 3 anos de governo**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Planejamento e Controle, 1994, p. 46.

ULTIMA HORA. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em: 29 ago. 2022.

VALLEJO, Luiz Renato. **Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e Desengano (RJ)**. 2005. (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2005.

VILAÇA, Aparecida; MAIA, Ângela de Azevedo. O povo do Aventureiro. *In*: PRADO, Rosane Manhães. **Ilha Grande: do sambaquí ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamond: Eduerj, 2006. v. 2.

VIANNA, Letícia C. R. Bezerra da Silva: um artista popular. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 356-380, 1999.

VIANA, Lúcia Quiêto. **A contribuição da arquitetura na concepção de edificações penais no Rio de Janeiro**. Orientador: Paulo Afonso Rheingantz. 2009. 303 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/714050.pdf>. Acesso: 10 jul. 2022.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1983): do ambientalismo à ecopolítica. *In*: PÁDUA, José Augusto. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987. p. 65-109.

WHITE, Hayden. O objetivo da interpretação é provocar perplexidade em face do real (Hayden White em conversa com Erlend Rogne). *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da. (org.) **Nova história em perspectiva volume 2**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

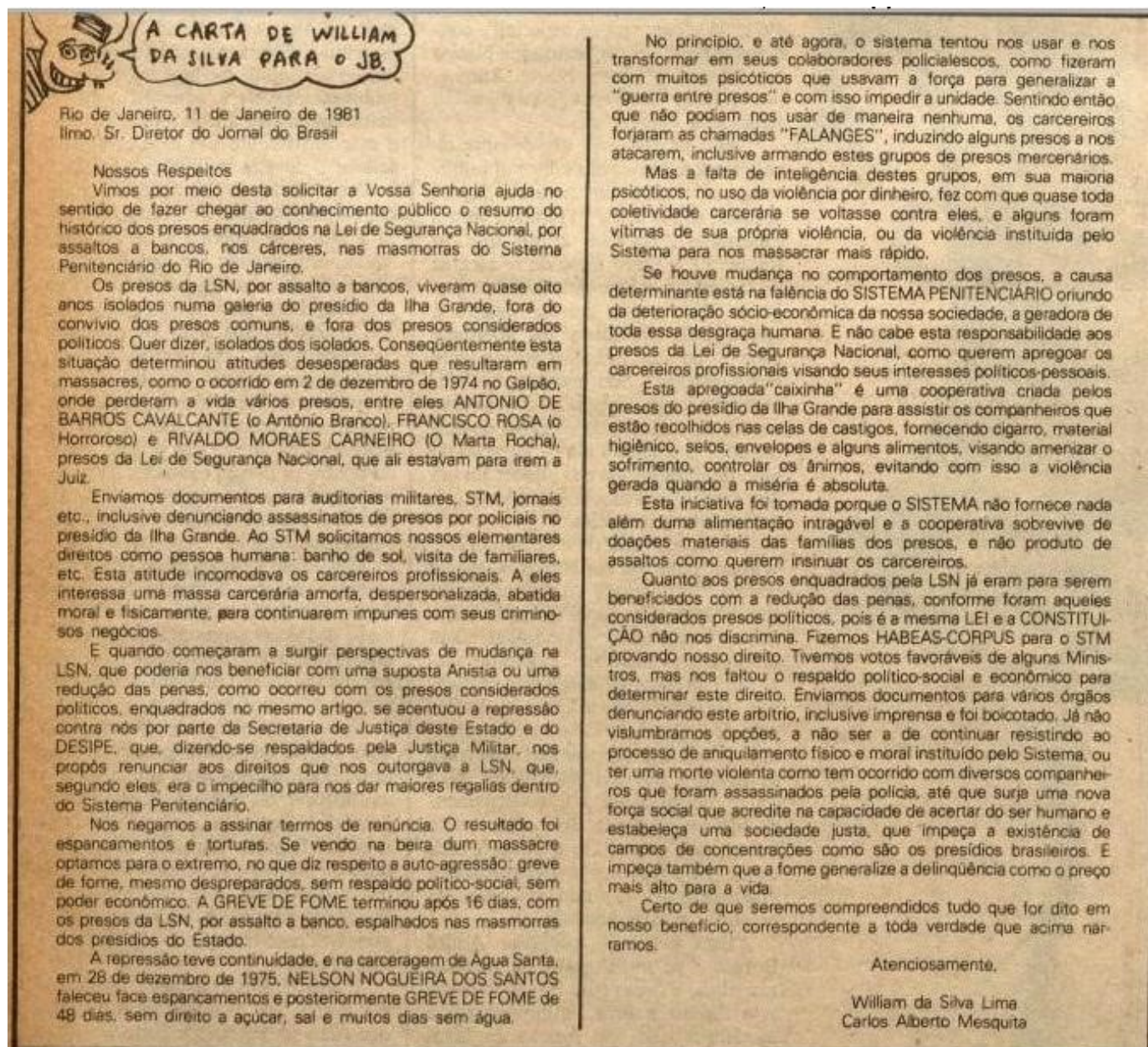
XAVIER, Libânia. Das brizoletas aos brizolões: a educação pública nos governos de Leonel Brizola. *In*: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. (org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

XERIFE. *In*: MOTA, Jorge Alexandre Salvador. **Glossário de palavras e expressões utilizadas por facções criminosas e presos**. 2. ed. [s. l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 51. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72549176-Glossario-de-palavras-e-expressoes-utilizada-por-faccoes-criminosas-e-presos.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ZANIRATO, Silvia Helena. Turismo em “patrimônios de sofrimento”: história e memórias. **Revista Confluências Culturais**[Online], v. 8, n. 2, 2019. p. 09-18.

Anexos

1 Carta de William da Silva de Lima e Carlos Alberto Mesquita



A CARTA DE WILLIAM DA SILVA PARA O JB.

Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 1981
Ilmo. Sr. Diretor do Jornal do Brasil

Nossos Respeitos

Vimos por meio desta solicitar a Vossa Senhoria ajuda no sentido de fazer chegar ao conhecimento público o resumo do histórico dos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por assaltos a bancos, nos cárceres, nas masmorras do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

Os presos da LSN, por assalto a bancos, viveram quase oito anos isolados numa galeria do presídio da Ilha Grande, fora do convívio dos presos comuns, e fora dos presos considerados políticos. Quer dizer, isolados dos isolados. Consequentemente esta situação determinou atitudes desesperadas que resultaram em massacres, como o ocorrido em 2 de dezembro de 1974 no Gelpão, onde perderam a vida vários presos, entre eles ANTONIO DE BARROS CAVALCANTE (o Antônio Branco), FRANCISCO ROSA (o Horrroso) e RIVALDO MORAES CARNEIRO (o Marta Rocha), presos da Lei de Segurança Nacional, que ali estavam para ir em a Juiz.

Enviamos documentos para auditorias militares, STM, jornais etc., inclusive denunciando assassinatos de presos por policiais no presídio da Ilha Grande. Ao STM solicitamos nossos elementares direitos como pessoas humanas: banho de sol, visita de familiares, etc. Esta atitude incomodava os carcereiros profissionais. A eles interessa uma massa carcerária amorfa, despersonalizada, abatida moral e fisicamente, para continuarem impunes com seus criminosos negócios.

E quando começaram a surgir perspectivas de mudança na LSN, que poderia nos beneficiar com uma suposta Anistia ou uma redução das penas, como ocorreu com os presos considerados políticos, enquadrados no mesmo artigo, se acentuou a repressão contra nós por parte da Secretaria de Justiça deste Estado e do DESIPE, que, dizendo-se respaldados pela Justiça Militar, nos propôs renunciar aos direitos que nos outorgava a LSN, que, segundo eles, era o impedimento para nos dar maiores regalias dentro do Sistema Penitenciário.

Nos negamos a assinar termos de renúncia. O resultado foi espancamentos e torturas. Se vendo na beira dum massacre optamos para o extremo, no que diz respeito a auto-agressão: greve de fome, mesmo despreparados, sem respaldo político-social, sem poder econômico. A GREVE DE FOME terminou após 16 dias, com os presos da LSN, por assalto a banco, espalhados nas masmorras dos presídios do Estado.

A repressão teve continuidade, e na carceragem de Água Santa, em 28 de dezembro de 1975, NELSON NOGUEIRA DOS SANTOS faleceu face espancamentos e posteriormente GREVE DE FOME de 48 dias, sem direito a açúcar, sal e muitos dias sem água.

No princípio, e até agora, o sistema tentou nos usar e nos transformar em seus colaboradores policiaiscos, como fizeram com muitos psicóticos que usavam a força para generalizar a "guerra entre presos" e com isso impedir a unidade. Sentindo então que não podiam nos usar de maneira nenhuma, os carcereiros forjaram as chamadas "FALANGES", induzindo alguns presos a nos atacarem, inclusive armando estes grupos de presos mercenários.

Mas a falta de inteligência destes grupos, em sua maioria psicóticos, no uso da violência por dinheiro, fez com que quase toda coletividade carcerária se voltasse contra eles, e alguns foram vítimas de sua própria violência, ou da violência instituída pelo Sistema para nos massacrar mais rápido.

Se houve mudança no comportamento dos presos, a causa determinante está na falência do SISTEMA PENITENCIÁRIO oriundo da deterioração sócio-econômica da nossa sociedade, a geradora de toda essa desgraça humana. E não cabe esta responsabilidade aos presos da Lei de Segurança Nacional, como querem apregoar os carcereiros profissionais visando seus interesses políticos-pessoais.

Esta apregoada "caixinha" é uma cooperativa criada pelos presos do presídio da Ilha Grande para assistir os companheiros que estão recolhidos nas celas de castigos, fornecendo cigarro, material higiênico, selos, envelopes e alguns alimentos, visando amenizar o sofrimento, controlar os ânimos, evitando com isso a violência gerada quando a miséria é absoluta.

Esta iniciativa foi tomada porque o SISTEMA não fornece nada além duma alimentação intragável e a cooperativa sobrevive de doações materiais das famílias dos presos, e não produto de assaltos como querem insinuar os carcereiros.

Quanto aos presos enquadrados pela LSN já eram para serem beneficiados com a redução das penas, conforme foram aqueles considerados presos políticos, pois é a mesma LEI e a CONSTITUIÇÃO não nos discrimina. Fizemos HABEAS-CORPUS para o STM provando nosso direito. Tivemos votos favoráveis de alguns Ministros, mas nos faltou o respaldo político-social e econômico para determinar este direito. Enviamos documentos para vários órgãos denunciando este arbítrio, inclusive imprensa e foi boicotado. Já não vislumbramos opções, a não ser a de continuar resistindo ao processo de aniquilamento físico e moral instituído pelo Sistema, ou ter uma morte violenta como tem ocorrido com diversos companheiros que foram assassinados pela polícia, até que surja uma nova força social que acredite na capacidade de acerto do ser humano e estabeleça uma sociedade justa, que impeça a existência de campos de concentrações como são os presídios brasileiros. E impeça também que a fome generalize a delinquência como o preço mais alto para a vida.

Certo de que seremos compreendidos tudo que for dito em nosso benefício, correspondente a toda verdade que acima narramos.

Atenciosamente,

William da Silva Lima
Carlos Alberto Mesquita

Fonte: (LIMA; MESQUITA, 1981, p. 14) Publicada na Revista O Pasquim. Disponível na Hemeroteca Biblioteca Nacional

2 A Resolução do relatório final da CPI de 1983-1984

Resolução n. 139 de 1984

Aprova o Relatório a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Regime carcerário e penitenciário do estado.

Art. 1º - Ficam aprovados o Relatório a conclusão da Comissão de Inquérito, constituído pela Resolução nº 1/83.

Art. 2º A Mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro enviará ao Poder Executivo , no prazo de 30 (trinta) dias , cópias xerografadas do Processo , do Relatório e respectivas conclusões da Comissão, com vista a adotar as seguintes medidas:

I - Modernizar e agilizar a Vara de Execuções Penais;

II - Extinguir o Conselho Penitenciário;

III - Criar Defensoria Pública nas Delegacias Policiais, para acompanhamentos dos inquéritos;

IV - Transformar o Sistema Penitenciário e Autarquias;

IV - Classificar os internos segundo suas aptidões, tendências, personalidade, incidência criminal e aspectos sociais para cumprimento de pena de reclusão sob tratamento especializado.;

VI - Definir o perfil especializado de cada unidade prisional;

VII - Criar a Escola Profissionalizante de Agentes Penitenciários;

VIII - Computarizar os dados jurídicos e disciplinares dos internos;

IX - Desativar o Instituto Penal Candido Mendes (Ilha Grande);

X - Implantar o trabalho penitenciário, como parte geradora de recursos para a manutenção do Sistema.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1984.

Paulo Ribeiro
Presidente

Fonte: (RESOLUÇÃO Nº 139, 1984, p. 1-2) Publicada nos Anais da ALERJ. Disponível na Biblioteca da ALERJ

3 Carta de Carlos Alberto Bernardo Mesquita

JORNAL DO BRASIL, Opinião dos Leitores. Av. Brasil, 500, 6º andar. CEP 20949-90

Ilha Grande

É no mínimo um absurdo o que o governo do estado do Rio de Janeiro vem fazendo na Ilha Grande, com relação ao presídio, agora um monte de escombros, e à comunidade da Vila Dois Rios, que há mais de quarenta anos serve às autoridades estaduais, como suporte de infra-estrutura para o funcionamento da Penitenciária Cândido Mendes. Sob o pretexto de destruir um marco da ditadura militar, o governador implodiu quarenta e seis anos de história, uma construção que poderia ser aproveitada para fins mais nobres, como um centro de Estudos Oceanográficos e Ambientais, um centro de visitação da Ilha ou uma escola profissionalizante para os ilhéus.

Saltam aos olhos as irregularidades cometidas na implosão. A área localiza-se dentro dos limites do Parque Estadual da Ilha Grande, da Área de Proteção Ambiental dos Tamoios, das áreas de tombamento municipal e estadual, e sequer foram realizados o estudo e o Relatório de Impacto Ambiental, necessários tanto para a implosão como para a implantação do Projeto Ilha Grande Sem Medo, da Secretaria de Planejamento, que prevê a construção de um hotel de luxo, dito de "ecoturismo", com exploração garantida por 90 anos. E para onde levarão os escombros da implosão?

Os PM e funcionários do Desipe que moram nas casas do estado (54 famílias), alguns há mais de 40 anos, ao invés de serem aproveitados no Parque Estadual — que só possui dois funcionários, o administrador e uma auxiliar-administrativo — ou em outras atividades na própria ilha, estão na iminência de ter que mudar, pois a licitação prevista para a construção do citado hotel inclui a vila residencial.

A população local jamais foi consultada sobre tais projetos, que afetam diretamente suas vidas. Será que o governador tem tanto poder assim, acima das leis e das liminares judiciais?

Carlos Alberto Bernardo Mesquita — Rio de Janeiro.

Fonte: (MESQUITA, 1994, p. 8) Publicada no Jornal do Brasil. Disponível na Hemeroteca Biblioteca Nacional.